



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – DD. CELSO DE MELLO – RELATOR DA ADIN 3824**

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL  
Coordenadoria de  
Processamento Inicial

24/01/2007 13:21 7726



**CONECTAS DIREITOS HUMANOS**, associação civil sem fins lucrativos qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, inscrita no CNPJ sob nº 04.706.954/0001-75, com sede na Rua Pamplona, 1197, casa 4, São Paulo/SP, por meio de seu programa de justiça Artigo 1º, representada por seu Diretor Executivo e bastante representante nos termos de seu Estatuto Social, Dr. Oscar Vilhena Vieira, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/SP sob o nº 112.967 (docs. 1 e 2), vem respeitosamente à presença de V. Exa., por seus advogados (doc. 3), com fundamento no §2º do artigo 7º da Lei 9.868/99, manifestar-se na qualidade de

**Amicus Curiae na ação direta de inconstitucionalidade 3824**

ajuizada pela Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADÉE, em relação à Lei Estadual nº 2.042, de 03 de dezembro de 1999, do Estado do Mato Grosso do Sul, que estabelece limitações ao corte ou interrupção do fornecimento de água, energia elétrica e serviços de telefonia por mora ou inadimplência dos usuários. Manifestam-se em favor da inconstitucionalidade ampliada da lei, pelas razões e argumentos a seguir expostos.



## 1. DA LEGITIMIDADE DA ASSOCIAÇÃO PROPONENTE PARA MANIFESTAÇÃO COMO *AMICUS CURIAE* NA PRESENTE AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

A lei 9.868/99 trouxe a possibilidade de manifestação de atores da sociedade civil nas ações diretas de inconstitucionalidade. Assim dispõe seu artigo 7º, §2º:

Art. 7º. (...)

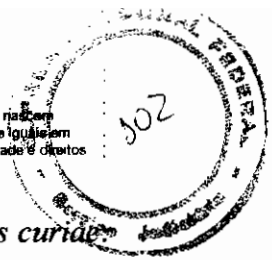
§ 2º - O relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá, por despacho irrecorrível, admitir, observado o prazo fixado no parágrafo anterior, a manifestação de outros órgãos ou entidades.

De acordo com os requisitos formais trazidos pela Lei, para que se admita a manifestação como *amicus curiae* é preciso que a ação direta trate de tema de relevância, o que se mostra viável em quase todas as questões de ordem constitucional.

A Lei exige, ainda, que os postulantes como *amici curiae* tenham representatividade. Esta representatividade tem sido analisada por este Egrégio Supremo Tribunal Federal de forma ampliada e extensiva, no intuito de privilegiar o debate constitucional.

Este posicionamento de ampliação de acesso ao Supremo Tribunal Federal tem se refletido no número de *amici curiae* protocolados, bem como na diversidade de atores proponentes. De fato, mais de 70% dos *amici* são protocolados por atores da sociedade civil, e cerca de 19% por organizações de defesa de direitos<sup>1</sup>, como as que ora se manifestam.

<sup>1</sup> Pesquisa desenvolvida em dissertação de mestrado *Sociedade civil e democracia: a participação da sociedade civil como amicus curiae no Supremo Tribunal Federal*, de Eloísa Machado de Almeida.



Estão presentes, no caso, ambos os requisitos para admissão deste *amicus curiae*: a relevância da matéria é evidente pela influência direta que exerce sobre as condições de vida digna da população brasileira, ademais de gerar discussão acerca do princípio da dignidade humana; a representatividade da postulante fica afirmada pela sua missão institucional e pelo reconhecido trabalho na área de proteção e garantia de direitos fundamentais.

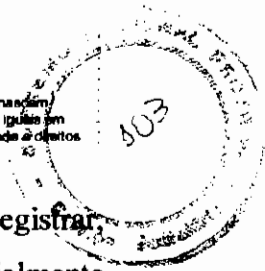
A **Conectas Direitos Humanos** foi fundada em 2001 com a missão de fortalecer e promover o respeito aos direitos humanos no Brasil e no hemisfério Sul, dedicando-se, para tanto, à educação em direitos humanos, à advocacia estratégica e à promoção do diálogo entre sociedade civil, universidades e agências internacionais envolvidas na defesa destes direitos.

Tem como objetivo estatutário, em especial, a promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais, bem como a promoção de direitos estabelecidos, por meio da prestação de assessoria jurídica gratuita, tendo, inclusive, quando possível e necessário, a capacidade de propor ações representativas ([www.conectas.org](http://www.conectas.org)).

Por meio de seu programa de justiça Artigo 1º, a Conectas promove advocacia estratégica em direitos humanos, em âmbito nacional e internacional, com o objetivo de alterar as práticas institucionais e sociais que desencadeiam sistemáticas violações de direitos humanos. É hoje a organização com maior número de *amicus curiae* frente a este Supremo Tribunal Federal.

A participação da Conectas Direitos Humanos como *amicus curiae* já foi, inclusive, apreciada por este Egrégio Supremo Tribunal Federal nos autos da ADIn 3268, com o seguinte despacho:

**“Admito, na condição de *amici curiae*, a Conectas Direitos Humanos e o CDH, eis que se acham atendidas, na espécie, as condições fixadas no art.**

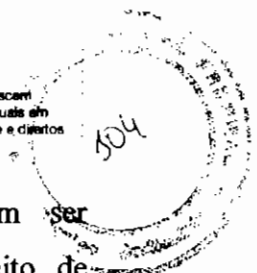


7º, §2º da Lei n.º 9.868/99. (...) Impõe-se registrar, neste ponto, que a razão de ser que primordialmente justifica a intervenção do *amicus curiae* apóia-se na necessidade de pluralizar o debate em torno da constitucionalidade ou não de determinado ato estatal, em ordem a conferir maior coeficiente de legitimidade democrática ao julgamento a ser proferido pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de fiscalização normativa abstrata, consoante pude enfatizar em decisão que proferi, como Relator, na ADI 2130-MC” (DJU 02/02/2001 - grifamos).

Ademais, não se pode olvidar, como já mencionado, que este Supremo Tribunal Federal tem analisado que a possibilidade de manifestação da sociedade civil em tais processos tem o objetivo de **democratizar o controle concentrado de constitucionalidade**, oferecendo-se novos elementos para os julgamentos. É o que se depreende da ementa de julgamento da ADIn 2130-3/SC:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. INTERVENÇÃO PROCESSUAL DO AMICUS CURIAE. POSSIBILIDADE. LEI Nº 9.868/99 (ART. 7º, § 2º). SIGNIFICADO POLÍTICO-JURÍDICO DA ADMISSÃO DO AMICUS CURIAE NO SISTEMA DE CONTROLE NORMATIVO ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE. PEDIDO DE ADMISSÃO DEFERIDO.

- No estatuto que rege o sistema de controle normativo abstrato de constitucionalidade, o ordenamento positivo brasileiro processualizou a figura do *amicus curiae* (Lei nº 9.868/99, art. 7º, § 2º), permitindo que terceiros - desde que investidos

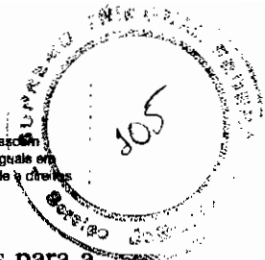


de representatividade adequada - possam ser admitidos na relação processual, para efeito de manifestação sobre a questão de direito subjacente à própria controvérsia constitucional.

**- A admissão de terceiro, na condição de *amicus curiae*, no processo objetivo de controle normativo abstrato, qualifica-se como fator de legitimação social das decisões da Suprema Corte, enquanto Tribunal Constitucional, pois viabiliza, em obséquio ao postulado democrático, a abertura do processo de fiscalização concentrada de constitucionalidade, em ordem a permitir que nele se realize, sempre sob uma perspectiva eminentemente pluralística, a possibilidade de participação formal de entidades e de instituições que efetivamente representem os interesses gerais da coletividade ou que expressem os valores essenciais e relevantes de grupos, classes ou estratos sociais.**

Em suma: a regra inscrita no art. 7º, § 2º, da Lei nº 9.868/99 - que contém a base normativa legitimadora da intervenção processual do *amicus curiae* - tem por precípua finalidade pluralizar o debate constitucional. (grifamos)

De fato, com a possibilidade de manifestações da sociedade civil nas ações de controle concentrado de constitucionalidade, busca-se a representação da pluralidade e diversidade sociais nas razões e argumentos a serem considerados por este Egrégio Supremo Tribunal Federal, conferindo, inegavelmente, maior qualidade nas decisões.



Restam, desde modo, devidamente demonstrados os requisitos necessários para a admissão da presente manifestação na qualidade de *amicus curiae*, quais sejam: relevância da matéria discutida e representatividade da postulante.

## 2. DA LEI IMPUGNADA PELA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE ADIn 3824

A Lei Estadual nº 2.042, impugnada pela ADI 3824, foi promulgada em 03 de dezembro de 1999 pelo Governador do Estado do Mato Grosso do Sul com a seguinte redação:

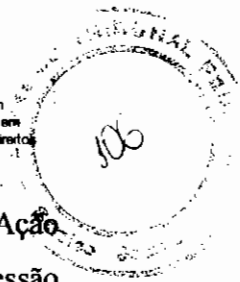
Art. 1º O corte ou interrupção do fornecimento de água, **energia elétrica** e serviços de telefonia no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, pelas concessionárias ou permissionárias, por mora ou inadimplência dos usuários, não poderá ser efetuado às sextas-feiras, vésperas de feriados e em quaisquer dias precedentes a datas em que, por qualquer razão, não haja expediente bancário normal e deverão ser precedidos de notificação ao usuário que:

- I - seja anterior, em pelo menos 10 (dez) dias, ao ato do corte;
- II - seja pessoal ou postal com aviso de recebimento.

Art. 2º VETADO.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Entendendo ser a Lei 2.042/99 parcialmente inconstitucional, por padecer de vício formal decorrente de usurpação de competência privativa da União Federal para regulamentar o serviço público de fornecimento de energia elétrica, a Associação



Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADDE propôs a Ação Direta de Inconstitucionalidade 3824. Pretende a Autora da Adin que a expressão “energia elétrica”, constante no artigo 1º da Lei Estadual supra transcrita, seja declarada inconstitucional.

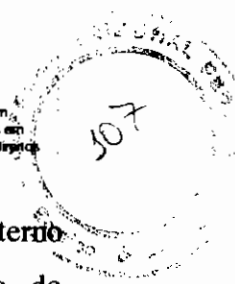
Cumprе mencionar que não há em âmbito federal lei que regulamente especialmente a suspensão de fornecimento de serviços públicos em razão de inadimplemento. Em relação aos serviços de energia elétrica, aplicam-se, subsidiariamente, as normas contidas na Resolução nº. 456/2000 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a qual estabeleceu a exigência de aviso prévio da suspensão de fornecimento com pelo menos 15 dias de antecedência.

Não é demais lembrar, no entanto, que as normas secundárias, tais como decretos, portarias e resoluções, são dependentes dos princípios e dos limites da Lei, não podendo regular de forma contrárias a elas e aos princípios constitucionais, mormente em relação a matérias que leis especiais dispõe de forma antagônica.

A Lei 2.042/99 permite que se proceda à suspensão do fornecimento de água, energia elétrica e serviços de telefonia por falta de pagamento. Ainda que estabeleça a necessidade de prévia comunicação ao usuário do serviço, a possibilidade de suspensão do fornecimento quando findo o prazo estabelecido constitui flagrante afronta ao princípio constitucional da dignidade humana, sendo absolutamente inconstitucional, como a seguir será argumentado.

### **3. DA ESSENCIALIDADE DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA, ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS DE TELEFONIA SOB A PERSPECTIVA DA DIGNIDADE HUMANA**

O acesso aos serviços essenciais está diretamente relacionado com o grau de desenvolvimento humano e social dos países e, conseqüentemente, à qualidade de vida e dignidade humana de seus cidadãos.



Criado para oferecer um contraponto ao indicador referente ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – pressupõe que para aferir o avanço de uma população não basta apenas considerar sua dimensão econômica, mas também características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade de vida humana<sup>2</sup>.

Atualmente este índice se tornou uma referência mundial, consolidado no **Relatório de Desenvolvimento Humano – RDH** – e publicado em mais de 100 países pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

Conforme explicação presente no próprio Relatório<sup>3</sup>, o IDH é uma medida resumo do desenvolvimento humano, que mede a realização média de um país em três dimensões básicas do desenvolvimento humano:

- Uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida ao nascer, sintetizando as condições de saúde e salubridade do local;
- Conhecimento, medido pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior; e
- Nível de vida digno, medido pelo PIB per capita (dólares PPC - paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países).

Assim, o acesso da população a serviços públicos essenciais, tais como energia elétrica, rede de água e coleta de esgoto, está diretamente relacionado ao primeiro indicador utilizado no cálculo do IDH.

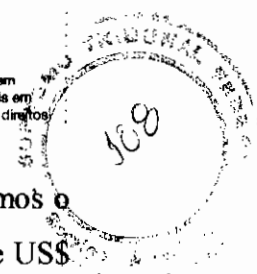
O Brasil, de acordo com tais indicadores, não é um país que prima pelo acesso universal dos cidadãos a tais serviços públicos. Atualmente, o Brasil ocupa a 63ª posição no ranking do IDH e a 20ª posição no IPH-1<sup>4</sup>. A título de exemplificação, a Argentina ocupa a 34ª posição no ranking IDH; o Uruguai ocupa a 46ª posição.

<sup>2</sup> Conforme consulta ao site: [www.pnud.org.br/idh](http://www.pnud.org.br/idh)

<sup>3</sup> Relatório do Desenvolvimento Humano 2005, p. 341.

<sup>4</sup> Índice de Pobreza Humana para Países em Desenvolvimento, medidor de *privações* em três âmbitos do desenvolvimento humano captadas no IDH.

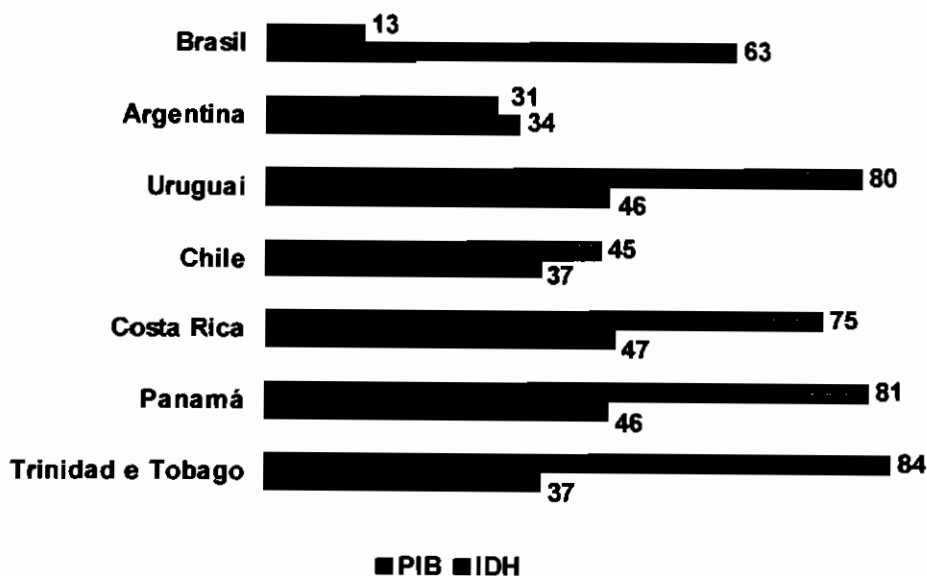




Esta comparação se torna preocupante na medida em que também verificamos o PIB destes países. O Brasil é a 13ª maior economia mundial, com um PIB de US\$ 644.133 milhões, ao passo que a Argentina é a 31ª economia mundial, com um PIB de US\$ 173.020 milhões e o Uruguai é a 80ª economia mundial, com PIB de US\$ 15.076 milhões<sup>5</sup>.

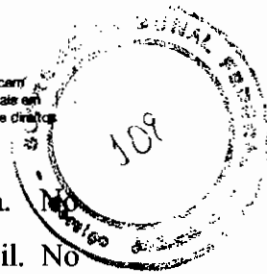
Podemos mencionar, ainda, outros países da região da América Latina e Caribe que, apesar de possuírem PIB infinitamente menores que o do Brasil, possuem IDH maiores que o nosso: Chile, Costa Rica, Panamá e Trinidad e Tobago, conforme ilustra o gráfico abaixo.

Posição no ranking PIB e IDH - 2005



O Brasil é o país que mais cresceu na América Latina ao longo do século passado. O elevado crescimento econômico ocorreu, no entanto, sem modificar as características de elevada concentração de renda, mantendo a desigualdade social como característica principal da organização social brasileira.

<sup>5</sup> Dados disponíveis em [www.ipib.com.br](http://www.ipib.com.br), consultado em 17.07.06.

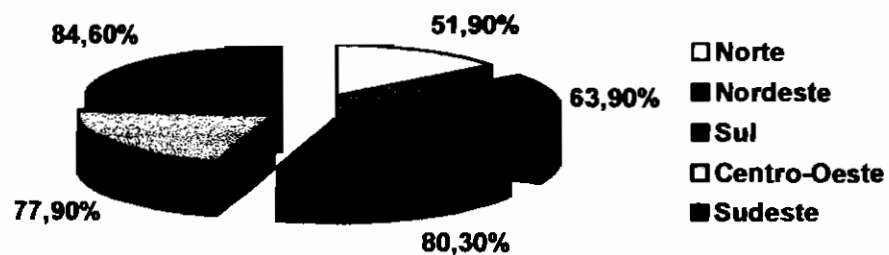


Temos, ainda, um padrão histórico excludente de distribuição da riqueza. No século XVIII, os 10% mais ricos controlavam 69% da riqueza no Brasil. No século XIX, os mesmos 10% controlavam 73% da riqueza, percentual que subiu para 75% no século XX. Hoje 1% mais rico detém 13% da renda, os 20% mais pobres se apropriam de apenas 3% da renda e os 20% mais ricos de quase 60%<sup>6</sup>. Em função disso, é comum em nossa realidade o convívio de altos padrões de consumo e a carência absoluta de grandes segmentos populacionais.

Indicadores nacionais também apontam para a falta de acesso da população aos serviços públicos essenciais.

Apenas 76,1% da população brasileira têm acesso à rede de abastecimento de água, sendo a Região Norte aquela com menor percentual de acesso (51,9%), segundo o **Atlas de Saneamento**, disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a partir de dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000 e do Censo Demográfico 2000<sup>7</sup>.

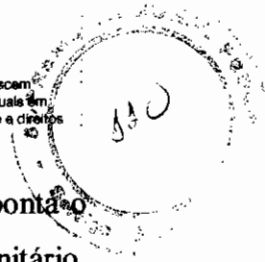
**Percentual da população atendida por rede de abastecimento de água**



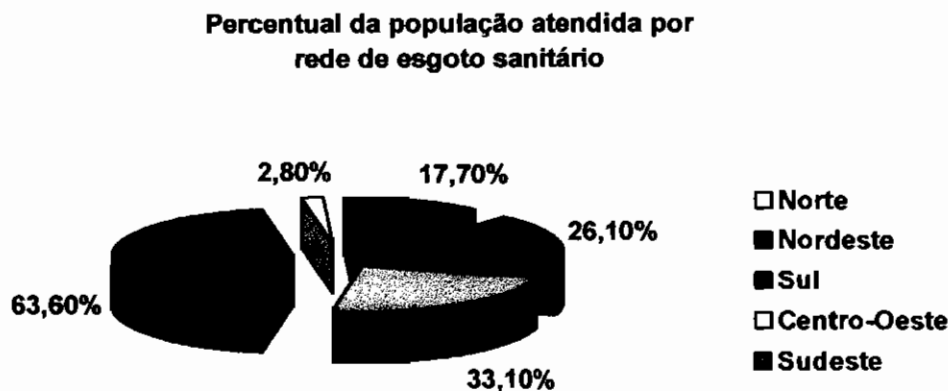
<sup>6</sup> ARAUJO, Tânia Bacelar. Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: Heranças e urgências. Coedição: IPPUR/UFRJ-FASE.

<sup>7</sup> Fonte: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) – Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

*Handwritten signature*



No que tange ao atendimento por rede de esgoto sanitário, a pesquisa apontou percentual de 40% da população brasileira atendida por rede de esgoto sanitário, sendo a seguinte a divisão conforme as denominadas “Grandes Regiões”:



Não por acaso, a região que concentra a maior parcela da riqueza nacional é a que encontra maior respaldo no atendimento por rede de esgoto. Este quadro indica que, a despeito de qualquer avanço econômico alcançado, o Brasil não cuida como deveria da qualidade de vida de sua população. E, além disso, ocupa-se primordialmente da pequena parcela que pode pagar pelos serviços públicos essenciais, cuja obrigação de prestação, nunca é demais ressaltar, é **dever** constitucional do Estado, como será a seguir abordado.

Permanecendo no raciocínio de relação entre o acesso aos serviços públicos essenciais e o direito conferido aos administrados de sua prestação contínua, apontamos outro dado alarmante do século XXI: atualmente **1,6 bilhão de pessoas não têm acesso à energia elétrica em seus lares**, conforme constatou a 14ª sessão da Comissão do Desenvolvimento Sustentável, realizada em maio de 2006<sup>8</sup>. No curso da reunião, destacou-se a relevância de uma cooperação política internacional no intuito de universalizar o acesso aos serviços de energia.

No Brasil, **12 milhões de pessoas não têm acesso à energia elétrica**, sendo que 90% das famílias sem acesso à energia têm renda inferior a 03 (três) salários

<sup>8</sup> [www.pnud.org.br/noticias](http://www.pnud.org.br/noticias)



mínimos e 84% vivem em Municípios com IDH abaixo da média nacional (que equivale a 0,766)<sup>9</sup>. Não se trata apenas de uma questão envolvendo usuários individuais: 13% das escolas localizadas na zona rural do país ainda não dispõem de energia elétrica, impossibilitando o acesso a recursos como laboratórios e informática.<sup>10</sup>

Ainda segundo informações do IBGE divulgadas em 2005, **mais de 53 milhões de pessoas não possuem telefone em suas residências**, o que representa quase 30% do total da população brasileira<sup>11</sup>.

Além disso, no Brasil, aproximadamente **10 milhões de unidades habitacionais são consideradas qualitativamente inadequadas**, devido à falta de acesso à água e a outros direitos, realizados em parte através do fornecimento de serviços como assistência à saúde, educação, eletricidade e saneamento.

Em relação ao saneamento, **uma estimativa de 12,1 milhões de residências urbanas particulares, principalmente as habitadas por famílias de baixa renda, necessitam de serviços básicos**.

Esta situação alarmante foi constatada pelo Relator Especial da Organização das Nações Unidas sobre a moradia adequada como componente do direito a um adequado padrão de vida, Miloon Kothari, em sua missão no Brasil, realizada no período de 29 de maio a 13 de junho de 2004<sup>12</sup> e cujas conclusões serão posteriormente analisadas neste *amicus curiae*.

Diante de todo o panorama exposto, não há como não questionar a previsão de corte na prestação dos serviços essenciais, sendo um contra-senso na realidade absolutamente desigual do país, acarretando a violação – sob amparo da Lei – da

<sup>9</sup> [www.mme.gov.br](http://www.mme.gov.br) – Programa Luz para Todos.

<sup>10</sup> EDUDATA Brasil, Inep, 2005, em [www.edudatabrasil.inep.gov.br](http://www.edudatabrasil.inep.gov.br).

<sup>11</sup> Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2005, disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

<sup>12</sup> Documento E/CN.4/2005/48/Add.3, da Organização das Nações Unidas.



dignidade da pessoa humana, além dos direitos à saúde, educação entre outros quando o usuário for uma escola ou um hospital, por exemplo.

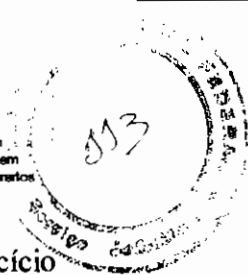
Os serviços públicos essenciais constituem na sociedade moderna condição fundamental para que as pessoas possam viver sua vida com dignidade, participando de todos os benefícios oferecidos pela vida em sociedade e usufruindo as condições necessárias para o exercício efetivo de sua cidadania. Não se pode desconsiderar, ademais, que dadas as atuais condições de urbanização e industrialização, é através de tais serviços que se praticam os ciclos vitais básicos, como a distribuição, a conservação e o preparo dos alimentos.

**A negativa de acesso a serviços públicos considerados básicos para uma vida digna na sociedade moderna, implica negar a cidadania de milhões de brasileiros que não possuem condições financeiras para arcar com o ônus do pagamento das elevadas tarifas impostas, contribuindo para a sua exclusão e marginalização social. Situação esta diametralmente oposta aos objetivos que devem ser buscados por nosso Estado Democrático, como a seguir exposto.**

#### **4. DOS FUNDAMENTOS E OBJETIVOS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL À VIDA DIGNA**

Logo em seu preâmbulo, a Constituição da República enfatiza o compromisso de:

“(...) instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social (...)”.



Com isso, a sociedade brasileira, elegeu como valores supremos o exercício efetivo dos direitos fundamentais, capazes de conduzir a uma sociedade justa e solidária e de proporcionar o bem-estar de todos.

Em seguida, em seu artigo 1º, incisos II e III, a Constituição estabelece os fundamentos da República brasileira, entre os quais estão a dignidade da pessoa humana e a cidadania.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como **fundamentos**:

II - **cidadania**

III - **a dignidade da pessoa humana**; (grifamos)

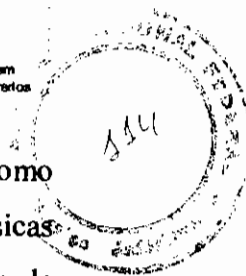
Ainda, a Constituição Federal estabelece ser **objetivo** da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, I), bem como erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (art. 3º, III), consubstanciando o princípio constitucional da **solidariedade social**.

Art. 3º Constituem **objetivos fundamentais** da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

Tais normas constitucionais são preceitos fundamentais da ordem jurídica e, portanto, as mais importantes do ponto de vista interpretativo. Os princípios e objetivos fundamentais devem servir de base para a interpretação da Constituição e demais normas que formam nosso ordenamento jurídico. É a posição de supremacia dos princípios constitucionais, amplamente consagrada nos Tribunais Constitucionais da atualidade.



Dentro deste contexto, os princípios fundamentais podem ser conceituados como sendo regras que informam todo um sistema de normas, isto é, diretrizes básicas por envolver a idéia da Constituição como norma suprema e condicionante de todo o ordenamento jurídico. Assim, os princípios são considerados o elemento central da ordem jurídica, por representarem aqueles valores supremos eleitos pela comunidade.

Jorge Miranda ressalta a função ordenadora dos princípios fundamentais, assim como sua aplicabilidade imediata, enquanto diretamente aplicáveis ou diretamente capazes de conformarem as relações público-constitucionais, aditando, ainda, que

“a ação imediata dos princípios consiste, em primeiro lugar, em funcionarem como critério de interpretação e de integração, pois são eles que dão coerência geral ao sistema”<sup>13</sup>.

Vale, ainda, estabelecer que em matéria constitucional, a dignidade da pessoa humana é princípio a orientar todo o ordenamento jurídico bem como sua aplicação. Nesse sentido é o entendimento de Flávia Piovesan:

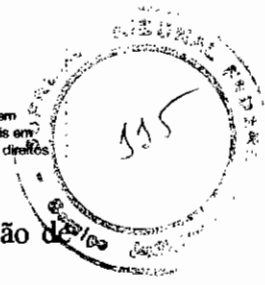
“A dignidade humana simboliza, deste modo, um verdadeiro superprincípio constitucional, a norma maior a orientar o constitucionalismo contemporâneo, dotando-lhe especial racionalidade, unidade e sentido”.<sup>14</sup>

Seguindo este raciocínio, o Excelentíssimo Ministro deste E. Supremo Tribunal Federal Celso de Mello, por ocasião de julgamento de habeas corpus, proferiu decisão na qual reconheceu a centralidade do postulado da dignidade da pessoa

<sup>13</sup> MIRANDA, Jorge. *Manual de direito constitucional*. Coimbra: Coimbra, 1983. p. 105.

<sup>14</sup> PIOVESAN, Flávia. *Temas de direitos humanos*. São Paulo: Max Limonad, 2003. p. 393.





humana no ordenamento jurídico brasileiro. Pedimos vênia para a transcrição de trecho de referida decisão:

“O fato é que a liberdade de expressão não pode amparar comportamentos delituosos que tenham, na manifestação do pensamento, um de seus meios de exteriorização, notadamente naqueles casos em que a conduta desenvolvida pelo agente encontra repulsa no próprio texto da Constituição, que não admite gestos de intolerância que ofendem, no plano penal, valores fundamentais, como o da dignidade da pessoa humana, consagrados como verdadeiros princípios estruturantes do sistema jurídico de declaração dos direitos essenciais que assistem à generalidade das pessoas e dos grupos humanos” (HC 82.424/RS, julgado em 17.09.03 – grifamos).

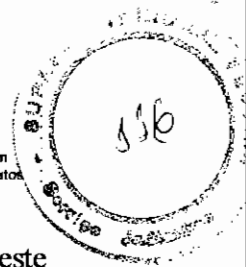
O conceito de dignidade pode ser extraído do fato de que o homem é um fim em si mesmo, e nunca, apenas, uma coisa, um meio para algo. É a célebre fórmula do imperativo categórico de Immanuel Kant:

“Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio”<sup>15</sup>.

Com isso, Kant revela a existência de um *reino dos fins*, no qual todos os seres estão ligados por uma lei que ordena que todos nunca se tratem apenas como meios, mas também como fins. Essa lei é criada pelos próprios membros desse

<sup>15</sup> KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 1995. p. 69.





reino, sendo que todos são, ao mesmo tempo, seu legislador e seu súdito. Neste reino, os homens não têm preço, mas dignidade.

“Tudo tem um preço ou uma dignidade. Aquilo que tem um preço pode ser muito substituído por qualquer outra coisa, a título de equivalente; ao contrário, aquilo que é superior a todo preço, aquilo que por conseguinte não admite equivalente, é isto que possui uma dignidade”<sup>16</sup>.

Assim dignidade significa estar acima do preço e, portanto, não admitir equivalente. Deste modo, a dignidade da pessoa humana pode ser considerada atingida sempre que a pessoa for rebaixada a objeto, a mero instrumento, tratada como uma coisa a qual se pode atribuir um preço, sendo privada, portanto, de sua condição de sujeito de direitos, do exercício de sua cidadania, da sua capacidade de pleno desenvolvimento individual.

Pérez Luño, em sentido convergente, salienta que o princípio da dignidade implica a afirmação positiva do pleno desenvolvimento da personalidade de cada indivíduo, e também “a *garantia negativa de que a pessoa não vai ser objeto de ofensas ou humilhações*”<sup>17</sup>.

Além disso, há de se registrar que, hoje, a característica mais marcante dos princípios é a sua normatividade, uma vez que são vistos pela teoria constitucional contemporânea, como uma espécie do gênero norma jurídica, ao lado das regras jurídicas.

Assim, os princípios constitucionais e, conseqüentemente os direitos fundamentais, constituem direito imediatamente vigente, e não podem mais ser considerados como meros enunciados formais, mas sim como indicadores do

<sup>16</sup> Ibid. p. 77.

<sup>17</sup> LUÑO, Pérez. *Derechos humanos, estado de derecho y constitución*. Madrid: Tecnos, 1984. pp. 317-318. Tradução livre.



conteúdo normativo eficaz. É a lenta, porém necessária, superação das teorias das normas constitucional-programáticas sem significado jurídico. Especialmente os direitos fundamentais, amplamente presentes no caso, gozam de expressa previsão constitucional de aplicabilidade imediata, consoante o disposto no artigo 5º, parágrafo 1º, da Constituição Federal.

Quanto à normatividade dos princípios constitucionais, especial o da dignidade da pessoa humana, assim ensina o constitucionalista José Afonso da Silva, trazendo a tona lição de Gomes Canotilho e Vital Moreira:

*“Dignidade da pessoa humana é um valor supremo que atrai o conteúdo de todos os direitos fundamentais do homem, desde o direito à vida. ‘Concebido como referencia constitucional unificadora de todos os direitos fundamentais [observam Gomes Canotilho e Vital Moreira], o conceito de dignidade da pessoa humana obriga a uma densificação valorativa que tenha em conta o seu amplo sentido normativo-constitucional e não qualquer idéia apriorística do homem, não podendo reduzir-se o sentido da dignidade da pessoa humana à defesa dos direitos pessoais tradicionais, esquecendo-a nos casos de direitos sociais, ou invocá-la para construir ‘teoria do núcleo da personalidade’ individual, ignorando-a quando se trate de garantir as bases da existência humana.’ Daí decorre que a ordem econômica há de ter por fim assegurar a todos existência digna (art. 170), a ordem social visará a realização da justiça social (art. 193), a educação, o desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania (art. 205) etc., não como meros enunciados formais, mas como*



indicadores do conteúdo normativo eficaz  
dignidade da pessoa humana”<sup>18</sup>.

Os serviços públicos essenciais, em nossa sociedade, são indispensáveis ao exercício de diversos direitos fundamentais e ao cumprimento do princípio da dignidade da pessoa humana. Deste modo, imperioso é interpretar as normas que regulam a prestação dos serviços públicos essenciais, como o de fornecimento de energia elétrica e água, pela ótica dos princípios constitucionais.

Amartya Sen, um dos idealizadores do Índice de Desenvolvimento Humano e ganhador do Prêmio Nobel, destaca a importância do desenvolvimento para a qualidade de vida das pessoas e para o exercício da cidadania. Para ele:

“O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. A eliminação de privações de liberdades substanciais, argumenta-se aqui, é *constitutiva* do desenvolvimento. (...) A importância intrínseca da liberdade humana em geral, como o objetivo supremo do desenvolvimento, é acentuadamente suplementada pela eficácia instrumental de liberdades específicas na promoção de liberdades de outros tipos. (...) Analogicamente, oportunidades sociais de educação e assistência médica, que podem requerer a ação pública, complementam oportunidades individuais de participação econômica e política e também favorecem nossas iniciativas para vencer privações”<sup>19</sup>.

<sup>18</sup> SILVA, José Afonso. *Curso de direito constitucional positivo*. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 105.

<sup>19</sup> SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 10.





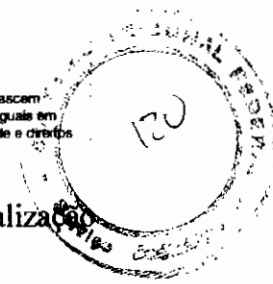
Deste modo, não há que falar em desenvolvimento que não seja capaz de proporcionar a liberdade humana, liberdade esta entendida em sentido amplo, como sendo a **liberdade de privações**, com o objetivo primordial de assegurar a todos os seres humanos a oportunidade de desenvolvimento pleno de sua capacidade individual. Por certo, a privação de acesso a serviços públicos essenciais, não atinge este ideal de desenvolvimento.

**Assim, não há de ser considerada válida uma norma que possibilite a interrupção no fornecimento de serviços essenciais diante da mera inadimplência do usuário – que poderia ser resolvida pela via própria da ação de cobrança -, agravando o quadro social já relatado e violando frontalmente o postulado máximo da dignidade da pessoa humana, impossibilitando o efetivo exercício da cidadania para milhões de brasileiros que serão colocados a margem da sociedade.**

Além disso, os serviços públicos, mormente os que podem ser considerados essenciais, possuem evidente relevância para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, bem como para uma maior interação social, constituindo importante passo para a redução de desigualdades regionais e sociais, objetivos fundamentais de nossa República.

Fábio Konder Comparato ensina que o princípio da solidariedade social

“(…) prende-se à idéia de *responsabilidade de todos pelas carências ou necessidades de qualquer indivíduo ou grupo social*. É a transposição, no plano da sociedade política, da *obligatio in solidum* do direito privado romano. O fundamento ético deste princípio encontra-se na idéia de justiça distributiva, entendida como a necessária compensação de bens e



vantagens entre as classes sociais, com a socialização dos riscos normais da existência humana”<sup>20</sup>.

Este Egrégio Tribunal já se manifestou acerca do princípio da solidariedade social por ocasião do julgamento de medida cautelar na ADI 1003. Transcrevemos trecho da ementa do acórdão de referido julgamento:

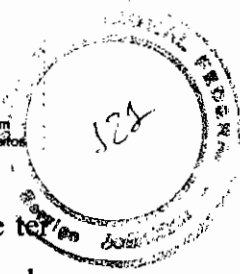
- A Constituição da República, ao fixar as diretrizes que regem a atividade econômica e que tutelam o direito de propriedade, proclama, como **valores fundamentais a serem respeitados**, a supremacia do interesse público, **os ditames da justiça social**, a **redução das desigualdades sociais**, dando especial ênfase, dentro dessa perspectiva, **ao princípio da solidariedade**, cuja realização parece haver sido implementada pelo Congresso Nacional ao editar o art. 1º da Lei nº 8.441/92. (ADI 1.003-4/DF, Rel. Min. Celso de Mello, j. 01/08/1994 – grifamos).

Os serviços públicos são instrumentos preciosos para a consecução dos fundamentos e objetivos impostos pelos artigos 1º e 3º da Constituição Federal, motivo pelo qual o Poder Público não pode negligenciar no momento de estabelecer regras que assegurem a garantia de acesso.

A garantia de acesso significa cumprir o escopo da universalização, o que se alcança principalmente flexibilizando o pagamento das tarifas num país como o Brasil, onde o valor de energia elétrica para a classe residencial, por exemplo, é uma das mais caras do mundo<sup>21</sup>.

<sup>20</sup> COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 1999. pp. 51-52.

<sup>21</sup> Estudo “Key World 2004”, da Agência Internacional de Energia (AIE), conforme divulgado na notícia *Serviço público: Energia elétrica: Preço: Décimo maior do mundo*, disponível em <http://www.notadez.com.br/content/noticias.asp?id=29586>, acessado em 21.08.2006.



A maioria da população do Brasil é pobre<sup>22</sup>, o que não lhe nega o direito de ter acesso aos serviços públicos essenciais, fundamentais para o exercício pleno da cidadania e para a inclusão nos benefícios decorrentes da vida em sociedade.

Assim, é medida fundamental para universalização dos serviços essenciais, principalmente para os consumidores domiciliares de baixa renda, a **vedação da suspensão de fornecimento em caso de inadimplemento**, além da definição de uma política tarifária adequada à realidade sócio-econômica da população do país, como elementos fundamentais para a garantia do acesso, figurando como importante instrumento de distribuição de justiça social.

Ou seja, é dever constitucionalmente imposto ao Estado garantir o desenvolvimento nacional de modo a construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicando a pobreza, a marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais, promovendo o bem-estar de todos, sem qualquer tipo de preconceito ou discriminação (art.3º, IV, CF), para o que os serviços públicos essenciais, como é o caso da energia elétrica, são importantíssimos na sociedade moderna.

## 5. DA INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE DA SUSPENSÃO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS

Os serviços de abastecimento e saneamento de água, esgoto, energia elétrica e telefonia são considerados pela própria Administração como serviços públicos essenciais, próprios da atribuição do Poder Público (art. 175, CF). A própria natureza destes serviços os qualifica como essenciais, na medida em que serviços como água encanada, luz e de telecomunicações são fornecidos exclusivamente pela Administração (direta ou indiretamente – art. 21, CF), que não pode se omitir ou se negar a disponibilizar tais serviços.

<sup>22</sup> De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 14,5% da população viviam em condições de extrema pobreza em 2004, e 34,1% em condições de pobreza.

*Handwritten signature or initials.*



Serviço público essencial é aquele serviço indispensável, prestado pelo Estado para suprir as necessidades coletivas e individuais diretamente ou por meio de empresas concessionárias ou permissionárias. São prestações sem as quais, em determinada cultura, as pessoas se vêem desprovidas do mínimo necessário para a viabilização adequada de suas vidas.

O acesso aos serviços públicos essenciais de saneamento básico, água, luz e telefonia, bem como a garantia à sua adequada prestação constituem direito de toda a população e dever do Estado. Assim estabelece a Constituição Federal:

Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Parágrafo único: A lei disporá sobre:

II – os direitos dos usuários;

IV – a obrigação de manter serviço adequado.

Desta forma, a Constituição da República impõe ao Poder Público a obrigação de prestar serviços públicos e de manter a prestação de forma adequada, quer quando o serviço é prestado diretamente pela Administração, quer quando prestado por terceiros na forma de concessão ou permissão.

Hely Lopes Meirelles, conceitua serviço público como:

“(…) todo aquele prestado pela Administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer as necessidades essenciais ou secundárias da coletividade, ou simples conveniência do Estado”<sup>23</sup>.

<sup>23</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. São Paulo:Malheiros,1996. p. 295.





E continua o ilustre doutrinador:

“(...) o fim precípua do serviço público ou de utilidade pública, como o próprio nome está a indicar, é servir ao público e, secundariamente, produzir renda a quem o explora. Daí decorre o dever indeclinável de o concedente regulamentar, fiscalizar e intervir no serviço concedido sempre que não estiver sendo prestado a contento do público a que é destinado”<sup>24</sup>.

Ou seja, a Administração Pública está vinculada a prestação de serviços públicos, quer diretamente, quer indiretamente, como forma de satisfazer as necessidades essenciais da coletividade, não podendo se furtar a este papel. Ainda, o serviço público deve ser destinado a suprir as necessidades básicas de todos os cidadãos e não apenas, como pretende alguns, daqueles que possuem condições financeiras para arcar com o ônus do pagamento das tarifas impostas como contra-prestação.

Complementando o conceito acima apresentado, e reconhecendo o acesso aos serviços públicos como condição necessária à afirmação da dignidade da pessoa humana, o doutrinador Marçal Justen Filho, ao analisar a natureza do serviço público, leciona que:

**“(...) o serviço público é resultado do reconhecimento de certos direitos sociais e econômicos ao cidadão. O serviço público não se constitui numa liberdade individual, precisamente porque configura o fornecimento de uma utilidade concreta. Essa utilidade concreta é prestada pelo Estado por ser necessária a afirmação da dignidade da pessoa humana. (...) Mais ainda, o**

<sup>24</sup> Ibid. p. 298.





serviço público traduz o adimplemento pelo Estado a um dever de intervenção direta e ativa que lhe é imposto pela ordem jurídica”<sup>25</sup> (grifamos).

Como se vê, a própria natureza do serviço público vincula a sua prestação ao cumprimento dos direitos econômicos e sociais assegurados a todas as pessoas por nossa Carta Magna, sendo estes indispensáveis para a concretização do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana e do exercício da cidadania.

A definição e o rol de serviços públicos essenciais não estão expressamente previstos na Constituição Federal. No entanto, em seu artigo 9º, a Constituição instituiu o direito de greve, prevendo em seu parágrafo único que a lei definirá os serviços ou atividades essenciais. Para regulamentar este dispositivo constitucional, foi editada a Lei 7.783/89, conhecida como Lei de Greve.

Deste modo, para a determinação de quais serviços públicos devem ser considerados essenciais, podemos aplicar, subsidiariamente, o artigo 10º da Lei de Greve, que assim dispõe:

Art. 10 São considerados serviços ou atividades essenciais:

**I - tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;**

II - assistência médica e hospitalar;

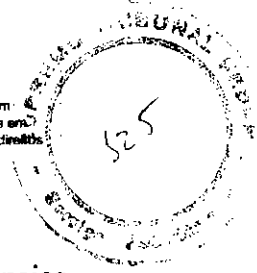
III - distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos;

IV - funerários;

V - transporte coletivo;

VI - captação e tratamento de esgoto e lixo;

<sup>25</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. *Teoria geral das concessões de serviço público*. São Paulo: Dialética, 2003. pp. 185-186.



VII - telecomunicações;

VIII - guarda, uso e controle de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares;

IX - processamento de dados ligados a serviços essenciais;

X - controle de tráfego aéreo;

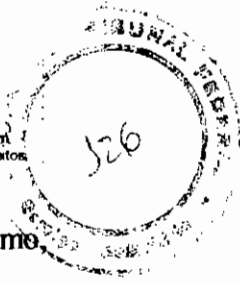
XI - compensação bancária.

Importante frisar que, inclusive em caso de greve, deverá ser garantida a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, sendo estas as que, não atendidas, coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população (art. 11, Lei 7.783/89). E, devido a sua grande relevância, em caso de não observância deste dispositivo, o Poder Público assegurará a prestação dos serviços indispensáveis (art. 12, Lei 7.783/89), concretizando assim as normas constitucionais.

Ademais, a essencialidade dos serviços básicos essenciais, referidos no art.10, inciso I, da Lei de Greve, reside no fato de constituírem pressuposto ao exercício dos demais direitos fundamentais reconhecidos em nossa Constituição, notadamente o direito à educação, que, por sua vez, constitui meio indispensável ao exercício da cidadania – preceito fundamental de nosso ordenamento jurídico (art.205 c/c art.1º, II, CF/88).

Infelizmente, não é incomum a absurda prática de se suspender indiscriminadamente o fornecimento de tais serviços, afetando escolas públicas, impossibilitando, nestes casos, tanto a continuidade de suas atividades de ensino como os serviços complementares de saúde e, principalmente, de alimentação escolar.

A relação entre os usuários de serviços públicos prestados mediante retribuição e os prestadores destes serviços, quer seja a Administração Pública diretamente, ou



empresas concessionárias ou permissionárias, constitui uma relação de consumo regida pelo Código de Defesa do Consumidor - CDC<sup>26</sup>.

A garantia de defesa do consumidor é obrigação constitucionalmente imposta ao Estado e direito fundamental do cidadão, como se pode inferir do disposto nos artigos 5º, inciso XXXII e artigo 170, inciso V da Constituição Federal:

Artigo 5º, XXXII – o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

Artigo 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

V – defesa do consumidor;

Deste modo, o CDC surgiu atendendo um comando constitucional, conferindo plena eficácia ao direito de defesa do consumidor instituído pela própria Carta Magna. Assim, por se tratar de direito materialmente constitucional, a **defesa do consumidor** deverá sempre ser utilizada como importante fator de interpretação de normas infraconstitucionais, caracterizando verdadeiro princípio, calcado nos valores constitucionais da dignidade da pessoa humana e da cidadania, não podendo ser violados por normas infraconstitucionais.

A própria Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, possibilita expressamente a aplicação do CDC, no tocante aos direitos dos usuários, consoante disposto em seu artigo 7º.

<sup>26</sup> Neste sentido, ver a Súmula de Estudos nº 6, editada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, por meio do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa do Consumidor.



Assim, não há dúvida a respeito da aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor em caso de prestação de serviços públicos, ainda que sob o regime de concessão.

Desse modo, apontamos também alguns dispositivos da legislação consumeirista infraconstitucional, com o intuito de apontar que, além de frontalmente inconstitucional, o corte de serviços essenciais configura também medida ilegal e arbitrária e, como tal, não deve ser admitida em nosso ordenamento jurídico.

A suspensão no fornecimento dos serviços considerados essenciais, além de contribuir para o agravamento dos problemas sociais existentes e já mencionados no presente *amicus curiae* violando diversos dispositivos constitucionais, caracteriza-se como uma ilegalidade de acordo com os artigos 22 e 42 do Código de Defesa do Consumidor, que prevêm respectivamente a **continuidade na prestação dos serviços públicos essenciais e a garantia de que o consumidor inadimplente não será exposto ao ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.**

Além disso, é importante perceber que o Código de Defesa do Consumidor (art.2º) protege todos os beneficiários da relação de consumo, não dando margem a qualquer discriminação entre o consumidor-adquirente e o consumidor-usuário. A importância desse avanço normativo “se exacerba justamente quando estão em causa os serviços públicos difusos (ut universi) relativos à segurança, saúde e educação”<sup>27</sup>, prevenindo a violação em cadeia dos direitos fundamentais da população.

Nestes casos, a punição imposta ao consumidor-adquirente (pessoa jurídica de direito público, escola, universidade, hospital etc), pretensamente fundada no inadimplemento da obrigação contratual, pouco ou nenhum dano ocasiona a este, quando comparado ao dano sofrido pelos consumidores-usuários – destinatários

<sup>27</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini *apud* VIDONHO JR, Amadeu dos A e PAIVA, Mário Antônio Lobato de. *Da continuidade dos serviços públicos essenciais de consumo*. In: *Âmbito Jurídico*, fev/2002 [Internet] <http://www.ambito-juridico.com.br/aj/dconsu0046.htm>.



finais dos serviços básicos essenciais e que, apesar de figurarem fora da relação contratual, passam a ser privados de seus direitos fundamentais, em uma situação flagrantemente descabida e desproporcional.

O CDC, ainda, estabelece como direito básico do consumidor a adequada e eficaz prestação do serviço público (art. 6º, X).

Por sua vez, a Lei Federal nº 8.987/95, conceitua **serviço adequado** como aquele que satisfaz as condições de regularidade, **continuidade**, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas (artigo 6º, parágrafo 1º), assegurando aos usuários o direito de receber um serviço adequado (artigo 7º, inciso I).

Não obstante, o mesmo artigo 6º da Lei de Concessões, em seu parágrafo 3º, inciso II, estabelece que não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção, após aviso prévio, quando se der inadimplemento do usuário.

Cumprido destacar que a Lei de Concessões não faz qualquer menção ao fato do serviço ser considerado essencial ou não, ao passo em que o CDC é específico em afirmar que os serviços essenciais devem, necessariamente, ser contínuos. Assim, é o caráter essencial do serviço público que impõe a continuidade de sua prestação. Sendo o serviço essencial, ele deve obrigatoriamente ser contínuo.

Desde modo, verifica-se que, no que concerne aos serviços essenciais, a norma específica a ser aplicada é o Código de Defesa do Consumidor, e não a Lei de Concessões, na medida em que aquele constitui norma materialmente constitucional e possibilita maior concretização dos fundamentos e objetivos constitucionais.



Neste sentido, ao comentar o disposto no artigo 6º, § 3º, II da Lei 8.987/95,  
Marçal Justen Filho entende que:

“A hipótese do inciso II não autoriza, porém, a suspensão de serviços obrigatórios, cuja prestação se faz no interesse público ou é essencial à dignidade da pessoa humana. (...) quando a Constituição Federal assegurou a dignidade da pessoa humana e reconheceu o direito de todos à seguridade, introduziu obstáculo invencível à suspensão de serviços públicos essenciais”<sup>28</sup>.

E continua referido autor:

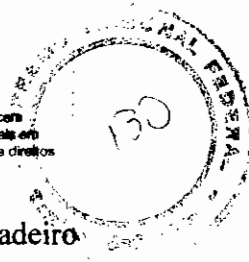
“Como regra, o particular está obrigado a manter a prestação do serviço público, não obstante haja a ausência de cumprimento de prestações devidas pelos demais envolvidos no âmbito da concessão. É vedada a interrupção da prestação do serviço público, princípio fundamental que comporta explicação mais minuciosa.

É indispensável, antes de tudo, diferenciar a essencialidade dos serviços públicos para satisfação da dignidade da pessoa humana. Quanto mais essenciais esses serviços, tanto menos cogitável é a interrupção de sua prestação, quer em termos individuais, quer em dimensão coletiva”<sup>29</sup>.

Assim sendo, a Lei de Concessões, ao afirmar que não caracteriza descontinuidade do serviço a sua interrupção por falta de pagamento do usuário,

<sup>28</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Op. cit. p. 170.

<sup>29</sup> Ibid. p. 506.



além de violar outras normas constitucionais, está realizando um verdadeiro retrocesso ao direito básico do consumidor, tendo em vista a proteção anteriormente conferida pelo CDC. Cumpre lembrar que o princípio da proibição de retrocesso veda que lei posterior possa desconstituir qualquer garantia de proteção assegurada a direitos fundamentais.

A legislação pátria proíbe qualquer tipo de coação, ameaça ou constrangimento na cobrança de dívidas, sendo ilegal, arbitrária e desproporcional a atitude de simplesmente privar o usuário da fruição de serviços que, por força legal são considerados essenciais e devem ser prestados continuamente. Configura, deste modo, flagrante violação aos **princípios constitucionais da razoabilidade e proporcionalidade**, impostos à Administração Pública, bem como aos demais fornecedores de serviços públicos.

Assim, admitir que a empresa prestadora do serviço possa unilateralmente cortar o fornecimento de serviços por razões de inadimplemento, especialmente quando se trata de credor economicamente muito mais forte que o devedor, seria privilegiar a execução privada do próprio direito – há muito repelida por nosso ordenamento – em detrimento das vias legais existentes e adequadas para a cobrança de dívidas em geral. Não seria justo possibilitar às prestadoras de serviços públicos a interrupção do fornecimento como forma de forçar o consumidor a pagar suas dívidas, de maneira extremamente humilhante e mediante o uso de prática comercial flagrantemente abusiva, enquanto o restante da população deve utilizar o Poder Judiciário para compor seus litígios, sob pena de incorrer em exercício arbitrário das próprias razões.

Além disso, a suspensão no fornecimento de serviços essenciais por falta de pagamento não leva em consideração a situação do usuário, mas apenas o interesse econômico do prestador do serviço em evidente abuso de direito. Esta postura vai de encontro à idéia kantiana de que todos os seres humanos devem ser tratados como fim em si mesmos, além de contrariar o próprio conceito de serviço público, violando, com isso, o **postulado da dignidade da pessoa humana**.



Como já demonstrado, não restam dúvidas de que, na sociedade atual, os serviços públicos de fornecimento de energia elétrica, água e telefonia são serviços públicos essenciais e, como tais, necessários a uma vida com dignidade.

A suspensão do fornecimento de serviços essenciais como forma de compelir o usuário ao pagamento de tarifa, **configura evidente prática abusiva, extrapola os limites da legalidade e afronta a cláusula pétrea de defesa do consumidor e o postulado constitucional da dignidade da pessoa humana**, uma vez que o usuário utiliza os serviços públicos considerados essenciais para a sua vida, inclusive para o exercício de outros direitos fundamentais, ainda mais se deixar de gozá-los por absoluta impossibilidade econômica, não por desídia. Negar ao cidadão hipossuficiente o acesso aos serviços básicos essenciais significa jogá-lo à margem da sociedade, privando-o de todo e qualquer padrão de vida digno, mesmo que pobre.

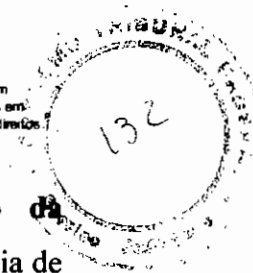
Portanto, com base nos fundamentos da cidadania e da dignidade da pessoa humana (art. 1º, II e III, CF) e no direito constitucional de defesa do consumidor (art. 5º, XXXII, CF), bem como nos princípios da justiça social, resta devidamente demonstrada a inconstitucionalidade da suspensão de fornecimento de serviços essenciais em razão de inadimplemento.

Não se está defendendo a idéia da gratuidade ampla e irrestrita dos serviços públicos, mas sim que seja assegurado acesso aos serviços essenciais a todas as pessoas que deles necessitem, podendo pagar por eles ou não, uma vez que a garantia mínima destes serviços corresponde à garantia do direito fundamental da dignidade da pessoa humana.

Não é demais lembrar que os serviços públicos têm o objetivo precípua de suprir as necessidades coletivas e individuais e, somente em caráter secundário, remunerar o Estado ou quem os explore. Assim, eventual transferência do ônus financeiro ao Poder Público – e, conseqüentemente, à sociedade – não configuraria medida descabida nem oposta ao Direito, ao contrário, daria pleno







atendimento aos ditames constitucionais, materializando o **princípio da solidariedade social**, pelo qual fica afastada a possibilidade de que a ausência de recursos constitua obstáculo à fruição de serviços públicos.

## 6. COMPROMISSOS INTERNACIONAIS

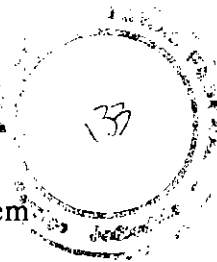
A medida ora atacada também possui ingerências no que se refere às obrigações assumidas pelo Brasil no plano internacional. No último Relatório de Desenvolvimento Humano – *Cooperação Internacional numa Encruzilhada: Ajuda, Comércio e Segurança num Mundo Desigual* –, publicado em 2005 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, foram examinados o desenvolvimento humano e o progresso para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram traçados em 2000, quando os 189 (cento e oitenta e nove) Estados membros da Assembléia Geral das Nações Unidas assinaram a *Declaração do Milênio*, a qual estabeleceu os desafios centrais enfrentados pela humanidade no início do milênio. A Declaração, cuja visão firma-se num compromisso partilhado sobre desenvolvimento, governabilidade, paz, segurança e direitos humanos, identificou 8 objetivos e 18 metas que devem ser cumpridos até o ano de 2015.

Importante destacar o objetivo de número 7, qual seja, “Garantir a Sustentabilidade Ambiental”. “*Um bilhão de pessoas ainda não têm acesso à água potável. (...) Os indicadores identificados para esta meta são justamente ‘indicativos’ de adoção de atitudes sérias na esfera pública*”<sup>30</sup>. (grifo nosso)

Deste modo, a possibilidade de corte de acesso a serviços públicos essenciais, tal como o fornecimento de água e energia elétrica, em razão da mera inadimplência

<sup>30</sup> Fonte: [www.pnud.org.br/odm/objetivo\\_7](http://www.pnud.org.br/odm/objetivo_7) - consulta realizada em 28 de junho de 2006.



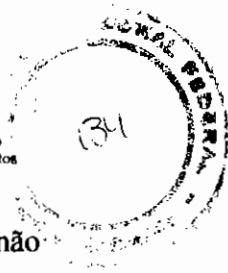
do usuário, contraria as metas traçadas pela Declaração do Milênio, na medida em que reduz o número de pessoas com acesso a tais serviços.

Especialmente em relação ao Brasil, a Organização das Nações Unidas já verificou, por meio de seu Relator Especial sobre a moradia adequada como componente do direito a um adequado padrão de vida, Miloon Kothari, em sua já mencionada visita ao Brasil realizada no período de 29 de maio a 13 de junho de 2004, que a população pobre enfrenta sérias dificuldades para obter acesso a serviços públicos que constituem parte de seu direito à moradia adequada e, conseqüentemente a uma vida digna. Em seu Relatório Final<sup>31</sup>, Miloon Kothari assim descreve a situação encontrada no Brasil:

“(...) 30. Tanto os movimentos da sociedade civil quanto dos ministérios enfatizaram que deve ser aplicada uma abordagem abrangente do direito à moradia adequada, garantindo o sustento, o direito à água e outros direitos, realizada em parte através do fornecimento de serviços como assistência à saúde, educação, **eletricidade** e saneamento. Esse acordo quase nunca foi traduzido em ações práticas que tratam dos obstáculos enfrentados pelos pobres no acesso aos serviços necessários. Depoimentos quase sempre destacaram como os pobres pagavam preços comparativamente altos pela água e eletricidade, que quase sempre totalizavam encargos financeiros exorbitantes.

32. Enquanto a lei de direitos humanos não impede o fornecimento de serviços – incluindo água, educação, eletricidade e saneamento – através de empresas privadas, as autoridades carregam a

<sup>31</sup> Documento E/CN.4/2005/48/Add.3, da Organização das Nações Unidas.



responsabilidade de garantir que tal privatização não viole os direitos humanos da população. Os exemplos do Brasil, entretanto, demonstram que os encargos financeiros sobre os pobres – por exemplo, em consequência da privatização e da ausência de tarifas diferenciadas para eletricidade – tem de fato subido excessivamente. (...)”

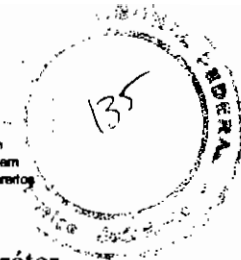
Em sua visita ao Brasil, o Relator Especial da ONU pode verificar alguns aspectos do problema de acesso a serviços públicos básicos enfrentado por nossa população, em especial a população de baixo poder aquisitivo.

Verificou que as altas tarifas impostas, principalmente em decorrência da privatização dos serviços impossibilita ou dificulta o acesso aos mesmos, considerados essenciais para uma vida com dignidade.

Com a possibilidade de corte de fornecimento de serviços por inadimplência do usuário, esta situação se torna ainda mais grave, violando os direitos humanos da população, assegurados por nossa Carta Magna e por inúmeros tratados internacionais ratificados pelo Brasil.

Diante disso, o Relator Especial apresenta, em seu relatório final, a seguinte conclusão:

“79. (...) Uma abordagem integrada do cumprimento das obrigações internacionais dos direitos humanos deve informar as políticas e ações do Governo em todos os níveis, incluindo distribuições orçamentárias e decisões relacionadas à moradia, terra, água, saneamento, eletricidade e proteção contra despejos, bem como os serviços para



mulheres e comunidades carentes em caráter prioritário”.

Assim, também para o cumprimento das obrigações assumidas internacionalmente pelo Estado Brasil em relação aos direitos humanos, há de ser reconhecida a impossibilidade de suspensão de serviços públicos essenciais em razão do inadimplemento do consumidor.

## 7. DA VISÃO DOS TRIBUNAIS SOBRE O ASSUNTO – AVANÇO JURISPRUDENCIAL

A questão ora analisada não encontra posição pacífica, quer na doutrina, quer na jurisprudência. Nos tribunais estaduais, é possível encontrar decisões em ambos sentidos – ora reconhecendo a legalidade da suspensão do fornecimento de serviços públicos, ainda que essenciais, ora negando esta possibilidade.

No âmbito do Superior Tribunal de Justiça, a jurisprudência também se encontrava dividida: enquanto a Primeira Turma proclamava a impossibilidade de corte de serviços essenciais em razão de inadimplência do usuário, a Segunda e a Quarta Turma afirmavam ser possível o corte.

A dissonância de entendimento nas decisões proferidas pelo E. Superior Tribunal de Justiça perdurou até recentemente quando, com o intuito de uniformizar as decisões, os julgamentos ocorridos a partir de meados de 2004 passaram a reconhecer a possibilidade de suspensão do serviço, ainda que essencial.

Como demonstra a jurisprudência comparada do STJ<sup>32</sup>, o entendimento anterior possuía o seguinte enunciado: *“é ilegal o corte no fornecimento de energia elétrica, mesmo que inadimplente o consumidor, consoante comando inserto nos*

<sup>32</sup> Disponível em: [www.stj.gov.br](http://www.stj.gov.br), consultado em 20/06/06.



artigos 22 e 42 do Código de Defesa do Consumidor". Atualmente, entendimento uniformizado traz o seguinte enunciado:

“É possível o corte no fornecimento dos serviços públicos essenciais, remunerados por tarifa, quando houver inadimplência, como previsto no artigo 6º, § 3º, inciso II da Lei 8.987/95, desde que seja precedido por aviso, não acarretando tal procedimento ofensa ao Código de Defesa do Consumidor, nem descontinuidade na prestação do serviço”.

Importante mencionar que, ainda que a posição majoritária do STJ tenha caminhado no sentido de reconhecer a legalidade do corte de fornecimento de serviços essenciais em casos de inadimplemento, já há entendimentos que demonstram a necessidade de relativização da adoção do corte quando se tratar de inadimplente em situação de miserabilidade.

Esta ressalva no entendimento majoritário do STJ pode ser ilustrada pelo voto do eminente Ministro Luiz Fux, proferido por ocasião do julgamento do Recurso Especial 647853/RS, em 28/09/04, no sentido de reconhecer a ilicitude no corte de energia elétrica em relação à pessoa física em situação de miserabilidade e possibilidade de suspensão de fornecimento em relação à pessoa jurídica portentosa.

Este E. Supremo Tribunal já teve a oportunidade de se manifestar sobre situações semelhantes ao do presente caso.

Por ocasião do julgamento da medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade 2299, que visava suspender a eficácia de lei estadual do Estado do Rio Grande do Sul que isentada os trabalhadores desempregados do pagamento de tarifa decorrente do consumo de energia elétrica, pelo período de



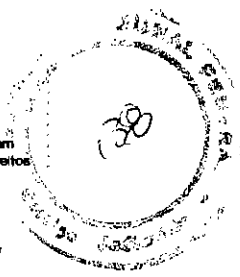
seis meses, o Exmo. Ministro Néri da Silveira, assim manifestou o seu entendimento:

“Não vejo relevância no fundamento jurídico. Penso que o periculum in mora, no caso, manifesta-se mais no que concerne ao beneficiário, especialmente porque se trata apenas de prover sob uma situação de extrema necessidade de trabalhadores desempregados, num período, tão-só, de seis meses, eis que, nos outros seis meses seguintes, eles são devedores. Somente é dito que o serviço não deixará de ser prestado, se não houver pagamento, quer dizer, não será cortado o fornecimento de energia, pelo prestador do serviço. Isso tudo acontece em período não excedente de um ano. O aspecto social da lei não poderá, aqui, deixar de ser considerado, tendo em conta a situação dos beneficiários”.

Não obstante o entendimento conferido à questão pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não podemos admitir a aplicação de legislação infraconstitucional contrárias aos princípios constitucionais, pelos quais cabe a este E. Supremo Tribunal Federal zelar.

Dentre os dispositivos constitucionais aplicáveis ao caso, cabe mais uma vez ressaltar o postulado da dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos da República que revela o nosso ideário como nação.

Deste modo, deve prevalecer o entendimento do ilustre Ministro Néri da Silveira supra mencionado levando em consideração o aspecto social da norma e sua interpretação conforme os princípios expressos em nossa Carta Magna.



## 8. DA AMPLIAÇÃO DO PEDIDO DE INCONSTITUCIONALIDADE


A organização postulante requer, ainda, que a apreciação do pedido de inconstitucionalidade seja feito de forma ampliada, a todo corpo da Lei Estadual nº 2.042/99, uma vez que, como demonstrado, a suspensão no fornecimento de água, energia elétrica e serviços de telefonia, ainda que realizada após aviso prévio ao usuário, é absolutamente inconstitucional.


## 9. PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer-se:

- a) seja a presente manifestação da Conectas Direitos Humanos admitida na qualidade de *amicus curiae* na ADI 3824, nos termos do artigo 7º, § 2º, da Lei nº 9.868/99, com a conseqüente juntada dos documentos anexos aos autos;
- b) seja assegurada à postulante a possibilidade de sustentação oral de seus argumentos em Plenário;
- c) caso negado o item anterior, requer-se que estes argumentos e documentos sejam recebidos como memoriais;

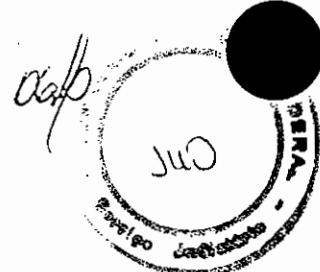
São Paulo, 22 de dezembro de 2006.

  
Eloísa Machado de Almeida  
OAB/SP 201.790

  
Marcela Cristina Fogaça Vieira  
OAB/SP 252.930







ESTATUTO DE ASSOCIAÇÃO  
CONECTAS DIREITOS HUMANOS

Capítulo I – Da Denominação, Sede e Fins

Artigo 1º - A ASSOCIAÇÃO DIREITOS HUMANOS EM REDE, doravante denominada "ASSOCIAÇÃO", é uma associação civil sem fins econômicos, com sede e foro na cidade de São Paulo, capital do Estado, na Rua Pamplona, 1197, casa 4, Jardim Paulista, São Paulo – SP.

Parágrafo 1º - A Associação poderá adotar o nome "fantasia" CONECTAS DIREITOS HUMANOS e um logotipo que a representará.

Artigo 2º - O tempo de duração da ASSOCIAÇÃO é indeterminado.

Artigo 3º - A ASSOCIAÇÃO será regida nos termos da Lei 9.790/99 e terá por finalidade promover, apoiar, monitorar e avaliar projetos em direitos humanos em nível nacional e internacional, em especial:

I - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

II - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito a promoção e defesa dos direitos humanos, da democracia, da ética, da paz e da cidadania;

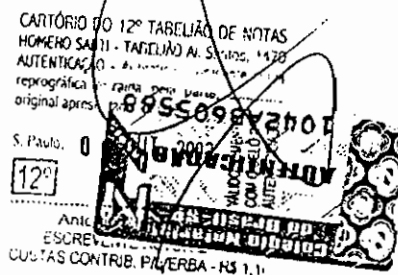
III - promoção do voluntariado;

IV - formação e articulação de redes nacionais e internacionais para a promoção e defesa dos direitos humanos e da democracia;

V - promoção gratuita da educação com o objetivo de difundir conhecimentos na área de direitos humanos e da democracia.

Parágrafo 1º - A ASSOCIAÇÃO pode, para consecução de seus objetivos institucionais, utilizar todos os meios permitidos na lei, especialmente para:

- a) abrir e encerrar filiais e escritórios em qualquer parte do país ou no exterior;
- b) captar recursos e financiar programas e projetos sociais que atendam aos seus objetivos institucionais, desde que previamente aprovados pela Assembléia Geral;
- c) conceder bolsas de estudos e de pesquisa;
- d) difundir e promover atividades culturais relacionadas à promoção e defesa dos direitos humanos, da democracia, da ética, da paz e da cidadania, por qualquer meio idôneo; e
- e) promover, apoiar e desenvolver a pesquisa, a cultura e o ensino, inclusive, por meio de treinamento técnico, de publicações, edição, própria ou por meio de terceiros, de livros e revistas de natureza técnica, científica, cultural e artística,



videos e quaisquer outros meios de divulgação e comunicação, dentro das necessidades inerentes às atividades da ASSOCIAÇÃO.



**Parágrafo 2º** - A ASSOCIAÇÃO poderá realizar as atividades previstas no Parágrafo 1º por meio da execução direta de projetos, programas e planos de ações; da doação de recursos físicos, humanos e financeiros a outras organizações sem fins lucrativos ou projetos de relevância social; ou, ainda, da prestação de serviços intermediários, de apoio a outras organizações sem fins lucrativos ou a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

**Parágrafo 3º** - A ASSOCIAÇÃO poderá alienar ou dispor dos produtos e serviços eventualmente decorrentes das atividades relacionadas no Parágrafo 1º, sendo toda a renda, recursos ou resultados operacionais obrigatoriamente aplicados na consecução de seus objetivos institucionais, e, em nenhuma hipótese os resultados poderão ser distribuídos entre os associados, conselheiros, instituidores, benfeitores ou qualquer outra pessoa física ou jurídica ligada à ASSOCIAÇÃO, direta ou indiretamente.

**Artigo 4º** - A ASSOCIAÇÃO adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes para coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais pelos seus dirigentes e associados.

**Parágrafo 1º** - A ASSOCIAÇÃO não remunera seus membros e associados, exceto aqueles que atuarem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestarem serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação.

**Artigo 5º** - No desenvolvimento de suas atividades, a ASSOCIAÇÃO observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, sem qualquer discriminação de raça, cor, sexo, região ou religião.

## Capítulo II - Da Classificação dos Sócios e sua Competência

**Artigo 6º** - O quadro social da ASSOCIAÇÃO será composto de pessoas físicas ou jurídicas que queiram colaborar com a consecução de seus objetivos sociais, desde que qualificadas conforme as previsões deste Estatuto.

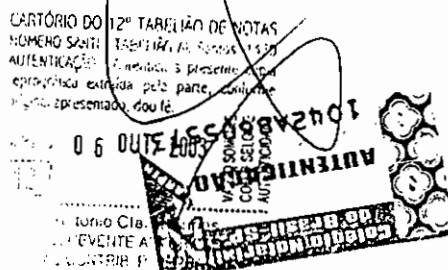
**Parágrafo 1º** - Os associados serão admitidos após enviar requerimento por escrito ao Conselho Deliberativo, o qual após tomar as informações que julgar necessárias, encaminhará sua indicação, a ser aprovada em Assembléia Geral.

**Parágrafo 2º** - Qualquer associado poderá, a qualquer tempo, solicitar sua retirada da ASSOCIAÇÃO, mediante comunicação escrita ao Conselho Deliberativo.

**Artigo 8º** - Cada associado terá direito a um voto na Assembléia Geral.

**Artigo 9º** - São direitos dos associados:

- I - votar e ser votado para os cargos eletivos;
- II - tomar parte na Assembléia Geral;
- III - propor a admissão de novos associados; e



IV - participar dos eventos promovidos pela ASSOCIAÇÃO.

Parágrafo 1º - Os associados terão seu direito a voto suspenso caso venham a ser eleitos para assumir função na administração da ASSOCIAÇÃO.

Artigo 10º - São deveres dos associados:

- I - cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- II - acatar as decisões da Assembléia Geral;
- III - contribuir para a consecução dos objetivos da Associação e zelar pelo seu bom nome.
- IV - estar comprometido com a defesa e promoção dos direitos humanos;
- V - comparecer às Assembléias ou reuniões para as quais sejam convocados; e
- VI - zelar pela conservação do patrimônio social da Associação.

Artigo 11 - Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações assumidas pela ASSOCIAÇÃO.

Artigo 12 - Os associados perdem seus direitos:

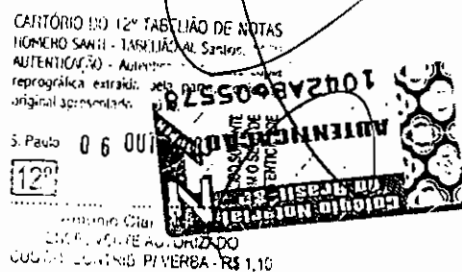
- I - se deixarem de cumprir quaisquer de seus deveres;
- II - se infringirem qualquer disposição estatutária, regimento ou qualquer decisão dos órgãos sociais;
- III - se praticarem atos nocivos ao interesse da Associação;
- IV - se praticarem qualquer ato que implique em desabono ou descrédito da Associação ou de seus membros; e
- V - se praticarem atos ou valerem-se do nome da Associação para tirar proveito patrimonial ou pessoal, para si ou para terceiros.

Artigo 13 - Em qualquer das hipóteses previstas no artigo 12, além de perderem seus direitos, os associados poderão ser excluídos da ASSOCIAÇÃO por decisão do Conselho Deliberativo, cabendo recurso à Assembléia Geral, que decidirá sobre a exclusão ou não do associado, em Assembléia especialmente convocada para esse fim.

### Capítulo III - Da Administração

Artigo 14 - São órgãos da ASSOCIAÇÃO :

- I - Assembléia Geral;
- II - Diretoria Executiva;
- III - Conselho Consultivo; e



IV – Conselho Fiscal

### Da Assembléia Geral

**Artigo 15** - A Assembléia Geral, órgão soberano da ASSOCIAÇÃO, é composta pelos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários, podendo uns se fazerem representar por outros, mediante procuração com poderes especiais e expressos para a Assembléia convocada.

**Artigo 16** – A Assembléia Geral se reunirá, ordinariamente, para:

I – examinar e aprovar a proposta de programação anual da ASSOCIAÇÃO, submetida pela Diretoria Executiva;

II – examinar e aprovar o relatório anual de gestão, submetido pela Diretoria Executiva;

III – discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal referente ao exercício anual findo;

IV – eleger e destituir, a cada 2 (dois) anos, os membros da Diretoria Executiva, Conselhos Consultivo e Fiscal, em Assembléia que conte com a anuência de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus associados.

**Artigo 17** - A Assembléia Geral se reunirá, extraordinariamente, para:

I – aprovar o ingresso de novos sócios beneméritos, com a anuência de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus associados;

II- deliberar sobre recursos e requerimentos dos associados;

III – decidir sobre reformas do Estatuto, em Assembléia que conte com a anuência de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos associados;

IV – instituir e alterar códigos de conduta e regimento interno;

V – decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais no valor superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em Assembléia que conte com a anuência de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos associados;

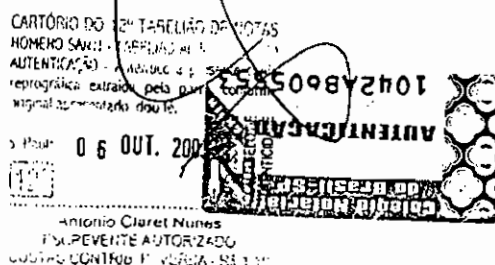
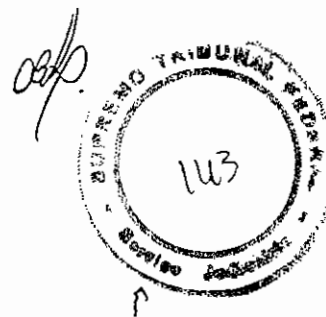
VI - decidir sobre a extinção da Associação, nos termos do artigo 52;

VII - decidir sobre todos os demais assuntos que não tenham sido atribuídos especificamente a outros órgãos da ASSOCIAÇÃO e que se relacionarem com os seus fins.

**Artigo 18** - A Assembléia Geral reunir-se-á:

I – ordinariamente até o dia 30 de abril de cada ano, convocada pelo Diretor Executivo ou por 1/5 (um quinto) dos membros da Assembléia Geral;

II - extraordinariamente, mediante convocação da Diretoria Executiva, ou mediante requerimento apresentado por, no mínimo, 1/5 (um quinto) dos associados.



**Artigo 19** – A Assembléia Geral será convocada mediante edital fixado na sede ou por carta, fax ou qualquer outro meio de comunicação com aviso de recebimento, enviado a todos os sócios, com antecedência mínima de 08 (oito) dias, e instalar-se-á com “quorum” de ao menos 50% (cinquenta por cento) dos associados em primeira convocação e com, no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados em segunda convocação, que se dará meia hora após a primeira.

**Parágrafo 1º** – Os associados presentes na Assembléia designarão o Presidente da Mesa para dirigir os seus trabalhos e este escolherá o Secretário.

**Artigo 20** - As decisões da Assembléia Geral serão tomadas por maioria simples dos presentes, observadas as exceções estabelecidas neste estatuto.

#### Da Diretoria Executiva

**Artigo 21** - A Diretoria Executiva exerce a função de gestão da entidade e será supervisionada pela Assembléia Geral da ASSOCIAÇÃO.

**Parágrafo Único** - A Diretoria Executiva será formada por quadro de pessoal contratado pela Associação em número e com atribuição condizentes às necessidades sociais.

**Artigo 22** - A Diretoria Executiva será constituída por 1 (um) Diretor Executivo Geral, 1 (um) Primeiro Diretor Adjunto, 1 (um) Segundo Diretor Adjunto e, outros 2 (dois) Diretores Adjuntos, escolhidos pela Assembléia Geral.

**Artigo 23** - Compete à Diretoria Executiva:

I - elaborar, anualmente, o programa de trabalho e o orçamento da instituição e submetê-los a Assembléia Geral;

II – elaborar e submeter à Assembléia Geral a proposta de programação anual de atividades da ASSOCIAÇÃO;

III – elaborar o relatório anual de atividades e apresentá-lo a Assembléia Geral;

IV - praticar os atos de gestão administrativa;

V - propor uma estrutura organizacional compatível com a missão e programas da instituição;

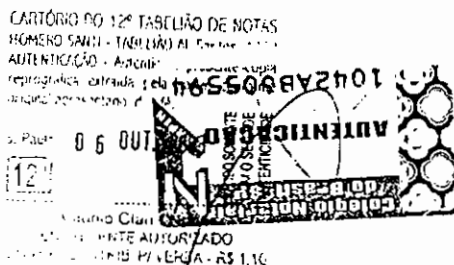
VI - propor assuntos à pauta da Assembléia Geral, bem como convocá-la se necessário.

VII – apresentar as prestações de conta anuais ao Conselho Fiscal e Assembléia Geral para a sua aprovação;

VIII - indicar novos associados, para aprovação pela Assembléia Geral, bem como decidir sobre a retirada e a exclusão de sócios, na forma do artigo 12;

IX - decidir sobre os casos de ausência e afastamento de seus membros;

X - estabelecer diretrizes sobre as atividades do pessoal da instituição, estabelecendo as bases de sua remuneração;



XI - detalhar e executar as metas da programação anual de atividades; e

XII - outras funções que lhes forem atribuídas pelo respectivo regimento, aprovadas pela Assembleia Geral

Artigo 24 - Ao Diretor Executivo compete

I - representar ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente a ASSOCIAÇÃO, mediante expressa procuração do Presidente do Conselho Deliberativo;

II - coordenar as atividades dos Diretores Adjuntos.

III - representar a ASSOCIAÇÃO ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;

IV - contratar e distratar, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias;

V - convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva e da Assembleia Geral;

VI - nomear procuradores para fins especiais da ASSOCIAÇÃO.

Artigo 25 - O Diretor Executivo, nas faltas e impedimentos, será substituído pelo Primeiro Diretor Adjunto. Na ausência deste, será substituído por qualquer dos Diretores Adjuntos.

Artigo 26 - a Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, a cada 06 (seis) meses para tratar de assuntos sociais, e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de qualquer um de seus membros.

Artigo 27 - A ASSOCIAÇÃO somente obrigar-se-á validamente mediante a assinatura do Diretor Executivo Geral ou pela assinatura do Primeiro Diretor Adjunto. Na ausência destes, por procuração com poderes específicos, observadas as demais disposições deste estatuto.

#### Do Conselho Consultivo

Artigo 28 - O Conselho Consultivo poderá ser instituído mediante eleição pela Assembleia Geral, por votação de maioria simples, com mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição e será composto de no mínimo 3 (três) membros, não necessariamente associados, sendo um Presidente e os demais designados Conselheiros.

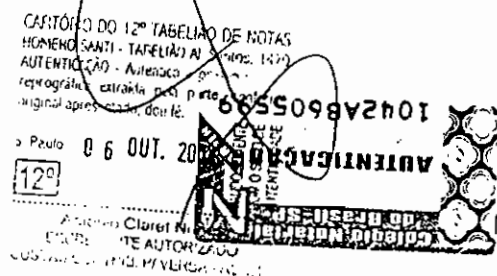
Parágrafo Único - O Presidente do Conselho Consultivo será necessariamente nomeado dentre seus próprios membros, podendo reeleger-se uma única vez.

Artigo 29 - Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar sobre as diretrizes e políticas a serem adotadas, bem como sobre os meios a serem utilizados para a consecução dos objetivos da ASSOCIAÇÃO ;

II - sugerir alternativas às propostas apresentadas de conformidade com o item I deste artigo.

11/10



III - acompanhar os resultados de desempenho da Associação;

IV - ratificar os projetos e programas aprovados pelo Conselho Diretor; e

V - auxiliar individual ou coletivamente ao Conselho Diretor, como órgão consultivo, prestando colaboração e comparecendo às reuniões deste sempre que convocado.

**Artigo 30** - O Conselho Consultivo reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez por ano e sempre que convocado por, pelo menos, 3 (três) dos seus membros ou pela Diretoria Executiva

**Artigo 31** - O Conselho Consultivo, para validamente deliberar qualquer assunto, deverá reunir-se, com pelo menos metade de seus membros em exercício, presentes ou representados.

**Parágrafo 1º** - As reuniões do Conselho Consultivo serão dirigidas pelo seu Presidente, ou na sua ausência ou impedimento, por um Conselheiro escolhido entre seus pares, e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos.

**Parágrafo 2º** - O voto do Presidente do Conselho Consultivo será considerado, na caso de empate, voto de qualidade.

**Parágrafo 3º** - Qualquer dos membros do Conselho Consultivo poderá fazer-se representar nas reuniões, por qualquer outro membro, mediante procuração, não podendo cada membro representar mais de 1(um) outro membro.

**Artigo 32** - As atividades dos membros do Conselho Consultivo não serão remuneradas.

### Conselho Fiscal

**Artigo 33** - O Conselho Fiscal será composto por 03 (três) membros, e 1 (um) suplente, eleitos em Assembléia Geral, com a anuência de, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) dos associados. O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o da Diretoria Executiva.

**Artigo 34** - Ao Conselho Fiscal compete:

I - examinar os livros de escrituração da ASSOCIAÇÃO;

II - opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;

III - emitir parecer, quando solicitado pela Diretoria Executiva, Conselho Consultivo, ou pela Assembléia Geral, sobre assuntos financeiros de interesse da ASSOCIAÇÃO;

IV - opinar sobre as operações patrimoniais realizadas;

V - emitir parecer sobre a aplicação de recursos oriundos do Poder Público, sempre que solicitado pela Diretoria Executiva ou Conselho Consultivo;

VI - recomendar, quando julgar necessário, à Assembléia Geral a contratação de auditores independentes e acompanhar o seu trabalho; e



φ

13/10



VII - zelar pela observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade, na prestação de contas e atos correlatos da ASSOCIAÇÃO.

Parágrafo 1º - As atribuições de cada Conselheiro serão definidas por regimento interno.

Parágrafo 2º - As atividades exercidas pelo Conselho Fiscal não serão remuneradas.

Artigo 35 - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente, a cada ano, e extraordinariamente, sempre que convocado, por qualquer um de seus membros, pela Diretoria Executiva, pelo Diretor Executivo ou Presidente do Conselho Consultivo.

Artigo 36 - As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos, constarão de ata lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada pelos membros do Conselho Fiscal presentes e encaminhada a Diretoria Executiva e ao Conselho Consultivo.

Capítulo VI - Do Patrimônio e sua Destinação

Artigo 37 - O patrimônio da ASSOCIAÇÃO será constituído pela dotação inicial dos sócios e pelos bens móveis e imóveis e direitos que venham a ser acrescentados por meio de doações de pessoas físicas, de pessoas jurídicas de direito privado e de pessoas jurídicas de direito público, legados, aplicação de receitas e outras fontes, desde que não incompatíveis com o livre desenvolvimento das atividades da Associação

Artigo 38 - Constituem receitas ordinárias

I - a contribuição mensal das pessoas físicas e jurídicas associadas;

II - a receitas patrimoniais e financeiras;

III - contribuições voluntárias, doações, as subvenções e dotações; e

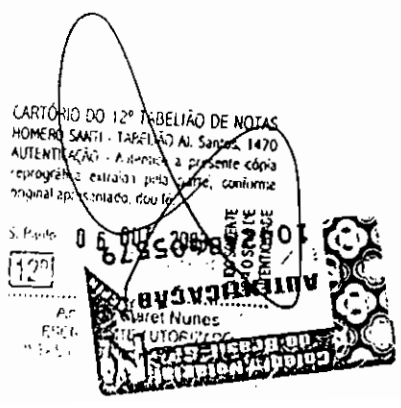
IV - outras receitas, inclusive oriundas de exploração de atividade econômica, cujo resultado integral será, necessariamente, revertido à Associação para ser aplicado nas suas finalidades.

Artigo 39 - Todo patrimônio e receitas da ASSOCIAÇÃO deverão ser destinados aos objetivos a que destina a entidade, ressalvados os gastos despendidos e bens necessários a seu funcionamento

Artigo 40 - A Assembléia Geral poderá rejeitar as doações e legados que contenham encargos ou gravames de qualquer espécie, ou, ainda, que sejam contrários a seus objetivos, à sua natureza ou à lei.

Artigo 41 - Na hipótese de extinção da ASSOCIAÇÃO, o patrimônio será necessariamente doado à entidade ou entidades sem fins lucrativos com propósitos semelhantes, qualificada nos termos da Lei nº 9.790/99.

Artigo 42 - Na hipótese de a pessoa jurídica perder a qualificação instituída na Lei nº 9.790/99, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei nº 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.



1





Artigo 43 - A instituição que receber o patrimônio da ASSOCIAÇÃO não poderá distribuir lucros, dividendos, ou qualquer outra vantagem semelhante a seus associados, ou dirigentes.

Capítulo VII - Da Prestação de Contas

Artigo 44- A prestação de contas da ASSOCIAÇÃO observará, no mínimo:

- I - os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II - a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- III - a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;
- IV - a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

Capítulo VIII - Das Disposições Gerais

Artigo 45 - O exercício social da ASSOCIAÇÃO coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. No final de cada exercício, será levantado pelo Conselho Diretor o balanço geral das atividades para ser apreciado pela Assembléia Geral.

Artigo 46 - A extinção da ASSOCIAÇÃO só será possível por decisão de Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, que conte com a anuência de 2/3 (dois terços) dos sócios.

Artigo 47 - O presente estatuto poderá ser reformado, a qualquer tempo, em Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, com a anuência de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos associados e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

Artigo 48 - Se assim autorizar a Assembléia Geral, que conte com a anuência de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus associados, após ser ouvida a opinião do Conselho Consultivo, poderá ser instituída remuneração para os dirigentes da Associação que efetivamente atuem na gestão executiva e para aqueles que lhe prestem serviços específicos, respeitados, no primeiro caso, o teto salarial estabelecido para servidores do Poder Executivo Federal e, no segundo, os valores praticados no mercado.

Artigo 49 - Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral especialmente convocada para tal.



Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica  
Rua XV de Novembro, 244 - 3º Andar - CEP 01013-000 - São Paulo - SP - Tel. 3101-4501  
ALFREDO CRISTIANO CARVALHO HOMEM - Oficial de Registro

PRENOTADO SOB Nº 00011076 EM 08/09/2003 E REGISTRADO, MICROFILMADO E DIGITALIZADO SOB NÚMERO CONSTANTE DA CHANCELA MECÂNICA EXARADA NESTE DOCUMENTO. AVERBADO À MARGEM DO REGISTRO Nº 3221

SÃO PAULO, 24/09/2003

*Alfredo Homem*

*24.09.03*  
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS  
NÚMERO 00011076 TABELA Nº 1420  
VIGÊNCIA 2003 - 2004  
PREFEITO MUNICIPAL - São Paulo - SP  
SECRETÁRIO - [illegible]

CAMILLE C. HOMEM RULO / RICARDO NARANJO / FLÁVIA A.S. SANTOS - Substitutos do Oficial					
EMOL R\$:	EST R\$:	IPE R\$	RC R\$:	TJ R\$:	TOTAL R\$:
38,38	10,91	8,08	2,02	2,02	61,41

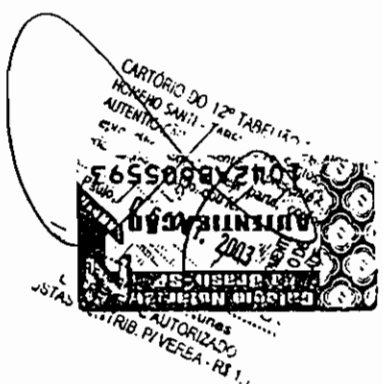
SELOS E TAXAS RECOLHIDOS POR VERBA

00011076



ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DIREITOS HUMANOS EM REDE. **Digo, DA ASSOCIAÇÃO DIREITOS HUMANOS EM REDE.**

Aos dezoito de agosto de 2003, às 10 horas reuniram-se os associados fundadores e beneméritos conforme lista de presenças anexa para deliberar sobre o disposto no edital de convocação afixado na sede da Associação no dia 15 de julho de 2003 nos seguintes termos: "ASSOCIAÇÃO DIREITOS HUMANOS EM REDE - CNPJ/MF nº 04706954/0001-75 - Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária - Ficam convocados os sócios fundadores a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, que será realizada dia 18 de agosto de 2003, às 10 horas, em primeira convocação e às 10 horas e 30 minutos, com qualquer número de presenças, na sede social da Associação, na Rua Pamplona, 1197, casa 4, São Paulo, a fim de aprovar o relatório de atividades; aprovar a prestação de contas; admitir novos associados; aprovar a renúncia do Conselho Fiscal e do Conselho Diretor; aprovar as alterações do Estatuto Social; eleger membros da Diretoria Executiva; eleger membros do Conselho Fiscal - São Paulo, 15 de julho de 2003. Oscar Vilhena Vieira". Dando início aos trabalhos, em primeira convocação, os presentes escolheram como presidente, o Sr. Oscar Vilhena, que nomeou a mim, Eloísa Machado, como Secretária. Seguindo a ordem do dia, os presentes deliberaram: I - Aprovação do relatório de atividades do exercício anterior; II - Aprovação do relatório de prestação de contas do exercício anterior; III - Admissão dos novos associados: Margarida Bulhões Pedreira Genevois, brasileira, casada, socióloga, portadora do CPF 896.994.088-04, RG 1203423, com endereço à Rua Itambé 96, apto. 73, São Paulo/SP; Malak Poppovic, brasileira, casada, economista, portadora do CPF 099.697.018-51; RG 24.178.371-9, com endereço à Rua Wanderley 290, Perdizes, São Paulo/SP; Helio Mattar, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF 067.634.648-00; RG 3.556.169-5, com endereço à Rua Lisboa 224; Anamaria Cristina Schindler, brasileira, casada, socióloga, portadora do CPF 048953328/02, RG 13203792-0, com endereço à Rua São Paulino 206; Rosiska Darcy de Oliveira, brasileira, casada, advogada, portadora do CPF 664.826.317-20, RG 017.225.019, com endereço à Rua Lopes Quintas 211, Jd. Botânico, RJ; José Carlos Dias, brasileiro, casado, advogado, portador do RG: 2.227.711, CPF: 006.314.348-87, com endereço à Av. São Luiz 50, 26 andar, cj 262; Hédio Silva Jr, brasileiro, casado, advogado, portador do RG 1.257.445 SSP/DF, CPF 028.171.728-17, com endereço à Rua Marambia 424, 6. andar, sala 67. Para tanto, dando início a apreciação da inclusão dos novos associados, o Sr. Presidente abriu palavra aos presentes, para que se manifestassem sobre a proposta de admissão, tendo sido aprovada, pela unanimidade dos presentes. IV - Em seguida, o Presidente leu na íntegra a renúncia do membro do Conselho Diretor Daniel Strauss e do Conselho Fiscal, André Degenszajn, e Túlio Kahn, sendo aprovada, pela unanimidade dos presentes, fazendo constar que a Conselheira Fiscal Paula Lima Martins permanece no cargo; V - Alterações do Estatuto Social. Foram apresentadas as alterações ao estatuto social. As alterações foram aprovadas pelos presentes em unanimidade, sem objeções e emendas, conforme estatuto consolidado que faz parte integrante da presente ata em anexo. VI - Eleição da Diretoria Executiva. O Presidente leu os nomes que compõe a Diretoria Executiva, sendo Oscar Vilhena Vieira, Diretor Executivo, Marcos Roberto Fuchs como primeiro diretor adjunto e Andrew Scott Dupree, como segundo diretor adjunto. Lida por todos, foi aprovada por unanimidade dos presentes, demais cargos não foram preenchidos. Presentes os membros da Diretoria Executiva eleitos, tomaram posse dos cargos, sem impedimento. VII - Eleição dos membros restantes do Conselho Fiscal. O



NOTAS  
RIO DA COSTA

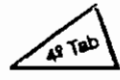
04/10  
SUPREMO TRIBUNAL  
550

Presidente apresentou como candidatos ao Conselho Fiscal: Flávia Regina de Souza, CPF 151.546.588-84, RG 19.391.625-3, residente na Rua Marie Nader Calfat, 221/21 - SP/SP. Fabio Caruso Cury, RG 18966350, CPF 257711288-21, com endereço à Rua Teixeira da Silva, 660, 9º andar, São Paulo/SP e Ana Lucia Villela, RG 13864521-4, CPF 066530828-06, com endereço à Rua Sansão dos Santos, 102, 10º andar, São Paulo/SP, como suplente do Conselho Fiscal, sendo os mesmos eleitos por unanimidade. Presentes os membros do Conselho Fiscal ora eleitos, tomaram posse de seus cargos, declarando não estarem impedidos para o seu exercício. Não tendo mais sido solicitado o uso da palavra, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, determinando que se lavrasse a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada, por mim, Eloísa Machado de Almeida, como Secretária, pelo Sr. Oscar Vilhena Vieira, como Presidente e pelos demais presentes. Em tempo, Flávia Regina de Souza, brasileira, advogada, solteira, Fabio Caruso Cury, brasileiro, advogado, solteiro, Ana Lucia Villela, brasileira, economista, solteira.

São Paulo, 18 de agosto de 2003.

20  
Oscar Vilhena Vieira  
Presidente: Oscar Vilhena Vieira

Eloísa Machado de Almeida  
Secretária: Eloísa Machado de Almeida

Visto do Advogado:   
Fernando S. Marcato  
OAB/SP 201.220

4 TABELÃO DE NOTAS - Estado de São Paulo - Comarca de São Paulo  
RUA ESTADOS UNIDOS, 828 - CEP: 01427-000 - FONE: (011) 3357-8844  
Tabela: Bel. OSVALDO CANHEO - Tabela Substitua: Bel. Art. 1220-0720  
RECONHECO por semelhança a ser emitido em virtude da  
FERNANDO SCHARLACK MARCATO  
05/09/2003 EM TESTE DA VERDADE  
JACKSON ROBERTO BASSAN ESCHREVENTE  
Cpf: 88343889-00011117 07 DIC 2003  
Sejola: 889055635

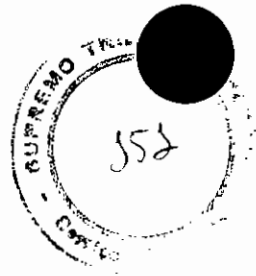
28 Tabela de Notas - Manoel Olegário da Costa  
Rua Rago Freitas, 63/73 - Vila Buarque - São Paulo - SP  
cep 01220-010 - Fone: (11) 3357-8844 - Fax: (11) 221-0720  
RECONHECO POR SEMELHANÇA a ser emitido em virtude da  
OSCAR VILHENA VIEIRA  
Sao P. 05/09/2003  
PAGO: R\$ 2.000,00 EM TESTE DA VERDADE  
ADEMAR UNIZARDI BUCHA ASSUNÇÃO  
VALDO SOMMER DOMINGOS  
TABELÃO DE NOTAS

Jersey Olegário da Costa  
Substituto

Cartório Notarial  
da Ilha de São Paulo  
OSCAR VILHENA VIEIRA  
TABELÃO DE NOTAS

CARTÓRIO DO 12º TABELÃO DE NOTAS  
HOMEROSANTI - TAB  
AUTENTICAÇÃO - original apresentado  
reprográfico em  
S. Paulo 06/08/2003  
12º  
Antonio Claret Nunes  
ESCREVENTE AUTORIZADO  
CUSTAS CONTRIB. P/VERBA - R\$ 1,10

## PROCURAÇÃO



**ASSOCIAÇÃO DIREITOS HUMANOS EM REDE – CONECTAS DIREITOS HUMANOS** – pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída na forma da lei, registrada no CNPJ sob nº 04.706.954/0001-75, com sede na Rua Pamplona, 1197, casa 4, Jardim Paulista, São Paulo / SP, neste ato representada por seu Diretor Executivo e bastante representante nos termos de seu Estatuto Social, Sr. **Oscar Vilhena Vieira**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 11.959.493, inscrito no CPF sob nº 134.864.508-32, residente e domiciliado na Rua Gabriel de Resende Passos, 433, 1º andar, São Paulo / SP, vem pelo presente instrumento outorgar procuração *ad judicium* aos advogados **ELOISA MACHADO DE ALMEIDA**, inscrita na OAB/SP sob nº 201.790 e **MARCOS ROBERTO FUCHS**, inscrito na OAB/SP sob nº 101.663, ambos com escritório na Rua Pamplona, 1197, casa 4, Jardim Paulista, São Paulo, SP, CEP 01405-030, concedendo-lhes todos os poderes da cláusula *ad judicium et extra*, inclusive acordar, transigir, receber e dar quitação, bem como para propor outros procedimentos judiciais e/ou administrativos de seu interesse.

São Paulo, 30 de novembro de 2005.

Oscar Vilhena Vieira



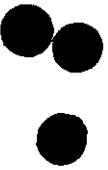
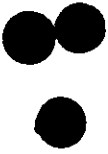
## **SUBSTABELECIMENTO**

**ELOÍSA MACHADO DE ALMEIDA**, advogada inscrita na OAB/SP 201.790, com escritório à Rua Pamplona, 1197, casa 4, Jardins, São Paulo / SP, **substabeleço, com reservas**, os advogados **MARCOS ROBERTO FUCHS**, inscrito na OAB/SP 101.663, **ANA CAROLINA BITTENCOURT MORAIS**, inscrita na OAB/SP 206.535, **JOÃO PEDRO BRANDÃO**, inscrito na OAB/SP 197.405 e **HUMBERTO POLCARO NEGRÃO**, inscrito na OAB/SP 248.502, **MARCELA CRISTINA FOGAÇA VIEIRA**, inscrita na OAB/SP 252.930, todos com escritório ao mesmo local, os poderes que me foram conferidos em procuração específica.

São Paulo, 05 de dezembro de 2006.

Eloísa Machado de Almeida

OAB/SP 201.790





# Informe sobre Desarrollo Humano **2005**

**La cooperación internacional ante una encrucijada**  
ayuda al desarrollo, comercio y seguridad  
en un mundo desigual



Publicado para el Programa  
de las Naciones Unidas para el  
Desarrollo (PNUD)

Ediciones Mundi-Prensa 2005



Grupo Mundi-Prensa  
Mundi-Prensa Libros, S.A.  
Castelló 37  
28001 - MADRID  
Tel. (+34) 914 36 37 00- Fax (+34) 915 75 39 98  
E-mail: libreria@mundiprensa.es  
Internet: www.mundiprensa.com

Mundi-Prensa Barcelona  
Carrer de Gort, 391  
08019 - BARCELONA  
Tel. (+34) 934 853 492 Fax: (+34) 934 877 659  
E-mail: barcelonas@mundiprensa.es

Mundi-Prensa Mexico S.A. de C.V.  
Rio Fábulo, 141 - Col. Cuauhtémoc  
06500 - MEXICO D.F.  
Tel. (+525) 55 533 56 58 Fax: (+525) 55 514 67 99  
E-mail: mundiprensa@mundiprensa.com.mx

Copyright © 2005  
Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo  
1 UN Plaza, New York, New York, 10017, EE.UU.

Todos los derechos reservados  
Queda prohibida la reproducción, transmisión o almacenamiento en un sistema de recuperación de cualquier parte de esta publicación, en cualquier forma o por cualquier medio, sea electrónico, mecánico, fotocopiado, grabado o de otro tipo, sin previa autorización.

ISBN 84-8476-258-0

Impreso por Consolidated Graphics, Glastonbury, CT en papel libre de cloro con tintas vegetales y producido a través de tecnologías compatibles con el medioambiente.

Composición, cubierta y diseño: Grundy & Northedge Information Designers, Londres  
Diseño de la información: Gerald Quinn, Quinn Information Design, Cabin John, Maryland  
Composición: ITFL Diseño Chile  
Edición: Charlotte Denny, Wellington, Nueva Zelanda

Para ver la lista de errores y omisiones del IDH2005 encontradas con posterioridad a la impresión, visítanos en <http://hdr.undp.org>





## Equipo encargado de la preparación del Informe sobre Desarrollo Humano 2005

### **Director y redactor jefe**

Kevin Watkins

### **Investigación, redacción y estadísticas**

Haishan Fu (Jefe de Estadística), Ricardo Fuentes, Arunabha Ghosh, Chiara Giamberardini, Claes Johansson, Christopher Kuonqui, Andrés Montes, David Stewart, Cecilia Ugaz (Asesora Principal en Políticas) y Shahin Yaqub.

*Asesor de estadística:* Tom Griffin

*Editora:* Charlotte Denny

*Gerente de producción:* Marta Jaksona

*Composición:* TILT Diseño Ltda.

*Diseño de portada y formato:* Grundy & Northedge Information Designers

*Diseño de información:* G. Quinn Information Design

### **Colegas de la Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano (HDRO)**

El *Informe sobre Desarrollo Humano* es el resultado de un esfuerzo colectivo. Los miembros de la Unidad a cargo de los Informes Nacionales sobre Desarrollo Humano (NHDRU) aportaron detallados comentarios a los borradores del documento y consejos sobre su contenido. Vinculan además el Informe sobre Desarrollo Humano a una red mundial de investigación en los países en desarrollo. El equipo de NHDRU está dirigido por Sarah Burd-Sharps (Directora Adjunta) e incluye a Sharmila Kuru kulasuriya, Juan Pablo Mejía, Mary Ann Mwangi y Timothy Scott. El equipo administrativo de la HDRO es responsable del funcionamiento de la oficina y sus miembros son Oscar Bernal, Mamaye Gebretsadik y Melissa Hernández. Las operaciones de la HDRO están a cargo de Yves Sassenrath y Ana María Carvajal y el programa de extensión y comunicaciones de esta oficina está a cargo de Marisol Sanjines y Nena Terrell.

La traducción del Informe sobre Desarrollo Humano 2005 estuvo a cargo de LTS Mundo Traducciones.





## Prefacio

Este es, y lo digo con tristeza, el último Informe sobre Desarrollo Humano cuyo prólogo redactó, puesto que en agosto de este año dejó el cargo de Administrador del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD). Cuando me incorporé al PNUD en 1999, sostuve que el *Informe sobre Desarrollo Humano* era la perla de los esfuerzos mundiales de la organización en términos de conceptualización y promoción de soluciones. Seis años después y tras igual número de informes, puedo decir con cierto orgullo que el lustre de la perla no ha hecho más que aumentar.

A partir de las sólidas bases construidas durante el primer decenio del Informe, cuando los sucesivos *Informes sobre Desarrollo Humano* introdujeron el concepto de desarrollo humano y le dieron forma, los Informes han ido ganando cada vez más fuerza. Desde la búsqueda de la mejor manera para que las nuevas tecnologías beneficien tanto a ricos como a pobres hasta el énfasis en la importancia fundamental del fortalecimiento de los derechos humanos y la profundización de la democracia para proteger y potenciar a los más vulnerables, el *Informe sobre Desarrollo Humano* ha ampliado sin cesar las fronteras intelectuales del desarrollo humano en el nuevo milenio. Esta ampliación de horizontes se refleja cada vez más en la práctica del desarrollo, particularmente a través de la creciente labor que tanto del PNUD como sus múltiples asociados realizan en terreno y en torno a estos temas tan decisivos.

En resumen, como una opinión sólida e independiente patrocinada por el PNUD, aunque no necesariamente expresión de las políticas de la ONU ni del propio PNUD, los *Informes sobre Desarrollo Humano* se han ganado, a lo largo de estos años y en todo el mundo, una muy merecida reputación de excelencia. Se trata de documentos que desempeñan, además, una función catalizadora indispensable pues ayudan a enmarcar y forjar respuestas concretas a los dilemas que plantean los debates sobre las decisivas políticas de desarrollo de nuestros tiempos. Hoy en día, tal como pone de manifiesto este

Informe, el desafío más importante que enfrenta la comunidad del desarrollo, y posiblemente el mundo entero, es el reto de cumplir los Objetivos de Desarrollo del Milenio antes del plazo fijado en 2015.

Sobre la base de gran parte del trabajo ya efectuado en torno al Proyecto del Milenio de la ONU patrocinado por el PNUD, el *Informe sobre Desarrollo Humano* 2003 delineó, en primer lugar, un detallado plan de acción sobre cómo conseguir cada Objetivo. Pero si bien se han logrado avances considerables en muchos países y respecto de diversos Objetivos, en general, aún falta mucho por hacer. A comienzos de este año y a un lustro de la Declaración del Milenio, la revisión que de ésta hiciera el propio Secretario General de la ONU, la cual estuvo muy marcada por el informe final del Proyecto del Milenio de la ONU, formuló un amplio programa que detalla cómo conseguir los objetivos sobre la base del Consenso de Monterrey 2002. La piedra angular de ese pacto histórico es el compromiso contraído por los países en desarrollo de asumir la principal responsabilidad de su propio desarrollo y la garantía que entregaron los países desarrollados en cuanto a brindar pleno apoyo a las estrategias nacionales de desarrollo transparentes y debidamente financiadas, necesarias para conseguir los Objetivos de Desarrollo del Milenio.

Sin embargo, y como se argumenta persuasivamente en este Informe, este programa no tendrá resultados positivos a menos que seamos capaces



de abordar con decisión los embotellamientos que en este momento retrasan el ritmo y la escala del progreso necesario durante el próximo decenio en las siguientes tres grandes áreas: ayuda, comercio y conflictos. En cada una de estas áreas críticas, este Informe brinda una mirada fresca de los hechos y un análisis convincente y exhaustivo sobre cómo hacer frente a los obstáculos, y hacerlo ahora. El año 2005 se recordará como un año en que se hizo una elección; un año en que los líderes del mundo, congregados en septiembre en la Cumbre de la ONU, tuvieron la oportunidad de convertir las promesas en acciones concretas y así contribuir a erradicar la extrema pobreza del mundo. Es una oportunidad que no podemos darnos el lujo de dejar pasar si hemos de legarle un mundo más seguro y justo a nuestros hijos y a las futuras generaciones.

Por último, y aunque éste sea quizá mi último Informe como Administrador, es el primero cuya redacción estuvo a cargo de Kevin Watkins, en su calidad de Director de la Oficina encargada del *Informe sobre Desarrollo Humano*. La fortaleza y profundidad de su análisis deja en claro que tanto el *Informe sobre Desarrollo Humano* como el legado de desarrollo humano que representa no podían quedar en mejores manos. Les deseo lo mejor para el futuro, tanto a él como a su dedicado equipo y a Kemal Dervis, mi sucesor.

*Mark Malloch Brown*

Mark Malloch Brown  
Administrador, PNUD

El análisis y las recomendaciones de políticas de este Informe no reflejan necesariamente las opiniones del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, de su Junta Ejecutiva o de sus estados miembros. El Informe es una publicación independiente encargada por el PNUD y el fruto del esfuerzo conjunto de un equipo de prestigiosos consultores y expertos y del equipo encargado del *Informe sobre Desarrollo Humano*, bajo la coordinación de Kevin Watkins, Director de la Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano.



# Indicadores del desarrollo humano

Guía para el lector	235
Nota sobre el cuadro 1: Acerca del Índice de Desarrollo Humano de este año	238

## Cuadros estadísticos

### Vigilancia del desarrollo humano: ampliar las alternativas de la gente . . .

<b>1</b> Índice de desarrollo humano	243
<b>2</b> Tendencias del índice de desarrollo humano	247
<b>3</b> Pobreza humana y de ingresos: países en desarrollo	251
<b>4</b> Pobreza humana y de ingresos: OCDE, Europa Oriental y la CEI	254

### . . . para disfrutar de una vida larga y saludable . . .

<b>5</b> Tendencias demográficas	256
<b>6</b> Compromiso con la salud: recursos, accesos y servicios	260
<b>7</b> Agua, saneamiento y nutrición	264
<b>8</b> Desigualdad en la salud maternoinfantil	268
<b>9</b> Principales crisis y problemas mundiales en materia de salud	270
<b>10</b> Supervivencia: avances y retrocesos	274

### . . . para recibir educación . . .

<b>11</b> Compromiso con la educación: gasto público	278
<b>12</b> Alfabetización y matriculación	282
<b>13</b> Tecnología: difusión y creación	286

### . . . para acceder a los recursos necesarios que permitan disfrutar de un nivel de vida digno . . .

<b>14</b> Desempeño económico	290
<b>15</b> Desigualdad de ingresos o consumo	294
<b>16</b> La estructura del comercio	298
<b>17</b> Responsabilidades de los países ricos: asistencia	302
<b>18</b> Responsabilidades de los países ricos: alivio de la deuda y comercio	303
<b>19</b> Corrientes de ayuda, capital privado y deuda	304
<b>20</b> Prioridades del gasto público	308
<b>21</b> Desempleo en los países miembros de la OCDE	312

### . . . conservándolo para las futuras generaciones . . .

<b>22</b> Energía y medioambiente	313
-----------------------------------	-----

... protegiendo la seguridad personal ...

<b>23</b>	Refugiados y armamento	317
<b>24</b>	Victimas de la delincuencia	321

... y logrando la igualdad para todos, hombres y mujeres

<b>25</b>	Índice de desarrollo relativo al género	323
<b>26</b>	Índice de potenciación de género	327
<b>27</b>	Desigualdad de género en la educación	331
<b>28</b>	Desigualdad de género en la actividad económica	335
<b>29</b>	Género, carga de trabajo y asignación del tiempo	339
<b>30</b>	Participación política de la mujer	340

Instrumentos de derechos humanos y laborales

<b>31</b>	Situación de los principales instrumentos internacionales de derechos humanos	344
<b>32</b>	Situación de los convenios sobre derechos laborales fundamentales	348
<b>33</b>	Indicadores básicos de otros estados miembros de las Naciones Unidas	352

	Nota sobre las estadísticas del <i>Informe sobre Desarrollo Humano</i>	353
--	--	-----

Notas técnicas

<b>1</b>	Cálculo de los índices de desarrollo humano	366
<b>2</b>	Las dos caras de la moneda en la reducción de la pobreza: la importancia del crecimiento y la distribución	373
<b>3</b>	Valoración del progreso hacia los Objetivos de Desarrollo del Milenio	378

	Definiciones de términos estadísticos	380
	Referencias estadísticas	391
	Clasificación de países	393
	Índice de los indicadores	397
	Índice de indicadores de los Objetivos de Desarrollo del Milenio en los cuadros estadísticos	401



## Guía para el lector

### Cuadros de indicadores del desarrollo humano

Los cuadros de indicadores del desarrollo humano proporcionan una evaluación general de los logros alcanzados por los países en distintas áreas del desarrollo humano. Muchos de los indicadores de los Objetivos de Desarrollo del Milenio están incluidos en estos cuadros (ver el *Índice de los indicadores y el Índice de indicadores de los Objetivos de Desarrollo del Milenio en los cuadros de indicadores*). Los datos de estos indicadores constituyen una referencia estadística para evaluar los avances realizados por cada país en la consecución de los Objetivos de Desarrollo del Milenio y sus metas.

Los cuadros principales están organizados por tema, según se describe en el título en la parte superior de cada cuadro. Los cuadros incluyen información de 175 países miembros de las Naciones Unidas, además de Hong Kong, China (RAE) y los Territorios Palestinos Ocupados, es decir, todos aquellos para los cuales se puede calcular el Índice de Desarrollo Humano (IDH). Debido a la falta de datos, 16 países miembros de las Naciones Unidas no pudieron ser incluidos en el IDH de este año. Los indicadores básicos del desarrollo humano de estos países se presentan en el cuadro 33.

En los cuadros, los países y las zonas se clasifican en orden descendente según el valor de su IDH. Para localizar un país, consulte la *Clave de países* que figura en la contraportada, donde aparecen los países por orden alfabético con su clasificación según el IDH.

La mayoría de los datos que se presentan en los cuadros se refieren al año 2003 y son los que estaban a disposición de la Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano el 16 de mayo de 2005, a menos que se indique otra cosa.

### Fuentes de los datos y definiciones

La Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano es en primer término usuaria, y no

productora, de estadísticas. Por ello, se funda en la información que le facilitan organismos estadísticos internacionales que disponen de los recursos y conocimientos necesarios para recopilar y procesar datos internacionales sobre indicadores estadísticos específicos. Las fuentes de todos los datos utilizados en los cuadros de indicadores se citan en una nota breve al final de cada cuadro. Estas notas corresponden a las referencias completas que se presentan en las *Referencias estadísticas*. Cuando un organismo facilita datos recopilados de otra fuente, se acreditan ambas fuentes en las notas del cuadro. Sin embargo, cuando un organismo se funda en la labor de muchos otros aportes, sólo se cita al primer organismo como fuente. En las notas sobre las fuentes también se indican los componentes de los datos originales utilizados en los cálculos de la Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano, con el fin de garantizar que todos los cálculos puedan ser reproducidos con facilidad.

Los indicadores para los que existen definiciones breves y significativas se incluyen en la sección *Definiciones de términos estadísticos*. El resto de la información pertinente aparece en las notas al final de cada cuadro. Para obtener información más detallada acerca de estos indicadores, consulte los sitios web pertinentes de los organismos que aportaron datos, a través del sitio Web del Informe sobre Desarrollo Humano en <http://hdr.undp.org/statistics.understanding/resources.cfm>.

### Discrepancias entre las estimaciones nacionales e internacionales

En el proceso de compilación de la serie de datos internacionales, los organismos internacionales suelen aplicar normas y procedimientos de armonización con el fin de mejorar la comparabilidad de los datos entre los países. Cuando los datos internacionales se basan en estadísticas nacionales, como suele suceder, puede ser necesario ajustar los datos nacionales. Cuando faltan datos sobre un país, un



organismo internacional puede realizar un cálculo aproximado basándose en otros datos pertinentes. Además, debido a las dificultades de coordinación entre los organismos estadísticos internacionales y nacionales, la serie de datos internacionales no siempre incorpora los datos nacionales más recientes. Todos estos factores pueden dar lugar a discrepancias importantes entre los cálculos nacionales e internacionales (ver la *Nota sobre las estadísticas*).

Con frecuencia, este Informe ha sacado a luz tales discrepancias. La Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano aboga por mejorar la información internacional y cumple una función activa en dicha labor. Cada vez que han aparecido discrepancias en los datos, la Oficina ha servido de enlace entre las autoridades de los organismos nacionales e internacionales para que las resuelvan y en muchos casos, esta labor ha permitido optimizar las estadísticas presentadas en el Informe. La Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano trabaja con los organismos nacionales y las instituciones internacionales en pos de mejorar la congruencia de los datos a través de información y supervisión más sistemática de la calidad.

#### Comparabilidad en el tiempo

Como consecuencia de las revisiones periódicas de los datos o de los cambios de metodología que realizan los organismos internacionales, es posible que las estadísticas presentadas en distintas ediciones del Informe no se puedan comparar. Por este motivo, la Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano aconseja no realizar análisis de tendencias basándose en datos procedentes de distintas ediciones.

Tampoco es posible comparar los valores y clasificaciones del Índice del Desarrollo Humano de distintas ediciones del Informe. Quienes deseen efectuar análisis de tendencias basándose en datos y metodologías coherentes deben consultar el cuadro 2 (Tendencias del Índice de Desarrollo Humano). Los valores y las clasificaciones del IDH recalculados para el año 2003 a partir de datos y cobertura de países que son comparables con el Informe de este año se encuentran disponibles en el sitio Web de la Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano (<http://hdr.undp.org/statistics>).

#### Clasificaciones de países

Los países se clasifican en cuatro formas: por nivel de desarrollo humano, por ingreso, por principales agrupaciones mundiales y por región (ver *Clasificación de países*). Estas designaciones no necesariamente expresan un juicio acerca de la etapa de desarrollo en que se encuentra un país o una zona determinada. El término país, tal como se utiliza en el texto y en los cuadros, también se refiere a territorios o zonas, según corresponda.

*Clasificaciones según el desarrollo humano.* Todos los países que se incluyen en el IDH se clasifican en tres grupos atendiendo a sus logros en desarrollo humano: desarrollo humano alto (con IDH igual o superior a 0,800), desarrollo humano medio (IDH de 0,500 a 0,799) y desarrollo humano bajo (IDH inferior a 0,500).

*Clasificaciones según ingreso.* Todos los países se agrupan según sus ingresos atendiendo a las clasificaciones del Banco Mundial: ingreso alto (ingreso nacional bruto per cápita igual o superior a US\$9.386 en 2003), ingreso medio (US\$766 a US\$9.385) e ingreso bajo (igual o inferior a US\$765).

*Principales agrupaciones mundiales.* Los tres grupos mundiales son Países en desarrollo, Europa Central y Oriental y la CEI y Países de la OCDE. Estos grupos no son mutuamente excluyentes (de hecho, el remplazo del grupo de la OCDE por el grupo de países de la OCDE de alto ingreso y la exclusión de la República de Corea sí generaría grupos mutuamente excluyentes). A menos que se indique lo contrario, la clasificación *mundial* representa el universo de 193 países y regiones cubiertas: 191 estados miembros de las Naciones Unidas, más Hong Kong, China (RAE) y los Territorios Palestinos Ocupados.

*Clasificaciones regionales.* Los países en desarrollo se clasifican a su vez en las siguientes regiones: África Subsahariana, América Latina y el Caribe (incluido México), Asia Meridional, Asia Oriental y el Pacífico, Europa Meridional y Estados Árabes. Estas clasificaciones regionales son congruentes con las Oficinas Regionales del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. Existe una categoría





adicional, la de los *países menos adelantados*, según la definición de las Naciones Unidas (ONU-OHRLS 2005).

#### Cifras totales y tasas de crecimiento

*Cifras totales.* Las cifras totales correspondientes a las agrupaciones descritas anteriormente se presentan al final de los cuadros si se trata de una información significativa desde el punto de vista analítico y si se dispone de información suficiente. Las cifras que representan el total correspondiente a las agrupaciones (como en el caso de habitantes) se identifican con una *T*. Debido al redondeo, los totales mundiales no siempre son iguales a la suma de los totales de los subgrupos. Todas las demás cifras mundiales son promedios ponderados.

Por lo general, las cifras totales correspondientes a una agrupación se presentan sólo cuando se dispone de información sobre la mitad de los países y éstos a su vez representan, como mínimo, dos terceras partes de la ponderación disponible de esa agrupación. La Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano no supe los datos que faltan para llegar a la cifra total. Por consiguiente, a menos que se especifique lo contrario, las cifras totales correspondientes a cada agrupación representan sólo a los países para los que se tiene datos, corresponden al año o al período especificado y se refieren únicamente a los datos de las fuentes primarias citadas. No se presentan cifras totales en los casos en que no se disponía de procedimientos de ponderación adecuados.

Las cifras totales de índices, tasas de crecimiento e indicadores correspondientes a más de un único período en el tiempo se basan sólo en los países para los que hay datos de todos los momentos necesarios. Cuando no se presentan cifras totales para una o más regiones, tampoco se muestran cifras totales para la agrupación *mundial*, que se refiere sólo al universo de 193 países y zonas.

Las cifras totales que figuran en el presente Informe no siempre coinciden con las que aparecen en otras publicaciones, debido a diferencias en las clasificaciones de los países y en las metodologías. Cuando así se indica, las cifras totales han sido calculadas por el organismo estadístico que facilita los

datos sobre el indicador en cuestión.

*Tasas de crecimiento.* Las tasas de crecimiento pluri-  
anuales se expresan como tasas medias anuales de cambio. En el cálculo de las tasas realizado por la Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano se utiliza solamente el punto inicial y el final. Las tasas de crecimiento de año en año se expresan como cambios porcentuales anuales.

#### Notas sobre países

Salvo indicación contraria, los datos de China no incluyen Hong Kong, China (RAE), Macao o la Provincia China de Taiwán. En la mayoría de los casos, los datos de Eritrea antes de 1992 se incluyen en los datos de Etiopía. Los datos de Alemania se refieren a la Alemania unificada, a menos que se indique otra cosa. Los datos de Indonesia incluyen a Timor-Leste hasta 1999, salvo indicación contraria. Los datos de Jordania se refieren únicamente al Margen Oriental. Los datos económicos de Tanzania cubren solamente el territorio principal. Los datos de Sudán con frecuencia se basan en información recopilada en la parte septentrional del país y los datos de la República del Yemen se refieren a ese país a partir de 1990, mientras que los datos de años anteriores se refieren a la suma de datos de la ex República Democrática Popular del Yemen y de la ex República Árabe del Yemen.

#### Simbolos

A falta de indicaciones tales como *anual*, *tasa anual* o *tasa de crecimiento*, un guión entre dos años, como 1995-2000, significa que los datos fueron recopilados durante uno de los años señalados. Una barra entre dos años, como 1998/2001, indica que se ha calculado el promedio para esos años, a menos que se indique otra cosa. Se utilizan los siguientes signos:

- ⋯ No se dispone de datos.
- ( ) Menos de la mitad de la unidad indicada.
- < Inferior a.
- No es aplicable.
- | Total.



## Nota sobre el cuadro 1: Acerca del Índice de Desarrollo Humano de este año

El Índice de Desarrollo Humano (IDH) es un indicador compuesto que mide los avances promedio de un país en función de tres dimensiones básicas del desarrollo humano, a saber: vida larga y saludable medida según la esperanza de vida al nacer; educación medida por la tasa de alfabetización de adultos y la tasa bruta combinada de matriculación en enseñanza primaria, secundaria y terciaria; y nivel de vida digno medido por el PIB per cápita (PPA en US\$). El índice se construye con indicadores que en la actualidad están disponibles en todo el mundo y utiliza una metodología a la vez simple y transparente (ver la *Nota técnica 1*).

Si bien el concepto de desarrollo humano es bastante más amplio de lo que es capaz de medir cualquier índice compuesto individual, el IDH es una alternativa seria al uso del ingreso como medida sinóptica del bienestar humano y proporciona una buena forma de acceder a la vasta información contenida en los siguientes cuadros indicadores acerca de los diferentes aspectos del desarrollo humano.

La disponibilidad de datos determina los países que se incluyen en el IDH

El IDH, que en este Informe se refiere al año 2003, incluye 175 países miembros de las Naciones Unidas, además de Hong Kong, China (RAE) y los Territorios Palestinos Ocupados. Debido a la falta de datos comparables, 16 países miembros de las Naciones Unidas no fueron incluidos en el IDH de este año, pero sus indicadores básicos de desarrollo humano se presentan en el cuadro 33.

Para permitir la comparación entre países, el IDH se calcula, en la medida de lo posible, en función de la información disponible en el momento en que se elabora el Informe y que es entregada por los principales organismos productores de datos a nivel internacional (ver *Principales fuentes internacionales de datos más adelante*). Sin embargo, estos organismos no tienen los datos de algunos países para

uno o más de los cuatro componentes del IDH.

En respuesta a la aspiración de los países de ser incluidos en el cuadro pertinente del IDH y en un esfuerzo por incluir la mayor cantidad posible de países miembros de las Naciones Unidas, la Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano ha realizado gestiones especiales para conseguir cálculos de otras fuentes nacionales, regionales o internacionales cuando los principales organismos internacionales que proveen esta información no disponen de ella respecto de uno o dos de los componentes del IDH de un país determinado. En muy pocos casos, esos cálculos han sido realizados por la propia oficina encargada del Informe y como no se fundan en las fuentes de los principales organismos internacionales, se documentan claramente en las notas al pie de página del cuadro de indicadores 1. La calidad y fiabilidad de estos datos suele ser variada y por este motivo, no se incluyen en otros cuadros de indicadores que muestran información similar.

Principales fuentes internacionales de datos

*Esperanza de vida al nacer.* Los cálculos de la esperanza de vida provienen de las *Perspectivas de Población en el Mundo, Revisión de 2004* (ONU, 2005h), la fuente oficial de los cálculos y las proyecciones demográficas de la ONU, elaboradas cada dos años por la División de Población del Departamento de Asuntos Económicos y Sociales de las Naciones Unidas a partir de datos de los sistemas de registro demográfico, encuestas y censos demográficos de los países.

En la *Revisión de 2004*, la División de Población de las Naciones Unidas incorporó datos nacionales disponibles hasta fines de 2004. Para evaluar el impacto del VIH/SIDA, se combinaron los últimos cálculos de la prevalencia del VIH preparados por el Programa Conjunto de las Naciones Unidas sobre



el VIH/SIDA con una serie de supuestos acerca de las tendencias demográficas y la mortalidad tanto de las personas infectadas como de los no infectados en cada uno de los 60 países en los cuales se modeló explícitamente el impacto de la epidemia.

La inestable dinámica de enfermedades infecciosas importantes como el VIH/SIDA implica serios desafíos a la hora de realizar cálculos y proyecciones demográficas. La disponibilidad de nuevos datos empíricos sobre la epidemia del VIH/SIDA y las tendencias demográficas a menudo exige ajustar los cálculos anteriores. Por ejemplo, si bien los cálculos más recientes sobre la prevalencia del VIH son similares a cálculos realizados anteriormente en la mayoría de los países, son muy inferiores en el caso de Camerún, Côte d'Ivoire, Etiopía, Kenya, Rwanda, Zambia y Zimbabwe y superiores para Guinea Ecuatorial y Senegal. Estas diferencias, más que reflejar cambios reales, se deben principalmente a la reevaluación de los datos originales y los métodos de cálculo utilizados. De igual modo, la reducción significativa de la esperanza de vida en algunos países de África Subsahariana (como Botsuana, Nigeria y Santo Tomé y Príncipe) y en muchas economías en transición (como Azerbaiyán, Kazajistán y la Federación de Rusia), se funda en datos más recientes y precisos que implican mayores niveles de mortalidad que lo que se había calculado anteriormente.

Los cálculos sobre esperanza de vida publicados por la División de Población de las Naciones Unidas solían corresponder a promedios quinquenales y este año, por primera vez, la División produjo cálculos y proyecciones anuales sobre esperanza de vida a través de interpolaciones fundadas en estos promedios quinquenales. El cálculo de esperanza de vida de 2003 que se muestra en el Cuadro indicador 1 y los que sustentan el Cuadro indicador 2 provienen de estos datos interpolados (UN 2005c). Para conocer detalles sobre *Perspectivas de Población en el Mundo: Revisión de 2004* (ONU, 2005h), visite [www.un.org/csa/population/unpop.htm](http://www.un.org/csa/population/unpop.htm).

**Tasa de alfabetización de adultos.** Los datos sobre alfabetización de adultos por lo general se recopilan a través de censos demográficos (cada cinco o 10 años) o de encuestas por hogares de los países.

Este informe utiliza datos sobre alfabetización de adultos recopilados en el estudio de abril de 2005 realizado por el Instituto de Estadísticas (UIS) de

la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) (UNESCO, Instituto de Estadísticas 2005a), los cuales combinan cálculos nacionales directos con cálculos realizadas por el UIS. Los cálculos de los países, disponibles gracias a las acciones concertadas del UIS por recopilar datos recientes sobre alfabetización, también provienen de censos o encuestas nacionales realizados entre 2000 y 2004 (salvo algunos pocos casos que se refieren al período 1995-1999). Los cálculos del UIS, elaborados en julio de 2002, se fundan principalmente en datos nacionales recopilados antes de 1995. Para conocer detalles sobre estos cálculos de alfabetización, visite [www.uis.unesco.org](http://www.uis.unesco.org).

Una vez obtenidos niveles superiores de alfabetización, muchos países de ingresos altos dejan de recopilar estadísticas sobre alfabetización en los censos o encuestas por hogares nacionales y por ello no están incluidos en los datos de la UNESCO. Por lo tanto, para calcular el IDH de esos países, se aplica una tasa de alfabetización de 99,0%.

Para recopilar datos sobre alfabetización, muchos países calculan la cantidad de personas alfabetizadas sobre la base de datos informados por los propios involucrados. Otros recurren a datos de logros educacionales como una variable substitutiva, pero las mediciones de la asistencia escolar o de la terminación de un curso o grado pueden variar. Dado que las definiciones y los métodos de recopilación de datos varían entre un país y otro, los cálculos de alfabetización deben interpretarse con la debida prudencia.

El UIS, en colaboración con otros organismos asociados, busca en forma activa una metodología alternativa para medir la alfabetización a través del llamado Programa de Evaluación y Seguimiento de la Alfabetización (LAMP, por sus siglas en inglés). Este programa busca trascender de las simples categorías de alfabetizado y analfabeto y entregar información sobre un continuo de aptitudes de lecto-escritura.

**Tasa bruta combinada de matriculación en enseñanza primaria, secundaria y terciaria.** El Instituto de Estadísticas de la UNESCO produce tasas brutas de matriculación a partir de datos de matriculación recopilados por los gobiernos nacionales (por lo general, de fuentes administrativas) y datos



demográficos de las *Perspectivas de Población en el Mundo: Revisión de 2002* (ONU 2003) de la División de Población de las Naciones Unidas. Las tasas se calculan dividiendo la cantidad de estudiantes matriculados en todos los niveles escolares por la población total del grupo de edad oficial correspondiente a esos niveles. El grupo de edad del nivel terciario se fija en las cinco cohortes inmediatamente siguientes al término del ciclo superior de la enseñanza secundaria en todos los países.

Por lo general, se solicita información a los países sobre la cantidad de estudiantes matriculados a comienzo del año académico en cada nivel de educación de acuerdo con la definición de la Clasificación Internacional Normalizada de la Educación (CINE). En 1997, se adoptó una versión revisada de CINE, la cual generó ciertos cambios en las clasificaciones de los programas nacionales de educación. Sin embargo, estos cambios tienen un efecto menor en el cálculo de las tasas brutas combinadas de matriculación en enseñanza primaria, secundaria y terciaria. Para conocer detalles sobre los datos de matriculación y CINE, visite [www.uis.unesco.org](http://www.uis.unesco.org).

Aunque está pensada como una medida substitutiva de los logros en materia de educación, esta tasa no refleja la calidad de los resultados de la educación e incluso cuando se usa para capturar el acceso a las oportunidades educativas, puede encubrir diferencias importantes entre los países debido a disparidades en la escala de edades que corresponde a un determinado nivel de educación y en la duración de los programas escolares. Por otra parte, los factores como la repetición de cursos y las tasas de deserción también pueden generar distorsiones en los datos.

Hay mediciones que captan mejor los resultados de la educación, como los años medios de escolaridad de una población o la esperanza de escolaridad, y lo ideal sería que reemplazaran a las tasas brutas de matriculación en el IDH. Sin embargo, ese tipo de datos aún no está disponible en forma regular para una cantidad suficiente de países.

Tal como se define en la actualidad, la tasa bruta combinada de matriculación no toma en cuenta a los estudiantes matriculados en otros países. Los datos actuales de muchos países pequeños, cuyos habitantes acuden masivamente al extranjero a cursar estudios terciarios, podrían traducirse en una subrepresentación importante del acceso a la educación o del

nivel de instrucción de una población determinada y así arrojar un valor de IDH más bajo.

*PIB per cápita (PPA en US\$)*. Para comparar el nivel de vida entre los países es necesario convertir las estadísticas económicas en términos de la Paridad del Poder Adquisitivo (PPA) y así neutralizar las diferencias en los niveles de precios entre los países. El Banco Mundial aporta datos sobre el PIB per cápita (PPP en US\$) de 164 países para calcular el IDH, los que se basan en información sobre precios de las últimas encuestas del Programa de Comparación Internacional (PCI) y el PIB en moneda local proveniente de los datos de cuentas nacionales. La última ronda de encuestas en el marco del PCI abarcó 118 países en los cuales la PPA se calculó directamente extrapolando los resultados de referencia más recientes. Los cálculos de los países que no están incluidos en las encuestas de referencia se realizaron a través de regresiones econométricas. Por último, para los países que no pertenecen al Banco Mundial, se usaron cálculos de la PPA provistas por las Penn World Tables de la Universidad de Pennsylvania (Aren, Heston y Summers 2001, 2002).

En una cantidad limitada de casos para los cuales las dos fuentes internacionales no disponen de cálculos confiables de la PPA, la Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano trabajó en conjunto con organismos regionales y nacionales para obtener la cifra. A modo de ejemplo, en el caso de Cuba se formó un equipo técnico de expertos nacionales e internacionales que investigó diferentes metodologías para obtener un mejor cálculo de la PPA. Los resultados de esta gestión se verán reflejados en futuros informes.

Aun cuando se ha avanzado mucho en los decenios más recientes, la actual serie de datos de la PPA adolece de múltiples deficiencias, entre las cuales está la falta de cobertura universal, la oportunidad de los datos y la uniformidad en la calidad de los resultados provenientes de diferentes regiones y países. Llenar los vacíos de cobertura de los países a través del uso de regresiones econométricas implica recurrir a una gran cantidad de supuestos y la extrapolación en el tiempo significa que los resultados se tornan cada vez más inciertos a medida que aumenta el tiempo entre el año de la encuesta de referencia y el año en curso.





La importancia de las Paridades del Poder Adquisitivo en el análisis económico acentúa la necesidad de mejorar los datos en este sentido. Por lo tanto, se ha acordado realizar una nueva Ronda del Milenio del Programa de Comparación Internacional, la cual promete grandes mejoras en los datos de la PPA para efectos de los análisis de políticas económicas y la evaluación de la pobreza internacional. Para conocer detalles sobre el PCI y la metodología de la PPA, visite el sitio web del PCI en [www.worldbank.org/data/icp](http://www.worldbank.org/data/icp).

#### Comparaciones en el tiempo y entre las ediciones del informe

El IDH es una herramienta de gran importancia para seguir las tendencias del desarrollo humano a través del tiempo. Con el fin de facilitar el análisis de estas tendencias entre los países, el índice se calcula en intervalos de cinco años para el período 1975 a 2003. Estos cálculos, que se presentan en el cuadro 2, se basan en una metodología coherente y en datos de tendencias comparables disponibles en el momento en que se elabora el Informe.

Puesto que los organismos internacionales que producen información están mejorando constantemente sus series de datos y actualizan periódicamente los datos históricos, muchas veces los cambios que sufren de año en año los valores del IDH y las clasificaciones entre una edición y otra del *Informe sobre Desarrollo Humano* se deben más a revisiones de los datos (tanto específicos de un país como en relación con otros países) que a cambios efectivos en el país. Además, los cambios ocasionales en la cobertura de un país también pueden influir en la clasificación, incluso si la metodología usada para calcular el IDH se mantiene constante. Como resultado de

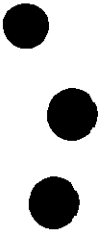
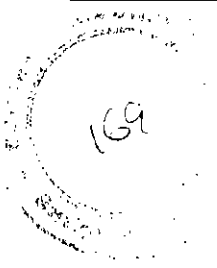
ello, un determinado país puede bajar considerablemente de lugar entre dos Informes consecutivos, pero también puede mejorar su posición cuando se usan datos revisados y comparables para reconstruir el valor del IDH de los últimos años.

Por estos motivos, para analizar tendencias del IDH no se deben usar datos de ediciones diferentes del Informe. El Cuadro de indicadores 2 muestra datos de tendencias actualizados sobre la base de información y metodologías coherentes. Para conocer los valores y clasificaciones del IDH recalculados para el año 2002 (el año de referencia del IDH en el *Informe sobre Desarrollo Humano 2004*) a partir de datos y cobertura de países comparables con el Informe de este año, visite <http://hdr.undp.org/statistics>.

#### IDH para países de alto desarrollo humano

El IDH de este Informe está construido para corregir los logros comparables de los países en todos los niveles del desarrollo humano. Los indicadores que actualmente se usan en el Índice arrojan diferencias muy pequeñas entre los países de la parte superior del IDH y, por lo tanto, la cúspide de la clasificación del IDH suele reflejar diferencias sólo menores en estos indicadores básicos. Para estos países de ingresos altos, existe un índice alternativo, el índice de pobreza humana (ver el Cuadro de indicadores 4), que refleja mejor el alcance de las privaciones humanas que aún persisten entre sus habitantes y ayuda a orientar el centro de atención de las políticas públicas.

Para conocer más detalles sobre el uso y las restricciones del IDH y los indicadores que lo componen, visite <http://hdr.undp.org/statistics>.



## Índice de desarrollo humano

Clasificación según el IDH <sup>a</sup>	Valor del índice de desarrollo humano (IDH)	Esperanza de vida al nacer (años)	Tasa de alfabetización de adultos (% de personas de 15 años y mayores)	Tasa bruta combinada de matriculación en primaria, secundaria y terciaria (%)	PIB per cápita (PPA en US\$)	Índice de esperanza de vida	Índice de educación	Índice del PIB	Clasificación según PIB per cápita (PPA en US\$) menos clasificación según IDH <sup>b</sup>
	2003	2003	2003	2002/03	2003				
<b>DESARROLLO HUMANO ALTO</b>									
1 Noruega	0,963	79,4	100	101	37.670	0,91	0,99	0,99	2
2 Islandia	0,956	80,7	100	96	31.243	0,93	0,98	0,96	4
3 Australia	0,955	80,3	100	116	29.632	0,92	0,99	0,95	7
4 Luxemburgo	0,949	78,5	100	88	62.298	0,89	0,95	1,00	-3
5 Canadá	0,949	80,0	100	94	30.677	0,92	0,97	0,96	2
6 Suecia	0,949	80,2	100	114	26.750	0,92	0,99	0,93	14
7 Suiza	0,947	80,5	100	90	30.552	0,93	0,96	0,96	1
8 Irlanda	0,946	77,7	100	93	37.738	0,88	0,97	0,99	-6
9 Bélgica	0,945	78,9	100	114	28.335	0,90	0,99	0,94	3
10 Estados Unidos	0,944	77,4	100	93	37.562	0,87	0,97	0,99	-6
11 Japón	0,943	82,0	100	84	27.967	0,95	0,94	0,94	2
12 Países Bajos	0,943	78,4	100	99	29.371	0,89	0,99	0,95	-1
13 Finlandia	0,941	78,5	100	108	27.619	0,89	0,99	0,94	3
14 Dinamarca	0,941	77,2	100	102	31.485	0,87	0,99	0,96	-9
15 Reino Unido	0,939	78,4	100	123	27.147	0,89	0,99	0,94	3
16 Francia	0,938	79,5	100	92	27.677	0,91	0,97	0,94	-1
17 Austria	0,936	79,0	100	89	30.094	0,90	0,96	0,95	-8
18 Italia	0,934	80,1	98,5	87	27.119	0,92	0,95	0,94	1
19 Nueva Zelanda	0,933	79,1	100	106	22.582	0,90	0,99	0,90	3
20 Alemania	0,930	78,7	100	89	27.756	0,90	0,96	0,94	-6
21 España	0,928	79,5	97,7	94	22.391	0,91	0,97	0,90	3
22 Hong Kong, China (RAE)	0,916	81,6	93,5	74	27.179	0,94	0,87	0,94	-5
23 Israel	0,915	79,7	96,9	91	20.033	0,91	0,95	0,88	2
24 Grecia	0,912	78,3	91,0	92	19.954	0,89	0,97	0,88	2
25 Singapur	0,907	78,7	92,5	87	24.481	0,89	0,91	0,92	-4
26 Eslovenia	0,904	76,4	99,7	95	19.150	0,88	0,98	0,88	4
27 Portugal	0,904	77,2	92,5	94	18.126	0,87	0,97	0,87	5
28 Corea, República de	0,901	77,0	97,9	93	17.971	0,87	0,97	0,87	6
29 Chipre	0,891	78,6	96,8	78	18.776	0,89	0,91	0,87	2
30 Barbados	0,878	75,0	99,7	89	15.720	0,83	0,96	0,84	9
31 República Checa	0,874	75,6	99,7	80	16.357	0,84	0,93	0,85	7
32 Malta	0,887	78,4	87,9	79	17.633	0,89	0,85	0,86	3
33 Brunei Darussalam	0,866	78,4	92,7	74	19.210	0,66	0,86	0,88	-4
34 Argentina	0,863	74,5	97,2	95	12.108	0,82	0,96	0,80	12
35 Hungría	0,862	72,7	99,3	89	14.584	0,80	0,96	0,83	5
36 Polonia	0,858	74,3	99,7	90	11.379	0,82	0,96	0,79	12
37 Chile	0,854	77,9	95,7	81	10.274	0,88	0,91	0,77	17
38 Estonia	0,853	71,3	99,8	92	13.539	0,77	0,97	0,82	4
39 Lituania	0,852	72,3	99,6	94	11.702	0,79	0,97	0,79	8
40 Qatar	0,849	72,8	89,2	82	19.844	0,80	0,87	0,88	-13
41 Emiratos Árabes Unidos	0,849	78,0	77,3	74	22.420	0,88	0,76	0,90	-18
42 Eslovaquia	0,849	74,0	99,6	75	13.494	0,82	0,91	0,82	1
43 Bahrein	0,846	74,3	87,7	81	17.479	0,82	0,86	0,86	-7
44 Kuwait	0,844	78,9	82,9	74	18.047	0,87	0,80	0,87	-11
45 Croacia	0,841	75,0	98,1	75	11.080	0,83	0,90	0,79	5
46 Uruguay	0,840	75,4	97,7	88	8.280	0,84	0,94	0,74	16
47 Costa Rica	0,838	78,2	95,8	68	9.606	0,89	0,87	0,76	10
48 Letonia	0,836	71,6	99,7	90	10.270	0,78	0,96	0,77	7
49 Saint Kitts y Nevis	0,834	70,0	97,8	89	12.404	0,75	0,95	0,80	-4
50 Bahamas	0,832	69,7	95,5	77	17.159	0,75	0,89	0,86	-13
51 Seychelles	0,821	72,7	91,9	85	10.232	0,60	0,89	0,77	5
52 Cuba	0,817	77,3	96,9	80	9.168	0,87	0,91	0,67	40
53 México	0,814	75,1	90,3	75	9.168	0,83	0,85	0,75	7



## Índice de desarrollo humano

Clasificación según el IDH	Valor del índice de desarrollo humano	Esperanza de vida al nacer	Tasa de alfabetización de adultos	Tasa bruta combinada de matriculación en primaria, secundaria y terciaria	PIB per cápita	Índice de esperanza de vida	Índice de educación	Índice del PIB	Clasificación según PIB per cápita (PPA en US\$) menos clasificación según IDH <sup>11</sup>
	(IDH)	(años)	(% de personas de 15 años y mayores)	(%)	(PPA en US\$)				
54	0,810	72,2	98,9 <sup>a</sup>	83	6.992 <sup>a</sup>	0,79	0,93	0,71	17
55	0,808	72,2	98,2	78	7.731	0,79	0,91	0,73	10
56	0,804	74,8	91,9	79	6.854	0,83	0,88	0,71	17
57	0,801	69,9	98,5 <sup>c</sup>	66	10.766	0,75	0,88	0,78	-6
<b>DESARROLLO HUMANO MEDIO:</b>									
58	0,799	73,6	81,7	96 <sup>d</sup>		0,81	0,86	0,72	9
59	0,797	73,8	96,1	70	6.794	0,81	0,87	0,70	16
60	0,797	73,9	85,8 <sup>b</sup>	69 <sup>d</sup>	10.294	0,82	0,80	0,77	-7
61	0,796	73,2	88,7	71	9.512	0,80	0,83	0,76	-3
62	0,795	65,3	99,4	90	9.230	0,67	0,96	0,76	-3
63	0,792	70,5	88,4	91	7.790	0,76	0,89	0,73	1
64	0,792	71,3	97,3	72	7.277	0,77	0,89	0,72	4
65	0,791	72,2	84,3	71	11.287	0,79	0,80	0,79	-16
66	0,787	65,3 <sup>b</sup>	96,0 <sup>b</sup>	96	7.959	0,67	0,96	0,73	-3
67	0,786	68,1	99,6 <sup>a</sup>	88	6.052	0,72	0,95	0,68	17
68	0,786	74,2	94,6	67	5.967	0,82	0,86	0,68	17
69	0,785	72,4	94,2	71	6.702 <sup>c</sup>	0,79	0,86	0,70	8
70	0,783	75,6 <sup>b</sup>	88,0 <sup>b</sup>	75	5.448	0,84	0,84	0,67	21
71	0,781	74,1	74,4 <sup>c</sup>	63	13.584 <sup>d</sup>	0,82	0,71	0,82	-30
72	0,780	73,8	98,7	69	4.584	0,81	0,89	0,64	30
73	0,778	70,0	92,6	73 <sup>d</sup>	7.595	0,75	0,86	0,72	-7
74	0,776	70,2	98,7	71	5.854 <sup>b</sup>	0,75	0,89	0,68	14
75	0,772	72,9	93,0	75	4.919	0,80	0,67	0,65	22
76	0,772	72,4	90,1	75	5.709	0,79	0,85	0,68	13
77	0,772	71,8	79,4	57 <sup>d</sup>	13.226 <sup>b</sup>	0,78	0,72	0,82	-33
78	0,766	66,1	99,4	86	5.491	0,69	0,95	0,67	12
79	0,762	70,0	87,7	87	5.260	0,75	0,88	0,66	14
80	0,761	63,2	99,5 <sup>a</sup>	85	6.671	0,84	0,94	0,70	-2
81	0,759	72,0	86,5 <sup>a</sup>	79	5.074	0,78	0,84	0,66	14
82	0,759	74,3	91,0		3.641	0,82	0,86	0,60	30
83	0,759	71,5	99,4	72	3.671	0,77	0,90	0,60	28
84	0,758	70,4	92,6	82	4.321	0,76	0,89	0,63	19
85	0,755	71,6	90,9	69	5.003 <sup>b</sup>	0,78	0,84	0,65	11
86	0,755	69,1	88,0	73		0,74	0,83	0,70	-7
87	0,755	71,1	88,1 <sup>d</sup>	67	6.123	0,77	0,81	0,69	-5
88	0,755	71,0	91,6	73	4.684 <sup>b</sup>	0,77	0,86	0,64	13
89	0,753	73,3	74,3	74	7.181	0,80	0,74	0,71	-20
90	0,753	71,3	89,9	78	4.320	0,77	0,86	0,63	14
91	0,753	71,9	76,9	77	6.950	0,78	0,77	0,71	-19
92	0,752	67,8	92,9	73	5.880	0,71	0,86	0,68	-5
93	0,751	74,0	90,4 <sup>b</sup>	69 <sup>d</sup>	3.778	0,82	0,83	0,61	17
94	0,750	68,7	88,3	68	8.772	0,73	0,82	0,70	-18
95	0,749	67,2	87,7	76	8.823 <sup>b</sup>	0,70	0,84	0,70	-21
96	0,745	66,6	97,2 <sup>c</sup>	75		0,69	0,90	0,65	2
97	0,738	62,4	98,8 <sup>b</sup>	...	5.938	0,62	0,91	0,68	-11
98	0,738	70,8	87,6 <sup>b</sup>	74	4.104	0,76	0,83	0,62	9
99	0,736	70,4	77,0	69	6.995	0,76	0,74	0,71	-29
100	0,732	70,5	100,0 <sup>c</sup>	71	2.588	0,76	0,90	0,54	21
101	0,729	66,9	98,8 <sup>d</sup>	69	3.617	0,70	0,89	0,60	12
102	0,729	72,5	91,9	80 <sup>d</sup>		0,79	0,88	0,52	26
103	0,722	71,1	69,8	74	6.107 <sup>b</sup>	0,77	0,71	0,69	-20
104	0,722	70,9	79,7	68	4.781 <sup>b</sup>	0,76	0,76	0,65	-5
105	0,721	70,4	75,7 <sup>c</sup>	73	5.214 <sup>b</sup>	0,76	0,75	0,66	-11
106	0,721	73,3	82,9	62	3.576	0,81	0,76	0,60	8





Clasificación según el IDH <sup>a</sup>	Valor del índice de desarrollo humano (IDH)	Esperanza de vida al nacer (años)	Tasa de alfabetización de adultos (% de personas de 15 años y mayores)	Tasa bruta combinada de matriculación en primaria, secundaria y terciaria (%)	PIB per cápita (PPA en US\$)	Índice de esperanza de vida	Índice de educación	Índice del PIB	Clasificación según PIB per cápita (PPA en US\$) menos clasificación según IDH <sup>c</sup>
	2003	2003	2003	2002/03	2003				
107 Guyana	0,720	63,1	96,5 <sup>h</sup>	77 <sup>i</sup>	4.230 <sup>o</sup>	0,63	0,90	0,63	-2
108 Viet Nam	0,704	70,5	90,3 <sup>h</sup>	64 <sup>i</sup>	2.490	0,76	0,82	0,54	16
109 Kirguistán	0,702	66,8	98,7 <sup>h</sup>	82	1.751	0,70	0,93	0,48	33
110 Indonesia	0,697	66,8	87,9 <sup>d</sup>	66	3.361	0,70	0,81	0,59	5
111 Uzbekistán	0,694	66,5	99,3 <sup>g</sup>	76	1.744	0,69	0,91	0,48	32
112 Nicaragua	0,690	69,7	76,7	69	3.262 <sup>o</sup>	0,75	0,74	0,58	4
113 Bolivia	0,687	64,1	88,5	87 <sup>h</sup>	2.587	0,85	0,87	0,54	9
114 Mongolia	0,679	64,0	97,8	74	1.850	0,65	0,90	0,49	23
115 Moldova, Rep. de	0,671	67,7	96,2	62	1.510	0,71	0,85	0,45	33
116 Honduras	0,667	67,8	60,0	62 <sup>i</sup>	2.865 <sup>o</sup>	0,71	0,74	0,55	3
117 Guatemala	0,663	67,3	69,1	61	4.148 <sup>o</sup>	0,70	0,66	0,62	-11
118 Vanuatu	0,659	68,6	74,0 <sup>i</sup>	56	2.944 <sup>o</sup>	0,73	0,69	0,56	-1
119 Egipto	0,659	69,8	55,6 <sup>h</sup>	74 <sup>i</sup>	3.950	0,75	0,62	0,61	-10
120 Sudáfrica	0,658	46,4	82,4	78	10.346 <sup>o</sup>	0,39	0,81	0,77	-68
121 Guinea Ecuatorial	0,655	43,3	84,2	85 <sup>i</sup>	19.780 <sup>o</sup>	0,30	0,76	0,88	-93
122 Tayikistán	0,652	63,6	99,5	76	1.106	0,64	0,91	0,40	36
123 Gabón	0,635	54,5	71,0 <sup>h</sup>	74 <sup>i</sup>	6.397	0,49	0,72	0,69	-43
124 Marruecos	0,631	69,7	50,7 <sup>i</sup>	58	4.004	0,75	0,53	0,62	-16
125 Namibia	0,627	48,3	85,0	71 <sup>i</sup>	6.160 <sup>o</sup>	0,39	0,80	0,69	-44
126 Santo Tomé y Príncipe	0,604	63,0	83,1 <sup>h</sup>	62 <sup>i</sup>	1.231 <sup>o</sup>	0,63	0,76	0,42	27
127 India	0,802	63,3	81,0 <sup>i</sup>	60	2.892 <sup>o</sup>	0,64	0,61	0,56	-9
128 Islas Salomón	0,594	62,3	76,6 <sup>h</sup>	52	1.753 <sup>o</sup>	0,62	0,68	0,48	13
129 Myanmar	0,578	60,2	89,7	48 <sup>i</sup>	...	0,59	0,76	0,39	34
130 Camboya	0,571	56,2	73,6	59	2.076 <sup>o</sup>	0,52	0,69	0,51	3
131 Botswana	0,565	36,3	78,9 <sup>h</sup>	70 <sup>i</sup>	6.714	0,19	0,76	0,75	-70
132 Comoras	0,547	63,2	56,2 <sup>h</sup>	47	1.714 <sup>o</sup>	0,64	0,53	0,47	13
133 Rep. Dem. Popular Lao	0,545	54,7	66,7	61	1.759	0,49	0,66	0,48	7
134 Bhután	0,536	62,9	47,0 <sup>h</sup>	...	1.969	0,63	0,48	0,50	0
135 Pakistán	0,527	63,0	48,7	35	2.097	0,63	0,44	0,51	-5
136 Nepal	0,526	61,8	46,6	61	1.420	0,61	0,53	0,44	15
137 Papua Nueva Guinea	0,523	55,3	57,3	41 <sup>i</sup>	2.619 <sup>o</sup>	0,50	0,52	0,55	-17
138 Ghana	0,520	56,8	54,1	46	2.238 <sup>o</sup>	0,53	0,51	0,52	-11
139 Bangladesh	0,520	62,8	41,1 <sup>h</sup>	53	1.770	0,63	0,45	0,48	-1
140 Timor-Leste	0,513	55,5	58,6 <sup>h</sup>	75 <sup>i</sup>	...	0,51	0,64	0,39	22
141 Sudán	0,512	56,4	59,0 <sup>i</sup>	38 <sup>i</sup>	1.910 <sup>o</sup>	0,52	0,52	0,49	-6
142 Congo	0,512	52,0	82,8 <sup>h</sup>	47	965	0,45	0,71	0,38	23
143 Togo	0,512	54,3	53,0	66	1.698 <sup>o</sup>	0,49	0,57	0,47	3
144 Uganda	0,506	47,3	68,9 <sup>i</sup>	74 <sup>i</sup>	1.457 <sup>o</sup>	0,37	0,71	0,45	6
145 Zimbabwe	0,505	36,9	90,0 <sup>h</sup>	55	2.443 <sup>o</sup>	0,20	0,76	0,53	-20
<b>DESARROLLO HUMANO BAJO</b>									
146 Madagascar	0,499	55,4	70,6	51	809	0,51	0,64	0,35	24
147 Swazilandia	0,496	32,5	79,2	60	4.726	0,12	0,73	0,64	-47
148 Camerún	0,497	45,6	67,9	55 <sup>i</sup>	2.118	0,35	0,64	0,51	-19
149 Lesotho	0,497	36,3	81,4	66 <sup>i</sup>	2.561 <sup>o</sup>	0,19	0,76	0,54	-26
150 Djibouti	0,495	52,6	65,5 <sup>h</sup>	24 <sup>i</sup>	2.066 <sup>o</sup>	0,46	0,52	0,51	-18
151 Yemen	0,489	60,6	49,0 <sup>i</sup>	55	869	0,59	0,51	0,36	15
152 Mauritania	0,477	52,7	51,2	45 <sup>i</sup>	1.766 <sup>o</sup>	0,46	0,49	0,48	-13
153 Haití	0,475	51,6	51,9 <sup>i</sup>	...	1.742 <sup>o</sup>	0,44	0,50	0,48	-9
154 Kenya	0,474	47,2	73,6	52 <sup>i</sup>	1.037	0,37	0,66	0,39	7
155 Gambia	0,470	55,7	37,6 <sup>h</sup>	48	1.659 <sup>o</sup>	0,51	0,41	0,49	-19
156 Guinea	0,466	53,7	41,0 <sup>h</sup>	41 <sup>i</sup>	2.097	0,46	0,41	0,51	-26
157 Senegal	0,456	55,7	39,3	40	1.648	0,51	0,39	0,47	-10
156 Nigeria	0,453	43,4	66,8 <sup>h</sup>	64 <sup>i</sup>	1.050	0,31	0,66	0,39	2
159 Rwanda	0,450	43,9	64,0	55	1.266 <sup>o</sup>	0,31	0,61	0,42	-7

Indicadores del desarrollo humano



## Índice de desarrollo humano

Clasificación según el IDH <sup>a</sup>	Valor del índice de desarrollo humano (IDH)	Esperanza de vida al nacer (años)	Tasa de alfabetización de adultos (% de personas de 15 años y mayores)	Tasa bruta combinada de matriculación en primaria, secundaria y terciaria (%)	PIB per cápita (PPA en US\$)	Índice de esperanza de vida	Índice de educación	Índice del PIB	Clasificación según PIB per cápita (PPA en US\$) menos clasificación según IDH <sup>d</sup>
	2003	2003	2003 <sup>b</sup>	2002/03 <sup>c</sup>	2003				
160 Angola	0,445	40,8	66,8	30	2.344	0,26	0,54	0,53	-34
161 Eritrea	0,444	53,8	56,7	35	849	0,48	0,49	0,36	7
162 Benin	0,431	54,0	33,6	55	1.115	0,48	0,41	0,40	-5
163 Côte d'Ivoire	0,420	45,9	48,1	42	1.476	0,35	0,46	0,45	-14
164 Tanzania, Rep. Unida de	0,418	46,0	69,4	41	621	0,35	0,60	0,30	11
165 Malawi	0,404	39,7	64,1	72	605	0,24	0,67	0,30	11
166 Zambia	0,394	37,5	67,9	48	877	0,21	0,61	0,36	1
167 Congo Rep Dem del	0,385	43,1	65,3	28	697	0,30	0,53	0,32	6
168 Mozambique	0,379	41,9	46,5	43	1.117	0,28	0,45	0,40	-12
169 Burundi	0,378	43,6	58,9	35	648	0,31	0,51	0,31	5
170 Etiopía	0,367	47,6	41,5	36	711	0,38	0,40	0,33	1
171 República Centroafricana	0,355	39,3	48,6	31	1.089	0,24	0,43	0,40	-12
172 Guinea-Bissau	0,348	44,7	39,6	37	711	0,33	0,39	0,33	-1
173 Chad	0,341	43,6	25,5	36	1.210	0,31	0,30	0,42	-19
174 Malí	0,333	47,9	19,0	32	994	0,38	0,23	0,38	-10
175 Burkina Faso	0,317	47,5	12,8	24	1.174	0,38	0,16	0,41	-20
176 Sierra Leona	0,298	40,8	29,6	45	548	0,26	0,35	0,28	1
177 Níger	0,281	44,4	14,4	21	835	0,32	0,17	0,35	-8
<b>Países en desarrollo</b>	<b>0,694</b>	<b>65,0</b>	<b>76,6</b>	<b>63</b>	<b>4.359</b>	<b>0,67</b>	<b>0,72</b>	<b>0,70</b>	<b>..</b>
<b>Países menos adelantados</b>	<b>0,518</b>	<b>52,2</b>	<b>54,2</b>	<b>45</b>	<b>1.328</b>	<b>0,45</b>	<b>0,50</b>	<b>0,60</b>	<b>..</b>
<b>Estados Árabes</b>	<b>0,679</b>	<b>67,0</b>	<b>64,1</b>	<b>62</b>	<b>5.665</b>	<b>0,70</b>	<b>0,61</b>	<b>0,72</b>	<b>..</b>
<b>Asia Oriental y el Pacífico</b>	<b>0,768</b>	<b>70,5</b>	<b>90,4</b>	<b>69</b>	<b>5.100</b>	<b>0,76</b>	<b>0,83</b>	<b>0,71</b>	<b>..</b>
<b>América Latina y El Caribe</b>	<b>0,797</b>	<b>71,9</b>	<b>89,6</b>	<b>81</b>	<b>7.404</b>	<b>0,78</b>	<b>0,87</b>	<b>0,74</b>	<b>..</b>
<b>Asia Meridional</b>	<b>0,628</b>	<b>63,4</b>	<b>58,9</b>	<b>56</b>	<b>2.897</b>	<b>0,64</b>	<b>0,58</b>	<b>0,67</b>	<b>..</b>
<b>África Subsahariana</b>	<b>0,515</b>	<b>46,1</b>	<b>61,3</b>	<b>50</b>	<b>1.856</b>	<b>0,35</b>	<b>0,56</b>	<b>0,63</b>	<b>..</b>
<b>Europa Central y Oriental y la CEI</b>	<b>0,802</b>	<b>68,1</b>	<b>99,2</b>	<b>83</b>	<b>7.939</b>	<b>0,72</b>	<b>0,94</b>	<b>0,75</b>	<b>..</b>
<b>OCDE</b>	<b>0,892</b>	<b>77,7</b>	<b>..</b>	<b>89</b>	<b>25.915</b>	<b>0,88</b>	<b>0,95</b>	<b>0,85</b>	<b>..</b>
<b>Países de la OCDE de ingresos altos</b>	<b>0,911</b>	<b>78,9</b>	<b>..</b>	<b>95</b>	<b>30.181</b>	<b>0,90</b>	<b>0,98</b>	<b>0,86</b>	<b>..</b>
<b>Desarrollo humano alto</b>	<b>0,895</b>	<b>78,0</b>	<b>..</b>	<b>91</b>	<b>25.665</b>	<b>0,88</b>	<b>0,98</b>	<b>0,85</b>	<b>..</b>
<b>Desarrollo humano medio</b>	<b>0,718</b>	<b>87,2</b>	<b>79,4</b>	<b>66</b>	<b>4.474</b>	<b>0,70</b>	<b>0,75</b>	<b>0,70</b>	<b>..</b>
<b>Desarrollo humano bajo</b>	<b>0,486</b>	<b>46,0</b>	<b>57,5</b>	<b>48</b>	<b>1.046</b>	<b>0,35</b>	<b>0,53</b>	<b>0,58</b>	<b>..</b>
<b>Ingresos altos</b>	<b>0,910</b>	<b>78,8</b>	<b>..</b>	<b>94</b>	<b>29.898</b>	<b>0,90</b>	<b>0,97</b>	<b>0,86</b>	<b>..</b>
<b>Ingresos medios</b>	<b>0,774</b>	<b>70,3</b>	<b>89,6</b>	<b>73</b>	<b>6.104</b>	<b>0,75</b>	<b>0,84</b>	<b>0,73</b>	<b>..</b>
<b>Ingresos bajos</b>	<b>0,583</b>	<b>58,4</b>	<b>60,8</b>	<b>54</b>	<b>2.168</b>	<b>0,56</b>	<b>0,58</b>	<b>0,64</b>	<b>..</b>
<b>Total mundial</b>	<b>0,741</b>	<b>67,1</b>	<b>..</b>	<b>67</b>	<b>8.229</b>	<b>0,70</b>	<b>0,77</b>	<b>0,75</b>	<b>..</b>

Las cifras totales de la columna 7 se basan en las cifras de matriculación bruta calculadas por el Instituto de Estadística de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) y en los datos de alfabetización de adultos para calcular el IDH. La clasificación del IDH se determina utilizando valores del IDH con cinco decimales. Salvo indicación contraria, los datos se refieren a las cifras de alfabetización nacionales obtenidas de los censos o encuestas realizados entre 2000 y 2004. Debido a las diferencias en las metodologías y el período que abarcan los datos subyacentes, las comparaciones entre países y a lo largo del tiempo deben realizarse con la debida prudencia. Visitar [www.uis.unesco.org/ev.php?ID=4930\\_201102=DD\\_TOPIC](http://www.uis.unesco.org/ev.php?ID=4930_201102=DD_TOPIC) para mayores detalles. Salvo indicación contraria, los datos se refieren al año escolar 2002/03. Los datos de algunos países pueden referirse a cálculos nacionales o del Instituto de Estadística de la UNESCO. Una cifra positiva indica que la clasificación según el IDH es superior a la clasificación según el PIB per cápita (PPA en US\$), mientras que una cifra negativa indica lo contrario. Para el cálculo del IDH se aplicó un valor de 99%. Para el cálculo del IDH se aplicó un valor de 100%.

g. Statec, 2005. Los datos se refieren a los estudiantes matriculados tanto en su país como en el extranjero y por lo tanto difieren de la definición normalizada. h. Para el cálculo del IDH se aplicó un valor de US\$ 40.000 (PPA en US\$). i. Cálculos preliminares del Instituto de Estadística de la UNESCO, sujetos a revisión. j. Los datos se refieren a un año distinto del especificado. k. Los datos se refieren a cálculos elaborados por el Instituto de Estadística de la UNESCO en julio de 2002. l. Instituto de Estadística de la UNESCO 2003a. Los cálculos se basan en información obsoleta de censos o encuestas por hogares y deben interpretarse con la debida prudencia. m. Los datos provienen de fuentes nacionales. n. Los datos se refieren a un año entre 1995 y 1999. o. Banco Mundial 2003c. p. Allen, Heston y Summers 2002. Los datos difieren de la definición normalizada. q. Cálculo basado en una regresión. r. Datos facilitados por la Secretaría de la Organización de Estados del Caribe Oriental, basados en fuentes nacionales. s. Hay gestiones en marcha para elaborar cálculos más precisos y recientes (ver la Nota sobre el

Cuadro 1: Acerca del índice de desarrollo humano de este año. Se utilizó un cálculo preliminar de US\$5.400 (PPA en US\$). i. Allen, Heston y Summers 2001. Los datos difieren de la definición normalizada. u. Datos facilitados por la Secretaría de la Comunidad del Caribe, basados en fuentes nacionales. v. PNUD 2003. w. Dado que no se contaba con la tasa bruta combinada de matriculación, se utilizaron los siguientes cálculos de la Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano: Bhután 48%, Ecuador 75%, Haití 48% y Turkmenistán 75%. x. El cálculo se basó en una comparación bilateral entre China y los Estados Unidos (Ren y Kai 1995). y. Al no contar con un cálculo oficial del PIB per cápita (PPA en US\$), se utilizaron cálculos preliminares del Banco Mundial, sujetos a revisión: US\$4.796 para Maldivas y US\$6.552 para Surinam. z. Los datos se refieren a un año o período distinto al especificado, difieren de la definición normalizada o se refieren solo a una parte del país. aa. UNICEF 2004. ab. Al no contar con un cálculo del PIB per cápita (PPA en US\$), se utilizó el cálculo de la Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano de US\$2.302, que se dedujo del valor del PIB en

US\$ y el coeficiente promedio ponderado de la PPA en US\$ - US\$ en los Estados Árabes. ac. Se usó un valor estimado nacional de US\$1.033 (PPA en US\$). ad. Los cálculos se basan principalmente en información sobre la parte norte de Sudán.

### FUENTES

Columna 1: cálculos basados en los datos de las columnas 6-8; ver la Nota técnica 1 para mayores detalles. Columna 2: ONU 2005c, salvo que se indique lo contrario. Columnas 3 y 4: Instituto de Estadística de la UNESCO 2003c, salvo que se indique lo contrario. Columna 5: Banco Mundial 2003c, salvo indicación contraria; las cifras totales fueron calculadas por el Banco Mundial para la Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano. Columna 6: cálculos basados en los datos de la columna 2. Columna 7: cálculos basados en los datos de las columnas 3 y 4. Columna 8: cálculos basados en los datos de la columna 5. Columna 9: cálculos basados en los datos de las columnas 1 y 5.

Tendencias del índice de desarrollo humano



Clasificación según el IDH	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2003
<b>DESARROLLO HUMANO ALTO</b>							
1 Noruega	0,868	0,888	0,898	0,912	0,936	0,956	0,963
2 Islandia	0,863	0,888	0,896	0,915	0,919	0,943	0,956
3 Australia	0,848	0,866	0,879	0,893	0,933	0,960	0,955
4 Luxemburgo	0,840	0,851	0,858	0,884	0,911	0,929	0,949
5 Canadá	0,869	0,886	0,909	0,929	0,934		0,949
6 Suecia	0,884	0,874	0,886	0,897	0,929	0,958	0,949
7 Suiza	0,879	0,890	0,896	0,910	0,921	0,940	0,947
8 Irlanda	0,811	0,826	0,845	0,870	0,894	0,929	0,946
9 Bélgica	0,846	0,863	0,878	0,899	0,929	0,949	0,945
10 Estados Unidos	0,867	0,887	0,901	0,916	0,929	0,936	0,944
11 Japón	0,857	0,882	0,895	0,911	0,925	0,936	0,943
12 Países Bajos	0,867	0,879	0,893	0,908	0,928	0,939	0,943
13 Finlandia	0,841	0,861	0,879	0,901	0,914	0,940	0,941
14 Dinamarca	0,874	0,882	0,890	0,898	0,913	0,932	0,941
15 Reino Unido	0,845	0,854	0,863	0,883	0,921	0,948	0,939
16 Francia	0,853	0,869	0,881	0,903	0,921	0,932	0,938
17 Austria	0,843	0,858	0,871	0,894	0,914	0,933	0,936
18 Italia	0,842	0,858	0,866	0,889	0,907	0,921	0,934
19 Nueva Zelanda	0,848	0,854	0,868	0,875	0,905	0,924	0,933
20 Alemania	..	0,861	0,869	0,888	0,913	0,927	0,930
21 España	0,837	0,854	0,868	0,886	0,904	0,918	0,928
22 Hong Kong, China (RAE)	0,761	0,800	0,827	0,862	0,882		0,918
23 Israel	0,795	0,819	0,840	0,858	0,880	0,909	0,915
24 Grecia	0,835	0,850	0,864	0,872	0,876	0,895	0,912
25 Singapur	0,725	0,761	0,784	0,822	0,861		0,907
26 Eslovenia	..	..	..	..	0,853	0,884	0,904
27 Portugal	0,787	0,802	0,826	0,849	0,878	0,896	0,904
28 Corea, República de	0,707	0,741	0,780	0,818	0,855	0,884	0,901
29 Chipre	..	0,793	0,813	0,838	0,858	0,883	0,891
30 Barbados	0,805	0,828	0,839	0,850	0,852	0,877	0,878
31 República Checa	..	..	..	..	0,843	0,857	0,874
32 Malta	0,727	0,764	0,791	0,825	0,852	0,874	0,867
33 Brunei Darussalam	..	..	..	..	..	..	0,866
34 Argentina	0,784	0,799	0,808	0,810	0,833	0,856	0,863
35 Hungría	0,779	0,795	0,808	0,807	0,812	0,843	0,862
36 Polonia	..	..	..	0,803	0,816	0,845	0,858
37 Chile	0,704	0,739	0,763	0,785	0,816	0,843	0,854
38 Estonia	..	..	..	0,814	0,796	0,833	0,853
39 Lituania	..	..	..	0,823	0,787	0,828	0,852
40 Qatar	..	..	..	..	..	..	0,849
41 Emiratos Árabes Unidos	0,734	0,769	0,787	0,812	0,814		0,849
42 Eslovaquia	..	..	..	..	..	..	0,849
43 Bahrein	..	0,747	0,780	0,809	0,826	0,838	0,846
44 Kuwait	0,763	0,777	0,780	..	0,813	0,837	0,844
45 Croacia	..	..	..	0,806	0,799	0,826	0,841
46 Uruguay	0,759	0,780	0,787	0,804	0,817		0,840
47 Costa Rica	0,748	0,772	0,776	0,792	0,811	0,832	0,838
48 Letonia	..	0,792	0,805	0,799	0,765	0,812	0,836
49 Saint Kitts y Nevis	..	..	..	..	..	..	0,834
50 Bahamas	..	0,809	0,819	0,821	0,810		0,832
51 Seychelles	..	..	..	..	..	..	0,821
52 Cuba	..	..	..	..	..	..	0,817
53 México	0,889	0,735	0,755	0,764	0,782	0,809	0,814

Indicadores del desarrollo humano



## Tendencias del índice de desarrollo humano

Clasificación según el IDH	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2003
54 Tonga	..	..	..	..	..	..	0,810
55 Bulgaria	..	0,769	0,789	0,795	0,784	0,795	0,808
56 Panamá	0,710	0,737	0,747	0,749	0,772	0,794	0,804
57 Trinidad y Tobago	0,749	0,781	0,788	0,792	0,789	0,800	0,801
<b>DESARROLLO HUMANO MEDIO</b>							
58 Jamahiriya Árabe Libia	..	..	..	..	..	..	0,799
59 Macedonia, ERY	..	..	..	..	..	..	0,797
60 Antigua y Barbuda	..	..	..	..	..	..	0,797
61 Malasia	0,615	0,659	0,695	0,721	0,760	0,790	0,796
62 Rusia, Federación de	..	..	..	0,817	0,770	..	0,795
63 Brasil	0,645	0,682	0,698	0,719	0,747	0,783	0,792
64 Rumania	..	..	..	0,772	0,768	0,773	0,792
65 Mauricio	..	0,659	0,890	0,724	0,747	0,776	0,791
66 Granada	..	..	..	..	..	..	0,787
67 Eslovenia	..	..	..	0,787	0,751	0,774	0,786
68 Bosnia y Herzegovina	..	..	..	..	..	..	0,786
69 Colombia	0,662	0,891	0,708	0,727	0,752	0,773	0,785
70 Dominica	..	..	..	..	..	..	0,783
71 Omán	0,494	0,547	0,641	0,699	0,738	0,769	0,781
72 Albania	..	..	0,693	0,703	0,702	0,736	0,780
73 Países Bajos	0,614	0,652	0,678	0,714	0,749	..	0,778
74 Jamaica (Occidental)	..	..	0,723	0,732	0,742	0,763	0,776
75 Venezuela	0,718	0,732	0,740	0,759	0,767	0,772	0,772
76 Santa Lucía	..	..	..	..	..	..	0,772
77 Arabia Saudita	0,603	0,659	0,673	0,708	0,741	0,762	0,772
78 Ucrania	..	..	..	0,799	0,747	0,754	0,766
79 Perú	0,643	0,674	0,696	0,707	0,734	..	0,762
80 Kazajistán	..	..	..	0,767	0,721	0,731	0,761
81 Líbano	..	..	..	0,677	0,727	0,742	0,759
82 Ecuador	0,630	0,674	0,898	0,715	0,730	..	0,759
83 Armenia	..	..	..	0,737	0,696	0,735	0,759
84 Filipinas	0,654	0,687	0,693	0,720	0,736	..	0,758
85 China	0,525	0,558	0,594	0,627	0,683	..	0,755
86 Suriname	..	..	..	..	..	..	0,755
87 San Vicente y las Granadinas	..	..	..	..	..	..	0,755
88 Paraguay	0,668	0,702	0,709	0,720	0,739	0,753	0,755
89 Túnez	0,514	0,570	0,622	0,657	0,698	0,736	0,753
90 Jordania	..	0,641	0,664	0,663	0,708	0,742	0,753
91 Belice	..	0,707	0,717	0,747	0,768	0,779	0,753
92 Fiji	0,663	0,686	0,702	0,724	0,741	..	0,752
93 Sri Lanka	0,607	0,849	0,681	0,705	0,727	..	0,751
94 Turquía	0,587	0,610	0,646	0,676	0,709	..	0,750
95 República Dominicana	0,619	0,650	0,672	0,679	0,700	0,732	0,749
96 Maldivas	..	..	..	..	..	..	0,745
97 Turkmenistán	..	..	..	..	..	..	0,738
98 Jamaica	0,686	0,696	0,699	0,719	0,723	0,730	0,738
99 Irán, Rep. Islámica del	0,566	0,570	0,610	0,650	0,694	0,721	0,736
100 Georgia	..	..	..	..	..	..	0,732
101 Azerbaiyán	..	..	..	..	..	..	0,729
102 Territorios Palestinos Ocupados	..	..	..	..	..	..	0,729
103 Argelia	0,508	0,558	0,610	0,649	0,671	..	0,722
104 El Salvador	0,592	0,586	0,609	0,650	0,689	0,715	0,722
105 Cabo Verde	..	..	..	0,625	0,677	..	0,721
106 República Árabe Siria	0,540	0,567	0,623	0,646	0,672	0,692	0,721



Clasificación según el IDH	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2003
107 Guyana	0,678	0,684	0,677	0,683	0,685	0,714	0,720
108 Viet Nam	..	..	..	0,617	0,660	0,695	0,704
109 Kirguistán	..	..	..	..	..	..	0,702
110 Indonesia	0,468	0,530	0,583	0,625	0,663	0,680	0,697
111 Uzbekistán	..	..	..	..	0,679	..	0,694
112 Nicaragua	0,587	0,596	0,604	0,610	0,641	0,659	0,690
113 Bolivia	0,512	0,549	0,580	0,604	0,636	0,672	0,687
114 Mongolia	..	..	0,668	0,673	0,633	0,657	0,679
115 Moldova, Rep. de	..	..	..	0,739	0,682	0,665	0,671
116 Honduras	0,518	0,569	0,601	0,623	0,640	..	0,667
117 Guatemala	0,512	0,546	0,562	0,586	0,617	0,650	0,663
118 Vanuatu	..	..	..	..	..	..	0,659
119 Egipto	0,439	0,487	0,540	0,579	0,611	..	0,659
120 Sudáfrica	0,655	0,674	0,702	0,735	0,742	0,698	0,658
121 Guinea Ecuatorial	..	..	0,483	0,500	0,518	0,641	0,655
122 Tayikistán	..	..	0,699	0,696	0,629	0,630	0,652
123 Gabón	..	..	..	..	..	..	0,635
124 Marruecos	0,429	0,478	0,515	0,548	0,579	0,610	0,631
125 Namibia	..	..	..	..	0,693	0,649	0,627
126 Santo Tomé y Príncipe	..	..	..	..	..	..	0,604
127 India	0,412	0,438	0,476	0,513	0,546	0,577	0,602
128 Islas Salomón	..	..	..	..	..	..	0,594
129 Myanmar	..	..	..	..	..	..	0,578
130 Camboya	..	..	..	..	0,533	0,541	0,571
131 Botswana	0,503	0,577	0,638	0,681	0,659	0,596	0,565
132 Comoras	..	0,480	0,498	0,504	0,517	0,533	0,547
133 Rep. Dem. Popular Lao	..	..	0,423	0,450	0,487	0,522	0,545
134 Bhután	..	..	..	..	..	..	0,536
135 Pakistán	0,363	0,386	0,419	0,462	0,492	..	0,527
136 Nepal	0,296	0,333	0,376	0,423	0,466	0,499	0,526
137 Papua Nueva Guinea	0,425	0,445	0,467	0,481	0,515	0,529	0,523
138 Ghana	0,439	0,468	0,462	0,511	0,531	0,556	0,520
139 Bangladesh	0,345	0,364	0,389	0,419	0,452	0,506	0,520
140 Timor-Leste	..	..	..	..	..	..	0,513
141 Sudán	0,349	0,376	0,396	0,428	0,465	0,500	0,512
142 Congo	0,452	0,499	0,540	0,526	0,531	..	0,512
143 Togo	0,423	0,475	0,474	0,500	0,510	0,519	0,512
144 Uganda	..	..	0,412	0,409	0,412	0,474	0,508
145 Zimbabue	0,546	0,574	0,640	0,637	0,589	0,527	0,505
<b>DESARROLLO HUMANO BAJO</b>							
146 Madagascar	0,400	0,437	0,436	0,446	0,458	..	0,499
147 Swazilandia	0,530	0,562	0,584	0,624	0,603	0,534	0,498
148 Camerún	0,416	0,463	0,505	0,514	0,494	0,500	0,497
149 Lesotho	0,461	0,510	0,534	0,571	0,573	0,520	0,497
150 Djibouti	..	..	..	..	0,477	0,487	0,495
151 Yemen	..	..	..	0,393	0,436	0,470	0,489
152 Mauritania	0,340	0,363	0,384	0,388	0,424	0,444	0,477
153 Haití	..	0,449	0,458	0,446	0,450	..	0,475
154 Kenya	0,461	0,509	0,530	0,546	0,524	0,499	0,474
155 Gambia	0,284	..	..	..	0,424	0,457	0,470
156 Guinea	..	..	..	..	..	..	0,466
157 Senegal	0,311	0,339	0,375	0,403	0,421	0,444	0,458
158 Nigeria	0,318	0,376	0,386	0,406	0,418	..	0,453
159 Rwanda	0,342	0,388	0,401	0,340	0,335	0,435	0,450

Indicadores del desarrollo humano



12

## Tendencias del índice de desarrollo humano

Clasificación según el IDH	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2003
160 Angola	..	..	..	..	..	..	0,445
161 Eritrea	..	..	..	..	0,409	0,428	0,444
162 Benin	0,304	0,336	0,362	0,368	0,395	0,422	0,431
163 Côte d'Ivoire	0,409	0,441	0,448	0,442	0,427	0,428	0,420
164 Tanzania, Rep. Unida de	..	..	..	0,435	0,422	0,416	0,418
165 Malawi	0,320	0,351	0,362	0,371	0,412	0,402	0,404
166 Zambia	0,468	0,475	0,484	0,462	0,424	0,409	0,394
167 Congo, Rep. Dem. del	0,414	0,423	0,431	0,422	0,393	..	0,385
168 Mozambique	..	0,299	0,287	0,311	0,326	0,360	0,379
169 Burundi	0,285	0,311	0,345	0,353	0,324	..	0,378
170 Etiopía	..	..	0,291	0,311	0,323	0,352	0,367
República Centroafricana	0,343	0,364	0,386	0,383	0,367	..	0,355
Guinea-Bissau	0,255	0,262	0,263	0,313	0,341	0,353	0,348
173 Chad	0,269	0,271	0,311	0,335	0,344	0,359	0,341
174 Mali	0,230	0,256	0,263	0,283	0,307	0,330	0,333
175 Burkina Faso	0,253	0,273	0,297	0,305	0,311	0,328	0,317
176 Sierra Leona	..	..	..	..	..	..	0,298
177 Niger	0,236	0,252	0,242	0,249	0,256	0,271	0,281

### NOTAS

Aunque los valores del índice de Desarrollo Humano proporcionados en este cuadro se obtuvieron utilizando una metodología y series de datos coherentes, en rigor no se pueden comparar con los valores proporcionados en anteriores *Informes sobre Desarrollo Humano*. Para un análisis detallado, ver la *Nota del Cuadro 1: Acerca del índice de desarrollo humano de este año*.

### FUENTES

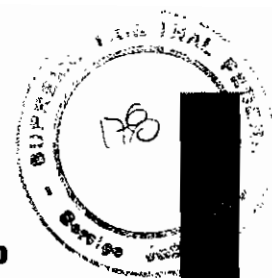
Columna 1-6: cálculos basados en datos relativos a la esperanza de vida de la ONU 2005c; datos sobre las tasas de alfabetización de adultos del Instituto de Estadística de la UNESCO 1999, 2005c y los datos relativos al PIB per cápita (PPA en US\$ de 2000) y al PIB per cápita (PPA en US\$) del Banco Mundial 2005c.

Columna 7: columna 1 del Cuadro de indicadores 1.

CUADRO 3

Vigilancia del desarrollo humano: ampliar las alternativas de la gente . . .

Pobreza humana y de ingresos: países en desarrollo



Clasificación según el IDH	Índice de pobreza humana (IPH-1)		Probabilidad al nacer de no sobrevivir hasta los 40 años de edad <sup>a, b</sup> (% de cohorte) 2000-05	Tasa de analfabetismo de adultos <sup>b, c</sup> (% de personas de 15 años y mayores) 2003	Población sin acceso sostenible a fuente de agua mejorada <sup>d</sup> (%) 2002	ODM Niños con peso inferior a la media para su edad <sup>e</sup> (% menores de 5 años) 1995-2003	ODM Población bajo el umbral de pobreza de ingresos <sup>f</sup> (%)			Clasificación según el IPH-1 menos clasificación según pobreza de ingresos <sup>g</sup>
	Clasificación	Valor (%)					US\$1 diario 1990-2003	US\$2 diarios 1990-2003	Umbral de la pobreza nacional 1990-2002	
<b>HIGH HUMAN DEVELOPMENT</b>										
22			1,5	6,5 <sup>h</sup>	-	-	-	-	-	-
25	6	6,3	1,8	7,5	0 <sup>i</sup>	14 <sup>j</sup>	-	-	-	-
26			2,7	2,1 <sup>k</sup>	8	-	<2	<2	-	-
29			2,8	3,2	0	-	-	-	-	-
30	4	4,5	6,3	0,3	0	6	-	-	-	-
33			2,8	7,3	-	-	-	-	-	-
34			5,0	2,8	-	5	3,3	14,3	-	-
37	2	3,7	3,5	4,3	5	1	<2	9,6	17,0	1
40	10	7,8	4,7	10,8	0	6	-	-	-	-
41			2,2	22,7 <sup>l</sup>	-	14	-	-	-	-
43			3,8	12,3	-	9	-	-	-	-
44			2,5	17,1 <sup>m</sup>	-	10	-	-	-	-
46	1	3,6	4,4	2,3 <sup>n</sup>	2	5	<2	3,9	-	0
47	3	4,0	3,7	4,2 <sup>o</sup>	3	5	2,0	9,5	22,0	-10
49			-	-	1	-	-	-	-	-
50			13,4	4,5 <sup>p</sup>	3	-	-	-	-	-
51			-	8,1	13	6 <sup>q</sup>	-	-	-	-
52	5	4,8	3,2	3,1 <sup>r</sup>	9	4	-	-	-	-
53	13	8,4	6,0	9,7	9	8	9,9	26,3	10,1	-13
54			5,0	1,1 <sup>s</sup>	0	-	-	-	-	-
56	9	7,7	6,8	8,1	9	7	7,2	17,6	37,3	-10
57	15	8,8	11,6	1,5 <sup>t</sup>	9	7	12,4	39,0	21,0	-14
<b>DESARROLLO HUMANO MEDIO</b>										
58	33	15,3	4,2	18,3 <sup>u</sup>	28	5	-	-	-	-
60			-	-	9	10	-	-	-	-
61	16	8,9	4,3	11,3	5	12	<2	9,3	15,5	9
63	20	10,3	10,3	11,6	11	6	8,2	22,4	17,4	-5
65	24	11,4	5,0	15,7	0	15	-	-	10,6	-
66			-	-	5	-	-	-	-	-
69	8	7,4	8,3	5,8	8	7	8,2	22,6	64,0	-15
70			-	-	3	5	-	-	-	-
71	46	21,1	3,9	25,6 <sup>v</sup>	21	24	-	-	-	-
73	28	12,8	9,9	7,4	15	19	<2	32,5	13,1	18
74			6,5	1,3 <sup>w</sup>	12	-	-	-	-	-
75	14	8,8	8,2	7,0	17	4	15,0	32,0	31,3	-19
76	12	8,3	5,9	9,9	2	14	-	-	-	-
77	32	14,9	5,8	20,6	5 <sup>x</sup>	14	-	-	-	-
79	26	12,0	10,3	12,3	19	7	18,1	37,7	49,0	-17
81	18	9,6	5,7	13,5	0	3	-	-	-	-
82	22	10,6	8,6	9,0	14	12	17,7	40,8	35,0	-18
84	35	16,3	7,2	7,4	15	31	14,6	46,4	36,6	-4
85	27	12,3	6,9	9,1	23	10	16,6	46,7	4,6	-13
86			10,1	12,0	8	13	-	-	-	-
87			6,6	-	-	-	-	-	-	-
88	17	9,4	8,1	8,4	17	5	16,4	33,2	21,8	-19
89	43	18,3	4,7	25,7	18	4	<2	6,6	7,6	27
90	11	8,1	6,4	10,1	9	4	<2	7,4	11,7	5
91	38	16,7	10,6	23,1	9	6	-	-	-	-
92	49	21,3	7,0	7,1	53 <sup>y</sup>	8 <sup>z</sup>	-	-	-	-
93	42	18,0	4,3	9,6	22	29	7,6	50,7	25,0	10
94	19	9,7	8,9	11,7	7	8	<2	10,3	-	11
95	25	11,8	14,1	12,3	7	5	<2	<2	28,6	15
96	37	16,6	11,4	2,8 <sup>aa</sup>	16	30	-	-	-	-

Indicadores del desarrollo humano



## Pobreza humana y de ingresos: países en desarrollo

Clasificación según el IDH	Índice de pobreza humana (IPH-1)		Probabilidad al nacer de no sobrevivir hasta los 40 años de edad <sup>a,1</sup> (% de cohorte) 2000-05	Tasa de analfabetismo de adultos <sup>b,1</sup> (% de personas de 15 años y mayores) 2003	Población sin acceso sostenible a fuente de agua mejorada <sup>c</sup> (%) 2002	ODM Niños con peso inferior a la media para su edad <sup>d</sup> (% menores de 5 años) 1995-2003	ODM Población bajo el umbral de pobreza de ingresos (%)			Clasificación según el IPH-1 menos clasificación según pobreza de ingresos <sup>d</sup>
	Clasificación	Valor (%)					US\$1 diario 1990-2003	US\$2 diarios 1990-2003	Umbral de la pobreza nacional 1990-2002 <sup>e</sup>	
98 Jamaica	21	10,5	11,3	12,4 <sup>a</sup>	7	4	<2	13,3	18,7	13
99 Irán, Rep. Islámica del	36	16,4	7,2	23,0	7	11	<2	7,3		22
102 Territorios Palestinos Ocupados	7	6,5	5,3	8,1	6	4	..	..	..	..
103 Argelia	48	21,3	7,8	30,2	13	6	<2	15,1	12,2	29
104 El Salvador	34	15,9	9,9	20,3 <sup>b</sup>	18	10	31,1	58,0	48,3	-23
105 Cabo Verde	45	18,7	7,8	24,3 <sup>c</sup>	20	14 <sup>d</sup>	..	..	..	..
106 República Árabe Siria	29	13,8	4,6	17,1	21	7	..	..	..	..
107 Guyana	31	14,8	18,2	1,4 <sup>e</sup>	17	14	..	..	35,0	..
108 Viet Nam	47	21,2	9,4	9,7 <sup>f</sup>	27	33	..	..	50,9	..
110 Indonesia	41	17,8	11,2	12,1 <sup>g</sup>	22	28	7,5	52,4	27,1	10
112 Nicaragua	40	17,7	10,1	23,3	19	10	45,1	79,9	47,9	-30
113 Bolivia	30	13,9	16,0	13,5	15	8	14,4	34,3	62,7	-5
114 Mongolia	44	18,5	13,3	2,2	38	13	27,0	74,9	36,3	-14
116 Honduras	39	16,9	15,8	20,0	10	17	20,7	44,0	53,0	-12
117 Guatemala	51	22,9	15,9	30,9	5	23	16,0	37,4	56,2	2
118 Vanuatu	52	24,7	8,9	26,0	40	20 <sup>h</sup>	..	..	..	..
119 Egipto	55	30,9	7,8	44,4 <sup>i</sup>	2	9	3,1	43,9	16,7	18
120 Sudáfrica	56	30,9	43,3	17,6 <sup>j</sup>	13	12	10,7	34,1	..	12
121 Guinea Ecuatorial	71	38,1	47,7	15,8	56	19	..	..	..	..
123 Gabón	..	..	32,6	..	13	12	..	..	..	..
124 Marruecos	61	34,5	8,6	49,3 <sup>k</sup>	20	9	<2	14,3	19,0	35
125 Namibia	60	33,0	45,4	15,0	20	24	34,9	55,8	..	-12
126 Santo Tomé y Príncipe	..	..	17,1	..	21	13	..	..	..	..
127 India	58	31,3	16,6	39,0	14	47	34,7	79,9	28,8	-12
128 Islas Salomón	..	..	14,1	..	30	21 <sup>l</sup>	..	..	..	..
129 Myanmar	50	21,9	21,2	10,3	20	35	..	..	..	..
130 Camboya	81	41,3	28,3	26,4	66	45	34,1	77,7	36,1	5
131 Botswana	94	48,4	69,1	21,1	5	13	23,5	50,1	..	22
132 Comoras	57	31,2	15,5	43,8 <sup>m</sup>	6	25	..	..	..	..
133 Rep. Dem. Popular Lao	72	38,2	28,0	31,3	57	40	26,3	73,2	38,6	2
134 Bhután	..	..	18,0	..	38	19	..	..	..	..
135 Pakistán	68	37,1	16,1	51,3	10	38	13,4	65,6	32,6	18
136 Nepal	74	38,7	17,6	51,4	16	48	37,7	82,5	42,0	-5
137 Papua Nueva Guinea	78	40,5	22,4	42,7	61	35 <sup>n</sup>	..	..	37,5	..
138 Ghana	62	35,1	27,7	45,9	21	25	44,8	78,5	39,5	-16
139 Bangladesh	86	44,1	15,9	58,9 <sup>o</sup>	25	48	36,0	82,8	49,8	5
140 Timor-Leste	..	..	25,5	..	48	43	..	..	..	..
141 Sudán	59	32,4	27,0	41,0 <sup>p</sup>	31	17	..	..	..	..
142 Congo	54	30,1	33,6	17,2 <sup>q</sup>	54	14	..	..	..	..
143 Togo	76	39,5	31,0	47,0	49	25	..	..	32,3	..
144 Uganda	66	36,0	41,6	31,1 <sup>r</sup>	44	23	..	..	55,0	..
145 Zimbabue	89	45,9	65,9	10,0 <sup>s</sup>	17	13	56,1	83,0	34,9	-1
<b>DESARROLLO HUMANO BAJO</b>										
146 Madagascar	63	35,3	27,8	29,4	55	33	61,0	85,1	71,3	-23
147 Swazilandia	97	52,9	74,3	20,8	48	10	..	..	40,0	..
148 Camerún	67	36,2	43,9	32,1	37	21	17,1	50,6	40,2	9
149 Lesoto	91	47,6	67,8	18,6	24	18	36,4	56,1	49,2	9
150 Djibouti	53	29,5	30,6	34,5 <sup>t</sup>	20	18	..	..	45,1	..
151 Yemen	77	40,3	18,8	51,0 <sup>u</sup>	31	46	15,7	45,2	41,8	19
152 Mauritania	79	40,5	30,5	48,8	44	32	25,9	63,1	46,3	9
153 Haití	70	38,0	34,4	48,1 <sup>v</sup>	29	17	..	..	65,0 <sup>w</sup>	..
154 Kenia	64	35,4	44,8	26,4	38	20	22,8	58,3	42,0	2
155 Gambia	88	44,7	27,8	62,2 <sup>x</sup>	18	17	59,3	82,9	64,0	-5
156 Guinea	..	..	30,0	..	49	23	..	..	40,0	..







Clasificación según el IOH	Índice de pobreza humana (IPH-1)		Probabilidad de no sobrevivir hasta los 40 años de edad <sup>a, t</sup>	Tasa de analfabetismo de adultos <sup>b, t</sup>	Población sin acceso sostenible a fuente de agua mejorada <sup>c</sup>	ODM Niños con peso inferior a la media para su edad <sup>d</sup>	ODM Población bajo el umbral de pobreza de ingresos (%)			Clasificación según el IPH-1 menos clasificación según pobreza de ingresos <sup>e</sup>
	Clasificación	Valor (%)	(% de cohorte) 2000-05	(% de personas de 15 años y mayores) 2003	(%) 2002	(% menores de 5 años) 1995-2003	US\$1 diario 1990-2003	US\$2 diarios 1990-2003	Umbral de la pobreza nacional 1990-2002	
157 Senegal	87	44,2	26,6	60,7	28	23	26,3	67,8	33,4	14
158 Nigeria	75	38,8	46,0	33,2	40	29	70,2	90,8	34,1	-19
159 Rwanda	69	37,7	45,5	36,0	27	27	51,7	83,7	51,2	-13
160 Angola	83	41,5	48,1	33,2	50	31	..	..	..	..
161 Eritrea	73	38,7	27,6	43,3	43	40	..	..	53,0	..
162 Benin	95	48,4	30,0	66,4	32	23	..	..	33,0	..
163 Côte d'Ivoire	84	41,9	42,3	51,9	16	21	10,8	38,4	36,8	29
164 Tanzania, Rep. Unida de	65	35,8	44,4	30,6	27	29	19,9	59,7	35,7	5
165 Malawi	85	43,4	56,3	35,9	33	22	41,7	76,1	65,3	0
166 Zambia	90	46,4	60,1	32,1	45	28	63,7	87,4	72,9	-6
167 Congo, Rep. Dem. del	82	41,4	45,4	34,7	54	31	..	..	..	..
168 Mozambique	96	49,1	50,9	53,5	56	24	37,9	78,4	69,4	10
189 Burundi	80	40,9	46,3	41,1	21	45	58,4	89,2	..	-10
170 Etiopía	99	55,3	39,5	58,5	78	47	26,3	80,7	44,2	23
171 República Centroafricana	92	47,8	58,2	51,4	25	24	66,6	84,0	..	-5
172 Guinea-Bissau	93	48,2	42,9	60,4	41	25	..	..	48,7	..
173 Chad	100	58,8	45,2	74,5	66	28	..	..	64,0	..
174 Malí	101	60,3	37,3	81,0	52	33	72,3	90,6	63,8	-2
175 Burkina Faso	102	64,2	38,9	87,2	49	34	44,9	81,0	45,3	11
176 Sierra Leona	98	54,9	47,0	70,4	43	27	57,0	74,5	68,0	4
177 Níger	103	64,4	41,4	85,6	54	40	61,4	85,3	63,0	4

**NOTAS**

† Señale los indicadores utilizados para calcular el índice de pobreza humana (IPH-1). Para mayores detalles, ver la *Nota técnica 1*.  
 a Los datos se refieren a la probabilidad al nacer de no sobrevivir hasta los 40 años de edad, multiplicado por 100.  
 b Salvo indicación contraria, los datos se refieren a las cifras de alfabetización de los países obtenidas de los censos o encuestas realizados entre 2000 y 2004. Debido a las diferencias en las metodologías y el período que abarcan los datos subyacentes, las comparaciones entre países y a lo largo del tiempo deben realizarse con la debida prudencia. Visite [www.uis.unesco.org/ev.php?ID=4930\\_201&ID2=DC\\_TOPIC](http://www.uis.unesco.org/ev.php?ID=4930_201&ID2=DC_TOPIC) para mayores detalles.

c Los datos se refieren al año más reciente disponible durante el período indicado.  
 d La pobreza de ingresos se refiere al porcentaje de la población que vive con menos de US\$1 al día. Todos los países que tienen una tasa de pobreza de ingresos inferior al 2% recibieron la misma clasificación. Las clasificaciones se basan en los países para los cuales se dispone de datos para ambos indicadores. Una cifra positiva indica que el país tiene mejores resultados en el ámbito de la pobreza de ingresos que en el ámbito de la pobreza humana, mientras que una cifra negativa indica lo contrario.  
 e Los cálculos fueron elaborados por el Instituto de Estadística de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura en julio de 2002.

f Los cálculos se basan en información obsoleta de censos o encuestas por hogares y deben interpretarse con la debida prudencia.  
 g UNICEF 2004. Los datos se refieren al año 2000.  
 h UNICEF 2004. Los datos se refieren a un año o período distinto al especificado, difieren de la definición normalizada o se refieren sólo a una parte del país.  
 i Los datos se refieren a un año entre 1995 y 1999.  
 j Los datos se refieren a un período distinto del especificado.  
 k Los datos se refieren a un año distinto del especificado.  
 l Datos facilitados por la Secretaría de la Comunidad del Caribe, basados en fuentes nacionales.

**FUENTES**

Columna 1: determinación basada en los valores del IPH-1 de la columna 2.  
 Columna 2: cálculos basados en los datos de las columnas 3-6, ver la *Nota Técnica 1* para mayores detalles.  
 Columna 3: ONU 2005h  
 Columna 4: cálculos basados en los datos de la tasa de alfabetización de adultos del Instituto de Estadística de la UNESCO 2005a.  
 Columnas 5 y 6: ONU 2005f  
 Columnas 7-9: Banco Mundial 2005c.  
 Columna 10: cálculos basados en los datos de las columnas 1 y 7.

**Clasificación de 103 países o áreas en desarrollo según el IPH-1**

1 Uruguay	21 Jamaica	42 Sri Lanka	63 Madagascar	84 Côte d'Ivoire
2 Chile	22 Ecuador	43 Túnez	64 Kenya	85 Malawi
3 Costa Rica	23 Suriname	44 Mongolia	65 Tanzania, Rep. Unida de	86 Bangladesh
4 Barbados	24 Mauricio	45 Cabo Verde	66 Uganda	87 Senegal
5 Cuba	25 República Dominicana	46 Oman	67 Camerun	88 Gambia
6 Singapur	26 Perú	47 Viet Nam	68 Pakistán	89 Zimbabue
7 Territorios Palestinos Ocupados	27 China	48 Argelia	69 Rwanda	90 Zambia
8 Colombia	28 Tailandia	49 Fiji	70 Haití	91 Lesoto
9 Panamá	29 República Árabe Siria	50 Myanmar	71 Guinea Ecuatorial	92 República Centroafricana
10 Qatar	30 Bolivia	51 Guatemala	72 Rep. Dem. Popular Lao	93 Guinea-Bissau
11 Jordania	31 Guyana	52 Vanuatu	73 Eritrea	94 Botswana
12 Santa Lucía	32 Arabia Saudita	53 Djibouti	74 Nepal	95 Benin
13 México	33 Jamahiriya Árabe Libia	54 Congo	75 Nigeria	96 Mozambique
14 Venezuela	34 El Salvador	55 Egipto	76 Togo	97 Swazilandia
15 Trinidad y Tobago	35 Filipinas	56 Sudáfrica	77 Yemen	98 Sierra Leona
16 Malasia	36 Irán, Rep. Islámica del	57 Comoras	78 Papua Nueva Guinea	99 Etiopía
17 Paraguay	37 Maldivas	58 India	79 Mauritania	100 Chad
18 Líbano	38 Belice	59 Sudán	80 Burundi	101 Malí
19 Turquía	39 Honduras	60 Namibia	81 Camboya	102 Burkina Faso
20 Brasil	40 Nicaragua	61 Marruecos	82 Congo, Rep. Dem. del	103 Níger
	41 Indonesia	62 Ghana	83 Angola	

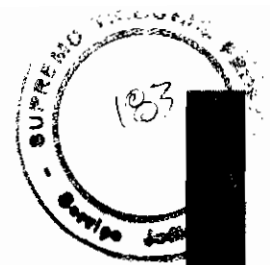
Indicadores del desarrollo humano

Vigilancia del desarrollo humano: ampliar las alternativas de la gente...

## Pobreza humana y de ingresos: países de la OCDE, Europa Oriental y la CEI



Clasificación del IDH	Índice de pobreza humana (IPH-2) <sup>a</sup>		Probabilidad de no sobrevivir hasta los 60 años de edad <sup>b, c</sup>	Tasa de analfabetismo funcional <sup>d, e</sup>	Desempleo de larga duración <sup>f</sup>	Población bajo el umbral de pobreza de ingresos (%)			Clasificación según el IPH-2, menos la clasificación según la pobreza de ingresos <sup>g</sup>
	Clasificación	Valor (%)	(% de la cohorte) 2000-05	(% de personas de 16 a 65 años) 1994-2003	(% de la población activa) 2003	SD% de la mediana del ingreso <sup>h</sup>	US\$11 al día 1994-95	US\$4 al día 1996-99	
<b>DESARROLLO HUMANO ALTO</b>									
1 Noruega	2	7,0	8,4	7,9	0,3	6,4	4,3	..	-1
2 Islandia	..	..	6,8	..	0,4	..	..	..	..
3 Australia	14	12,8	7,7	17,0 <sup>h</sup>	1,4	14,3	17,6	..	-3
4 Luxemburgo	8	11,1	9,7	.. <sup>h</sup>	1,0	6,0	0,3	..	6
5 Canadá	9	11,3	8,1	14,6	0,8	12,8	7,4	..	-7
6 Suecia	1	6,5	7,2	7,5 <sup>h</sup>	0,9	6,5	6,3	..	-3
7 Suiza	7	11,0	7,8	15,9	1,1	9,3	..	..	-3
8 Irlanda	16	15,2	8,7	22,6 <sup>h</sup>	1,6	12,3	..	..	3
9 Bélgica	13	12,4	9,4	18,4 <sup>h</sup>	3,7	8,0	..	..	7
10 Estados Unidos	17	15,4	11,8	20,0	0,7	17,0	13,6	..	-1
11 Japón	12	11,7	7,1	..	1,8	11,8	..	..	0
Países Bajos	3	8,2	8,7	10,5 <sup>h</sup>	1,2	7,3	7,1	..	-2
Finlandia	4	8,2	9,7	10,4 <sup>h</sup>	2,2	5,4	4,8	..	3
14 Dinamarca	5	8,9	10,4	9,6 <sup>h</sup>	1,1	9,2	..	..	-4
15 Reino Unido	15	14,8	8,7	21,8 <sup>h</sup>	1,2	12,5	15,7	..	1
17 Francia	10	11,4	9,8	.. <sup>h</sup>	4,2	6,0	9,9	..	4
17 Austria	..	..	9,1	..	1,4	8,0	..	..	..
18 Italia	18	29,9	7,8	47,0	5,1	12,7	..	..	3
19 Nueva Zelanda	..	..	8,9	18,4 <sup>h</sup>	0,6	..	..	..	..
20 Alemania	6	10,3	8,8	14,4 <sup>h</sup>	4,6	8,3	7,3	..	-2
21 España	11	11,6	8,7	..	4,5	10,1	..	..	0
23 Israel	..	..	7,7	..	..	13,5	..	..	..
24 Grecia	..	..	9,2	..	5,4	..	..	..	..
26 Eslovenia	..	..	11,8	..	..	8,2	..	<1	..
27 Portugal	..	..	10,3	..	2,0	..	..	..	..
31 República Checa	..	..	12,1	..	3,9	4,9	..	<1	..
32 Malta	..	..	7,7	..	..	..	..	..	..
35 Hungría	..	..	18,3	..	2,5	6,7	..	<1	..
36 Polonia	..	..	15,1	..	9,8	8,6	..	10	..
38 Estonia	..	..	21,7	..	..	12,4	..	18	..
39 Lituania	..	..	20,6	..	..	..	..	17	..
42 Eslovaquia	..	..	14,9	..	10,7	7,0	..	8	..
45 Croacia	..	..	13,1	..	..	..	..	..	..
48 Letonia	..	..	21,5	..	..	..	..	28	..
55 Bulgaria	..	..	16,6	..	..	..	..	22	..



Clasificación del IDH	Índice de pobreza humana (IPH-2) <sup>a</sup>		Probabilidad al nacer de no sobrevivir hasta los 60 años de edad <sup>b</sup>	Tasa de analfabetismo funcional <sup>c,1</sup>	Desempleo de larga duración <sup>1</sup>	Población bajo el umbral de pobreza de ingresos (%)			Clasificación según el IPH-2, menos la clasificación según la pobreza de ingresos <sup>d</sup>
	Clasificación	Valor (%)	(% de la cohorte) 2000-05	(% de personas de 16 a 65 años) 1994-2003	(% de la población activa) 2003	50% de la mediana del Ingreso <sup>1</sup> 1999-2000	US\$11 al día 1994-95	US\$4 al día 1996-99	
<b>DESARROLLO HUMANO MEDIO</b>									
59	Macedonia, ERY	..	13,3	..	..	..	..	..	..
62	Rusia, Federación de	..	31,6	..	..	18,8	..	53	..
64	Rumania	..	19,0	..	..	8,1	..	23	..
67	Belarús	..	26,7	..	..	..	..	..	..
68	Bosnia y Herzegovina	..	13,6	..	..	..	..	..	..
72	Albania	..	11,4	..	..	..	..	..	..
78	Ucrania	..	31,0	..	..	..	..	25	..
80	Kazajistán	..	32,0	..	..	..	..	62	..
83	Armenia	..	18,0	..	..	..	..	..	..
97	Turkmenistán	..	32,0	..	..	..	..	..	..
100	Georgia	..	18,9	..	..	..	..	..	..
101	Azerbaiyán	..	24,9	..	..	..	..	..	..
109	Kirguistán	..	26,0	..	..	..	..	88	..
111	Uzbekistán	..	26,3	..	..	..	..	..	..
115	Moldova, Rep. de	..	25,5	..	..	..	..	82	..
122	Tayikistán	..	29,0	..	..	..	..	..	..

**NOTAS**

El presente cuadro incluye Israel y Malta, que no son miembros de la Organización de Cooperación y Desarrollo Económicos (OCDE), pero no incluye la República de Corea, México y Turquía, que sí son miembros. Ver el Cuadro 3 para el índice de pobreza humana y los indicadores relacionados de dichos países.

<sup>1</sup> Denota indicadores usados para calcular el Índice de pobreza humana (IPH-2). Para mayores detalles, consulte la *Nota Técnica 1*.

<sup>a</sup> El índice de pobreza humana (IPH-2) se ha calculado sólo para una selección de países de la OCDE de ingresos altos.

<sup>b</sup> Los datos se refieren a la probabilidad al nacer de no sobrevivir hasta los 60 años de edad, multiplicada por 100.

<sup>c</sup> Cálculos basados en el nivel 1 de la escala de alfabetización en prosa de la Encuesta Internacional sobre Alfabetización de Adultos. Los datos se refieren al año más reciente disponible en el periodo especificado.

<sup>d</sup> La pobreza de ingresos se refiere al porcentaje de la población que vive con menos del 50% de la mediana de los ingresos familiares ajustados disponibles. Una cifra positiva indica que el país tiene mejores resultados en el ámbito de la pobreza de ingresos que en el ámbito de la pobreza humana, mientras que una cifra negativa indica lo contrario.

<sup>e</sup> Los datos se refieren al año más reciente disponible durante el periodo especificado.

<sup>f</sup> Los datos se refieren al año 2002.

<sup>g</sup> Cálculos basados en la OCDE y Statistics Canada 2000.

<sup>h</sup> Para calcular el IPH-2, se aplicó una estimación del 16,4%, correspondiente a la media no ponderada de los países de los cuales se cuenta con información.

<sup>i</sup> Los datos se basan en muestras pequeñas y deben ser tratados con la debida prudencia.

<sup>j</sup> Los datos se refieren a Flandere.

<sup>k</sup> Smeeding 1997.

**FUENTES**

Columna 1: determinado a partir de los valores del IPH-2 de la columna 2.

Columna 2: cálculos basados en los datos de las columnas 3-6; ver la *Nota Técnica 1* para mayores detalles.

Columna 3: cálculos basados en datos de supervivencia de la ONU 2005h.

Columna 4: salvo indicación contraria, OCDE y Statistics Canada 2005.

Columna 5: cálculos basados en datos de desempleo de larga duración y población activa de la OCDE 2005d.

Columna 6: LIS 2005.

Columna 7: Smeeding, Rainwater y Burtless 2000.

Columna 8: Milanovic 2002.

Columna 9: cálculos basados en los datos de las columnas 1 y 6.

- 1 Suecia
- 2 Noruega
- 3 Países Bajos
- 4 Finlandia
- 5 Dinamarca
- 6 Alemania

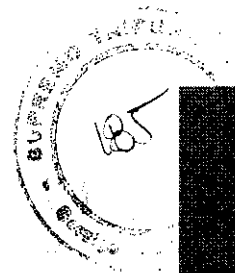
- 7 Suiza
- 8 Luxemburgo
- 9 Canadá
- 10 Francia
- 11 España
- 12 Japón

- 13 Bélgica
- 14 Australia
- 15 Reino Unido
- 16 Irlanda
- 17 Estados Unidos
- 18 Italia

## Tendencias demográficas



Clasificación según el IDH	Población total (millones)			Tasa anual de crecimiento demográfico (%)		Población urbana (% del total)			Población menor de 15 años (% del total)		Población de 65 años y más (% del total)		Tasa de fecundidad total (nacidos por cada mujer)		
	1975	2003	2015	1975-2003	2003-15	1975	2003	2015	2003	2015	2003	2015	1970-75	2000-05	
<b>DESARROLLO HUMANO ALTO</b>															
1 Noruega	4,0	4,6	4,8	0,5	0,5	68,2	78,8	88,4	19,9	17,5	13,3	17,5	2,2	1,8	
2 Islandia	0,2	0,3	0,3	1,0	0,6	68,6	92,6	94,1	22,5	19,4	10,1	14,0	2,6	2,0	
3 Australia	13,6	19,7	22,2	1,3	1,0	85,9	91,9	94,9	20,3	17,7	10,7	15,5	2,5	1,7	
4 Luxemburgo	0,4	0,5	0,5	0,8	1,2	73,7	91,8	94,1	19,0	17,6	11,9	14,3	2,0	1,7	
5 Canadá	23,1	31,6	35,1	1,1	0,9	75,6	80,4	84,0	18,2	15,3	11,1	16,2	2,0	1,5	
6 Suecia	6,2	9,0	9,3	0,3	0,3	82,7	83,4	84,3	17,9	16,4	15,0	20,4	1,9	1,6	
7 Suiza	6,3	7,2	7,3	0,5	0,1	55,7	67,6	68,7	17,0	14,1	13,5	19,8	1,8	1,4	
8 Irlanda	3,2	4,0	4,7	0,8	1,3	53,6	59,9	63,6	20,6	20,2	9,3	12,6	3,8	1,9	
9 Bélgica	9,8	10,4	10,5	0,2	0,1	94,5	97,2	97,5	17,1	15,5	15,1	19,4	1,9	1,7	
10 Estados Unidos	220,2	292,6	325,7	1,0	0,9	73,7	60,1	63,6	21,1	19,7	10,7	14,1	2,0	2,0	
11 Japón	111,5	127,7	128,0	0,5	( )	56,8	65,5	67,7	14,2	13,3	16,0	26,0	2,1	1,3	
12 Países Bajos	13,7	16,1	18,8	0,6	0,3	56,9	65,8	71,4	18,4	16,4	11,9	17,5	2,1	1,7	
13 Finlandia	4,7	5,2	5,4	0,4	0,2	58,3	61,0	62,1	17,7	15,8	13,4	20,3	1,6	1,7	
14 Dinamarca	5,1	5,4	5,6	0,2	0,2	82,1	85,4	86,8	18,8	17,0	12,6	18,4	2,0	1,8	
15 Reino Unido	55,4	59,3	61,4	0,2	0,3	82,7	69,1	90,2	18,4	16,4	13,8	18,1	2,0	1,7	
16 Francia	52,7	60,0	62,3	0,5	0,3	72,9	76,3	79,0	18,3	17,6	14,5	19,0	2,3	1,9	
17 Austria	7,6	8,1	8,3	0,3	0,1	65,3	65,8	67,2	16,0	13,4	14,0	19,6	2,0	1,4	
18 Italia	55,4	58,0	57,8	0,2	( )	65,6	67,4	69,2	14,1	13,2	16,7	23,0	2,3	1,3	
19 Nueva Zelanda	3,1	3,9	4,3	0,9	0,7	82,8	85,9	87,0	22,0	18,9	10,4	15,0	2,8	2,0	
20 Alemania	78,7	82,6	82,5	0,2	( )	81,2	88,1	90,0	14,8	12,9	15,0	20,7	1,6	1,3	
21 España	35,6	42,1	44,4	0,6	0,4	69,6	76,5	78,1	14,3	15,3	14,5	18,0	2,9	1,3	
22 Hong Kong, China (RAE)	4,4	6,9	7,8	1,6	1,0	89,7	100,0	100,0	15,2	12,7	9,8	14,4	2,9	0,9	
23 Israel	3,4	6,5	7,8	2,3	1,6	86,6	91,6	92,4	28,0	25,6	8,7	11,5	3,8	2,9	
24 Grecia	9,0	11,1	11,2	0,7	0,1	55,3	60,9	65,2	14,6	13,5	15,2	19,3	2,3	1,3	
25 Singapur	2,3	4,2	4,8	2,2	1,1	100,0	100,0	100,0	20,7	13,2	6,5	13,3	2,6	1,4	
26 Eslovenia	1,7	2,0	1,9	0,4	-0,1	42,4	50,8	52,6	14,5	13,0	12,9	18,1	2,2	1,2	
27 Portugal	9,1	10,4	10,8	0,5	0,3	27,7	54,6	60,9	16,0	15,1	14,4	18,9	2,7	1,5	
28 Corea, República de	35,3	47,5	49,1	1,1	0,3	46,0	80,3	63,0	19,5	13,9	7,0	13,2	4,3	1,2	
29 Chipre	0,6	0,8	0,9	1,0	1,1	45,2	69,2	71,6	20,9	17,2	10,0	14,2	2,5	1,6	
30 Barbados	0,2	0,3	0,3	0,3	0,2	40,8	51,7	59,1	19,6	16,7	9,0	11,5	2,7	1,5	
31 República Checa	10,0	10,2	10,1	0,1	-0,1	63,7	74,3	75,7	15,3	13,4	12,2	16,4	2,2	1,2	
32 Malta	0,3	0,4	0,4	1,0	0,4	80,4	91,6	93,7	18,5	16,2	11,1	18,3	2,1	1,5	
33 Brunei Darussalam	0,2	0,4	0,5	2,9	2,0	62,0	76,1	82,6	30,3	25,8	2,4	4,3	5,4	2,5	
34 Argentina	26,0	38,0	42,7	1,3	1,0	81,0	90,1	92,2	27,1	23,9	8,7	11,1	3,1	2,4	
35 Hungría	10,5	10,2	9,8	-0,1	-0,3	52,6	65,2	70,0	16,2	14,0	13,1	17,5	2,1	1,3	
36 Polonia	34,0	38,8	38,1	0,5	-0,1	55,4	61,9	64,0	17,3	14,3	10,9	14,9	2,3	1,3	
37 Chile	10,4	16,0	17,9	1,5	1,0	78,4	87,0	90,2	26,1	20,9	6,6	10,5	3,6	2,0	
38 Estonia	1,4	1,3	1,3	-0,2	-0,3	67,6	69,5	71,4	16,2	15,7	13,9	17,4	2,2	1,4	
39 Lituania	3,3	3,5	3,3	0,2	-0,4	55,7	66,8	67,5	18,0	13,8	13,0	16,7	2,3	1,3	
40 Qatar	0,2	0,7	1,0	5,2	2,3	84,8	92,0	93,6	23,1	21,8	0,9	2,0	6,6	3,0	
41 Emiratos Árabes Unidos	0,5	4,0	5,6	7,2	2,7	83,6	85,1	67,2	22,6	19,8	0,8	1,4	6,4	2,5	
42 Eslovaquia	4,7	5,4	5,4	0,5	( )	46,3	57,5	60,8	17,8	14,0	10,1	14,1	2,5	1,2	
43 Bahrein	0,3	0,7	0,9	3,4	1,6	65,8	90,0	91,4	27,7	21,7	2,3	4,4	5,9	2,5	
44 Kuwait	1,0	2,5	3,4	3,3	2,4	63,8	96,2	96,9	24,8	23,2	1,1	3,1	6,9	2,4	
45 Croacia	4,3	4,5	4,5	0,2	-0,1	45,1	59,0	64,6	16,1	13,9	14,2	18,7	2,0	1,3	
46 Uruguay	2,8	3,4	3,7	0,7	0,6	83,4	92,5	94,4	24,5	22,4	11,5	13,8	3,0	2,3	
47 Costa Rica	2,1	4,2	5,0	2,5	1,5	42,5	60,6	66,8	29,7	23,6	4,7	7,4	4,3	2,3	
48 Letonia	2,5	2,3	2,2	-0,2	-0,5	65,4	66,3	66,3	15,9	14,1	14,2	18,3	2,0	1,3	
49 Saint Kitts y Nevis	( )	( )	( )	-0,2	1,1	35,0	32,2	32,5							
50 Bahamas	0,2	0,3	0,4	1,6	1,3	73,4	89,4	91,6	28,9	24,7	4,9	6,2	3,4	2,3	
51 Seychelles	0,1	0,1	0,1	1,0	0,9	33,3	50,0	53,3							
52 Cuba	9,3	11,2	11,4	0,7	0,2	64,2	75,7	78,1	19,9	16,6	8,6	14,4	3,5	1,6	
53 México	59,3	104,3	119,1	2,0	1,1	62,8	75,5	78,8	32,1	25,5	4,2	7,1	6,6	2,4	

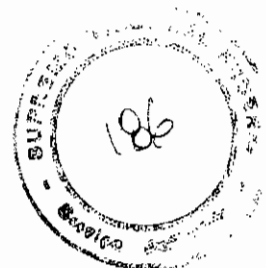


Indicadores del desarrollo humano

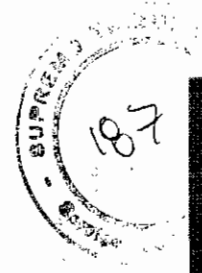
Clasificación según el IDH	Población total (millones)			Tasa anual de crecimiento demográfico (%)		Población urbana (% del total) <sup>1</sup>			Población menor de 15 años (% del total)		Población de 65 años y más (% del total)		Tasa de fecundidad total (nacidos por cada mujer)	
	1975	2003	2015 <sup>2</sup>	1975-2003	2003-15 <sup>3</sup>	1975	2003	2015	2003	2015	2003	2015	1970-75	2000-05
54 Tonga	0,1	0,1	0,1	0,4	0,2	24,4	33,5	38,2	36,5	30,7	4,6	6,9	5,5	3,5
55 Bulgaria	8,7	7,8	7,2	-0,4	-0,8	57,5	69,8	74,0	14,4	13,1	14,3	18,6	2,2	1,2
56 Panamá	1,7	3,1	3,8	2,1	1,8	49,0	57,2	81,7	30,9	27,2	4,8	7,5	4,9	2,7
57 Trinidad y Tobago	1,0	1,3	1,3	0,9	0,3	63,0	75,4	79,7	22,7	20,2	5,9	9,9	3,5	1,6
<b>DESARROLLO HUMANO MEDIO</b>														
58 Jamahiriya Árabe Libia	2,4	5,8	7,0	3,0	1,8	60,9	86,2	89,0	30,8	28,9	2,9	5,6	7,6	3,0
59 Macedonia, ERY	1,7	2,0	2,1	0,7	0,1	50,6	59,6	62,0	20,6	16,6	8,8	12,9	3,0	1,5
60 Antigua y Barbuda	0,1	0,1	0,1	0,9	1,2	34,2	37,8	43,4						
61 Malasia	12,3	24,4	29,6	2,5	1,6	37,7	63,8	71,0	33,0	27,2	3,5	6,1	5,2	2,9
62 Rusia, Federación de	134,2	144,6	136,7	0,3	-0,5	66,4	73,3	74,3	16,2	16,4	11,5	13,3	2,0	1,3
63 Brasil	108,1	181,4	209,4	1,8	1,2	61,2	83,0	88,4	26,4	25,4	4,9	7,8	4,7	2,3
64 Rumania	21,2	21,9	20,9	0,1	-0,4	42,8	54,6	56,4	16,5	14,4	12,1	15,5	2,6	1,3
65 Mauricio	0,9	1,2	1,3	1,1	0,8	43,4	43,3	47,3	25,1	21,3	5,4	8,3	3,2	2,0
66 Granada	0,1	0,1	0,1	0,4	1,3	32,6	40,7	49,5						
67 Belarús	9,4	9,9	9,2	0,2	-0,8	50,3	70,9	75,2	16,4	14,5	12,5	13,5	2,3	1,2
68 Bosnia y Herzegovina	3,7	3,9	3,9	0,2	-0,1	31,3	44,4	51,1	17,4	14,0	10,3	16,7	2,6	1,3
69 Colombia	25,4	44,2	52,1	2,0	1,4	60,0	78,4	81,3	31,8	26,8	4,2	6,5	5,0	2,6
70 Dominica	0,1	0,1	0,1	0,3	0,9	55,3	72,0	76,2						
71 Omán	0,9	2,5	3,2	3,8	1,9	19,6	77,6	82,6	35,2	30,6	1,8	3,4	7,2	3,8
72 Albania	2,4	3,1	3,3	0,9	0,6	32,7	43,8	51,2	28,3	23,1	8,3	9,9	4,7	2,3
73 Tailandia	41,3	63,1	69,1	1,5	0,7	23,8	32,0	36,7	24,5	21,2	5,4	9,3	5,0	1,9
74 Samoa (Occidental)	0,2	0,2	0,2	0,7	0,3	21,1	22,3	24,7	41,0	34,2	3,7	5,0	5,7	4,4
75 Venezuela	12,7	25,8	31,3	2,5	1,6	75,8	87,6	90,0	32,1	27,8	4,0	6,8	4,9	2,7
76 Santa Lucía	0,1	0,2	0,2	1,3	0,8	23,8	30,5	36,8	29,9	25,4	6,1	7,3	5,7	2,2
77 Arabia Saudita	7,3	23,3	30,8	4,2	2,3	58,3	87,6	91,1	38,2	32,3	2,1	3,5	7,3	4,1
78 Ucrania	49,0	47,5	41,8	-0,1	-1,1	58,3	67,3	68,9	16,0	13,5	13,1	16,4	2,2	1,1
79 Perú	15,2	27,2	32,2	2,1	1,4	61,5	73,9	78,0	33,2	27,9	4,1	6,5	6,0	2,9
80 Kazajistán	14,1	14,9	14,9	0,2	(.)	52,2	55,9	58,2	24,8	21,3	6,6	8,0	3,5	2,0
81 Líbano	2,7	3,5	4,0	1,0	1,0	67,0	87,5	90,1	29,5	24,4	5,9	7,7	4,8	2,3
82 Ecuador	6,9	12,9	15,1	2,2	1,4	42,4	61,8	87,6	33,2	28,1	4,6	7,3	6,0	2,8
83 Armenia	2,8	3,0	3,0	0,3	-0,2	63,0	64,5	64,2	22,8	17,4	9,6	11,0	3,0	1,3
84 Filipinas	42,0	80,2	96,8	2,3	1,6	35,6	61,0	69,2	36,1	30,0	3,0	4,9	6,0	3,2
85 China	927,8 <sup>a</sup>	1.300,0 <sup>a</sup>	1.393,0 <sup>a</sup>	1,2 <sup>d</sup>	0,6 <sup>d</sup>	17,4	38,6	49,5	22,7	18,5	5,9	9,6	4,9	1,7
86 Suriname	0,4	0,4	0,5	0,7	0,5	49,5	76,0	81,6	30,9	26,7	5,1	7,2	5,3	2,6
87 San Vicente y las Granadinas	0,1	0,1	0,1	0,7	0,4	27,0	58,2	68,6	30,5	28,5	5,5	7,1	5,5	2,3
88 Paraguay	2,7	5,9	7,6	2,8	2,2	39,0	57,2	64,3	38,4	33,9	3,0	4,3	5,7	3,9
89 Túnez	5,7	9,9	11,1	2,0	1,0	49,9	83,7	88,1	27,5	21,9	5,0	6,8	6,2	2,0
90 Jordania	1,9	5,4	7,0	3,7	2,1	57,8	79,1	81,1	38,0	31,7	2,3	4,0	7,8	3,5
91 Belice	0,1	0,3	0,3	2,4	1,8	50,2	48,4	51,8	37,9	31,2	3,5	4,7	6,3	3,2
92 Fiji	0,6	0,8	0,9	1,3	0,7	36,7	51,7	60,1	32,3	27,6	2,9	5,4	4,2	2,9
93 Sri Lanka	14,0	20,4	22,3	1,3	0,7	22,0	21,1	22,5	24,8	21,4	5,8	9,3	4,1	2,0
94 Turquía	41,2	71,3	82,6	2,0	1,2	41,6	66,3	71,9	29,7	25,8	4,3	6,2	5,3	2,5
95 República Dominicana	5,1	8,6	10,1	1,9	1,3	45,7	59,3	64,6	33,6	29,5	3,2	5,3	5,6	2,7
96 Maldivas	0,1	0,3	0,4	2,9	2,4	18,1	28,6	35,2	42,0	35,7	2,7	3,3	7,0	4,3
97 Turkmenistán	2,5	4,7	5,5	2,2	1,3	47,6	45,4	50,0	33,5	27,0	3,8	4,4	6,2	2,8
98 Jamaica	2,0	2,6	2,7	1,0	0,4	44,1	52,2	54,2	32,1	26,7	6,6	8,2	5,0	2,4
99 Irán, Rep. Islámica del	33,3	68,2	79,9	2,6	1,3	45,8	68,6	73,9	31,0	25,6	3,7	4,9	6,4	2,1
100 Georgia	4,9	4,6	4,2	-0,3	-0,7	49,5	52,0	51,8	20,0	15,8	11,5	14,4	2,6	1,5
101 Azerbaiyán	5,7	8,3	9,1	1,3	0,7	51,5	50,1	51,3	27,9	21,2	5,5	6,7	4,3	1,9
102 Territorios Palestinos Ocupados	1,3	3,5	5,0	3,6	3,0	59,6	71,1	75,6	46,0	41,6	2,7	3,0	7,7	5,6
103 Argelia	16,0	31,9	38,1	2,5	1,5	40,3	58,8	65,3	31,2	26,7	3,6	5,0	7,4	2,5
104 El Salvador	4,1	6,6	8,0	1,7	1,6	41,5	59,4	64,2	34,7	29,8	4,4	6,2	6,1	2,9
105 Cabo Verde	0,3	0,5	0,6	2,0	2,2	21,4	55,9	64,8	40,7	35,6	3,7	3,3	7,0	3,8
106 República Árabe Siria	7,5	18,1	23,8	3,1	2,3	45,1	50,2	52,4	38,0	33,2	2,5	3,6	7,5	3,5



## Tendencias demográficas



Clasificación según el IDH	Población total (millones)			Tasa anual de crecimiento demográfico (%)		Población urbana (% del total)		Población menor de 15 años (% del total)		Población de 65 años y más (% del total)		Tasa de fecundidad total (nacidos por cada mujer)		
	1975	2003	2015	1975-2003	2003-15	1975	2003	2003	2015	2003	2015	1975	2000-05	
107 Guyana	0,7	0,7	0,7	0,1	-0,1	30,0	37,6	44,2	29,8	24,8	4,4	6,6	4,9	2,3
108 Viet Nam	48,0	82,0	95,0	1,9	1,2	18,9	25,8	32,4	31,1	25,0	4,6	5,6	6,7	2,3
109 Kirguistán	3,3	5,1	5,9	1,6	1,1	37,9	34,0	35,4	32,8	27,5	5,0	5,5	4,7	2,7
110 Indonesia	134,4	217,4	246,8	1,7	1,1	19,3	45,5	57,8	29,0	25,2	4,2	6,4	5,2	2,4
111 Uzbekistán	14,0	25,8	30,7	2,2	1,4	39,1	36,7	37,0	34,8	28,3	3,8	4,4	6,3	2,7
112 Nicaragua	2,6	5,3	6,6	2,5	1,9	48,9	57,3	62,8	40,2	33,4	2,7	3,9	6,8	3,3
113 Bolivia	4,8	8,8	10,9	2,2	1,7	41,3	63,4	69,0	38,8	33,5	3,6	5,2	6,5	4,0
114 Mongolia	1,4	2,6	3,0	2,1	1,2	48,7	56,8	59,5	32,2	26,3	3,1	4,1	7,3	2,4
115 Moldova, Rep. de	3,8	4,2	4,1	0,3	-0,2	35,8	46,1	50,0	20,0	15,2	8,4	10,9	2,6	1,2
116 Honduras	3,0	6,9	8,8	3,0	2,0	32,1	45,6	51,3	40,3	33,8	3,1	4,5	7,1	3,7
117 Guatemala	6,2	12,0	15,9	2,4	2,3	36,7	46,3	51,9	43,6	39,7	3,5	4,7	6,2	4,6
118 Vanuatu	0,1	0,2	0,3	2,5	1,8	15,7	22,9	26,6	40,8	35,5	2,6	4,0	6,1	4,2
119 Egipto	39,3	71,3	86,2	2,1	1,8	43,5	42,2	44,9	34,3	31,4	3,8	5,5	5,7	3,3
120 África del Sur	25,9	46,9	47,9	2,1	0,2	46,0	56,9	62,7	32,9	30,2	3,2	6,1	5,5	2,8
121 Guinea Ecuatorial	0,2	0,5	0,6	2,7	2,2	27,1	46,0	58,2	44,2	45,6	3,2	3,6	5,7	5,9
122 Tayikistán	3,4	6,4	7,6	2,2	1,5	35,5	24,8	24,4	40,4	33,0	3,0	3,5	6,8	3,8
123 Gabón	0,8	1,3	1,6	2,9	1,5	40,0	83,7	89,1	40,9	35,5	3,8	4,4	5,3	4,0
124 Marruecos	17,3	30,6	36,2	2,0	1,4	37,8	57,4	64,6	31,9	28,4	3,9	5,2	6,9	2,6
125 Namibia	0,9	2,0	2,2	2,9	1,0	20,6	32,4	39,8	42,6	34,7	2,8	4,2	6,6	4,0
126 Santo Tomé y Príncipe	0,1	0,1	0,2	2,1	2,1	27,3	37,8	40,3	40,1	36,4	3,5	3,4	6,5	4,1
127 India	620,7	1.070,8	1.260,4	1,9	1,4	21,3	28,3	32,2	32,9	28,0	4,1	6,2	5,4	3,1
128 Islas Salomón	0,2	0,5	0,6	3,1	2,3	9,1	16,5	20,9	41,3	36,4	1,6	2,8	7,2	4,3
129 Myanmar	30,1	49,5	55,0	1,8	0,9	23,9	29,5	37,6	30,8	23,6	4,0	6,4	5,8	2,5
130 Camboya	7,1	13,5	17,1	2,3	1,9	10,3	16,6	26,1	38,3	34,1	2,8	4,4	5,5	4,1
131 Botswana	0,9	1,8	1,7	2,5	-0,4	12,8	51,6	57,5	36,2	34,7	2,6	4,8	6,8	3,2
132 Comoras	0,3	0,8	1,0	3,1	2,5	21,2	35,0	43,0	42,4	38,5	2,1	3,1	7,1	4,9
133 Rep. Dem. Popular Lao	3,0	5,7	7,3	2,2	2,1	11,1	20,7	27,4	41,7	37,1	2,9	3,7	6,2	4,8
134 Bhután	1,2	2,1	2,7	2,1	2,2	3,5	8,5	12,6	39,5	34,7	3,6	5,1	5,9	4,4
135 Pakistán	66,3	151,8	193,4	2,9	2,0	26,4	34,1	39,5	39,5	34,1	3,0	4,2	6,6	4,3
136 Nepal	13,5	26,1	32,7	2,3	1,9	5,0	15,0	20,5	39,9	33,9	2,9	4,2	5,8	3,7
137 Papua Nueva Guinea	2,9	5,7	7,0	2,4	1,8	11,9	13,2	14,5	41,0	34,0	1,8	2,7	6,1	4,1
138 Ghana	10,2	21,2	26,6	2,6	1,9	30,1	45,4	51,1	39,9	35,2	2,8	4,3	6,7	4,4
139 Bangladesh	73,2	136,6	168,2	2,2	1,7	9,8	24,3	29,6	36,3	31,4	2,8	4,2	6,2	3,2
140 Timor-Leste	0,7	0,8	1,5	0,7	4,9	8,9	7,7	9,5	42,5	46,7	2,2	3,0	6,2	7,8
141 Sudán	17,1	34,9	44,0	2,6	1,9	18,9	38,9	49,3	39,7	35,6	2,8	4,3	6,7	4,4
142 Congo	1,5	3,8	5,4	3,2	3,1	34,8	53,5	59,3	46,9	47,4	2,4	2,7	6,3	6,3
143 Congo	2,4	5,8	7,8	3,1	2,5	16,3	35,2	43,3	43,9	40,2	2,5	3,4	7,1	5,4
144 Uganda	10,6	26,9	41,9	3,3	3,7	8,3	12,3	14,2	50,4	50,8	2,1	2,2	7,1	7,1
145 Zimbabue	6,2	12,9	13,8	2,6	0,6	19,6	35,0	41,4	41,0	36,6	2,9	4,1	7,7	3,6
146 Madagascar	7,9	17,6	23,8	2,9	2,5	16,4	26,8	30,7	44,4	40,7	2,5	3,3	6,7	5,4
147 Swazilandia	0,5	1,0	1,0	2,4	-0,3	14,0	23,6	27,0	42,1	37,2	2,7	4,6	6,9	4,0
148 Camerún	7,6	15,7	19,0	2,6	1,6	26,9	51,4	59,9	41,9	37,2	2,9	3,9	6,3	4,6
149 Lesoto	1,1	1,8	1,7	1,6	-0,3	10,8	18,0	21,0	39,3	36,6	4,2	5,6	5,7	3,6
150 Djibouti	0,2	0,8	0,9	4,4	1,6	61,6	83,6	87,6	42,1	37,3	2,2	3,4	7,2	5,1
151 Yemen	7,0	19,7	28,5	3,7	3,1	14,8	25,7	31,3	47,1	43,4	1,8	2,4	8,5	6,2
152 Mauritania	1,4	2,9	4,0	2,5	2,7	20,3	61,7	73,9	43,1	41,7	2,7	3,4	6,5	5,6
153 Haití	4,9	6,3	9,8	1,9	1,4	21,7	37,5	45,5	38,6	34,9	3,2	4,5	5,8	4,0
154 Kenia	13,5	32,7	44,2	3,2	2,5	12,9	39,3	51,8	43,1	42,6	2,3	2,6	8,0	5,0
155 Gambia	0,6	1,4	1,9	3,4	2,3	17,0	26,2	27,8	40,6	36,8	2,9	4,4	6,5	4,7
156 Guinea	4,2	9,0	11,9	2,7	2,3	16,3	34,9	44,2	43,9	42,0	2,8	3,9	6,9	5,9
157 Senegal	5,3	11,1	14,5	2,7	2,2	34,2	49,6	57,9	43,4	38,8	2,5	3,4	7,0	5,0
158 Nigeria	58,9	125,9	160,9	2,7	2,0	23,4	46,6	55,5	44,7	41,3	2,4	3,2	6,9	5,8
159 R. vanda	4,4	8,6	11,3	2,5	2,1	4,0	18,5	40,5	44,9	41,6	1,9	2,6	8,3	5,7



Clasificación según el IDH	Población total (millones)			Tasa anual de crecimiento demográfico (%)		Población urbana (% del total) <sup>1</sup>			Población menor de 15 años (% del total)		Población de 65 años y más (% del total)		Tasa de fecundidad total (nacidos por cada mujer)	
	1975	2003	2015 <sup>2</sup>	1975-2003	2003-15 <sup>3</sup>	1975	2003 <sup>4</sup>	2015 <sup>5</sup>	2003	2015 <sup>6</sup>	2003	2015	1970-75 <sup>7</sup>	2000-05 <sup>8</sup>
	160 Angola	6,8	15,0	20,9	2,8	2,8	17,4	35,7	44,9	46,7	45,5	2,0	2,4	7,2
161 Eritrea	2,1	4,1	5,8	2,4	3,0	12,7	20,0	26,5	44,9	42,6	1,9	2,6	6,5	5,5
162 Benin	3,2	7,9	11,2	3,2	2,9	21,9	44,6	53,5	44,8	42,0	2,2	3,0	7,1	5,9
163 Côte d'Ivoire	6,6	17,6	21,6	3,5	1,7	32,1	44,9	51,0	42,4	36,2	2,4	3,7	7,4	5,1
164 Tanzania, Rep. Unida	16,0	36,9	45,6	3,0	1,8	10,1	35,4	46,8	43,2	38,9	2,5	3,7	6,8	5,0
165 Malawi	5,2	12,3	16,0	3,1	2,2	7,7	16,3	22,2	47,1	44,9	2,4	3,2	7,4	6,1
166 Zambia	5,2	11,3	13,8	2,8	1,7	34,8	35,9	40,8	46,1	43,7	2,4	3,2	7,8	5,7
167 Congo, Rep. Dem. del	23,9	54,2	78,0	2,9	3,0	29,5	31,6	39,7	47,1	48,0	2,2	2,6	6,5	6,7
166 Mozambique	10,6	19,1	23,5	2,1	1,8	6,7	35,6	48,5	44,1	41,6	2,7	3,6	6,6	5,5
169 Burundi	3,7	7,0	10,6	2,3	3,4	3,2	10,0	14,6	46,2	46,4	2,3	2,5	6,8	6,8
170 Etiopía	34,1	73,8	97,2	2,8	2,3	9,5	15,7	19,8	45,0	41,7	2,3	3,2	6,8	5,9
171 República Centroafricana	2,1	3,9	4,6	2,3	1,4	33,7	42,7	50,3	43,2	40,6	3,3	4,0	5,7	5,0
172 Guinea-Bissau	0,7	1,5	2,1	3,0	3,0	16,0	34,0	43,5	47,2	48,0	2,5	2,8	7,1	7,1
173 Chad	4,2	9,1	12,8	2,6	2,8	15,6	25,0	31,1	47,1	47,7	2,5	2,7	6,7	6,7
174 Malí	6,2	12,7	18,1	2,6	2,9	16,2	32,3	40,9	48,3	46,7	2,2	2,4	7,6	6,9
175 Burkina Faso	5,9	12,4	17,7	2,6	2,9	6,3	17,8	23,2	47,7	45,7	2,3	2,6	7,8	6,7
176 Sierra Leona	2,9	5,1	6,9	2,0	2,5	21,4	38,8	47,6	42,8	42,8	2,6	3,3	6,5	6,5
177 Níger	5,3	13,1	19,3	3,2	3,3	10,6	22,2	29,7	49,0	47,9	1,6	2,0	8,1	7,9
<b>Países en desarrollo</b>	<b>2.967,1 T</b>	<b>5.022,4 T</b>	<b>5.865,6 T</b>	<b>1,9</b>	<b>1,3</b>	<b>26,4</b>	<b>42,0</b>	<b>48,6</b>	<b>31,6</b>	<b>28,0</b>	<b>4,3</b>	<b>6,5</b>	<b>5,5</b>	<b>2,9</b>
Países menos adelantados	355,2 T	723,2 T	950,1 T	2,5	2,3	14,8	26,7	33,5	42,2	39,5	2,6	3,5	6,6	5,0
Estados Árabes	144,6 T	303,9 T	386,0 T	2,7	2,0	41,7	54,7	59,1	36,3	32,5	3,1	4,4	6,7	3,7
Asia Oriental y el Pacífico	1.310,4 T	1.928,1 T	2.108,9 T	1,4	0,7	20,4	41,0	51,0	24,9	20,7	5,4	8,7	5,0	1,9
América Latina y El Caribe	318,4 T	540,7 T	628,3 T	1,9	1,3	81,1	76,7	80,9	30,8	26,5	4,9	7,5	5,1	2,5
Asia Meridional	838,7 T	1.503,4 T	1.801,4 T	2,1	1,5	21,3	29,8	34,2	34,1	29,3	3,8	5,7	5,6	3,2
África Subsahariana	313,1 T	874,2 T	877,4 T	2,7	2,2	21,0	35,8	42,4	44,0	42,0	2,5	3,3	6,8	5,5
Europa Central y Oriental y la CEI	366,6 T	406,3 T	396,8 T	0,4	-0,2	56,8	62,9	63,8	19,1	17,3	10,6	12,9	2,5	1,5
OCDE	925,7 T	1.157,3 T	1.233,8 T	0,8	0,5	67,2	75,9	78,9	19,8	17,8	11,6	16,1	2,6	1,8
Países de la OCDE de Ingresos altos	765,9 T	917,4 T	968,5 T	0,6	0,5	69,9	77,5	80,4	17,9	16,4	13,0	18,0	2,2	1,6
Desarrollo humano alto	972,2 T	1.211,5 T	1.289,2 T	0,8	0,5	68,7	77,2	80,1	19,6	17,6	11,7	16,2	2,5	1,7
Desarrollo humano medio	2.678,2 T	4.205,8 T	4.753,6 T	1,6	1,0	27,9	42,2	48,6	29,2	25,3	4,9	7,2	5,0	2,5
Desarrollo humano bajo	359,5 T	788,7 T	1.038,5 T	2,8	2,3	18,2	34,0	41,7	44,9	42,8	2,4	3,1	7,0	5,8
Ingresos altos	781,8 T	948,3 T	1.006,6 T	0,7	0,5	70,1	78,0	80,8	18,0	16,5	12,8	17,7	2,2	1,7
Ingresos medios	1.849,6 T	2.748,6 T	3.028,8 T	1,4	0,8	34,8	52,9	60,7	25,9	22,3	5,8	8,6	4,5	2,1
Ingresos bajos	1.440,9 T	2.614,5 T	3.182,5 T	2,1	1,8	20,7	30,2	35,7	37,2	33,3	3,4	4,9	6,0	3,9
Total mundial	4.073,7 T <sup>e</sup>	6.313,8 T <sup>e</sup>	7.219,4 T <sup>e</sup>	1,6	1,1	37,2	48,3	53,5	28,9	25,9	6,0	8,4	4,5	2,6

**NOTAS**

- a Los datos se basan en definiciones nacionales de lo que constituye una ciudad o una zona metropolitana, de modo que la comparación entre países debe realizarse con la debida prudencia.
- b Los datos se refieren a proyecciones de la variante media.
- c Los datos se refieren a estimaciones correspondientes al período especificado.
- d Los cálculos de la población incluyen la provincia China de Taiwán.
- e Los datos se refieren a la población mundial total según la ONU 2005h. Se calcula que la población total de los 177 países incluidos en los principales cuadros de indicadores ascendía a 4.066,10 millones en 1975 y que será de 6.305,60 millones en 2003 y 7.210,30 en 2015.

**FUENTES**

Columnas 1-3, 13 y 14: ONU 2005h.  
 Columnas 4 y 5: cálculos basados en los datos de las columnas 1 y 2.  
 Columnas 6-8: ONU 2004.  
 Columnas 9 y 10: cálculos basados en los datos de la población menor de 15 años de edad y población total de la ONU 2005h.  
 Columnas 11 y 12: cálculos basados en los datos de la población de 65 años o más y la población total de la ONU 2005h.





# CUADRO 6

... para disfrutar de una vida larga y saludable ...

## Compromiso con la salud: recursos, acceso y servicios

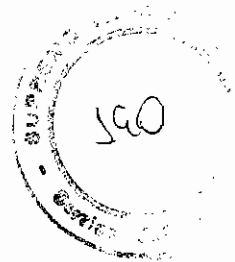
Clasificación según el IDH	Gasto en salud			ODM Niños de un año total- mente inmunizados		Niños con diarrea que reciben terapia de rehidratación oral y alimenta- ción continua (% de menores de 5 años) 1994-2003 <sup>1</sup>	Tasa de uso de anti- conceptivos <sup>2</sup> (%) 1995-2003 <sup>3</sup>	ODM Partos atendi- dos por personal sanitario especializado (%) 1995-2003 <sup>4</sup>	Médicos (por cada 100.000 habitantes) 1990-2004
	Público (% del PIB)	Privado (% del PIB)	Per cápita (PPA en US\$)	Contra la tuberculosis (%) 2003	Contra el sarampión (%) 2003				
	2002	2002	2002						
<b>DESARROLLO HUMANO ALTO</b>									
1 Noruega	8,0	1,6	3.409	..	84	..	74	100	356
2 Islandia	8,3	1,6	2.802	..	93	..	..	..	347
3 Australia	6,5	3,0	2.699	..	93	..	76	100	249
4 Luxemburgo	5,3	0,9	3.066	..	91	..	..	100	255
5 Canadá	6,7	2,9	2.931	..	95	..	75	98	209
6 Suecia	7,8	1,4	2.512	16 <sup>5</sup>	94	..	78	100	305
7 Suiza	6,5	4,7	3.446	..	82	..	82	..	352
8 Irlanda	5,5	1,8	2.367	90	78	..	..	100	237
9 Bélgica	6,5	2,6	2.515	..	75	..	78	100	418
10 Estados Unidos	6,6	8,0	5.274	..	93	..	76	99	549
11 Japón	6,5	1,4	2.133	..	99	..	56	100	201
12 Países Bajos	5,8	3,0	2.564	..	96	..	79	100	329
13 Finlandia	5,5	1,8	1.943	98	97	..	77	100	311
14 Dinamarca	7,3	1,5	2.583	..	96	..	78	100	366
15 Reino Unido	6,4	1,3	2.160	..	80	..	84	99	166
16 Francia	7,4	2,3	2.736	85	86	..	75	99	329
17 Austria	5,4	2,3	2.220	..	79	..	51	100	324
18 Italia	6,4	2,1	2.166	..	83	..	60	..	606
19 Nueva Zelanda	6,6	1,9	1.857	..	85	..	75	100	223
20 Alemania	8,6	2,3	2.817	..	92	..	75	100	362
21 España	5,4	2,2	1.640	..	97	..	81	..	320
22 Hong Kong, China (RAE)	..	..	..	..	..	..	86	..	..
23 Israel	6,0	3,1	1.890	..	95	..	68	99	391
24 Grecia	5,0	4,5	1.814	88	88	..	..	..	440
25 Singapur	1,3	3,0	1.105	97	88	..	62	100	140
26 Eslovenia	8,2	2,1	1.547	98	94	..	74	100	219
27 Portugal	6,6	2,7	1.702	81	96	..	66	100	324
28 Corea, República de	2,6	2,4	982	87	96	..	81	100	181
29 Chipre	2,9	4,1	883	..	86	..	..	100	298
30 Barbados	4,7	2,2	1.018	..	90	..	55	91	121
31 República Checa	6,4	0,6	1.118	98	99	..	72	99	343
32 Malta	7,0	2,7	965	..	90	..	..	98	293
33 Brunei Darussalam	2,7	0,8	653	99	99	..	..	99	101
34 Argentina	4,5	4,4	956	99	97	..	..	99	301
35 Hungría	5,5	2,3	1.078	99	99	..	77	..	316
36 Polonia	4,4	1,7	657	94	97	..	49	99	220
37 Chile	2,6	3,2	642	94	99	..	..	100	109
38 Estonia	3,9	1,2	604	99	95	..	70	..	316
39 Lituania	4,3	1,6	549	99	98	..	47	..	403
40 Qatar	2,4	0,7	894	99	93	..	43	98	221
41 Emiratos Árabes Unidos	2,3	0,8	750	98	94	..	28	96	202
42 Eslovaquia	5,3	0,6	723	98	99	..	74	..	325
43 Bahréin	3,2	1,2	792	..	100	..	62	98	160
44 Kuwait	2,9	0,9	552	..	97	..	50	98	153
45 Croacia	5,9	1,4	630	98	95	..	..	100	237
46 Uruguay	2,9	7,1	805	99	95	..	..	100	365
47 Costa Rica	6,1	3,2	743	87	89	..	80	98	173
48 Letonia	3,3	1,8	477	99	99	..	48	100	291
49 Saint Kitts y Nevis	3,4	2,1	667	99	98	..	41	99	118
50 Bahamas	3,4	3,5	1.074	..	90	..	62	99	106
51 Srychelles	3,9	1,3	557	99	99	..	..	..	132
52 Cuba	8,5	1,0	236	99	99	..	73	100	591
53 México	2,7	3,4	550	99	96	..	68	86	171

Indicadores del desarrollo humano



Indicadores del desarrollo humano

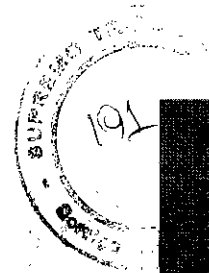
Clasificación según el IOH	Gasto en salud			Niños de un año total- mente inmunizados		Niños con diarrea que reciben terapia de rehidratación oral y alimenta- ción continua (% de menores de 5 años)	Tasa de uso de anti- conceptivos <sup>1</sup> (%)	ODM Partos atendi- dos por personal sanitario especializado (%)	Médicos (por cada 100 000 habitantes)
	Público (% del PIB)	Privado (% del PIB)	Per cápita (PPA en US\$)	Contra la tuberculosis (%)	Contra el sarampión (%)				
	2002	2002	2002	2003	2003	1994-2003	1995-2003	1995-2003	1990-2004
54 Tonga	5,1	1,8	292	99	99	..	..	92	34
55 Bulgaria	4,0	3,4	499	98	96	..	42	..	338
56 Panamá	6,4	2,5	576	87	83	..	58	90	168
57 Trinidad y Tobago	1,4	2,3	428	..	88	31	38	96	79
<b>DESARROLLO HUMANO MEDIO</b>									
58 Jameriya Árabe Libia	1,6	1,7	222	99	91	..	45	94	129
59 Macedonia, ERY	..	..	..	..	96	..	..	..	..
60 Antigua y Barbuda	3,3	1,5	527	..	99	..	53	100	17
61 Malasia	2,0	1,8	349	99	92	..	55	97	70
62 Rusia, Federación de	3,5	2,7	535	97	96	..	73	99	417
63 Brasil	3,6	4,3	611	99	99	28	77	88	206
64 Rumania	4,2	2,1	469	99	97	..	64	98	189
65 Mauricio	2,2	0,7	317	92	94	..	75	99	85
66 Granada	4,0	1,7	465	..	99	..	54	99	50
67 Belarús	4,7	1,7	583	99	99	..	50	100	450
68 Bosnia y Herzegovina	4,6	4,6	322	94	84	23	48	100	134
69 Colombia	8,7	1,4	536	96	92	44	77	86	135
70 Dominica	4,6	1,8	310	99	99	42	50	100	49
71 Omán	2,8	0,6	379	98	98	..	24	95	126
72 Albania	2,4	3,7	302	95	93	51	75	94	139
73 Tailandia	3,1	1,3	321	99	94	..	72	99	30
74 Samoa (Occidental)	4,7	1,5	238	73	99	..	..	100	70
75 Venezuela	2,3	2,6	272	91	82	51	49	94	194
76 Santa Lucía	3,4	1,6	306	95	90	..	47	100	518
77 Arabia Saudita	3,3	1,0	534	94	96	..	32	91	140
78 Ucrania	3,3	1,4	210	98	99	..	68	100	297
79 Perú	2,2	2,2	226	94	95	46	69	59	117
80 Kazajstán	1,9	1,6	261	99	99	22	66	99	330
81 Líbano	3,5	8,0	697	..	96	..	61	89	325
82 Ecuador	1,7	3,1	197	99	99	..	66	69	148
83 Armenia	1,3	4,5	232	92	94	48	61	97	353
84 Filipinas	1,1	1,8	153	91	80	37	49	60	116
85 China	2,0	3,8	261	93	84	..	84	97	164
86 Suriname	3,6	5,0	385	..	71	43	42	85	45
87 San Vicente y las Granadinas	3,9	2,0	340	87	94	..	58	100	88
88 Paraguay	3,2	5,2	343	70	91	..	73	71	117
89 Túnez	2,9	2,9	415	93	90	..	63	90	70
90 Jordania	4,3	5,0	418	67	96	..	56	100	205
91 Belice	2,5	2,7	300	99	96	..	47	83	105
92 Fiji	2,7	1,5	240	99	91	..	41	100	34
93 Sri Lanka	1,8	1,9	131	99	99	..	70	97	43
94 Turquía	4,3	2,2	420	89	75	19	64	81	124
95 República Dominicana	2,2	3,9	295	90	79	53	70	99	188
96 Maldivas	5,1	0,7	307	98	96	..	42	70	78
97 Turkmenistán	3,0	1,3	182	99	97	..	62	97	317
98 Jamaica	3,4	2,6	234	88	78	21	66	95	85
99 Irán, Rep. Islámica de	2,9	3,1	432	99	99	..	73	90	105
100 Georgia	1,0	2,8	123	87	73	..	41	96	391
101 Azerbaiyán	0,8	2,9	120	99	98	40	55	64	354
102 Territorios Palestinos Ocupados	..	..	..	99	..	..	..	97	84
103 Argelia	3,2	1,1	182	98	84	..	64	92	85
104 El Salvador	3,6	4,4	372	90	99	..	67	69	124
105 Cabo Verde	3,8	1,2	193	78	68	..	53	89	17
106 República Árabe Siria	2,3	2,8	109	99	98	..	40	76	140



16

## Compromiso con la salud: recursos, acceso y servicios

Clasificación según el IDH	Gasto en salud			ODM Niños de un año total- mente inmunizados		Niños con diarrea que reciben terapia de rehidratación oral y alimenta- ción continua (% de menores de 5 años)	Tasa de uso de anti- conceptivos* (%)	ODM Partos atendi- dos por personal especializado (%)	Médicos (por cada 100.000 habitantes) 1990-2004
	Público (% del PIB)	Privado (% del PIB)	Per cápita (PPA en US\$)	Contra la	Contra el				
				tuberculosis (%)	sarampión (%)				
	2002	2002	2002	2003	2003	1994-2003	1995-2003	1995-2003	1990-2004
107 Guyana	4,3	1,3	227	95	89	40	37	88	48
108 Viet Nam	1,5	3,7	146	98	93	24	79	85	53
109 Kirguistán	2,2	2,1	117	99	99	16	60	98	268
110 Indonesia	1,2	2,0	110	82	72	61	60	68	16
111 Uzbekistán	2,5	3,0	143	98	99	33	68	96	289
112 Nicaragua	3,9	4,0	206	94	93	49	89	67	164
113 Bolivia	4,2	2,8	179	94	64	59	53	65	73
114 Mongolia	4,6	2,0	128	98	98	66	67	99	267
115 Moldova, Rep. de	4,1	2,9	151	98	96	52	62	99	269
116 Honduras	3,2	3,0	156	91	95	..	62	56	83
117 Guatemala	2,3	2,5	199	97	75	22	43	41	90
118 Vanuatu	2,8	1,0	121	63	48	..	..	89	11
119 Egipto	1,8	3,1	192	98	98	29	60	69	212
120 África del Sur	3,5	5,2	689	97	83	37	56	84	69
121 Guinea Ecuatorial	1,3	0,5	139	73	51	36	..	65	25
122 Tayikistán	0,9	2,4	47	99	89	29	34	71	218
123 Gabón	1,8	2,5	248	89	55	44	33	86	29
124 Marruecos	1,5	3,1	186	92	90	..	50	40	48
125 Namibia	4,7	2,0	331	92	70	39	29	78	30
126 Santo Tomé y Príncipe	9,7	1,4	108	99	87	44	29	79	47
127 India	1,3	4,8	96	81	67	22	48	43	51
128 Islas Salomón	4,5	0,3	83	76	78	..	..	85	13
129 Myanmar	0,4	1,8	30	79	75	48	37	56	30
130 Camboya	2,1	9,9	192	76	65	..	24	32	16
131 Botswana	3,7	2,3	387	99	90	7	40	94	29
132 Comoras	1,7	1,2	27	75	63	31	26	62	7
133 Rep. Dem. Popular Lao	1,5	1,4	49	65	42	37	32	19	59
134 Bhután	4,1	0,4	76	93	88	..	19	24	5
135 Pakistán	1,1	2,1	62	82	81	33	28	23	66
136 Nepal	1,4	3,8	64	91	75	43	39	11	5
137 Papua Nueva Guinea	3,8	0,5	136	60	49	..	26	53	5
138 Ghana	2,3	3,3	73	92	80	24	25	44	9
139 Bangladesh	0,8	2,3	54	95	77	35	58	14	23
140 Timor-Leste	6,2	3,5	195	80	60	..	10	24	..
141 Sudán	1,0	3,9	58	53	57	38	10	86	16
142 Congo	1,5	0,7	25	60	50	..	..	..	25
143 Congo	1,1	9,4	163	84	58	25	26	49	6
144 Uganda	2,1	5,3	77	96	82	29	23	39	5
145 Zimbabue	4,4	4,1	152	92	80	80	54	73	6
<b>DESARROLLO HUMANO BAJO</b>									
146 Madagascar	1,2	0,9	18	72	55	47	27	46	9
147 Swazilandia	3,6	2,4	309	97	94	24	28	70	18
148 Camerún	1,2	3,4	66	82	61	33	19	60	7
149 Lesotho	5,3	0,9	119	83	70	29	30	60	5
150 Djibouti	3,3	3,0	78	63	66	..	..	61	13
151 Yemen	1,0	2,7	58	67	66	23	21	22	22
152 Mauritania	2,9	1,0	54	84	71	..	8	57	14
153 Haití	3,0	4,6	83	71	53	41	27	24	25
154 Kenia	2,2	2,7	70	87	72	15	39	41	13
155 Gambia	3,3	4,0	83	99	90	38	10	55	4
156 Guinea	0,9	4,9	105	78	52	29	6	35	9
157 Senegal	2,3	2,8	62	77	60	33	11	58	8
158 Nigeria	1,2	3,5	43	48	35	28	13	35	27
159 Rwanda	3,1	2,4	48	88	90	16	13	31	2



Clasificación según el IDH	Gasto en salud			Niños de un año total- mente inmunizados		Niños con diarrea que reciben terapia de rehidratación oral) y alimenta- ción continua (% de menores de 5 años) 1994-2003 <sup>d</sup>	Tasa de uso de anti- conceptivos <sup>e</sup> (%) 1995-2003 <sup>f</sup>	ODM Partos atendi- dos por personal sanitario especializado (%) 1995-2003 <sup>f</sup>	Médicos (por cada 100.000 habitantes) 1990-2004 <sup>g</sup>
	Público (% del PIB)	Privado (% del PIB)	Per cápita (PPA en US\$)	Contra la tuberculosis (%) 2003	Contra el sarampión (%) 2003				
	2002	2002	2002						
160 Angola	2,1	2,9	92	62	62	32	6	45	8
161 Eritrea	3,2	1,9	36	91	84	..	8	28	3
162 Benin	2,1	2,6	44	99	83	42	19	66	6
163 Côte d'Ivoire	1,4	4,8	107	66	56	34	15	63	9
164 Tanzania, Rep Unida de	2,7	2,2	31	91	97	38	25	36	2
165 Malawi	4,0	5,8	48	91	77	51	31	61	1
166 Zambia	3,1	2,7	51	94	84	24	34	43	7
167 Congo, Rep Dem del	1,2	2,9	15	68	54	17	31	61	7
168 Mozambique	4,1	1,7	50	87	77	33	6	48	2
169 Burundi	0,8	2,4	16	84	75	16	16	25	5
170 Etiopía	2,6	3,1	21	76	52	38	8	6	3
171 República Centroafricana	1,6	2,3	50	70	35	47	28	44	4
172 Guinea-Bissau	3,0	3,3	38	84	61	23	8	35	17
173 Chad	2,7	3,8	47	72	61	50	8	16	3
174 Malí	2,3	2,2	33	63	68	45	8	41	4
175 Burkina Faso	2,0	2,3	38	83	76	..	14	31	4
176 Sierra Leona	1,7	1,2	27	87	73	39	4	42	7
177 Níger	2,0	2,0	27	64	84	43	14	16	3
Países en desarrollo	..	..	..	85	75	..	..	59	..
Países menos adelantados	..	..	..	79	67	..	..	34	..
Estados Árabes	..	..	..	86	84	..	..	70	..
Asia Oriental y el Pacífico	..	..	..	91	82	..	..	86	..
América Latina y El Caribe	..	..	..	96	93	..	..	82	..
Asia Meridional	..	..	..	83	68	..	..	38	..
África Subsahariana	..	..	..	75	62	..	..	41	..
Europa Central y Oriental y la CEI	..	..	..	97	97	..	..	97	..
OCDE	..	..	..	..	91	..	..	95	..
Países de la OCDE de ingresos altos	..	..	..	..	92	..	..	99	..
Desarrollo humano alto	..	..	..	..	93	..	..	97	..
Desarrollo humano medio	..	..	..	89	79	..	..	86	..
Desarrollo humano bajo	..	..	..	75	61	..	..	35	..
Ingresos altos	..	..	..	..	92	..	..	99	..
Ingresos medios	..	..	..	95	89	..	..	88	..
Ingresos bajos	..	..	..	79	66	..	..	42	..
Total mundial	..	..	..	85 <sup>h</sup>	77 <sup>a</sup>	..	..	62 <sup>a</sup>	..

**NOTAS**

- a Los datos suelen referirse a mujeres casadas entre 15 y 49 años; la escala de edad real cubierta puede variar entre un país y otro.
- b Los datos se refieren al año más reciente disponible durante el período especificado.
- c Los datos se refieren a un año o período distinto del especificado, difieren de la definición normalizada o se refieren sólo a una parte de un país.
- d Los datos se refieren exclusivamente a los niños con alto riesgo.
- e No incluye Irlanda del Norte.
- f No incluye el estado de Típora.
- g Los datos se refieren a las cifras mundiales totales de UNICEF 2004.

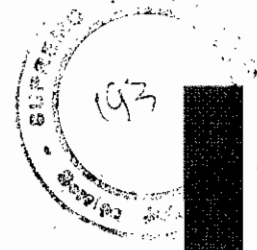
**FUENTES**

Columnas 1-3: OMS 2005a.  
Columnas 4 y 6: UNICEF 2004.  
Columnas 5 y 8: ONU 2005f, cálculos basados en datos obtenidos a través de un esfuerzo conjunto del Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia y la Organización Mundial de la Salud.  
Columna 7: ONU 2005e.  
Columna 9: OMS 2005b.

## Agua, saneamiento y nutrición



Clasificación según el IOH	ODM Población con acceso sostenible a saneamiento mejorado (%)		ODM Población con acceso sostenible a una fuente de agua mejorada (%)		ODM Personas desnutridas (% de la población total)		ODM Niños con peso inferior a la media para su edad (% de menores de 5 años)	Niños con al- tura inferior a la media para su edad (% de menores de 5 años)	Niños con peso inferior a la media al nacer (%)
	1990	2002	1990	2002	1990/92	2000/02	1995-2003	1995-2003	1998-2003
<b>DESARROLLO HUMANO ALTO</b>									
1 Noruega	..	..	100	100	..	..	..	..	5
2 Islandia	..	..	100	100	..	..	..	..	4
3 Australia	100	100	100	100	..	..	..	..	7
4 Luxemburgo	..	..	100	100	..	..	..	..	8
5 Canadá	100	100	100	100	..	..	..	..	6
6 Suecia	100	100	100	100	..	..	..	..	4
7 Suiza	100	100	100	100	..	..	..	..	6
8 Irlanda	..	..	..	..	..	..	..	..	6
9 Bélgica	..	..	..	..	..	..	..	..	8
10 Estados Unidos	100	100	100	100	..	..	1 <sup>5</sup>	2	8
11 Japón	100	100	100	100	..	..	..	..	8
12 Países Bajos	100	100	100	100	..	..	..	..	..
13 Finlandia	100	100	100	100	..	..	..	..	4
14 Dinamarca	..	..	100	100	..	..	..	..	5
15 Reino Unido	..	..	..	..	..	..	..	..	8
16 Francia	..	..	..	..	..	..	..	..	7
17 Austria	100	100	100	100	..	..	..	..	7
18 Italia	..	..	..	..	..	..	..	..	6
19 Nueva Zelandia	..	..	97	..	..	..	..	..	6
20 Alemania	..	..	100	100	..	..	..	..	7
21 España	..	..	..	..	..	..	..	..	6
22 Hong Kong, China (RAE)	..	..	..	..	..	..	..	..	..
23 Israel	..	..	100	100	..	..	..	..	8
24 Grecia	..	..	..	..	..	..	..	..	8
25 Singapur	..	..	..	..	..	..	14	11	8
26 Eslovenia	..	..	..	..	..	3	..	..	6
27 Portugal	..	..	..	..	..	..	..	..	8
28 Corea, República de	..	..	..	92	2	2	..	..	4
29 Chipre	100	100	100	100	..	..	..	..	..
30 Barbados	100	99	100	100	..	..	6 <sup>1</sup>	7	10
31 República Checa	..	..	..	..	..	2	1	2	7
32 Malta	..	..	100	100	..	..	..	..	6
33 Brunei Darussalam	..	..	..	..	..	..	..	..	10
34 Argentina	82	..	94	..	2	2	5	12	7
35 Hungría	..	95	99	99	..	1	2 <sup>1</sup>	3	9
36 Polonia	..	..	..	..	..	1	..	..	6
37 Chile	85	92	90	95	8	4	1	2	5
38 Estonia	..	..	..	..	..	5	..	..	4
39 Lituania	..	..	..	..	..	1	..	..	4
40 Qatar	100	100	100	100	..	..	8	8	10
41 Emiratos Árabes Unidos	100	100	..	..	4	2	14	17	15
42 Eslovaquia	100	100	100	100	..	5	..	..	7
43 Bahrein	..	..	..	..	..	..	9	10	8
44 Kuwait	..	..	..	..	23	5	10	24	7
45 Croacia	..	..	..	..	..	7	1	1	6
46 Uruguay	..	94	..	98	6	4	5	8	8
47 Costa Rica	..	92	..	97	6	4	5	6	7
48 Letonia	..	..	..	..	..	4	..	..	5
49 Saint Kitts y Nevis	96	96	99	99	..	..	..	..	9
50 Bahamas	100	100	..	97	..	..	..	..	7
51 Seychelles	..	..	..	87	..	..	6 <sup>1</sup>	5 <sup>1</sup>	..
52 Cuba	98	98	..	91	8	3	4	5	6
53 México	66	77	80	91	5	5	8	18	9



Clasificación según el IDH	ODM Población con acceso sostenible a saneamiento mejorado (%)		ODM Población con acceso sostenible a una fuente de agua mejorada (%)		ODM Personas de nutrición (% de la población total)		ODM Niños con peso inferior a la media para su edad (% de menores de 5 años)	Niños con altura inferior a la media para su edad (% de menores de 5 años)	Niños con peso inferior a la media al nacer (%)
	1990	2002	1990	2002	1990/92 <sup>1</sup>	2000/02 <sup>2</sup>	1995-2003	1995-2003	1998-2003
54 Tonga	97	97	100	100	..	..	..	..	0
55 Bulgaria	100	100	100	100	..	11	..	..	10
56 Panamá	..	72	..	91	21	26	7	14	10
57 Trinidad y Tobago	100	100	92	91	13	12	7	5	23
<b>DESARROLLO HUMANO MEDIO</b>									
58 Jamahiriya Árabe Libia	97	97	71	72	1	1	5	15	7
59 Macedonia, CRY	..	..	..	..	..	11	6	7	5
60 Antigua y Barbuda	..	95	..	91	..	..	10	7	8
61 Malasia	96	..	..	95	3	2	12	..	10
62 Rusia, Federación de	87	87	94	96	..	4	3	13	6
63 Brasil	70	75	83	89	12	9	6	11	10
64 Rumania	..	51	..	57	..	1	6	8	9
65 Mauricio	99	99	100	100	6	6	15	10	13
66 Granada	97	97	..	95	..	..	..	..	9
67 Bielorrusia	..	..	100	100	..	2	..	..	5
68 Bosnia y Herzegovina	..	93	98	98	..	8	4	10	4
69 Colombia	82	88	92	92	17	13	7	14	9
70 Dominica	..	83	..	97	..	..	5	6	10
71 Omán	83	89	77	79	..	..	24	23	8
72 Albania	..	89	97	97	..	6	14	32	3
73 Tailandia	80	99	81	85	28	20	19	16	9
74 Samoa (Occidental)	98	100	91	88	..	..	..	..	4
75 Venezuela	..	68	..	83	11	17	4	13	7
76 Santa Lucía	..	89	98	98	..	..	14	11	8
77 Arabia Saudita	..	..	90	..	4	3	14	20	11
78 Ucrania	99	99	..	98	..	3	3	15	5
79 Perú	52	62	74	81	42	13	7	25	11
80 Kazajistán	72	72	86	86	..	13	4	10	8
81 Líbano	..	98	100	100	3	3	3	12	6
82 Ecuador	56	72	69	86	8	4	12	26	16
83 Armenia	..	84	..	92	..	34	3	13	7
84 Filipinas	54	73	87	85	26	22	31	31	20
85 China	23	44	70	77	16	11	10	14	6
86 Suriname	..	93	..	92	13	11	13	10	13
87 San Vicente y las Granadinas	..	..	..	..	..	..	..	..	10
88 Paraguay	58	78	62	83	18	14	5	..	9
89 Túnez	75	80	77	82	1	1	4	12	7
90 Jordania	..	93	98	91	4	7	4	9	10
91 Belice	..	47	..	91	..	..	6	..	6
92 Fiji	98	98	..	..	..	..	6	3	10
93 Sri Lanka	70	91	68	78	28	22	29	14	22
94 Turquía	84	83	81	93	2	3	8	16	16
95 República Dominicana	48	57	88	93	27	25	5	9	11
96 Maldivas	..	58	99	84	..	..	30	25	22
97 Turkmenistán	..	62	..	71	..	9	12	22	6
98 Jamaica	75	80	92	93	14	10	4	5	9
99 Irán, Rep. Islámica del	83	84	91	93	4	4	11	15	7
100 Georgia	..	83	..	76	..	27	3	12	6
101 Azerbaiyán	..	55	66	77	..	15	7	13	11
102 Territorios Palestinos Ocupados	..	78	..	94	..	..	4	9	9
103 Argelia	88	92	95	87	5	5	6	18	7
104 El Salvador	51	63	67	82	12	11	10	19	13
105 Cabo Verde	..	42	..	80	..	..	14	16	13
106 República Árabe Siria	76	77	79	79	5	4	7	18	6

Indicadores del desarrollo humano



## Agua, saneamiento y nutrición

Clasificación según el IDH	ODM Población con acceso sostenible a saneamiento mejorado (%)		ODM Población con acceso sostenible a una fuente de agua mejorada (%)		ODM Personas desnutridas (% de la población total)		ODM Niños con peso inferior a la me- dia para su edad (% de menores de 5 años)	Niños con al- tura inferior a la media para su edad (% de menores de 5 años)	Niños con peso inferior a la media al nacer (%)
	1990	2002	1990	2002	1990/92	2000/02	1995-2003	1995-2003	1998-2003
107 Guyana	..	70	..	83	21	9	14	11	12
108 Viet Nam	22	41	72	73	31	19	33	36	9
109 Kirguistán	..	60	..	76	..	6	11	25	7
110 Indonesia	46	52	71	78	9	6	26	..	9
111 Uzbekistán	58	57	89	89	..	26	8	21	7
112 Nicaragua	47	66	69	81	30	27	10	20	12
113 Bolivia	33	45	72	85	28	21	8	27	9
114 Mongolia	..	59	62	82	34	28	13	25	8
115 Moldova, Rep. de	..	68	..	92	..	11	3	10	5
116 Honduras	49	68	83	90	23	22	17	29	14
117 Guatemala	50	61	77	95	16	24	23	49	13
118 Vanuatu	..	..	60	60	..	..	20 <sup>1</sup>	19	6
119 Egipto	54	66	94	98	4	3	9	18	12
120 Libia	63	67	83	87	..	..	12	25	15
121 Guinea Ecuatorial	..	53	..	44	..	..	19	39	13
122 Turkmenistán	..	53	..	58	..	61	..	36	15
123 Gabón	..	36	..	87	10	6	12	21	14
124 Marruecos	57	61	75	80	6	7	9	24	11
125 Namibia	24	30	58	80	35	22	24	24	14
126 Santo Tomé y Príncipe	..	24	..	79	..	..	13	29	..
127 India	12	30	68	86	25	21	47	46	30
128 Islas Salomón	..	31	..	70	..	..	21	27	13
129 Myanmar	21	73	48	80	10	6	35	34	15
130 Camboya	..	16	..	34	43	33	45	45	11
131 Botswana	38	41	93	95	23	32	13	23	10
132 Comoras	23	23	89	94	..	..	25	42	25
133 Rep. Dem. Popular Lao	..	24	..	43	29	22	40	41	14
134 Bhután	..	70	..	62	..	..	19	40	15
135 Pakistán	38	54	83	90	24	20	36	37	19
136 Nepal	12	27	69	84	20	17	48	51	21
137 Papua Nueva Guinea	45	45	39	39	..	..	35 <sup>2</sup>	..	11
138 Ghana	43	58	54	79	37	13	25	26	11
139 Bangladesh	23	48	71	75	35	30	48	45	30
140 Timor-Leste	..	33	..	52	..	..	43	47	10
141 Sudán	33	34	64	69	32	27	17	..	31
142 Congo	..	9	..	46	54	37	14	19	..
143 Etiopía	37	34	49	51	33	28	25	22	15
144 Uganda	43	41	44	56	24	19	23	39	12
145 Zimbabue	49	57	77	83	45	44	13	27	11
<b>DESARROLLO HUMANO BAJO</b>									
146 Madagascar	12	33	40	45	35	37	33	49	14
147 Swazilandia	..	52	..	52	14	19	10	30	9
148 Camerún	21	48	50	63	33	25	21	35	11
149 Lesotho	37	37	..	76	17	12	18	46	14
150 Djibouti	48	50	78	80	..	..	18	26	..
151 Yemen	21	30	89	69	34	36	46	53	32
152 Mauritania	28	42	41	56	15	10	32	35	..
153 Haití	15	34	53	71	65	47	17	23	21
154 Kenia	42	46	45	62	44	33	20	31	11
155 Gambia	..	53	..	82	22	27	17	19	17
156 Guinea	17	13	42	51	39	26	23	26	12
157 Senegal	35	52	66	72	23	24	23	25	18
158 Nigeria	39	36	49	60	13	9	29	36	14
159 Rwanda	37	41	58	73	44	37	27	41	9

195

Clasificación según el IOH	ODM Población con acceso sostenible a saneamiento mejorado (%)		ODM Población con acceso sostenible a una fuente de agua mejorada (%)		ODM Personas desnutridas (% de la población total)		ODM Niños con peso inferior a la me- dia para su edad (% de menores de 5 años)	Niños con al- tura inferior a la media para su edad (% de menores de 5 años)	Niños con peso inferior a la media al nacer (%)
	1990	2002	1990	2002	1990/92 <sup>a</sup>	2000/02 <sup>b</sup>	1995-2003 <sup>c</sup>	1995-2003 <sup>d</sup>	1998-2003 <sup>e</sup>
160 Angola	30	30	32	50	58	40	31	45	12
161 Eritrea	8	9	40	57	..	73	40	38	21
162 Benin	11	32	60	68	20	15	23	31	16
163 Côte d'Ivoire	31	40	69	84	18	14	21	25	17
164 Tanzania, Rep. Unida de	47	46	38	73	37	44	29	44	13
165 Malawi	36	46	41	67	50	33	22	45	16
166 Zambia	41	45	50	55	48	49	28	47	12
167 Congo, Rep. Dem. del	18	29	43	46	32	71	31	38	12
168 Mozambique	..	27	..	42	66	47	24	41	14
169 Burundi	44	36	69	79	48	68	45	57	16
170 Etiopía	4	6	25	22	..	46	47	52	15
171 República Centroafricana	23	27	48	75	50	43	24	39	14
172 Guinea-Bissau	..	34	..	59	..	..	25	30	22
173 Chad	6	8	20	34	58	34	26	29	17
174 Mali	36	45	34	48	29	29	33	38	23
175 Burkina Faso	13	12	39	51	21	19	34	37	19
176 Sierra Leona	..	39	..	57	46	50	27	34	..
177 Níger	7	12	40	46	41	34	40	40	17
<b>Países en desarrollo</b>	<b>33</b>	<b>48</b>	<b>70</b>	<b>79</b>	<b>19</b>	<b>16</b>	..	..	..
Países menos adelantados	23	35	51	61	34	33	..	..	..
Estados Árabes	61	66	83	84	10	9	..	..	..
Asia Oriental y el Pacífico	30	49	71	78	..	..	..	..	..
América Latina y El Caribe	68	75	83	89	13	10	..	..	..
Asia Meridional	20	37	71	66	25	21	..	..	..
África Subsahariana	32	38	48	58	32	30	..	..	..
Europa Central y Oriental y la CEI	..	82	..	..	..	..	..	..	..
OCDE	..	..	96	98	..	..	..	..	..
Países de la OCDE de ingresos altos	..	..	..	100	..	..	..	..	..
Desarrollo humano alto	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Desarrollo humano medio	36	51	74	83	19	15	..	..	..
Desarrollo humano bajo	27	32	44	55	32	32	..	..	..
Ingresos altos	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Ingresos medios	48	61	77	83	..	..	..	..	..
Ingresos bajos	20	35	64	77	27	24	..	..	..
<b>Total mundial</b>	<b>43</b>	<b>58<sup>g</sup></b>	<b>75</b>	<b>83<sup>g</sup></b>	..	..	..	..	..

**NOTAS**

- a. Los datos se refieren al promedio de los años especificados.
- b. Los datos se refieren al año más reciente disponible durante el período especificado.
- c. Los datos se refieren a un año o período distinto del especificado, difieren de la definición normalizada o se refieren sólo a una parte del país.
- d. Datos según UNICEF 2004. Los datos se refieren a un año o período distinto del especificado, difieren de la definición normalizada o se refieren sólo a una parte del país.
- e. Los datos se refieren al total mundial según UNICEF 2004.

**FUENTES**

Columnas 1-4 y 7: ONU 2005f, cálculos basados en datos obtenidos de un esfuerzo conjunto del Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF) y la Organización Mundial de la Salud (OMS).  
Columnas 5 y 6: ONU 2005f, cálculos basados en datos obtenidos de la FAO 2005.  
Columnas 8 y 9: UNICEF, cálculos basados en datos obtenidos de un esfuerzo conjunto del Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia y la Organización Mundial de la Salud.



Desigualdad en la salud materno-infantil



Clasificación según el IDH	Año de la encuesta	Partos atendidos por personal sanitario especializado (%)		Niños de un año totalmente inmunizados <sup>a</sup> (%)		Niños con altura inferior a la media para su edad (% de menores de 5 años)		Tasa de mortalidad infantil <sup>b</sup> (por cada 1.000 nacidos vivos)		Tasa de mortalidad de niños menores de 5 años <sup>c</sup> (por cada 1.000 nacidos vivos)		
		20% más pobre	20% más rico	20% más pobre	20% más rico	20% más pobre	20% más rico	20% más pobre	20% más rico	20% más pobre	20% más rico	
<b>DESARROLLO HUMANO MEDIO</b>												
63	Brasil	1996	71,6	98,8	56,6	73,8	16,8	2,0	83,2	28,6	98,9	33,3
69	Colombia	1995	60,6	98,1	57,7	77,3	16,7	4,5	40,8	16,2	52,1	23,6
72	Albania	2000	93,3	100,0	66,2	68,0	15,7	7,9	52,3	27,3	60,9	29,6
79	Perú	2000	13,0	87,5	57,9	81,1	29,4	4,2	63,5	13,9	92,6	17,6
80	Kazajistán	1999	99,2	98,5	68,7	62,3	13,2	3,7	67,6	42,3	81,9	44,8
84	Filipinas	1998	21,2	91,9	59,8	86,5	..	..	48,8	20,9	79,8	29,2
88	Paraguay	1990	41,2	98,1	20,2	53,0	16,7	3,0	42,9	15,7	57,2	20,1
90	Jordania	1997	91,2	99,3	21,3	17,1	10,5	4,5	35,4	23,4	42,1	25,2
94	Turquía	1998	53,4	98,2	27,7	69,7	14,8	3,2	68,3	29,8	85,0	32,6
95	República Dominicana	1996	88,9	97,8	34,4	46,5	14,2	1,7	66,7	23,4	89,9	26,6
97	Turkmenistán	2000	96,8	98,3	85,0	77,5	16,9	11,4	89,3	58,4	105,5	69,8
98	Yemen	2000	58,1	99,7	44,3	92,3	..	..	39,3	13,8	52,9	15,8
100	Kirguistán	1997	96,0	100,0	69,3	73,1	27,9	11,6	83,3	45,8	96,4	49,3
110	Indonesia	1997	21,3	89,2	42,9	72,1	..	..	78,1	23,3	109,0	29,2
111	Uzbekistán	1996	91,7	100,0	80,9	77,5	19,5	16,0	54,4	45,9	70,3	50,4
112	Nicaragua	2001	77,5	99,3	63,6	71,0	22,4	4,1	49,6	16,3	64,3	19,2
113	Bolivia	1998	19,8	97,9	21,8	30,6	25,4	3,9	106,5	25,5	146,5	32,0
117	Cuatemala	1998	8,8	91,9	66,3	56,0	30,0	7,2	58,0	39,2	77,6	39,3
119	Egipto	2000	31,4	94,2	91,2	92,0	16,4	7,9	75,6	29,6	97,9	33,7
120	Sudáfrica	1998	67,8	98,1	51,3	70,2	..	..	61,8	17,0	87,4	21,9
123	Gabón	2000	67,2	97,1	5,5	23,5	20,7	8,8	57,0	35,9	93,1	55,4
124	Marruecos	1992	5,1	77,9	53,7	95,2	23,3	6,6	79,7	35,1	111,6	39,2
125	Namibia	2000	55,4	97,1	59,5	68,2	18,4	9,1	35,8	22,7	55,4	31,4
127	India	1998	16,4	84,4	21,3	63,8	25,0	17,4	96,5	38,1	141,3	45,5
130	Camboya	2000	14,7	81,2	26,6	67,7	26,9	13,5	109,7	50,3	154,8	63,6
132	Comoras	1996	26,2	84,8	39,8	82,0	23,4	17,8	87,2	64,6	128,9	86,6
135	Pakistán	1990	4,6	55,2	22,5	54,7	25,2	16,8	86,7	62,5	124,5	73,8
136	Nepal	2001	3,6	45,1	54,2	81,6	32,7	24,6	85,5	53,2	129,9	67,7
138	Ghana	1998	17,9	86,1	49,6	79,3	20,3	9,1	72,7	26,0	138,8	52,2
139	Bangladesh	1999	3,5	42,1	50,3	74,9	..	..	92,9	57,9	139,7	72,4
143	Togo	1998	25,1	91,2	22,2	52,0	19,0	10,1	84,1	65,8	167,7	97,0
144	Uganda	2000	19,7	77,3	28,5	42,6	25,1	18,0	105,7	60,2	191,8	106,4
145	Zimbabue	1999	56,7	93,5	63,9	64,1	19,2	13,1	59,1	44,3	99,5	62,2



Clasificación según el IDH	Año de la encuesta	Partos atendidos por personal sanitario especializado (%)		Niños de un año total-mente inmunizados <sup>a</sup> (%)		Niños con altura inferior a la media para su edad (% de menores de 5 años)		Tasa de mortalidad infantil <sup>b</sup> (por cada 1.000 nacidos vivos)		Tasa de mortalidad de niños menores de 5 años <sup>c</sup> (por cada 1.000 nacidos vivos)		
		20% más pobre	20% más rico	20% más pobre	20% más rico	20% más pobre	20% más rico	20% más pobre	20% más rico	20% más pobre	20% más rico	
<b>DESARROLLO HUMANO BAJO</b>												
146	Madagascar	1997	29,6	88,5	22,0	66,0	24,7	25,2	119,1	57,5	195,0	101,4
148	Camerún	1991	32,0	94,7	27,4	63,5	18,9	7,9	103,9	51,2	200,7	81,7
151	Yemen	1997	6,8	49,7	7,8	55,7	26,4	22,0	108,5	60,0	163,1	73,0
152	Mauritania	2000	14,7	92,8	15,6	45,3	18,1	14,7	60,8	62,3	98,1	78,5
153	Haití	2000	4,1	70,0	25,4	42,3	18,2	5,1	99,5	97,2	163,9	108,7
154	Kenya	1998	23,2	79,6	48,1	59,9	26,7	10,5	95,8	40,2	138,2	60,7
156	Guinea	1999	12,1	81,5	17,2	51,8	18,8	11,6	118,9	70,2	229,9	133,0
157	Senegal	1997	20,3	86,2	.	..	..	..	84,5	44,9	181,0	69,6
158	Nigeria	1990	12,2	70,0	13,9	58,1	22,2	19,2	102,2	68,6	239,6	119,8
159	Rwanda	2000	17,3	59,6	71,3	78,8	27,0	15,7	138,7	87,9	246,4	154,1
161	Eritrea	1995	5,0	74,3	25,0	83,8	22,7	14,6	74,0	67,5	152,2	103,5
162	Benin	1996	34,4	97,5	37,8	73,6	17,0	12,1	119,4	63,3	208,3	110,1
164	Tanzania, Rep. Unida de	1999	28,9	82,8	53,1	78,4	28,5	18,3	114,8	91,9	160,0	135,2
165	Malawi	2000	43,0	83,0	65,4	81,4	25,8	22,6	131,5	86,4	230,8	149,0
166	Zambia	2001	19,7	91,1	63,9	80,0	26,9	19,5	115,2	56,7	191,7	92,4
168	Mozambique	1997	18,1	82,1	19,7	85,3	22,4	14,4	167,7	94,7	277,5	144,6
170	Etiopía	2000	0,9	25,3	7,0	33,5	25,7	23,3	92,8	95,1	159,2	147,1
173	Chad	1996	2,6	47,4	4,0	23,0	23,0	16,4	79,8	89,3	170,6	172,0
174	Mali	2001	6,1	81,9	19,5	56,0	19,7	12,2	137,2	89,9	247,8	148,1
175	Burkina Faso	1998	17,9	75,0	21,4	52,1	20,9	15,0	106,2	76,7	239,2	154,5
177	Niger	1998	4,2	62,6	4,8	50,9	21,2	20,9	131,1	85,8	281,8	183,7

**NOTAS**

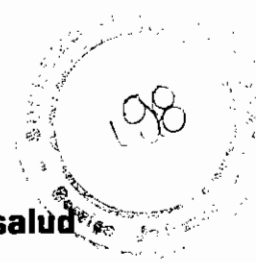
Este cuadro presenta datos para los países en desarrollo basados en las encuestas demográficas y de salud realizadas a partir del año 1995. Los quintiles están definidos más bien por el nivel socio-económico en términos de activos o patrimonio y no de ingresos o consumo. Ver Gwatkin y otros en preparación para mayores detalles.

- a. Incluye las vacunas contra la tuberculosis (BCG), sarampión y difteria, pertusis (los ternos) y tétanos (DPT - vacuna triple)
- b. Los datos se basan en los nacimientos ocurridos durante los 10 años anteriores a la realización de la encuesta.
- c. Grandes errores de muestreo debido al reducido número de casos

**FUENTES**

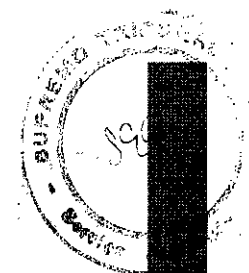
Todas las columnas: Gwatkin y otros en preparación

Principales crisis y problemas mundiales en materia de salud



Clasificación según el IDH	Incidencia del VIH/SIDA <sup>a</sup> (% de 15-49 años) 2003	DDM Uso de preservativos en la última relación sexual de alto riesgo <sup>b</sup>		ODM Casos de paludismo <sup>c</sup> (por cada 100.000 habitantes) 2000	ODM Niños menores de 5 años		ODM Casos de tuberculosis			ODM Incidencia de tabaquismo <sup>d</sup> (% de adultos)	
		(% de 15-24 años)			Con mosquitos tratados con insecticida (%) 1999-2003 <sup>e</sup>	Con fiebre tratada con medicamentos contra el paludismo (%) 1999-2003 <sup>f</sup>	Por cada 100.000 habitantes <sup>g</sup> 2003	Detectados con DOTS <sup>h</sup> (%) 2003	Sanados con terapia DOTS <sup>i</sup> (%) 2003	Mujeres 2000-02	Hombres 2000-02
		Mujeres 1998-2003 <sup>j</sup>	Hombres 1998-2003 <sup>k</sup>								
<b>DESARROLLO HUMANO ALTO</b>											
1 Noruega	0,1 [0,0-0,2]	..	..	..	..	..	5	46	80	32	31
2 Islandia	0,2 [0,1-0,3]	..	..	..	..	..	3	28	100	23	25
3 Australia	0,1 [0,1-0,2]	..	..	..	..	..	6	9	78	18	21
4 Luxemburgo	0,2 [0,1-0,4]	..	..	..	..	..	10	126	..	..	..
5 Canadá	0,3 [0,2-0,5]	..	..	..	..	..	4	76	81	20	24
6 Suecia	0,1 [0,0-0,2]	..	..	..	..	..	4	62	73	20	17
7 Suiza	0,4 [0,2-0,6]	..	..	..	..	..	7	0	..	24	27
8 Irlanda	0,1 [0,0-0,3]	..	..	..	..	..	12	0	..	..	..
9 Bélgica	0,2 [0,1-0,3]	..	..	..	..	..	12	57	69	20	28
10 Estados Unidos	0,6 [0,3-1,1]	..	..	..	..	..	3	89	70	21	26
11 Japón	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	..	42	40	76	12	47
12 Países Bajos	0,2 [0,1-0,4]	..	..	..	..	..	6	50	68	25	32
13 Finlandia	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	..	10	0	..	20	27
14 Dinamarca	0,2 [0,1-0,3]	..	..	..	..	..	6	75	77	29	32
15 Reino Unido	0,1 [0,1-0,2]	..	..	..	..	..	12	..	..	26	28
16 Francia	0,4 [0,2-0,7]	..	..	..	..	..	12	0	..	21	33
17 Austria	0,3 [0,1-0,4]	..	..	..	..	..	12	..	..	..	..
18 Italia	0,5 [0,2-0,8]	..	..	..	..	..	6	79	79	22	31
19 Nueva Zelandia	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	..	11	57	60	25	25
20 Alemania	0,1 [0,1-0,2]	..	..	..	..	..	7	55	69	31	39
21 España	0,7 [0,3-1,1]	..	..	..	..	..	27	0	..	25	39
22 Hong Kong, China (RAE)	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	..	79	58	79	4	25
23 Israel	0,1 [0,1-0,2]	..	..	..	..	..	8	55	81	22	39
24 Grecia	0,2 [0,1-0,3]	..	..	..	..	..	22	0	..	28	47
25 Singapur	0,2 [0,1-0,5]	..	..	..	..	..	42	44	87	4	24
26 Eslovenia	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	..	22	70	85	20	28
27 Portugal	0,4 [0,2-0,7]	..	..	..	..	..	37	87	82	..	..
28 Corea, República de	<0,1 [<0,2]	..	..	9	..	..	119	23	83	..	..
29 Chipre	..	..	..	..	..	..	4	91	75	..	..
30 Barbados	1,5 [0,4-5,4]	..	..	..	..	..	14	..	..	..	..
31 República Checa	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	..	12	63	73	22	36
32 Malta	0,2 [0,1-0,3]	..	..	..	..	..	6	19	60	..	..
33 Brunei Darussalam	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	..	61	138	64	..	..
34 Argentina	0,7 [0,3-1,1]	..	..	1	..	..	55	65	56	..	..
35 Hungría	0,1 [0,0-0,2]	..	..	..	..	..	33	41	55	..	..
36 Polonia	0,1 [0,0-0,2]	..	..	..	..	..	34	56	86	..	..
37 Chile	0,3 [0,2-0,5]	..	..	..	..	..	17	115	86	34	44
38 Estonia	1,1 [0,4-2,1]	..	..	..	..	..	53	69	67	20	44
39 Lituania	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	..	73	85	72	16	51
40 Qatar	..	..	..	..	..	..	72	57	75	..	..
41 Emiratos Árabes Unidos	..	..	..	..	..	..	26	32	79	..	..
42 Eslovaquia	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	..	29	34	85	..	..
43 Bahrein	0,2 [0,1-0,3]	..	..	..	..	..	52	49	88	3	17
44 Kuwait	..	..	..	..	..	..	31	67	55	..	..
45 Croacia	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	..	68	0	..	27	34
46 Uruguay	0,3 [0,2-0,5]	..	..	..	..	..	33	80	82	..	..
47 Costa Rica	0,6 [0,3-1,0]	..	..	42	..	..	18	117	85	10	29
48 Letonia	0,6 [0,3-1,0]	..	..	..	..	..	78	83	76	..	..
49 Saint Kitts y Nevis	..	..	..	..	..	..	16	..	0	..	..
50 Bahamas	3,0 [1,8-4,9]	..	..	..	..	..	52	52	59	..	..
51 Seychelles	..	..	..	..	..	..	65	40	45	..	..
52 Cuba	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	..	13	93	92	..	..
53 México	0,3 [0,1-0,4]	..	..	8	..	..	45	81	84	..	..

Indicadores del desarrollo humano



Clasificación según el IDH	Incidencia del VIH/SIDA <sup>a</sup> (% de 15-49 años) 2003	ODM Uso de preservativos en la última relación sexual de alto riesgo <sup>b</sup> (% de 15-24 años)		ODM Casos de paludismo <sup>c</sup> (por cada 100.000 habitantes) 2000	ODM Niños menores de 5 años		ODM Casos de tuberculosis			Incidencia de tabaquismo <sup>d</sup> (% de adultos)		
		Mujeres 1998-2003	Hombres 1998-2003		Con mosquiteros tratados con insecticida (%) 1999-2003	Con fiebre tratada con medicamentos contra el paludismo (%) 1999-2003	Por cada 100.000 habitantes <sup>e</sup> 2003	Detectados con DOTS <sup>f</sup> (%) 2003	Sanados con terapia DOTS (%) 2003	Mujeres 2000-02	Hombres 2000-02	
54 Tonga	..	..	..	..	..	..	..	44	80	83	..	..
55 Bulgaria	<0,1 [ $<0,2$ ]	..	..	..	..	..	..	47	81	86	..	..
56 Panamá	0,9 [0,5-1,5]	..	..	36	..	..	..	52	92	73	..	..
57 Trinidad y Tobago	3,2 [1,2-8,3]	..	..	1	..	..	..	13	..	..	..	..
<b>DESARROLLO HUMANO MEDIO</b>												
58 Jamiyriya Árabe Libia	0,3 [0,1-0,6]	..	..	2	..	..	..	21	147	61	..	..
59 Macedonia, ERY	<0,1 [ $<0,2$ ]	..	..	..	..	..	..	37	49	79	..	..
60 Antigua y Barbuda	..	..	..	..	..	..	..	10	45	100	..	..
61 Malasia	0,4 [0,2-0,7]	..	..	57	..	..	..	135	69	76	..	..
62 Rusia, Federación de	1,1 [0,6-1,9]	..	..	1	..	..	..	157	9	67	..	..
63 Brasil	0,7 [0,3-1,1]	..	..	344	..	..	..	91	18	75	27	35
64 Rumania	<0,1 [ $<0,2$ ]	..	..	..	..	..	..	194	38	76	..	..
65 Mauricio	..	..	..	1	..	..	..	136	28	92	..	..
66 Granada	..	..	..	..	..	..	..	8	..	..	..	..
67 Belarús	0,5 [0,2-0,8]	..	..	..	..	..	..	59	44	..	9	53
68 Bosnia y Herzegovina	<0,1 [ $<0,2$ ]	..	..	..	..	..	..	63	48	95	..	..
69 Colombia	0,7 [0,4-1,2]	29	..	250	1	..	..	80	7	84	..	..
70 Dominica	..	..	..	..	..	..	..	23	..	..	..	..
71 Omán	0,1 [0,0-0,2]	..	..	27	..	..	..	12	81	92	..	..
72 Albania	..	..	..	..	..	..	..	33	29	90	18	60
73 Tailandia	1,5 [0,8-2,8]	..	..	130	..	..	..	203	72	74	2	39
74 Samoa (Occidental)	..	..	..	..	..	..	..	44	51	84	..	..
75 Venezuela	0,7 [0,4-1,2]	..	..	94	..	..	..	52	80	82	..	..
76 Santa Lucía	..	..	..	..	..	..	..	22	71	25	..	..
77 Arabia Saudita	..	..	..	32	..	..	..	57	38	76	8	19
78 Ucrania	1,4 [0,7-2,3]	..	..	..	..	..	..	133	..	..	10	57
79 Perú	0,5 [0,3-0,9]	19	..	258	..	..	..	231	81	92	..	..
80 Kazajstán	0,2 [0,1-0,3]	32	65	(.)	..	..	..	152	86	78	..	..
81 Líbano	0,1 [0,0-0,2]	..	..	..	..	..	..	13	67	91	..	..
82 Ecuador	0,3 [0,1-0,5]	..	..	728	..	..	..	209	37	84	..	..
83 Armenia	0,1 [0,1-0,2]	..	44	4	..	..	..	89	43	79	3	68
84 Filipinas	<0,1 [ $<0,2$ ]	..	..	15	..	..	..	458	68	88	8	51
85 China	0,1 [0,1-0,2]	..	..	1	..	..	..	245	43	93	..	..
86 Suriname	1,7 [0,5-5,8]	..	..	2,954	3	..	..	102	..	..	..	..
87 San Vicente y las Granadinas	..	..	..	..	..	..	..	40	38	..	..	..
88 Paraguay	0,5 [0,2-0,8]	..	..	124	..	..	..	105	18	92	..	..
89 Túnez	<0,1 [ $<0,2$ ]	..	..	1	..	..	..	24	91	92	..	..
90 Jordania	..	..	..	3	..	..	..	5	89	89	..	..
91 Belice	2,4 [0,8-6,9]	..	..	657	..	..	..	56	98	85	..	..
92 Fiji	0,1 [0,0-0,2]	..	..	..	..	..	..	38	63	85	..	..
93 Sri Lanka	<0,1 [ $<0,2$ ]	..	..	1,110	..	..	..	89	70	81	2	26
94 Turquía	<0,1 [ $<0,2$ ]	..	..	17	..	..	..	40	..	..	..	..
95 República Dominicana	1,7 [0,9-3,0]	29	52	6	..	..	..	123	65	78	..	..
96 Maldivas	..	..	..	..	..	..	..	39	106	95	15	37
97 Turkmenistán	<0,1 [ $<0,2$ ]	..	..	1	..	..	..	83	49	77	..	..
98 Jamaica	1,2 [0,6-2,2]	..	..	..	..	..	..	9	90	49	..	..
99 Irán, Rep. Islámica del	0,1 [0,0-0,2]	..	..	27	..	..	..	36	59	85	2	22
100 Georgia	0,2 [0,1-0,4]	..	..	5	..	..	..	95	52	65	..	..
101 Azerbaiyán	<0,1 [ $<0,2$ ]	..	..	19	1	1	..	109	26	84	..	..
102 Territorios Palestinos Ocupados	..	..	..	..	..	..	..	37	4	100	..	..
103 Argelia	0,1 [ $<0,2$ ]	..	..	2	..	..	..	53	113	89	..	..
104 El Salvador	0,7 [0,3-1,1]	..	..	11	..	..	..	78	53	88	15	42
105 Cabo Verde	..	..	..	..	..	..	..	328	..	..	..	..
106 República Árabe Siria	<0,1 [ $<0,2$ ]	..	..	(.)	..	..	..	52	45	87	..	..



## Principales crisis y problemas mundiales en materia de salud

Clasificación según el IDH	Incidencia del VIH/ SIDA <sup>a</sup> (% de 15-49 años) 2003	ODM Uso de preservativos sexual de alta relación de riesgo <sup>b</sup> (% de 15-24 años)		ODM Casos de paludismo <sup>c</sup> (por cada 100.000 habitantes) 2000	ODM Niños menores de 5 años		ODM Casos de tuberculosis			Incidencia de tuberculosis <sup>e</sup> (% de adultos)	
		Mujeres	Hombres		Con mosqui- teros tratados con insecticida (%)	Con fiebre trata- dos con medica- mentos contra el paludismo (%)	Por cada 100.000 habi- tantes <sup>d</sup> 2003	Detecta- dos con DOTS <sup>f</sup> (%) 2003	Sanados con terapia DOTS <sup>f</sup> (%) 2003	Mujeres 2000-02 <sup>g</sup>	Hombres 2000-02
		1998- 2003 <sup>h</sup>	1998- 2003 <sup>h</sup>		1999-2003 <sup>i</sup>	1999-2003 <sup>i</sup>	2003	2003	2003	2000-02 <sup>g</sup>	2000-02
107 Guyana	2,5 [0,8-7,7]	..	..	3.074	6	3	178	31	85	..	..
108 Viet Nam	0,4 [0,2-0,8]	..	..	95	18	7	238	86	92	..	..
109 Kirguistán	0,1 [<0,2]	..	..	(.)	..	..	140	57	82	..	..
110 Indonesia	0,1 [0,0-0,2]	..	..	920	0	1	674	33	86	3	69
111 Uzbekistán	0,1 [0,0-0,2]	..	50	1	..	..	156	20	80	..	..
112 Nicaragua	0,2 [0,1-0,3]	17	..	402	..	2	78	91	82	..	..
113 Bolivia	0,1 [0,0-0,2]	..	..	378	..	..	301	71	84	..	..
114 Mongolia	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	..	237	68	87	26	68
115 Moldova, Rep. de	0,2 [0,1-0,3]	..	..	..	..	..	177	39	61	..	..
116 Honduras	1,8 [1,0-3,2]	..	..	541	..	..	102	78	87	..	..
117 Guatemala	1,1 [0,6-1,8]	..	..	386	1	..	104	44	84	..	..
118 Vanuatu	..	..	..	..	..	..	71	70	79	..	..
119 Egipto	<0,1 [<0,2]	..	..	(.)	..	..	36	56	88	16	40
120 África del Sur	21,5 [18,5-24,9]	20	..	143	..	..	341	118	68	12	44
121 Guinea Ecuatorial	..	..	..	..	1	49	351	..	..	..	..
122 Tayikistán	<0,1 [<0,2]	..	..	303	2	69	267	..	79	..	..
123 Gabón	8,1 [4,1-15,3]	33	48	2.148	..	..	242	93	47	..	..
124 Marruecos	0,1 [0,0-0,2]	..	..	(.)	..	..	105	83	89	2	35
125 Namibia	21,3 [18,2-24,7]	48	89	1.502	3	..	477	86	62	..	..
126 Santo Tomé y Príncipe	..	..	..	..	23	81	256	..	..	..	..
127 India	[0,4-1,3]	51	59	7	..	..	287	47	87	..	..
128 Islas Salomón	..	..	..	15.172	..	..	60	107	90	..	..
129 Myanmar	1,2 [0,6-2,2]	..	..	224	..	..	183	73	81	22	43
130 Camboya	2,6 [1,5-4,4]	..	..	476	..	..	742	60	92	..	..
131 Botswana	37,3 [35,5-39,1]	75	88	48.704	..	..	342	68	71	..	..
132 Comoras	..	..	..	1.930	9	63	103	37	96	..	..
133 Rep. Dem. Popular Lao	0,1 [<0,2]	..	..	759	..	..	327	47	78	..	..
134 Bhután	..	..	..	285	..	..	194	32	86	..	..
135 Pakistán	0,1 [0,0-0,2]	..	..	58	..	..	358	17	77	..	..
136 Nepal	0,3 [0,2-0,5]	..	..	33	..	..	316	60	86	24	40
137 Papua Nueva Guinea	0,6 [0,3-1,0]	..	..	1.688	..	..	527	15	53	..	..
138 Ghana	3,1 [1,9-5,0]	33	52	15.344	5	61	369	40	60	..	..
139 Bangladesh	[<0,2]	..	..	40	..	..	490	33	84	21	48
140 Timor-Leste	..	..	..	..	8	47	753	53	81	..	..
141 Sudán	2,3 [0,7-7,2]	..	..	13.934	0	50	355	34	78	..	..
142 Congo	4,9 [2,1-11,0]	..	..	5.880	..	..	489	57	71	..	..
143 Togo	4,1 [2,7-6,4]	22	41	7.701	2	80	673	17	68	..	..
144 Uganda	4,1 [2,8-6,6]	44	62	46	0	..	621	44	60	..	..
145 Zimbabue	24,6 [21,7-27,8]	42	69	5.410	..	..	500	42	67	..	..
<b>DESARROLLO HUMANO BAJO</b>											
146 Madagascar	1,7 [0,8-2,7]	..	..	..	0	61	325	77	74	..	..
147 Swazilandia	38,8 [37,2-40,4]	..	..	2.835	0	26	683	35	47	..	..
148 Camerún	6,9 [4,8-9,8]	16	31	2.900	1	66	221	86	70	..	..
149 Lesoto	28,9 [26,3-31,7]	..	..	0	..	..	390	70	52	..	..
150 Djibouti	..	..	..	715	..	..	988	53	82	..	..
151 Yemen	0,1 [0,0-0,2]	..	..	15.160	..	..	151	43	82	..	..
152 Mauritania	0,6 [0,3-1,1]	..	..	11.150	..	..	664	..	..	..	..
153 Haití	5,6 [2,5-11,9]	19	30	15	..	12	386	46	78	..	..
154 Kenia	6,7 [4,7-9,6]	25	47	545	5	27	821	46	79	32	67
155 Gambia	1,2 [0,3-4,2]	..	..	17.340	15	55	337	70	74	..	..
156 Guinea	3,2 [1,2-8,2]	17	32	75.386	..	..	394	51	72	..	..
157 Senegal	0,8 [0,4-1,7]	..	..	11.925	2	36	429	59	66	..	..
158 Nigeria	5,4 [3,6-8,0]	24	46	30	1	34	518	18	79	..	..
159 Rwanda	5,1 [3,4-7,6]	23	55	6.510	5	13	628	27	58	..	..

Indicadores del desarrollo humano



Clasificación según el IDH	Incidencia del VIH/SIDA <sup>a</sup> (% de 15-49 años) 2003	ODM Uso de preservativos en la última relación sexual de alto riesgo <sup>b</sup> (% de 15-24 años)		ODM Casos de paludismo <sup>c</sup> (por cada 100.000 habitantes) 2000	ODM Niños menores de 5 años		ODM Casos de tuberculosis			ODM Incidencia de tabaquismo <sup>d</sup> (% de adultos) 2000-02 <sup>e</sup> 2000-02	
		Mujeres	Hombres		Con mosquitos tratados con insecticida (%) 1999-2003 <sup>f</sup>	Con fiebre tratada con medicamentos contra el paludismo (%) 1999-2003	Por cada 100.000 habitantes <sup>g</sup> 2003	Detectados con DOTS <sup>h</sup> (%) 2003	Sanados con terapia DOTS <sup>i</sup> (%) 2003	Mujeres	Hombres
160 Angola	3,9 [1,6-9,4]	..	..	8.773	2	63	256	118	74	..	..
161 Eritrea	2,7 [0,9-7,3]	..	..	3.479	4	4	431	18	82	..	..
162 Benin	1,9 [1,1-3,3]	19	34	10.697	7	60	141	94	80	..	..
163 Côte d'Ivoire	7,0 [4,9-10,0]	25	56	12.152	1	56	618	39	67	..	..
164 Tanzania, Rep. Unida de	8,8 [6,4-11,9]	21	31	1.207	2	53	476	43	80	..	..
165 Malawi	14,2 [11,3-17,7]	32	38	25.948	3	27	469	35	72	..	..
166 Zambia	16,5 [13,5-20,0]	33	42	34.204	7	52	508	65	63	..	..
167 Congo, Rep. Dem. del	4,2 [1,7-9,9]	..	..	2.960	1	45	537	63	78	..	..
168 Mozambique	12,2 [9,4-15,7]	29	33	18.115	..	..	557	45	78	..	..
169 Burundi	6,0 [4,1-8,8]	..	..	48.098	1	31	519	30	79	..	..
170 Etiopía	4,4 [2,8-6,7]	17	30	..	..	3	507	36	76	..	..
171 República Centroafricana	13,5 [8,3-21,2]	..	..	..	2	69	493	6	..	..	..
172 Guinea-Bissau	..	..	..	2.421	7	58	300	55	48	..	..
173 Chad	4,8 [3,1-7,2]	..	..	197	1	32	439	11	72	..	..
174 Malí	1,9 [0,6-5,9]	14	30	4.008	8	38	582	18	50	..	..
175 Burkina Faso	4,2 [2,7-6,5]	41	55	619	7	50	303	18	64	..	..
176 Sierra Leona	..	..	..	..	2	61	794	33	81	..	..
177 Níger	1,2 [0,7-2,3]	7	30	1.693	6	48	272	54	..	..	..
<b>Países en desarrollo</b>	<b>1,3 [1,1-1,4]</b>	..	..	..	..	..	<b>289</b>	..	..	..	..
Países menos adelantados	3,2 [2,9-3,8]	..	..	..	..	..	452	..	..	..	..
Estados Árabes	0,3 [0,2-0,9]	..	..	..	..	..	128	..	..	..	..
Asia Oriental y el Pacífico	0,2 [0,2-0,3]	..	..	..	..	..	298	..	..	..	..
América Latina y El Caribe	0,7 [0,6-0,9]	..	..	..	..	..	90	..	..	..	..
Asia Meridional	0,7 [0,3-1,1]	..	..	..	..	..	306	..	..	..	..
África Subsahariana	7,3 [6,8-8,2]	..	..	..	..	..	487	..	..	..	..
Europa Central y Oriental y la CEI	0,7 [0,4-1,0]	..	..	..	..	..	122	..	..	..	..
OCDE	0,3 [0,2-0,4]	..	..	..	..	..	23	..	..	..	..
Países de la OCDE de ingresos altos	0,4 [0,2-0,5]	..	..	..	..	..	18	..	..	..	..
Desarrollo humano alto	0,3 [0,2-0,4]	..	..	..	..	..	24	..	..	..	..
Desarrollo humano medio	0,8 [0,7-1,0]	..	..	..	..	..	284	..	..	..	..
Desarrollo humano bajo	5,8 [5,1-6,6]	..	..	..	..	..	485	..	..	..	..
Ingresos altos	0,3 [0,2-0,5]	..	..	..	..	..	19	..	..	..	..
Ingresos medios	0,7 [0,6-0,7]	..	..	..	..	..	215	..	..	..	..
Ingresos bajos	2,0 [1,8-2,4]	..	..	..	..	..	362	..	..	..	..
Total mundial	1,1 [1,0-1,3]	..	..	..	..	..	240	..	..	..	..

**NOTAS**

- a Los datos se refieren a estimaciones puntuales y del alcance basadas en nuevos modelos de estimación elaborados por el Programa Conjunto de las Naciones Unidas sobre VIH/SIDA (ONUSIDA). Las estimaciones del alcance se presentan entre paréntesis cuadrados. Las cifras regionales corresponden al año 2004.
- b Debido a las limitaciones de los datos, la comparación entre países debe realizarse con la debida prudencia. Los datos de algunos países pueden corresponder a sólo parte del país o pueden diferir de las definiciones normalizadas.
- c Los datos se refieren a casos de paludismo informados a la Organización Mundial de la Salud (OMS) y pueden representar sólo una fracción de la cantidad real de casos en un determinado país.
- d Los datos se refieren a la incidencia de la tuberculosis en todas sus formas.
- e OMS 2003. Cálculo mediante la división de los nuevos casos de tuberculosis positivos al frotis detectados bajo la estrategia de detección y

- tratamiento de casos DOTS (tratamiento de observación directa y corta duración) por la incidencia anual estimada de nuevos casos positivos al frotis. Las cifras pueden indicar más de 100% debido a la detección intensa de casos en un área de acumulación de casos crónicos persistentes, notificación excesiva (por ejemplo contabilización por partida doble), sobrediagnóstico o subestimación de la incidencia.
- f Los datos se refieren al porcentaje de nuevos casos positivos al frotis registrados para tratamiento bajo la estrategia de detección y tratamiento DOTS en el año 2001 que fueron tratados exitosamente.
- g La escala de edad varía entre un país y otro, pero en su mayoría es a partir de los 18 años y mayores o de los 15 años y mayores.
- h Los datos se refieren al año más reciente disponible del período especificado.
- i Los datos se refieren al año 1999.
- j Los datos se refieren al año 1998.
- k Los datos se refieren al año 1997.

**FUENTES**

- Columna 1: ONUSIDA 2005, las cifras totales fueron calculadas por el Programa Conjunto de las Naciones Unidas sobre el VIH/SIDA (ONUSIDA) para la Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano.
- Columnas 2 y 3: ONU 2005, basado en datos recopilados a través de un esfuerzo conjunto del Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF) y la Organización Mundial de la Salud (OMS).
- Columnas 4-8: ONU 2005f, basado en los datos de UNICEF y la OMS.
- Columnas 9 y 11: Banco Mundial 2005c, basado en datos de la OMS y el sistema de información nacional en línea sobre el tabaquismo, el National Tobacco Information Online System.

## Supervivencia: avances y retrocesos

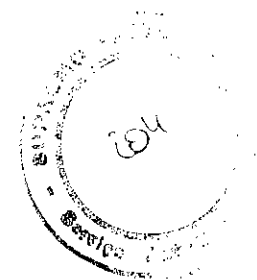


Clasificación según el IDH	Esperanza de vida al nacer (años)		ODM Tasa de mortalidad infantil (por cada 1.000 nacidos vivos)		DDM Tasa de mortalidad de niños menores de 5 años (por cada 1.000 nacidos vivos)		Probabilidad al nacer de sobrevivir hasta los 65 años <sup>a</sup> (% de la cohorte)		Tasa de mortalidad materna (por cada 1.000 nacidos vivos)	
	1970-75 <sup>a</sup>	2000-05 <sup>b</sup>	1970	2003	1970	2003	Mujeres	Hombres	Informada <sup>b</sup>	Ajustada <sup>c</sup>
	2000-05 <sup>b</sup>	2000-05 <sup>b</sup>	1970	2003	1970	2003	2000-05 <sup>b</sup>	2000-05 <sup>b</sup>	1985-2003 <sup>b</sup>	2000
<b>DESARROLLO HUMANO ALTO</b>										
1 Noruega	74,4	79,3	13	3	15	4	90,6	84,7	6	15
2 Islandia	74,3	80,6	13	3	14	4	91,4	87,4	..	0
3 Australia	71,7	80,2	17	6	20	6	91,5	85,7	..	8
4 Luxemburgo	70,7	78,4	19	5	26	5	89,9	82,6	0	28
5 Canadá	73,2	79,9	19	5	23	6	90,7	85,0	..	6
6 Suecia	74,7	80,1	11	3	15	3	91,5	86,4	5	2
7 Suiza	73,8	80,5	15	4	18	5	91,9	85,4	5	7
8 Irlanda	71,3	77,7	20	6	27	6	89,7	83,1	6	5
9 Bélgica	71,4	78,8	21	4	29	5	90,4	82,5	..	10
10 Estados Unidos	71,5	77,3	20	7	26	8	86,7	79,1	8	17
11 Japón	73,3	81,9	14	3	21	4	93,3	85,7	8	10
12 Países Bajos	74,0	78,3	13	5	15	5	89,7	83,5	7	16
13 Finlandia	70,7	78,4	13	4	16	5	91,2	80,9	6	6
14 Dinamarca	73,6	77,1	14	3	19	4	87,0	81,0	10	5
15 Reino Unido	72,0	78,3	18	5	23	6	89,4	83,6	7	13
16 Francia	72,4	79,4	18	4	24	5	91,2	80,9	10	17
17 Austria	70,6	78,9	25	4	33	5	91,0	82,4	..	4
18 Italia	72,1	80,0	30	4	33	4	92,2	84,6	7	5
19 Nueva Zelandia	71,7	79,0	17	5	20	6	89,1	84,1	15	7
20 Alemania	71,0	78,7	22	4	26	5	90,5	82,3	8	8
21 España	72,9	79,5	27	4	34	4	92,8	82,1	6	4
22 Hong Kong, China (RAE)	72,0	81,5	..	..	..	..	93,7	86,4	..	..
23 Israel	71,6	79,7	24	5	27	6	91,5	85,5	5	17
24 Grecia	72,3	78,2	38	4	54	5	91,5	82,0	1	9
25 Singapur	69,5	78,6	22	3	27	3	90,7	84,5	6	30
26 Eslovenia	69,8	78,3	25	4	29	4	88,9	76,1	17	17
27 Portugal	68,0	77,2	53	4	62	5	90,2	79,8	8	5
28 Corea, República de	62,6	76,9	43	5	54	5	90,2	76,9	20	20
29 Chipre	71,4	78,5	29	4	33	5	91,6	84,3	0	47
30 Barbados	69,4	74,9	40	11	54	13	86,7	74,8	0	95
31 República Checa	70,1	75,5	21	4	24	4	88,2	75,2	3	9
32 Malta	70,7	78,3	25	5	32	6	90,3	85,4	..	21
33 Brunei Darussalam	68,3	76,3	58	5	78	6	87,9	84,7	0	37
34 Argentina	67,1	74,3	59	17	71	20	84,9	72,1	46	82
35 Hungría	69,3	72,6	36	7	39	8	83,7	64,7	5	16
36 Polonia	70,5	74,3	32	6	38	7	87,0	69,7	4	13
37 Chile	63,4	77,9	78	8	98	9	88,5	79,1	17	31
38 Estonia	70,5	71,2	21	8	26	9	83,9	57,2	46	63
39 Lituania	71,3	72,2	23	8	28	11	85,2	60,5	13	13
40 Qatar	62,1	72,7	45	11	65	15	81,2	74,0	10	7
41 Emiratos Árabes Unidos	62,2	77,9	61	7	83	8	90,2	85,0	3	54
42 Eslovaquia	70,0	74,0	25	7	29	8	88,8	69,3	16	3
43 Bahrein	63,3	74,2	55	12	75	15	84,6	78,9	46	28
44 Kuwait	67,0	76,8	49	8	59	9	87,9	82,7	5	5
45 Croacia	69,6	74,9	34	6	42	7	88,1	73,2	2	8
46 Uruguay	66,7	75,3	48	12	57	14	85,9	73,3	28	27
47 Costa Rica	67,9	76,1	62	8	83	10	88,4	81,2	29	43
48 Letonia	70,1	71,4	21	10	26	12	81,9	60,1	25	42
49 Saint Kitts y Nevis	..	..	..	19	..	22	..	..	250	..
50 Bahamas	66,5	69,5	38	11	49	14	73,6	61,4	..	60
51 Seychelles	..	..	..	11	..	15	..	..	..	..
52 Cuba	70,7	77,2	34	6	43	8	88,2	80,0	34	33
53 México	62,4	74,9	79	23	110	28	84,0	75,2	63	83



Clasificación según el IDH	Esperanza de vida al nacer (años)		ODM Tasa de mortalidad infantil (por cada 1.000 nacidos vivos)		ODM Tasa de mortalidad de niños menores de 5 años (por cada 1.000 nacidos vivos)		Probabilidad al nacer de sobrevivir hasta los 65 años <sup>a</sup> (% de la cohorte)		ODM Tasa de mortalidad materna (por cada 1.000 nacidos vivos)	
	1970-75 <sup>c</sup>	2000-05 <sup>d</sup>	1970	2003	1970	2003	Mujeres	Hombres	Informada <sup>b</sup>	Ajustada <sup>e</sup>
							2000-05 <sup>f</sup>	2000-05	1985-2003	2000
54 Tonga	65,6	72,1	..	15	..	19	78,2	73,4	..	..
55 Bulgaria	71,0	72,1	28	14	32	15	84,5	68,2	15	32
56 Panamá	66,2	74,7	46	18	68	24	85,1	76,3	70	160
57 Trinidad y Tobago	65,9	69,9	49	17	57	20	76,1	84,5	45	160
<b>DESARROLLO HUMANO MEDIO</b>										
58 Jamahiriya Árabe Libia	52,8	73,4	105	13	160	16	82,5	74,6	77	97
59 Macedonia, ERY	67,5	73,7	85	10	120	11	84,8	75,4	11	23
60 Antigua y Barbuda	..	..	..	11	..	12	..	..	65	..
61 Malasia	63,0	73,0	46	7	63	7	83,5	73,4	50	41
62 Rusia, Federación de	69,7	65,4	29	16	36	21	76,3	44,7	37	67
63 Brasil	59,5	70,3	95	33	135	35	77,7	62,7	75	260
64 Rumania	69,2	71,3	48	18	57	20	82,9	65,3	34	49
65 Mauricio	62,9	72,1	64	16	86	18	80,9	66,9	21	24
66 Granada	..	..	..	18	..	23	..	..	1	..
67 Belarús	71,5	68,1	22	13	27	17	79,3	50,6	18	35
68 Bosnia y Herzegovina	67,5	74,1	60	14	82	17	65,2	74,2	10	31
69 Colombia	61,6	72,2	69	18	108	21	81,0	71,0	78	130
70 Dominica	..	..	..	12	..	14	..	..	67	..
71 Omán	52,1	74,0	126	10	200	12	84,2	78,8	23	87
72 Albania	67,7	73,7	68	18	82	21	67,6	80,0	20	55
73 Tailandia	61,0	69,7	74	23	102	26	80,3	64,5	36	44
74 Samoa (Occidental)	56,1	70,0	106	19	160	24	78,4	65,5	..	130
75 Venezuela	65,7	72,8	47	18	61	21	82,8	71,7	60	96
76 Santa Lucía	65,3	72,3	..	16	..	18	77,0	71,3	35	..
77 Arabia Saudita	53,9	71,6	118	22	185	26	81,2	73,4	..	23
78 Ucrania	70,1	66,1	22	15	27	20	76,4	46,6	22	35
79 Perú	55,5	89,8	115	26	178	34	77,1	68,1	190	410
80 Kazajistán	63,2	63,2	..	63	..	73	71,9	48,0	50	210
81 Líbano	66,4	71,9	45	27	54	31	81,7	73,0	100	150
82 Ecuador	58,8	74,2	87	24	140	27	82,6	72,7	80	130
83 Armenia	70,8	71,4	..	30	..	33	81,7	66,4	22	55
84 Filipinas	58,1	70,2	60	27	90	36	78,6	70,1	170	200
85 China	83,2	71,5	85	30	120	37	81,3	74,2	50	56
86 Suriname	64,0	69,0	..	30	..	39	77,3	63,1	150	110
87 San Vicente y las Granadinas	61,6	71,0	..	23	..	27	81,3	70,3	93	..
88 Paraguay	65,9	70,9	57	25	76	29	79,8	71,3	180	170
89 Túnez	55,6	73,1	135	19	201	24	84,9	75,7	69	120
90 Jordania	56,5	71,2	77	23	107	28	77,7	71,6	41	41
91 Belice	67,6	71,9	58	33	77	39	80,9	71,7	140	140
92 Fiji	60,6	67,8	50	16	61	20	72,2	62,0	38	75
93 Sri Lanka	63,1	73,9	65	13	100	15	85,6	76,1	92	92
94 Turquía	57,0	68,6	150	33	201	39	77,9	67,3	130	70
95 República Dominicana	59,7	67,1	91	29	128	35	75,1	60,8	160	150
96 Maldivas	51,4	66,3	157	55	255	72	67,5	67,8	140	110
97 Turkmenistán	59,2	62,4	..	79	..	102	69,8	52,1	9	31
98 Jamaica	69,0	70,7	49	17	64	20	73,4	67,9	110	87
99 Irán, Rep. Islámica del	55,2	70,2	122	33	191	39	79,2	71,7	37	76
100 Georgia	66,2	70,5	36	41	46	45	83,0	66,3	67	32
101 Azerbaiyán	65,6	66,9	..	75	..	91	76,0	60,3	25	94
102 Territorios Palestinos Ocupados	56,6	72,4	..	22	..	24	81,4	75,0	..	100
103 Argelia	54,5	71,0	143	35	234	41	78,4	75,2	140	140
104 El Salvador	58,2	70,7	111	32	162	36	77,7	67,3	170	150
105 Cabo Verde	57,5	70,2	..	26	..	35	79,8	67,7	76	150
106 República Árabe Siria	57,4	73,2	90	16	129	18	83,2	76,3	65	160





Clasificación según el IDH	Esperanza de vida al nacer (años)		ODM Tasa de mortalidad infantil (por cada 1.000 nacidos vivos)		ODM Tasa de mortalidad de niños menores de 5 años (por cada 1.000 nacidos vivos)		Probabilidad de sobrevivir hasta los 65 años <sup>a</sup> (% de la cohorte)		Tasa de mortalidad materna (por cada 1.000 nacidos vivos)	
	1970-75 <sup>1</sup>	2000-05 <sup>2</sup>	1970	2003	1970	2003	Mujeres	Hombres	Informada <sup>b</sup>	Ajustada <sup>c</sup>
	2000-05 <sup>2</sup>	2000-05 <sup>2</sup>	2000-05 <sup>2</sup>	2000-05 <sup>2</sup>	2000-05 <sup>2</sup>	2000-05 <sup>2</sup>	2000-05 <sup>2</sup>	2000-05 <sup>2</sup>	1985-2003	2000
107 Guyana	60,0	62,9	81	52	101	69	65,7	54,2	190	170
108 Viet Nam	50,3	70,4	55	19	87	23	78,4	71,0	95	130
109 Kirguistán	61,2	66,8	111	59	146	68	76,0	58,6	44	110
110 Indonesia	49,2	66,5	104	31	172	41	72,1	63,8	310	230
111 Uzbekistán	63,6	66,5	..	57	..	69	72,9	59,9	34	24
112 Nicaragua	55,2	69,5	113	30	165	38	74,9	66,1	97	230
113 Bolivia	46,7	63,9	147	53	243	66	68,0	60,0	390	420
114 Mongolia	53,8	63,9	..	56	..	68	67,6	57,9	110	110
115 Moldova, Rep. de	64,8	67,5	46	26	61	32	74,3	56,5	44	36
116 Honduras	53,9	67,6	116	32	170	41	70,1	63,5	110	110
117 Guatemala	53,7	67,1	115	35	168	47	73,5	59,7	150	240
118 Vanuatu	54,0	68,4	107	31	160	38	75,2	67,6	68	130
119 Egipto	52,1	69,6	157	33	235	39	79,3	69,3	84	84
120 Sudáfrica	53,7	49,0	..	53	..	66	38,1	28,9	150	230
121 Guinea Ecuatorial	40,5	43,5	165	97	281	146	33,0	30,6	..	880
122 Tayikistán	60,9	63,5	78	92	111	118	69,4	59,3	45	100
123 Libán	48,7	54,6	..	60	..	91	48,9	45,6	520	420
124 Marruecos	52,9	69,5	119	36	164	39	78,9	70,3	230	220
125 Namibia	53,9	48,6	104	48	155	65	36,7	31,6	270	300
126 Santo Tomé y Príncipe	56,5	62,9	..	75	..	118	68,6	63,1	100	100
127 India	50,3	63,1	127	63	202	87	67,4	59,2	540	540
128 Islas Salomón	55,6	62,2	71	19	99	22	62,0	59,0	550	130
129 Myanmar	49,2	60,1	122	76	179	107	63,5	52,7	230	360
130 Camboya	40,3	56,0	..	97	..	140	61,5	45,0	440	450
131 Botswana	56,1	36,6	99	82	142	112	16,5	13,1	330	100
132 Comoras	48,9	63,0	159	54	215	73	66,5	57,8	520	480
133 Rep. Dem. Popular Lao	40,4	54,5	145	82	218	91	53,1	47,8	530	650
134 Bhután	41,5	62,7	156	70	267	85	65,3	60,2	260	420
135 Pakistán	51,9	62,9	120	81	181	103	65,6	62,7	530	500
136 Nepal	44,0	61,4	165	61	250	82	61,0	57,9	540	740
137 Papua Nueva Guinea	44,7	55,1	106	69	147	93	46,6	41,5	370	300
138 Ghana	49,9	56,7	111	59	186	95	52,9	50,4	210	540
139 Bangladesh	45,2	62,6	145	46	239	69	63,7	59,3	380	380
140 Timor-Leste	40,0	55,2	..	87	..	124	52,7	47,3	..	660
141 Sudán	45,1	56,3	104	63	172	93	55,4	49,6	550	590
142 Congo	54,9	51,9	100	81	160	108	43,5	38,6	..	510
143 Togo	49,6	54,2	128	78	216	140	53,8	45,2	480	570
144 Uganda	51,1	46,8	100	61	170	140	34,4	32,9	510	880
145 Zimbabue	55,6	37,2	86	78	138	126	15,5	15,7	700	1.100
<b>DESARROLLO HUMANO BAJO</b>										
146 Madagascar	44,9	55,3	109	78	180	126	54,1	48,7	490	550
147 Swazilandia	49,6	33,0	132	105	196	153	12,0	9,3	230	370
148 Camerún	45,7	45,8	127	95	215	168	36,1	33,1	430	730
149 Lesotho	49,8	36,7	128	63	190	84	16,6	11,6	..	550
150 Djibouti	44,4	52,7	160	97	241	138	48,1	42,9	74	730
151 Yemen	39,9	60,3	202	62	303	113	61,0	54,9	350	570
152 Mauritania	43,4	52,5	150	120	250	183	50,7	44,5	750	1.000
153 Haití	48,5	51,5	148	76	221	116	41,3	38,2	520	680
154 Kenya	53,6	47,0	96	79	156	123	31,8	35,0	590	1.000
155 Gambia	38,0	55,5	183	90	319	123	54,3	48,7	730	540
156 Guinea	39,3	53,6	197	104	345	160	52,6	49,1	530	740
157 Senegal	40,1	55,6	164	78	279	137	54,6	49,4	560	690
158 Nigeria	42,8	43,3	140	98	265	198	33,2	31,6	..	600

205

Clasificación según el IDH	Esperanza de vida al nacer (años)		ODM Tasa de mortalidad infantil (por cada 1.000 nacidos vivos)		ODM Tasa de mortalidad de niños menores de 5 años (por cada 1.000 nacidos vivos)		Probabilidad al nacer de sobrevivir hasta los 65 años <sup>a</sup> (% de la cohorte)		ODM Tasa de mortalidad materna (por cada 1.000 nacidos vivos)	
	1970-75 <sup>b</sup>	2000-05 <sup>c</sup>	1970	2003	1970	2003	Mujeres	Hombres	Informada <sup>d</sup>	Ajustada <sup>e</sup>
							2000-05 <sup>f</sup>	2000-05	1985-2003	2000 <sup>g</sup>
159 Rwanda	44,6	43,6	124	118	209	203	35,5	29,6	1,100	1,400
160 Angola	37,9	40,7	180	154	300	260	33,0	27,8		1,700
161 Eritrea	44,3	53,5		45		85	45,5	35,9	1,000	630
162 Benin	47,0	53,8	149	91	252	154	52,9	48,4	500	850
163 Côte d'Ivoire	49,8	46,0	158	117	239	192	38,5	34,8	600	690
164 Tanzania, Rep. Unida de	49,5	46,0	129	104	218	165	35,8	33,4	530	1,500
165 Malawi	41,8	39,6	189	112	330	178	24,5	23,2	1,100	1,800
166 Zambia	50,2	37,4	109	102	181	182	18,5	20,0	730	750
167 Congo, Rep. Dem. del	46,0	43,1	148	129	245	205	34,4	30,8	950	990
168 Mozambique	40,7	41,9	163	109	278	158	30,5	26,7	1,100	1,000
169 Burundi	44,1	43,5	138	114	233	190	33,1	29,7		1,000
170 Etiopía	43,5	47,6	160	112	239	169	40,7	36,6	870	850
171 República Centroafricana	43,5	39,4	149	115	248	180	24,5	21,9	1,100	1,100
172 Guinea-Bissau	36,5	44,8		126		204	38,8	33,2	910	1,100
173 Chad	40,6	43,6		117		200	35,1	31,2	830	1,100
174 Malí	38,0	47,8	225	122	400	220	44,8	40,8	580	1,200
175 Burkina Faso	43,8	47,4	163	107	290	207	41,7	37,9	480	1,000
176 Sierra Leona	35,4	40,6	208	166	363	284	36,2	30,7	1,800	2,000
177 Níger	38,4	44,3	197	154	330	262	40,2	37,8	590	1,600
<b>Países en desarrollo</b>	<b>55,6</b>	<b>64,9</b>	<b>109</b>	<b>60</b>	<b>187</b>	<b>88</b>	<b>69,6</b>	<b>62,3</b>		
Países menos adelantados	44,5	52,0	151	99	244	156	47,9	43,5		
Estados Árabes	52,1	66,9	129	48	197	61	73,3	66,3		
Asia Oriental y el Pacífico	60,5	70,4	84	31	122	39	79,2	71,3		
América Latina y El Caribe	61,1	71,7	86	27	123	32	79,7	66,2		
Asia Meridional	50,1	63,2	130	66	208	91	67,1	60,0		
África Subsahariana	45,8	46,1	143	105	243	179	37,0	33,8		
Europa Central y Oriental y la CEI	69,0	68,1	34	20	42	24	78,8	55,4		
OCDE	70,3	77,6	40	11	53	13	88,4	79,6		
Países de la OCDE de ingresos altos	71,6	78,8	22	5	28	8	89,9	81,8		
Desarrollo humano alto	70,7	77,9	32	9	42	10	88,9	80,0		
Desarrollo humano medio	57,6	67,0	102	46	155	61	73,7	64,6		
Desarrollo humano bajo	44,1	46,0	150	108	254	183	37,5	34,6		
Ingresos altos	71,6	78,8	22	5	28	8	89,9	81,8		
Ingresos medios	62,0	70,1	86	29	125	38	79,0	68,7		
Ingresos bajos	48,8	58,2	130	80	209	124	56,3	52,4		
<b>Total mundial</b>	<b>59,9</b>	<b>67,0</b>	<b>96</b>	<b>54</b>	<b>147</b>	<b>80</b>	<b>73,1</b>	<b>64,5</b>		

**NOTAS**

- a Los datos se refieren a la probabilidad al nacer de sobrevivir hasta los 65 años, multiplicado por 100.
- b Datos proporcionados por autoridades del gobierno.
- c Los datos han sido ajustados basados en revisiones realizadas por el Fondo de Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF), la Organización Mundial de la Salud (OMS) y el Fondo de Población de las Naciones Unidas para explicar los problemas de información incompleta y errores de clasificación bien documentados.
- d Los datos se refieren a cálculos para el período especificado.
- e Los datos se refieren al año más reciente disponible durante el período especificado.

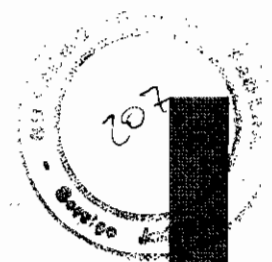
**FUENTES**

Columnas 1-2, 7 y 8: ONU 2005h.  
 Columnas 3-6 y 10: ONU 2005f, basados en los datos procedentes de un esfuerzo conjunto de UNICEF y la OMS.  
 Columna 9: UNICEF 2004.

## Compromiso con la educación: gasto público



Clasificación según el IDH	Gasto público en educación				Gasto público en educación por nivel <sup>a</sup> (% de todos los niveles)						
	% del PIB		% del gasto público total		Pre-escolar y primaria		Secundaria		Terciaria		
	1990	2000-02	1990	2000-02	1990	2000-02	1990	2000-02	1990	2000-02	
<b>DESARROLLO HUMANO ALTO</b>											
1 Noruega	7,0	7,6	14,6	16,2	39,5	36,5	24,7	33,0	15,2	27,5	
2 Islandia	5,4	6,0	..	..	59,5	38,4	25,6	39,1	14,9	17,8	
3 Australia	4,9	4,9	14,6	13,3	2,2	35,0	57,4	38,8	32,0	24,2	
4 Luxemburgo	3,1	..	10,4	..	..	..	..	..	..	..	
5 Canadá	6,5	5,2	14,2	12,7	..	..	62,2	..	28,6	36,2	
6 Suecia	7,1	7,7	13,8	12,8	47,7	34,8	19,6	36,4	13,2	26,3	
7 Suiza	4,9	5,8	18,7	15,1	49,9	34,7	25,1	38,2	19,7	24,2	
8 Irlanda	4,8	5,5	10,2	13,5	37,8	32,6	40,1	34,4	20,4	27,6	
9 Bélgica	5,0	6,3	..	..	23,3	31,6	42,9	44,5	16,5	21,7	
10 Estados Unidos	5,1	5,7	12,3	17,1	..	39,5	..	35,3	..	25,2	
11 Japón	..	3,6	..	10,5	..	38,2	..	39,8	..	14,9	
12 Países Bajos	5,7	5,1	14,8	10,7	21,5	35,5	37,7	39,2	32,1	25,2	
13 Finlandia	5,5	6,4	11,9	12,7	27,9	27,0	39,4	40,6	23,9	32,5	
14 Dinamarca	..	8,5	..	15,4	..	31,1	..	34,3	..	32,0	
15 Reino Unido	4,8	5,3	..	11,5	29,7	32,2	43,8	47,1	19,6	20,6	
16 Francia	5,3	5,6	..	11,4	27,3	31,3	40,7	49,7	13,8	17,7	
17 Austria	5,3	5,7	7,6	11,1	23,7	27,6	46,6	45,7	19,1	22,6	
18 Italia	3,1	4,7	..	10,3	33,0	34,4	63,2	46,1	..	18,5	
19 Nueva Zelanda	6,1	6,7	..	15,1	30,5	28,6	25,3	40,5	37,4	24,9	
20 Alemania	..	4,6	..	9,5	..	22,8	..	49,0	..	24,5	
21 España	4,2	4,5	9,4	11,3	29,3	35,8	45,0	41,4	15,4	22,8	
22 Hong Kong, China (RAE)	2,8	4,4	17,4	23,3	26,6	25,1	38,8	32,8	30,8	32,6	
23 Israel	6,3	7,5	11,3	..	43,0	46,3	31,3	29,8	16,2	16,7	
24 Grecia	2,4	4,0	..	..	34,1	27,5	45,1	34,1	19,5	32,4	
25 Singapur	3,1	..	18,2	..	29,6	..	36,5	..	29,3	..	
26 Eslovenia	..	6,1	..	..	..	..	..	..	..	..	
27 Portugal	4,0	5,8	..	12,7	44,6	36,9	32,5	42,2	16,3	17,2	
28 Corea, República de	3,3	4,2	22,4	15,5	44,4	35,2	34,1	43,4	7,4	8,1	
29 Chipre	3,5	6,3	11,3	..	38,5	35,3	50,3	50,0	3,8	14,4	
30 Barbados	7,8	7,6	22,2	17,3	37,5	33,7	37,6	35,0	19,2	28,6	
31 República Checa	..	4,4	..	9,6	..	25,8	..	50,8	..	20,0	
32 Malta	4,3	..	8,3	..	25,1	..	44,7	..	14,6	..	
33 Brunei Darussalam	3,9	9,1	..	9,1	24,1	..	26,1	..	9,5	..	
34 Argentina	..	4,0	..	13,8	3,4	43,3	44,9	39,2	48,7	17,5	
35 Hungría	5,8	5,5	7,8	14,1	55,4	30,9	23,9	38,6	15,2	22,8	
36 Polonia	..	5,6	..	12,8	42,8	41,6	17,5	37,9	22,0	19,5	
37 Chile	2,5	4,2	10,4	18,7	60,1	50,7	17,3	35,3	20,3	14,0	
38 Estonia	..	5,7	..	..	..	33,2	..	40,9	..	19,7	
39 Lituania	4,6	5,9	13,8	..	..	..	..	..	..	..	
40 Qatar	3,5	..	..	..	..	..	..	..	..	..	
41 Emiratos Árabes Unidos	1,8	1,6	14,6	22,5	..	45,6	..	50,4	..	2,4	
42 Eslovaquia	5,1	4,4	..	7,5	..	24,4	..	53,2	..	20,2	
43 Bahrein	4,1	..	14,6	..	..	..	45,8	..	..	..	
44 Kuwait	4,8	..	3,4	..	53,4	..	13,6	..	16,0	..	
45 Croacia	7,2	4,5	..	10,0	..	32,3	..	46,7	..	19,1	
46 Uruguay	2,7	2,6	15,9	9,6	37,5	44,1	30,3	34,4	22,6	21,5	
47 Costa Rica	4,4	5,1	20,8	22,4	..	49,3	..	31,9	..	18,8	
48 Letonia	3,8	5,8	10,8	..	11,2	30,2	56,3	52,9	11,6	15,4	
49 Saint Kitts y Nevis	2,6	7,6	..	19,0	..	28,5	..	31,5	..	21,2	
50 Bahamas	4,0	..	17,8	..	..	..	..	..	..	..	
51 Seychelles	7,8	5,2	14,8	..	28,2	42,5	40,7	26,1	9,5	17,4	
52 Cuba	8,9	18,7	12,3	18,7	25,7	43,0	39,0	36,8	14,4	17,5	
53 México	3,6	5,3	12,6	24,3	32,3	49,1	29,6	28,7	16,5	19,6	



**Gasto público en educación**  
**Gasto público en educación por nivel<sup>11</sup>**  
 (% de todos los niveles)

Clasificación según el IDH	% del PIB		% del gasto público total		Pre-escolar y primaria		Secundaria		Terciaria	
	1990	2000-02 <sup>12</sup>	1990	2000-02 <sup>13</sup>	1990	2000-02 <sup>14</sup>	1990	2000-02	1990	2000-02
54 Tonga	..	4,9 <sup>1</sup>	..	13,2 <sup>1</sup>	..	49,2 <sup>1</sup>	..	28,9 <sup>1</sup>	..	..
55 Bulgaria	5,2	3,5	..	..	70,7	37,2	..	46,7	13,9	15,8
56 Panamá	4,7	4,5	20,9	7,7	37,0	34,2	23,3	29,2	21,3	28,1
57 Trinidad y Tobago	3,7	4,3 <sup>1</sup>	11,6	13,4	42,5	..	36,8	..	11,9	..
<b>DESARROLLO HUMANO MEDIO</b>										
58 Jamahiriya Árabe Libia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
59 Macedonia, CRY	..	3,5	..	..	..	61,0	..	24,0	..	15,0
60 Antigua y Barbuda	..	3,8	..	..	..	30,7	..	35,2	..	6,7
61 Malasia	5,1	8,1	18,3	20,3	34,3	32,0	34,4	33,5	19,9	33,3
62 Rusia, Federación de	3,5	3,8	..	11,5	..	..	..	..	..	..
63 Brasil	..	4,2	..	12,0	..	38,3	..	40,1	..	21,6
64 Rumania	2,8	3,5	7,3	..	52,1	..	22,1	..	9,6	..
65 Mauricio	3,8	4,7	11,8	13,3	37,7	32,0	36,4	38,3	16,6	15,6
66 Granada	5,1	5,1	13,2	12,9	64,1	42,1	31,7	35,8	0,0	9,8
67 Belarús	4,8	6,0 <sup>2</sup>	..	..	57,7	..	16,2	..	14,4	..
68 Bosnia y Herzegovina	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
69 Colombia	2,4	5,2	15,4	15,6	39,3	42,1	30,9	29,4	20,7	13,3
70 Dominica	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
71 Omán	3,1	4,6	11,1	..	54,1	35,9	37,0	47,4	7,4	9,2
72 Albania	5,9	..	..	..	..	..	..	..	..	..
73 Tailandia	3,5	5,2	20,0	28,3	56,2	42,3	21,6	20,5	14,6	21,7
74 Samoa (Occidental)	3,2	4,8 <sup>1</sup>	10,7	14,6 <sup>1</sup>	52,6	43,0	25,2	23,8	0,0	33,2
75 Venezuela	3,0	..	12,0	..	23,5	..	4,5	..	40,7	..
76 Santa Lucía	..	7,7 <sup>1</sup>	..	..	48,2	59,5	23,3	..	12,8	..
77 Arabia Saudita	5,8	..	17,8	..	78,8	..	..	..	21,2	..
78 Ucrania	5,1	5,4	19,7	20,3	54,9	20,0	15,0	31,4	15,1	34,0
79 Perú	2,8	3,0	..	17,1	..	42,6	..	27,7	..	14,6
80 Kazajstán	3,2	3,0	17,8	..	..	22,9	..	56,0	..	13,1
81 Líbano	..	2,7	..	12,3	..	..	..	..	..	28,5
82 Ecuador	4,3	1,0 <sup>1</sup>	17,2	8,0 <sup>1</sup>	34,4	41,1	34,2	36,1 <sup>1</sup>	18,3	5,2
83 Armenia	7,0	3,2 <sup>1</sup>	20,5	..	..	21,7	..	43,4	..	29,8 <sup>1</sup>
84 Filipinas	2,9	3,1	10,1	17,8	..	57,8	..	22,2	..	14,0
85 China	2,3	..	12,8	..	..	..	..	..	..	..
86 Suriname	6,4	..	..	..	60,5	..	14,5	..	8,8	..
87 San Vicente y las Granadinas	..	10,0	..	20,3	..	..	..	..	..	..
88 Paraguay	1,1	4,4	9,1	11,4	..	55,1	22,6	28,3	25,8	16,5
89 Túnez	6,0	8,4	13,5	18,2	39,8	32,9	36,4	44,4	18,5	22,8
90 Jordania	8,1	..	17,1	..	..	..	62,4	..	35,1	..
91 Belice	4,6	5,2	18,5	18,1	61,0	50,9	20,2	26,3	8,1	19,6
92 Fiji	4,7	5,8	..	19,4 <sup>1</sup>	..	35,0 <sup>1</sup>	..	48,9	..	16,0 <sup>1</sup>
93 Sri Lanka	2,7	..	8,1	..	..	..	84,3	..	13,4	..
94 Turquía	2,2	3,7	..	..	58,1	37,7	29,4	30,1	..	32,2
95 República Dominicana	..	2,3	..	12,4	..	46,3	..	18,9 <sup>1</sup>	..	10,9
96 Maldivas	3,8	..	10,0	..	..	..	..	..	..	..
97 Turkmenistán	4,3	..	21,0	..	..	..	..	..	..	..
98 Jamaica	4,5	6,1	12,8	12,3	37,4	36,8	33,2	33,8	21,1	19,2
99 Irán, Rep. Islámica del	4,1	4,9	22,4	17,7	33,2	25,1	39,2	36,0	13,6	17,1
100 Georgia	..	2,2	..	11,8	..	..	..	..	..	..
101 Azerbaiyán	7,7	3,2	23,5	20,7	..	25,9	..	53,7	..	5,8
102 Territorios Palestinos Ocupados	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
103 Argelia	5,3	..	21,1	..	..	..	..	..	..	..
104 El Salvador	1,9	2,9	16,6	20,0	..	61,0	..	23,6 <sup>1</sup>	..	6,6
105 Cabo Verde	..	7,9	..	17,0	..	43,8 <sup>d</sup>	..	29,8	..	17,5
106 República Árabe Siria	4,0	..	17,3	..	38,5	..	28,2	..	21,3	..

Indicadores del desarrollo humano



## Compromiso con la educación: gasto público

Clasificación según el IDH	Gasto público en educación				Gasto público en educación por nivel <sup>1</sup> (% de todos los niveles)					
	% del PIB		% del gasto público total		Pre-escolar y primaria		Secundaria		Terciaria	
	1990	2000-02	1990	2000-02	1990	2000-02	1990	2000-02	1990	2000-02
107 Guyana	3,4	8,4	4,4	18,4	..	54,7	..	23,5	..	4,9
108 Viet Nam	2,0	..	7,5	..	..	..	..	..	..	..
109 Kirguistán	8,4	3,1 <sup>2</sup>	22,5	18,6	8,5	23,0	57,9	48,0	10,0	18,0
110 Indonesia	1,0	1,2	..	9,0 <sup>1</sup>	..	37,1	..	39,3	..	23,6
111 Uzbekistán	9,5	..	20,4	..	..	..	..	..	..	..
112 Nicaragua	3,4	3,1	9,7	15,0	..	50,3	..	12,0	..	37,7
113 Bolivia	2,3	6,3	..	19,7	..	46,9	..	23,4	..	25,1
114 Mongolia	12,3	9,0	17,6	..	13,9	53,8	48,8	26,4	14,5	15,5
115 Moldova, Rep. de	5,6	4,9	17,2	21,4	..	37,3	..	52,0 <sup>1</sup>	..	10,7
116 Honduras	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
117 Guatemala	1,4	..	11,8	..	31,1	..	12,9	..	21,2	..
118 Vanuatu	4,7	11,0	19,2	28,1	59,8	27,9	26,6	57,5	3,4	10,5
119 Egipto	3,9	..	..	..	..	..	..	..	..	..
120 África	5,9	5,3	..	18,5	75,6	47,8	..	31,3	21,5	14,6
121 Guinea Ecuatorial	..	0,6	..	1,6	..	34,4	..	18,1	..	34,9
122 Tayikistán	..	2,8	24,7	17,8	6,9	30,8	57,0	47,7	9,1	12,1
123 Gambia	..	3,9 <sup>2</sup>	..	..	..	..	..	..	..	..
124 Marruecos	5,3	6,5	26,1	26,4	34,8	39,8	48,9	43,5	16,2	16,3
125 Namibia	7,9	7,2	..	..	..	65,4	..	24,5	..	8,7
126 Santo Tomé y Príncipe	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
127 India	3,7	4,1	12,2	12,7	38,9	38,4	27,0	40,1	14,9	20,3
128 Islas Salomón	..	3,4 <sup>1</sup>	..	..	..	..	..	..	..	..
129 Myanmar	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
130 Camboya	..	1,8	..	15,3	..	65,6	..	..	..	..
131 Botswana	6,2	2,2	17,0	25,6	..	53,2 <sup>1</sup>	..	23,8	..	18,6
132 Comoras	..	3,9	..	24,1	42,4	45,7	28,2	40,1	17,3	7,7
133 Rep. Dem. Popular Lao	..	2,8	..	11,0	..	47,0	..	19,0	..	12,6
134 Bhután	..	5,2	..	12,9	..	..	..	..	..	..
135 Pakistán	2,6	1,8	7,4	7,8	..	..	..	..	..	..
136 Nepal	2,0	3,4	8,5	14,9	48,2	61,5	15,7	22,1	23,3	10,3
137 Papua Nueva Guinea	..	2,3	..	17,5 <sup>1</sup>	..	71,4	..	24,3	..	4,3
138 Ghana	3,2	..	24,3	..	29,2	..	34,3	..	11,0	..
139 Bangladesh	1,5	2,4	10,3	15,5	45,6	45,4	42,2	45,5	8,7	9,1
140 Timor-Leste	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
141 Sudán	6,0	..	2,8	..	..	..	..	..	..	..
142 Congo	5,0	3,2	14,4	12,6	..	36,1	..	30,2	..	25,5
143 Togo	5,5	2,6	28,4	13,6	30,4	44,8	25,8	27,1	29,0	19,4
144 Uganda	1,5	..	11,5	..	..	..	..	..	..	..
145 Zimbabue	7,7	4,7 <sup>1</sup>	..	..	54,1	54,9	28,6	28,6	12,3	16,6
<b>DESARROLLO HUMANO BAJO</b>										
146 Madagascar	2,1	2,9	..	..	49,1	42,1	35,6	29,0	..	12,2
147 Swazilandia	5,8	7,1	19,5	..	31,2	31,8	24,5	41,1	26,0	25,5
148 Camerún	3,2	3,8	19,6	17,3	70,5	..	..	..	29,5	..
149 Lesotho	6,2	10,4 <sup>1</sup>	12,2	18,4	..	53,2	..	23,8	..	18,6
150 Djibuti	3,5	..	10,5	..	58,0	..	21,7	..	11,5	..
151 Yemen	..	9,5	..	32,8	..	..	..	..	..	..
152 Mauritania	..	..	..	..	33,3	..	37,7	..	24,9	..
153 Haití	1,5	..	20,0	..	53,1	..	19,0	..	9,1	..
154 Kenia	6,7	7,0	17,0	22,1	50,3	..	18,8	..	21,6	..
155 Gambia	3,8	2,8	14,6	8,9	41,6	54,7	21,2	21,1	17,8	14,0
156 Guinea	..	1,8 <sup>1</sup>	..	25,6 <sup>1</sup>	..	52,1 <sup>1</sup>	..	..	..	..
157 Senegal	3,9	3,6	26,9	..	43,9	..	25,7	..	24,0	..
158 Nigeria	0,9	..	..	..	..	..	..	..	..	..
159 Rwanda	..	2,8	..	..	..	48,2	..	16,7	..	34,7



Clasificación según el IDH	Gasto público en educación				Gasto público en educación por nivel <sup>a</sup> (% de todos los niveles)					
	% del PIB		% del gasto público total		Pre-escolar y primaria		Secundaria		Terciaria	
	1990	2000-02	1990	2000-02	1990	2000-02	1990	2000-02	1990	2000-02
160 Angola	3,9	2,8	10,7	..	96,3	..	..	..	3,7	..
161 Eritrea	..	4,1	..	..	..	26,0	..	35,4	..	14,9
162 Benin	..	3,3 <sup>b</sup>	..	..	..	57,4	..	25,5	..	16,4
163 Côte d'Ivoire	..	4,6	..	21,5	..	42,2	..	32,5	..	25,1
164 Tanzania, Rep. Unida de	2,8	..	11,4	..	..	..	..	..	..	..
165 Malawi	3,2	6,0	11,1	..	44,7	54,9 <sup>c</sup>	13,1	21,1	20,2	18,3
166 Zambia	2,4	2,0 <sup>b</sup>	8,7	..	..	54,8 <sup>d</sup>	..	25,8	..	19,4
167 Congo, Rep. Dem. del	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
168 Mozambique	3,1	..	12,0	..	49,8	..	15,7	..	9,9	..
169 Burundi	3,4	3,9	16,7	21,8	46,8	43,1	29,1	32,0	22,0	24,9
170 Etiopía	3,4	4,6	9,4	13,8	53,9	..	28,1	..	12,1	..
171 República Centroafricana	2,2	..	..	..	..	..	..	..	..	..
172 Guinea-Bissau	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
173 Chad	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
174 Mali	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
175 Burkina Faso	2,4	..	..	..	..	..	..	..	..	..
176 Sierra Leona	..	3,7	..	..	..	..	..	..	..	..
177 Niger	3,2	2,3	18,6	..	..	51,5	..	24,4	..	16,2

**NOTAS**

Debido a las limitaciones de datos y los cambios metodológicos, la comparación de los datos relativos al gasto en educación entre países y a lo largo del tiempo debe realizarse con la debida prudencia. Para información detallada sobre los datos, visite [www.unesco.org](http://www.unesco.org)

- a Es posible que la suma total de los gastos por nivel no sea 100 debido al redondeo o la omisión de categorías de gastos en post-educación y la falta de asignación de los gastos por nivel.
- b Los datos se refieren al año más reciente disponible durante el período especificado.
- c Cuando no existen cálculos nacionales, los datos se refieren a un cálculo del Instituto de Estadística de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO)
- d Los datos se refieren sólo a gastos en educación primaria

**FUENTES**

Columnas 1-5 y 7-10: Instituto de Estadística de la UNESCO 2005b.  
Columna 6: Cálculos basados en los datos del gasto público en educación pre-escolar y primaria del Instituto de Estadística de la UNESCO 2005b

**Alfabetización y matriculación**



Clasificación según el IDH	Tasa de alfabetización de adultos <sup>a</sup> (% 15 años y mayores)		ODM Tasa de alfabetización de jóvenes <sup>a</sup> (% de 15-24 años)		ODM Tasa neta de matriculación en educación primaria <sup>b</sup> (%)		Tasa neta de matriculación en educación secundaria <sup>c</sup> (%)		ODM Niños que llegan al 5to. año (% de alumnos de 1er año)		Estudiantes de terciaria en ciencias, matemáticas e Ingeniería (% de todos los estudiantes de terciaria) 1998-2003	
	1990	2003	1990	2003	1990/91	2002/03	1990/91	2002/03	1990/91	2001/02		
<b>DESARROLLO HUMANO ALTO</b>												
1	Noruega				100	100	88	96	100	100	18	
2	Islandia				100	100		86		100	17	
3	Australia					99	97	79	88		24	
4	Luxemburgo					81	90		80	99	18	
5	Canadá					98	100	89	98		20	
6	Suecia					100	100	85	100	100	27	
7	Suiza					84	99	80	87	80	25	
8	Irlanda					90	96	80	83	100	99	25
9	Bélgica					96	100	87	97		19	
10	Estados Unidos					97	92	85	88			
11	Japón					100	100	97	101	100	20	
12	Países Bajos					95	99	84	89		100	16
13	Irlanda					98	100	93	95	100	100	38
14	Dinamarca					98	100	87	96	94	100	20
15	Reino Unido					98	100	81	95			21
16	Francia					100	99		94	96	98	
17	Austria					88	90		89			25
18	Italia	97,7		99,8		100	100		91		96	24
19	Nueva Zelanda					100	100	85	93	92		19
20	Alemania					84	83		88			29
21	España	96,3		99,6		100	100		96			31
22	Hong Kong, China (RAE)			98,2			98		74	100	100	30
23	Israel	91,4	96,9	98,7	99,8	92	99		89		85	31
24	Grecia	94,9	91,0	99,5	99,5	95	99	83	86	100		30
25	Singapur	88,8	92,5	99,0	99,5	96						
26	Eslovenia	99,6	99,7	99,8	99,8	100	93		93			22
27	Portugal	87,2		99,5		100	100		85			29
28	Corea, República de			99,8		100	100	66	88	99	100	41
29	Cipre	94,3	96,8	99,7	99,8	87	96	69	93	100	99	17
30	Barbados	99,4	99,7	99,8	99,8	80	100		90		99	
31	República Checa					87	87		91		98	31
32	Malta	88,4	87,9	97,5	96,0	97	96	78	87	99	99	13
33	Brunei Darussalam	85,5	92,7	97,9	98,9	90					93	8
34	Argentina	95,7	97,2	98,2	98,9	94			81		92	15
35	Hungría	99,1	99,3	99,7	99,5	91	91	75	94	98		21
36	Polonia	99,6		99,8		97	98	76	83	98		20
37	Chile	94,0	95,7	98,1	99,0	88	85	55	81		99	31
38	Estoria	99,8	99,8	99,8	99,8	99	95		88		98	22
39	Lituania	99,3	99,6	99,8	99,7		91		94			26
40	Qatar	77,0	89,2	90,3	98,6	89	95	70	82	64		16
41	Emiratos Árabes Unidos	71,0	77,3	84,7	91,4	99	83	58	71	80	93	
42	Eslovaquia		99,8		99,6		88		88			27
43	Bahrein	82,1	87,7	95,6	99,3	99	90	85	87	69	99	21
44	Kuwait	76,7	82,9	87,5	93,1	49	83		77			
45	Croacia	96,9	98,1	99,6	99,6	74	89	57	87			24
46	Uruguay	96,5	97,7	98,7	99,1	92	90		73	94	93	
47	Costa Rica	93,9	95,8	97,4	98,4	87	90	37	53	82	92	26
48	Letonia	99,8	99,7	99,8	99,7	92	86		88			17
49	Saint Kitts y Nevis						100		95			
50	Bahamas			96,5		90	86		76		75	
51	Seychelles		91,9		99,1				100		99	
52	Cuba	95,1	96,9	99,3	99,8	92	94	69	86	92	98	
53	México	87,3	90,3	95,2	97,6	99	99	45	63	80	93	31

Indicadores del desarrollo humano



Clasificación según el IDH	Tasa de alfabetización de adultos <sup>a</sup> (% 15 años y mayores)		ODM Tasa de alfabetización de jóvenes <sup>a</sup> (% de 15-24 años)		ODM Tasa neta de matriculación en educación primaria <sup>b</sup> (%)		Tasa neta de matriculación en educación secundaria <sup>b</sup> (%)		ODM Niños que llegan al 5to. año (% de alumnos de 1er año)		Estudiantes de terciaria en ciencias, matemáticas e Ingeniería (% de todos los estudiantes de terciaria) 1998-2003
	1990	2003	1990	2003	1990/91	2002/03	1990/91	2002/03	1990/91	2001/02	
	54 Tonga	..	98,9	..	99,3	92	100	83	72	90	
55 Bulgaria	97,2	98,2	99,4	98,2	86	90	63	88	91	..	27
56 Panamá	89,0	91,9	95,3	96,1	92	100	50	63	..	90	22
57 Trinidad y Tobago	96,8	98,5	99,6	99,8	91	91	..	72	..	71	35
<b>DESARROLLO HUMANO MEDIO</b>											
58 Jamahiriya Árabe Libia	68,1	81,7	91,0	97,0	96	..	..	..	..	..	31
59 Macedonia, ERY	..	96,1	..	98,7	94	91	..	81	..	..	27
60 Antigua y Barbuda	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
61 Malasia	80,7	88,7	94,8	97,2	94	93	..	70	98	87	40
62 Rusia, Federación de	99,2	99,4	99,8	99,7	99	90	..	..	..	..	..
63 Brasil	82,0	88,4	91,8	96,6	86	97	15	75	..	..	..
64 Rumania	97,1	97,3	99,3	97,8	81	89	..	81	..	..	27
65 Mauricio	79,8	84,3	91,1	94,5	95	97	..	74	98	99	25
66 Granada	..	..	..	..	..	84	..	104	..	79	..
67 Belarús	99,5	99,6	99,8	99,8	86	94	..	85	..	..	..
68 Bosnia y Herzegovina	..	94,6	..	99,6	..	..	..	..	..	..	..
69 Colombia	88,4	94,2	94,9	97,6	68	87	..	55	62	69	32
70 Dominica	..	..	..	..	..	81	..	92	..	84	..
71 Omán	54,7	74,4	85,6	98,5	69	72	..	69	97	98	..
72 Albania	77,0	98,7	94,8	99,4	95	95	..	77	..	..	11
73 Tailandia	92,4	92,8	98,1	98,0	76	85	..	..	..	94	..
74 Samoa (Occidental)	98,0	98,7	99,0	99,5	..	98	..	62	..	94	14
75 Venezuela	88,9	93,0	96,0	97,2	88	91	19	59	88	84	..
76 Santa Lucía	..	90,1	..	95,4	95	99	..	76	..	97	..
77 Arabia Saudita	66,2	79,4	85,4	95,9	59	54	31	53	83	91	17
78 Ucrania	99,4	99,4	99,8	99,8	80	84	..	85	98	..	27
79 Perú	85,5	87,7	94,5	96,8	88	100	..	69	..	84	..
80 Kazajistán	98,8	99,5	99,8	99,8	88	92	..	87	..	..	..
81 Líbano	..	..	92,1	..	78	91	..	..	..	92	28
82 Ecuador	87,6	91,0	95,5	96,4	98	100	..	50	..	74	..
83 Armenia	97,5	99,4	99,5	99,8	..	94	..	83	..	..	7
84 Filipinas	91,7	92,6	97,3	95,1	96	94	..	59	..	76	25
85 China	78,3	90,9	95,3	98,9	97	..	..	..	86	99	..
86 Suriname	..	88,0	..	93,5	78	97	..	64	..	..	19
87 San Vicente y las Granadinas	..	..	..	..	..	90	..	58	..	88	..
88 Paraguay	90,3	91,6	95,6	96,3	93	89	26	51	70	70	..
89 Túnez	59,1	74,3	84,1	94,3	94	97	..	65	87	98	31
90 Jordania	81,5	89,9	96,7	99,1	94	92	..	80	..	97	30
91 Belice	89,1	76,9	96,0	84,2	94	99	31	89	67	81	..
92 Fiji	88,6	92,9	97,8	99,3	100	100	..	76	..	86	..
93 Sri Lanka	88,7	90,4	95,1	95,8	90	..	..	..	94	98	..
94 Turquía	77,9	88,3	92,7	96,6	89	86	42	..	98	..	21
95 República Dominicana	79,4	87,7	87,5	94,0	58	96	..	36	..	69	..
96 Maldivas	94,8	97,2	98,1	99,2	87	92	..	51	..	..	..
97 Turkmenistán	..	98,8	..	99,8	..	..	..	..	..	..	..
98 Jamaica	82,2	87,6	91,2	94,5	96	95	64	75	..	90	..
99 Irán, Rep. Islámica del	63,2	77,0	86,3	..	92	86	..	..	90	95	..
100 Georgia	..	..	..	..	97	89	..	61	..	..	28
101 Azerbaiyán	..	98,8	..	99,9	100	80	..	76	..	..	..
102 Territorios Palestinos Ocupados	..	91,9	..	98,7	..	91	..	84	..	..	19
103 Argelia	52,9	69,8	77,3	90,1	93	95	54	67	95	97	..
104 El Salvador	72,4	79,7	83,8	88,9	73	90	..	49	..	69	22
105 Cebo Verde	83,8	75,7	81,5	89,1	94	99	..	58	..	88	..
106 República Árabe Siria	64,8	82,9	79,9	95,2	92	98	43	43	96	91	..

Indicadores del desarrollo humano





## Alfabetización y matriculación

Clasificación según el IOH	Tasa de alfabetización de adultos <sup>a</sup> (% 15 años y mayores)		ODM Tasa de alfabetización de jóvenes <sup>b</sup> (% de 15-24 años)		ODM Tasa neta de matriculación en educación primaria <sup>b</sup> (%)		Tasa neta de matriculación en educación secundaria <sup>a,c</sup> (%)		ODM Niños que llegan al 5to. año (% de alumnos de 1er año)		Estudiantes de ciencias, matemáticas e Ingeniería (% de todos los estudiantes de terciaria) 1998-2003
	1990	2003	1990	2003	1990/91	2002/03	1990/91	2002/03	1990/91	2001/02	
	107 Guyana	97,2	..	99,8	..	89	99	67	76	93	
108 Viet Nam	90,4	90,3	94,1	..	90	94	..	65	..	87	20
109 Kirguistán	..	98,7	..	99,7	92	89	..	..	..	..	16
110 Indonesia	79,5	87,9	95,0	98,0	97	92	39	54	84	89	..
111 Uzbekistán	98,7	99,3	99,6	99,7	78	..	..	..	..	..	..
112 Nicaragua	62,7	76,7	68,2	86,2	72	66	..	39	46	65	..
113 Bolivia	78,1	86,5	92,6	97,3	91	95	29	71	..	84	..
114 Mongolia	97,8	97,8	98,9	97,7	90	79	..	77	..	..	26
115 Moldova, Rep. de	97,5	96,2	99,8	98,7	89	79	..	69	..	..	..
116 Honduras	68,1	80,0	79,7	88,9	90	87	..	..	..	..	..
117 Guatemala	61,0	69,1	73,4	82,2	64	87	..	30	..	65	19
118 Vanuatu	..	74,0	..	..	71	94	..	28	..	72	..
119 Etiopía	47,1	55,6	61,3	73,2	84	91	..	81	..	98	..
120 África del Sur	81,2	82,4	88,5	93,9	88	89	..	66	75	65	17
121 Guinea Ecuatorial	73,3	84,2	92,7	93,8	91	85	..	26	..	29	..
122 Tayikistán	98,2	99,5	99,8	99,8	77	94	..	83	..	..	18
123 Galón	..	..	..	..	86	78	..	..	..	69	..
124 Marruecos	38,7	50,7	55,3	69,5	57	90	..	36	75	81	19
125 Namibia	74,9	85,0	87,4	92,3	83	78	..	44	..	95	8
126 Santo Tomé y Príncipe	..	..	..	..	..	97	..	29	..	61	..
127 India	49,3	61,0	64,3	76,4	..	87	..	..	..	84	20
128 Islas Salomón	..	..	..	..	83	..	..	..	85	..	..
129 Myanmar	80,7	89,7	88,2	94,4	98	84	..	35	..	65	42
130 Camboya	62,0	73,6	73,5	83,4	67	93	..	24	..	61	17
131 Botswana	68,1	76,9	83,3	89,1	85	81	29	54	97	88	19
132 Comoras	53,8	56,2	56,7	59,0	57	55	..	..	..	72	11
133 Rep. Dem. Popular Lao	56,5	68,7	70,1	78,5	63	85	..	35	..	64	8
134 Bhután	..	..	..	..	..	..	..	..	..	91	..
135 Pakistán	35,4	48,7	47,4	64,5	35	59	..	..	..	..	..
136 Nepal	30,4	48,6	46,6	70,1	81	71	..	..	..	65	..
137 Papua Nueva Guinea	56,6	57,3	68,6	66,7	66	73	..	24	59	51	..
138 Ghana	58,5	54,1	81,8	..	52	59	..	36	80	63	26
139 Bangladesh	34,2	41,1	42,0	49,7	71	84	19	45	..	54	13
140 Timor-Leste	..	..	..	..	..	..	..	20	..	..	..
141 Sudán	45,8	59,0	85,0	74,6	43	46	..	..	94	84	..
142 Congo	67,1	82,8	92,5	97,8	79	54	..	..	63	66	11
143 Togo	44,2	53,0	63,5	74,0	75	91	18	27	51	69	8
144 Uganda	56,1	68,9	70,1	80,2	53	..	..	17	..	64	8
145 Zimbabue	80,7	90,0	93,9	97,6	86	79	..	34	..	..	..
<b>DESARROLLO HUMANO BAJO</b>											
146 Madagascar	58,0	70,6	72,2	70,1	65	79	..	12	22	53	20
147 Swazilandia	71,6	79,2	85,1	88,1	77	75	..	32	76	73	11
148 Camerún	57,9	67,9	81,1	..	74	..	..	..	..	64	..
149 Lesotho	78,0	81,4	87,2	..	73	86	..	23	71	73	6
150 Djibuti	..	..	73,2	..	31	36	..	21	87	80	22
151 Yemen	32,7	49,0	50,0	67,9	52	72	..	35	..	76	..
152 Mauritania	34,8	51,2	45,8	61,3	35	68	..	16	75	61	10
153 Haití	39,7	51,9	54,8	66,2	22	..	..	..	..	..	..
154 Kenia	70,8	73,6	89,8	80,3	74	67	..	25	..	59	29
155 Gambia	..	..	42,2	..	48	79	..	33	..	..	..
156 Guinea	..	..	..	..	25	66	..	21	59	..	..
157 Senegal	28,4	39,3	40,1	49,1	47	58	..	..	85	80	..
158 Nigeria	48,7	66,8	73,6	88,6	60	67	..	29	..	..	..
159 Rwanda	53,3	64,0	72,7	76,5	67	87	7	..	60	47	..



Clasificación según el IDH	Tasa de alfabetización de adultos <sup>a</sup>		ODM Tasa de alfabetización de jóvenes <sup>a</sup>		ODM Tasa neta de matriculación en educación primaria <sup>b</sup>		Tasa neta de matriculación en educación secundaria <sup>b,c</sup>		ODM Niños que llegan al 5to. año		Estudiantes de terciaria en ciencias, matemáticas e Ingeniería
	(% 15 años y mayores)	(% 15 años y mayores)	(% de 15-24 años)	(% de 15-24 años)	(%)	(%)	(%)	(%)	(% de alumnos de 1er año)	(% de todos los estudiantes de terciaria)	
160 Angola	..	66,8	..	71,4	58	61	..	..	..	..	18
161 Eritrea	..	..	60,9	..	16	45	..	22	..	86	17
162 Benin	26,4	33,6	40,4	44,4	45	58	..	20	55	68	25
163 Côte d'Ivoire	38,5	48,1	52,6	59,8	46	61	..	21	73	69	..
164 Tanzania, Rep. Unida de	82,9	69,4	83,1	78,4	50	82	..	..	79	88	22
165 Malawi	51,8	64,1	63,2	76,3	50	..	..	29	64	44	33
166 Zambia	68,2	67,9	81,2	69,4	79	68	..	23	..	81	30
167 Congo, Rep. Dem. del	47,5	65,3	68,9	68,7	54	..	..	..	55	..	..
168 Mozambique	33,5	46,5	48,8	62,8	45	55	..	12	33	49	..
169 Burundi	37,0	58,9	51,8	72,3	53	57	..	9	62	68	10
170 Etiopía	28,6	41,5	43,0	57,4	23	51	..	18	..	62	19
171 República Centroafricana	33,2	48,6	52,1	56,5	53	..	..	..	24	..	15
172 Guinea-Bissau	..	..	44,1	..	38	45	..	9	..	38	..
173 Chad	27,7	25,5	48,0	37,3	36	63	..	10	53	60	..
174 Mali	18,8	19,0	27,6	24,2	20	45	5	..	73	75	..
175 Burkina Faso	..	12,8	..	19,4	26	36	..	9	70	66	..
176 Sierra Leona	..	29,6	..	38,2	41	..	..	..	..	..	8
177 Níger	11,4	14,4	17,0	19,8	24	38	6	6	62	69	..
<b>Países en desarrollo</b>	<b>67,0</b>	<b>76,6</b>	<b>81,1</b>	<b>85,2</b>	..	..	..	..	..	..	..
Países menos adelantados	44,2	54,2	57,2	64,2	..	..	..	..	..	..	..
Estados Árabes	50,8	64,1	68,4	81,3	..	..	..	..	..	..	..
Asia Oriental y el Pacífico	79,7	90,4	95,0	98,0	..	..	..	..	..	..	..
América Latina y El Caribe	85,1	89,6	92,7	95,9	..	..	..	..	..	..	..
Asia Meridional	47,7	58,9	61,7	72,2	..	..	..	..	..	..	..
África Subsahariana	51,1	61,3	68,5	73,7	..	..	..	..	..	..	..
Europa Central y Oriental y la CEI	98,7	99,2	99,7	98,5	..	..	..	..	..	..	..
OCDE	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Países de la OCDE de ingresos altos	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Desarrollo humano alto	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Desarrollo humano medio	70,6	79,4	83,2	87,5	..	..	..	..	..	..	..
Desarrollo humano bajo	45,1	57,5	63,7	70,1	..	..	..	..	..	..	..
Ingresos altos	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Ingresos medios	81,2	89,6	93,6	98,8	..	..	..	..	..	..	..
Ingresos bajos	50,2	60,8	64,4	73,0	..	..	..	..	..	..	..
Total mundial	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..

**NOTAS**

- a Los datos del año 1990 se refieren a cálculos en anejos del Instituto de Estadística de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) basados en datos anteriores al año 1990, salvo indicación contraria, los datos del año 2003 se refieren a cálculos de alfabetización nacional en anejos de censos o encuestas realizados entre los años 2000 y 2004. Debido a diferencias en las metodologías utilizadas y el período que abarcan los datos subyacentes, las comparaciones entre países y a lo largo del tiempo deben realizarse con la debida prudencia. Para mayores detalles, visite [www.unesco.org/ev.php?ID=4930\\_70&ID2=DO\\_TOPIC](http://www.unesco.org/ev.php?ID=4930_70&ID2=DO_TOPIC)
- b La tasa neta de matriculación es el cociente de niños en edad oficial matriculados en el nivel de educación indicado - toda la población de esa edad. Las tasas de matriculación neta superiores a 100% reflejan diferencias entre estas dos series de datos

- c Las tasas de matriculación se basan en la nueva clasificación internacional uniforme de la educación adoptada en 1997 (UNESCO 1997); por lo tanto en rigor pueden no ser comparables con las de años anteriores
- d Salvo indicación contraria, los datos de las tasas de matriculación neta se refieren al año escolar 2002/03 y los datos de los niños que llegan a 5º grado, al año escolar 2001/02. Los datos de algunos países se pueden referir a cálculos nacionales o del Instituto de Estadística de la UNESCO. Para mayores detalles, visite [www.unesco.org](http://www.unesco.org). Dado que los datos provienen de fuentes distintas, las comparaciones entre países deben realizarse con la debida prudencia
- e Los datos se refieren al año más reciente disponible durante el período especificado
- f Cálculos preliminares del Instituto de Estadística de la UNESCO sujetos a revisión
- g Los datos se refieren al año escolar 2000/01

- h Dado que la cantidad de alumnos matriculados en la categoría "No se conoce o no se especifica" representa más del 10% de la matriculación total, las cifras deben tratarse con la debida prudencia
- i Los datos se refieren al año escolar 1998/99
- j Estimaciones nacionales
- k Cálculos generados por el Instituto de Estadística de la UNESCO en julio de 2002
- l Los datos se refieren al año escolar 2003/04
- m Los datos se refieren a un año entre 1995 y 1999
- n Los datos se refieren al año escolar 2002/03
- o Los datos se refieren al año escolar 2001/02
- p Los datos se refieren al año escolar 1999/2000
- q Los datos se refieren a un año o período distinto del especificado, difieren de la definición normalizada o se refieren solo a una parte del país
- r Los datos se refieren al año escolar 2004/05

**FUENTES**

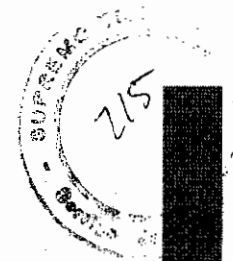
- Columnas 1 y 3: Instituto de Estadística de la UNESCO 2003a
- Columnas 2 y 4: Instituto de Estadística de la UNESCO 2005a
- Columnas 5-10: Instituto de Estadística de la UNESCO 2005c
- Columna 11: Instituto de Estadística de la UNESCO 2005d



**Tecnología: difusión y creación**

Clasificación según el IDH	ODM Líneas telefónicas básicas <sup>1</sup> (por cada 1 000 habitantes)		ODM Abonados a teléfonos móviles <sup>2</sup> (por cada 1 000 habitantes)		ODM Usuarios de Internet (por cada 1.000 habitantes)		Patentes otorgadas a residentes (por cada millón de habitantes)	Recaudación por concepto de regalías y derechos de licencias (US\$ por persona)	Gasto en Investigación y desarrollo (I+D) (% del PIB)	Investigadores en I+D (por cada millón de habitantes)	
	1990	2003	1990	2003	1990	2003	2002	2003	1997-2002	1990-2003	
<b>DESARROLLO HUMANO ALTO</b>											
1	Nouega	502	713	46	909	7	346	0	42,9	1,7	4 442
2	Islandia	510	660	39	966	0	675	7	0,0	3,1	6 592
3	Australia	456	542	11	719	6	567	85	20,1	1,5	3 446
4	Luxemburgo	481	797	2	1.194	0	377	234	267,3	1,7	3 757
5	Canadá	565	651	22	419	4	...	40	81,5	1,9	3 487
6	Suecia	681	...	54	980	6	...	317	261,8	4,3	5 171
7	Suiza	574	727	16	843	6	398	279	...	2,6	3 594
8	Irlanda	281	491	7	880	0	317	110	52,4	1,1	2 315
9	Bélgica	393	489	4	793	(.)	386	72	...	2,2	3 180
10	Estados Unidos	547	624	21	546	8	556	302	167,2	2,7	4 526
11	Japón	441	472	7	679	(.)	483	852	96,3	3,1	5 085
12	Países Bajos	464	614	5	768	3	522	186	116,8	1,9	2 826
13	India	534	492	52	910	4	534	35	96,5	3,5	7 431
14	Dinamarca	567	669	29	883	1	541	90	...	2,5	4 822
15	Reino Unido	441	...	19	912	1	...	88	173,0	1,9	2 691
16	Francia	495	586	5	696	1	366	183	86,3	2,3	3 134
17	Austria	418	481	10	879	1	462	196	19,2	2,2	2 346
18	Italia	388	484	5	1 018	(.)	337	22	9,1	1,1	1 156
19	Nueva Zelandia	434	448	16	848	0	526	70	30,0	1,2	2 593
20	Alemania	441	657	4	785	1	473	274	51,7	2,5	3 222
21	España	316	429	1	916	(.)	239	29	13,2	1,0	2 036
22	Hong Kong, China (RAE)	450	559	24	1 079	0	472	3	...	0,6	1 568
23	Israel	343	458	3	961	1	...	35	64,7	5,1	1 570
24	Grecia	389	454	0	902	0	150	30	1,7	0,6	1 357
25	Singapur	346	450	17	852	0	509	58	47,3	2,2	4 352
26	Eslovenia	211	407	0	871	0	401	123	5,4	1,5	2 364
27	Portugal	243	411	1	898	0	...	3	3,5	0,9	1 745
28	Corea, República de	306	538	2	701	(.)	810	633	27,8	2,5	2 979
29	Chipre	419	572	5	744	0	337	1	19,9	0,3	569
30	Barbados	281	497	0	519	0	371	0	3,2	...	...
31	República Checa	158	360	0	965	0	308	24	4,9	1,2	1 467
32	Malta	360	521	0	725	0	...	45	(.)	...	...
33	Brunei Darussalam	136	...	7	...	0	...	...	...	...	282
34	Argentina	93	...	(.)	...	0	...	...	0,9	0,4	715
35	Hungría	96	349	(.)	769	0	232	21	30,8	1,0	1 473
36	Polonia	86	307	0	451	0	232	22	0,7	0,6	1 469
37	Chile	66	221	1	511	0	272	...	2,9	0,5	419
38	Estonia	204	341	0	777	0	444	8	3,5	0,7	2 253
39	Lituania	212	239	0	630	0	202	15	0,1	0,7	1 824
40	Qatar	220	261	9	533	0	199	...	...	...	...
41	Emiratos Árabes Unidos	224	281	19	736	0	275	0	...	...	...
42	Estriaquia	135	241	0	684	0	258	13	9,2	0,6	1 707
43	Bahréin	191	268	10	638	0	216	...	...	...	...
44	Kuwait	188	196	12	572	0	228	...	0,0	0,2	73
45	Croacia	172	...	(.)	584	0	232	20	7,8	1,1	1 920
46	Uruguay	134	...	0	...	0	...	1	0,0	0,2	370
47	Costa Rica	101	278	0	181	0	288	0	0,1	0,4	533
48	Letonia	234	285	0	526	0	404	0	1,9	0,4	1 476
49	Saint Kitts y Nevis	237	...	0	...	0	...	...	0,0	...	...
50	Barbadas	274	415	6	367	0	265	...	0,0	...	...
51	Seichelles	124	256	0	595	0	...	0	...	0,1	452
52	Cuba	31	64	0	3	0	9	0	...	0,5	538
53	México	65	160	1	295	0	120	1	0,8	0,4	259

Indicadores del desarrollo humano



Clasificación según el IDH	ODM Líneas telefónicas básicas * (por cada 1.000 habitantes)		ODM Abonados a teléfonos móviles * (por cada 1.000 habitantes)		ODM Usuarios de Internet (por cada 1.000 habitantes)		Patentes otorgadas a residentes (por cada millón de habitantes)	Recaudación por concepto de regalías y derechos de licencias (US\$ por persona)	Gasto en investigación y desarrollo (I+D) (% del PIB)	Investigadores en I+D (por cada millón de habitantes)
	1990	2003	1990	2003	1990	2003	2002	2003	1997-2002	1990-2003
54 Tonga	46	..	0	..	0	..	..	..	..	..
55 Bulgaria	242	380	0	466	0	206	16	0,6	0,5	1 158
56 Panamá	93	122	0	266	0	62	..	0,0	0,4	95
57 Trinidad y Tobago	141	..	0	399	0	..	0	..	0,1	347
<b>DESARROLLO HUMANO MEDIO</b>										
58 Jamahiriya Árabe Libia	48	136	0	23	0	29	..	..	..	361
59 Macedonia, ERY	146	252	0	372	0	60	13	1,1	0,3	500
60 Antigua y Barbuda	253	..	0	..	0	..	0	0,0	..	..
61 Malasia	89	182	5	442	0	344	..	0,6	0,7	294
62 Rusia, Federación de	140	253	0	249	0	..	105	1,2	1,2	3 415
63 Brasil	65	223	(.)	264	0	..	4	0,6	1,0	324
64 Rumania	102	199	0	324	0	184	26	0,1	0,4	910
65 Mauricio	52	265	2	267	0	123	..	0,0	0,3	..
66 Granada	177	290	2	376	0	169	0	0,0	..	..
67 Belarús	154	311	0	113	0	141	54	0,1	0,6	1 870
68 Bosnia y Herzegovina	..	245	0	274	0	..	0	..	..	..
69 Colombia	69	179	0	141	0	53	(.)	0,1	0,1	81
70 Dominica	164	..	0	..	0	..	0	0,0	..	..
71 Omán	60	68	2	228	0	..	0	..	..	..
72 Albania	13	83	0	358	0	10	0	1,7	..	..
73 Tailandia	24	105	1	394	0	111	..	0,1	0,2	269
74 Samoa (Occidental)	26	73	0	58	0	..	..	..	..	..
75 Venezuela	76	111	(.)	273	0	60	..	0,0	0,4	222
76 Santa Lucía	129	..	0	..	0	..	0	..	..	481
77 Arabia Saudita	77	155	1	321	0	67	(.)	0,0	..	..
78 Ucrania	136	233	0	136	0	..	0	0,3	1,2	1 749
79 Perú	26	67	(.)	106	0	104	..	0,1	0,1	225
80 Kazajstán	80	141	0	..	0	..	0	(.)	0,3	744
81 Líbano	155	200	0	234	0	143	..	..	..	..
82 Ecuador	48	122	0	189	0	46	(.)	0,0	0,1	84
83 Armenia	157	146	0	30	0	37	42	..	0,3	1 606
84 Filipinas	10	41	0	270	0	..	0	(.)	..	..
85 China	6	209	(.)	215	0	63	5	0,1	1,2	633
86 Suriname	92	152	0	320	0	44	..	..	..	..
87 San Vicente y las Granadinas	124	273	0	529	0	..	0	0,0	0,2	179
88 Paraguay	27	46	0	299	0	20	..	35,1	0,1	83
89 Túnez	37	118	(.)	197	0	64	0	1,8	0,6	1 013
90 Jordania	72	114	(.)	242	0	81	..	..	..	1 977
91 Belice	92	113	0	205	0	..	0	0,0	..	..
92 Fiji	58	124	0	133	0	67	..	..	..	..
93 Sri Lanka	7	49	(.)	73	0	13	0	..	..	197
94 Turquía	121	268	1	394	0	85	1	0,0	0,7	345
95 República Dominicana	48	115	(.)	272	0	102	..	0,0	..	..
96 Maldivas	29	..	0	..	0	..	..	20,7	..	..
97 Turkmenistán	60	77	0	..	0	..	0	..	..	..
98 Jamaica	45	..	0	680	0	..	1	4,6	..	..
99 Irán, Rep. Islámica del	40	220	0	51	0	72	..	..	..	484
100 Georgia	99	134	0	145	0	24	27	1,2	0,3	2 317
101 Azerbaiyán	86	114	0	128	0	..	0	..	0,3	1 248
102 Territorios Palestinos Ocupados	..	67	0	133	0	40	..	..	..	..
103 Argelia	32	69	(.)	45	0	..	(.)	..	..	..
104 El Salvador	24	113	0	173	0	83	..	(.)	(.)	47
105 Cabo Verde	24	156	0	116	0	44	..	0,2	(.)	131
106 República Árabe Siria	41	..	0	68	0	35	0	..	0,2	29

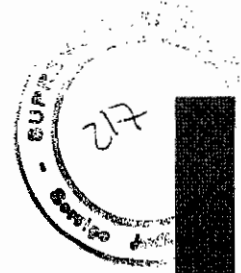
Indicadores del desarrollo humano



## Tecnología: difusión y creación

Clasificación según el IDH	ODM Líneas telefónicas básicas <sup>a</sup> (por cada 1.000 habitantes)		ODM Abonados a teléfonos móviles <sup>a</sup> (por cada 1.000 habitantes)		ODM Usuarios de Internet (por cada 1.000 habitantes)		Patentes otorgadas a residentes (por cada millón de habitantes)	Recaudación por concepto de regalías y derechos de licencias (US\$ por persona)	Gasto en investigación y desarrollo (I+D) (% del PIB) 1997-2002 <sup>c</sup>	Investigadores en I+D (por cada millón de habitantes) 1990-2003
	1990	2003	1990	2003	1990	2003				
107 Guyana	20	..	0	..	0	..	..	41,9	..	..
108 Viet Nam	1	54	0	34	0	43	0	..	..	..
109 Kirguistán	72	76	0	27	0	38	10	0,4	0,2	413
110 Indonesia	6	39	(.)	87	0	38	0	..	..	..
111 Uzbekistán	69	67	0	13	0	19	17	..	..	..
112 Nicaragua	13	37	0	85	0	..	0	0,0	0,1	73
113 Bolivia	28	72	0	152	0	..	..	0,2	0,3	118
114 Mongolia	32	56	0	130	0	58	31	..	0,3	710
115 Moldova, Rep. de	106	219	0	132	0	80	48	0,3	..	171
116 Honduras	17	49	0	55	0	40	1	0,0	0,1	74
117 Guatemala	21	77	(.)	165	0	..	..	0,0	..	..
118 Vanuatu	18	31	0	38	0	36	..	..	..	..
119 Egipto	30	127	(.)	84	0	44	2	1,8	0,2	..
120 África del Sur	93	..	(.)	364	0	..	0	1,1	0,7	192
121 Guinea Ecuatorial	4	18	0	76	0	..	..	..	..	..
122 Tayikistán	45	37	0	7	0	1	3	0,1	..	..
123 Gabón	22	29	0	224	0	26	..	..	..	..
124 Marruecos	16	40	(.)	244	0	33	0	0,9	..	..
125 Namibia	39	66	0	116	0	34	..	0,0	..	..
126 Santo Tomé y Príncipe	19	46	0	32	0	99	..	..	..	..
127 India	6	46	0	25	0	17	0	(.) <sup>d</sup>	0,8	120
128 Islas Salomón	15	13	0	3	0	5	..	..	..	..
129 Myanmar	2	7	0	1	0	1	..	0,0	..	..
130 Camboya	(.)	3	0	35	0	2	..	..	..	..
131 Botswana	21	75	0	297	0	..	0	0,3	..	..
132 Comoras	8	17	0	3	0	6	..	..	..	..
133 Rep. Dem. Popular Lao	2	12	0	20	0	3	..	..	..	..
134 Bhutan	4	34	0	11	0	20	..	..	..	..
135 Pakistán	8	27	(.)	18	0	..	..	0,1	0,2	88
136 Nepal	3	16	0	2	0	..	..	..	0,7	62
137 Papua Nueva Guinea	8	..	0	..	0	..	0	..	..	..
138 Ghana	3	13	0	36	0	..	0	0,0	..	..
139 Bangladesh	2	5	0	10	0	2	..	(.)	..	..
140 Timor-Leste	..	..	0	..	0	..	..	..	..	..
141 Sudán	3	27	0	20	0	9	0	..	..	..
142 Congo	7	2	0	94	0	4	..	..	..	29
143 Togo	3	12	0	44	0	42	..	0,0	..	..
144 Uganda	2	2	0	30	0	5	0	0,2	0,8	25
145 Zimbabue	19	..	0	..	0	..	0	..	..	..
<b>DESARROLLO HUMANO BAJO</b>										
146 Madagascar	3	4	0	17	0	4	(.)	0,1	0,1	15
147 Swazilandia	17	44	0	84	0	26	0	0,1	..	..
148 Camerún	3	..	0	66	0	..	..	..	..	..
149 Lesotho	7	16	0	47	0	14	0	5,9	..	42
150 Djibuti	11	15	0	34	0	10	..	..	..	..
151 Yemen	11	..	0	35	0	..	..	..	..	..
152 Mauritania	3	14	0	127	0	4	..	..	..	..
153 Haití	7	17	0	38	0	18	..	0,0	..	..
154 Kenia	8	10	0	50	0	..	0	0,4	..	..
155 Gambia	7	..	0	..	0	..	0	..	..	..
156 Guinea	2	3	0	14	0	5	..	(.)	..	286
157 Senegal	6	22	0	56	0	22	..	(.)	..	..
158 Nigeria	3	7	0	26	0	6	..	..	..	..
159 Rwanda	2	..	0	16	0	..	..	0,0	..	..

Indicadores del desarrollo humano



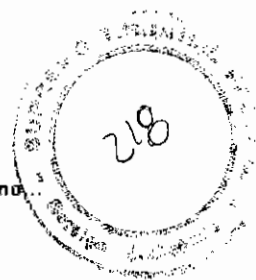
Clasificación según el IDH	ODM Líneas telefónicas básicas <sup>a</sup> (por cada 1.000 habitantes)		ODM Abonados a teléfonos móviles <sup>a</sup> (por cada 1.000 habitantes)		ODM Usuarios de Internet (por cada 1.000 habitantes)		Patentes otorgadas a residentes (por cada millón de habitantes)	Recaudación por concepto de regalías y derechos de licencias (US\$ por persona)	Gasto en Investigación y desarrollo (I+D) (% del PIB) 1997-2002	Investigadores en I+D (por cada millón de habitantes) 1990-2003
	1990	2003	1990	2003	1990	2003				
160 Angola	8	7	0	..	0	..	..	..	..	..
161 Eritrea	..	9	0	0	0	7	..	..	..	..
162 Benin	3	9	0	34	0	10	..	..	..	..
163 Côte d'Ivoire	6	14	0	77	0	14	..	0,0	..	..
164 Tanzania, Rep. Unida de	3	4	0	25	0	7	0	0,0	..	..
165 Malawi	3	8	0	13	0	3	0	0,0	..	..
166 Zambia	8	8	0	22	0	6	0	..	(.)	47
167 Congo, Rep. Dem. del	1	..	0	19	0	..	..	..	..	..
168 Mozambique	3	..	0	23	0	..	0	0,8	..	..
169 Burundi	1	3	0	9	0	2	..	0,0	..	..
170 Etiopía	3	6	0	1	0	1	..	0,0	..	..
171 República Centroafricana	2	..	0	10	0	1	..	..	..	47
172 Guinea-Bissau	6	8	0	1	0	15	..	..	..	..
173 Chad	1	..	0	8	0	..	..	..	..	..
174 Mali	1	..	0	23	0	..	..	(.)	..	..
175 Burkina Faso	2	5	0	19	0	4	..	..	0,2	17
176 Sierra Leona	3	..	0	..	0	..	0	(.)	..	..
177 Níger	1	..	0	6	0	..	..	..	..	..
<b>Países en desarrollo</b>	<b>29</b>	<b>113</b>	<b>(.)</b>	<b>134</b>	<b>(.)</b>	<b>53</b>	<b>..</b>	<b>0,6</b>	<b>0,9</b>	<b>400</b>
Países menos adelantados	3	8	0	16	0	4	..	..	..	..
Estados Árabes	79	84	4	118	0	49	..	..	..	..
Asia Oriental y el Pacífico	18	172	(.)	212	(.)	80	..	..	1,5	706
América Latina y El Caribe	89	165	(.)	239	0	..	2	1,0	0,6	293
Asia Meridional	7	47	(.)	24	0	18	..	..	0,7	135
África Subsahariana	5	9	(.)	54	0	..	..	..	..	..
Europa Central y Oriental y la CEI	120	232	(.)	287	0	..	48	2,0	1,0	2.213
OCDE	385	494	7	644	3	403	248	80,6	2,5	3.046
Países de la OCDE de ingresos altos	439	567	9	705	3	480	310	101,3	2,6	3.676
Desarrollo humano alto	289	496	6	652	2	414	250	79,2	2,5	3.004
Desarrollo humano medio	22	123	(.)	188	0	46	7	0,3	0,8	521
Desarrollo humano bajo	3	8	0	25	0	..	..	..	..	..
Ingresos altos	420	562	9	710	3	477	302	100,1	2,5	3.630
Ingresos medios	46	180	(.)	224	0	77	10	0,6	0,7	760
Ingresos bajos	6	32	(.)	24	0	14	..	..	..	..
Total mundial	81	184	1	226	1	120	62	17,9	2,4	1.146

**NOTAS**

- a. En conjunto, las líneas telefónicas básicas y los abonados a teléfonos móviles forman un solo indicador para el Objetivo de Desarrollo del Milenio 8; ver el *Índice de indicadores de los Objetivos de Desarrollo del Milenio en los Cuadros de indicadores*.
- b. Los datos se refieren al año más reciente disponible durante el período especificado.
- c. Los datos se refieren al año 2002.

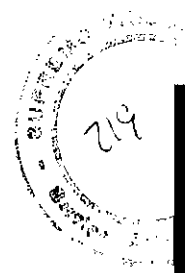
**FUENTES**

Columnas 1-6: UIT 2005.  
 Columna 7: cálculos basados en datos de la OMPI 2004 sobre patentes otorgadas a residentes y datos de la DNU 2005h sobre población.  
 Columna 8: cálculos basados en datos sobre recaudación por concepto de regalías y derechos de licencias del Banco Mundial 2005c, basados en datos del Fondo Monetario Internacional y datos de ONU 2005h sobre población.  
 Columnas 9 y 10: Banco Mundial 2005c, basado en datos de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura; cifras totales calculadas por el Banco Mundial para la Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano.



Desempeño económico

Clasificación según el IDH	PIB		PIB per cápita		Tasa de crecimiento anual		Valor más alto durante 1975-2003 (PPA en US\$)	Año del valor más alto	Cambio anual promedio del índice de precios de consumo (%)	
	US\$ miles de millones	PPA en miles de millones de US\$	US\$	PPA en US\$	1975-2003 (%)	1990-2003			1990-2003	2002-03
	2003	2003	2003	2003	1975-2003	1990-2003				
<b>DESARROLLO HUMANO ALTO</b>										
1 Noruega	220.9	171.9	48 412	37 670	2,8	2,9	37 911	2001	2,3	2,5
2 Islandia	10,5	9,0	36 377	31 243	1,7	2,1	31 243	2003	3,2	2,1
3 Australia	522,4	589,1	26 275	29 632	1,9	2,6	29 632	2003	2,4	2,8
4 Luxemburgo	26,5	27,9	59 143	62 298	3,9	3,6	62 298	2003	2,0	2,0
5 Canadá	856,5	970,3	27 079	30 677	1,6	2,3	30 677	2003	1,8	2,8
6 Suecia	301,6	239,6	33 676	26 750	1,6	2,0	26 750	2003	1,7	1,9
7 Suiza	320,1	224,6	43 553	30 552	1,0	0,5	31 098	2001	1,3	0,6
8 Irlanda	153,7	150,7	38 487	37 736	4,5	6,7	37 736	2003	2,7	3,5
9 Bélgica	301,9	294,0	29 096	28 335	1,9	1,8	28 335	2003	1,9	1,6
10 Estados Unidos	10 948,5	10 923,4	37 648	37 562	2,0	2,1	37 562	2003	2,6	2,3
11 Japón	4 300,9	3 567,8	33 713	27 967	2,4	1,0	27 967	2003	0,4	-0,3
12 Países Bajos	511,5	476,5	31 532	29 371	1,8	2,1	29 568	2002	2,6	2,1
13 Finlandia	161,9	144,0	31 058	27 619	2,0	2,5	27 619	2003	1,6	0,9
14 Dinamarca	211,9	169,5	39 332	31 465	1,6	1,9	31 471	2002	2,2	2,1
15 Reino Unido	1 794,9	1 610,6	30 253	27 147	2,1	2,5	27 147	2003	2,7	2,9
16 Francia	1 757,6	1 654,0	29 410	27 677	1,7	1,6	27 677	2003	1,6	2,1
17 Austria	253,1	243,5	31 289	30 094	2,1	1,8	30 094	2003	2,1	1,4
18 Italia	1 468,3	1 563,3	25 471	27 119	2,0	1,5	27 119	2003	3,3	2,7
19 Nueva Zelandia	79,6	90,5	19 847	22 582	1,0	2,1	22 582	2003	1,9	1,8
20 Alemania	2 403,2	2 291,0	29 115	27 756	2,0	1,3	27 769	2001	1,8	1,0
21 España	838,7	920,3	20 404	22 391	2,2	2,4	22 391	2003	3,5	3,0
22 Hong Kong, China (RAE)	156,7	185,3	22 987	27 179	4,3	2,1	27 294	2000	3,5	-2,6
23 Israel	110,2	134,0	16 481	20 033	1,9	1,6	21 822	2000	7,7	0,7
24 Grecia	172,2	220,2	15 608	19 954	1,0	2,1	19 954	2003	7,2	3,5
25 Singapur	91,3	104,0	21 492	24 481	4,9	3,5	24 870	2000	1,3	0,5
26 Eslovenia	27,7	38,2	13 909	19 150	..	3,1	19 150	2003	10,3	5,6
27 Portugal	147,9	189,3	14 161	18 126	2,8	2,2	18 597	2001	4,0	3,3
28 Corea, República de	605,3	861,0	12 634	17 971	6,1	4,6	17 971	2003	4,5	3,6
29 Chipre	11,4	14,3	14 786	18 776	4,6	3,2	18 776	2001	3,4	4,1
30 Barbados	2,6	4,3	9 708	15 720	1,2	1,4	16 220	2000	2,3	1,6
31 República Checa	89,7	166,9	8 794	16 357	..	1,5	16 357	2003	6,1	0,1
32 Malta	4,9	7,0	12 157	17 633	4,3	3,3	18 908	2000	2,8	0,5
33 Brunei Darussalam	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
34 Argentina	129,6	445,2	3 524	12 106	0,4	1,3	13 757	1998	7,2	13,4
35 Hungría	82,7	147,7	8 169	14 584	1,1	2,6	14 584	2003	16,9	4,6
36 Polonia	209,6	434,6	5 487	11 379	..	4,2	11 379	2003	19,1	0,7
37 Chile	72,4	162,1	4 591	10 274	4,0	4,1	10 274	2003	7,2	2,8
38 Estonia	9,1	18,3	6 713	13 539	0,4	3,3	13 539	2003	14,6	1,3
39 Lituania	18,2	40,4	5 274	11 702	..	0,5	12 075	1990	19,3	-1,2
40 Data*	..	..	..	..	..	..	..	..	2,5	2,3
41 Emiratos Árabes Unidos	..	..	..	..	-3,3	-2,1	49 432	1975	..	..
42 Eslovaquia	32,5	72,7	6 033	13 494	0,5	2,4	13 494	2003	8,1	8,6
43 Bahrein	..	12,2	..	17 479	1,1	1,5	17 479	2002	0,7	..
44 Kuwait	41,7	43,2	17 421	18 047	-1,2	-2,3	29 760	1975	1,9	1,0
45 Croacia	28,8	49,2	6 479	11 080	..	2,1	11 080	2003	52,8	0,1
46 Uruguay	11,2	28,0	3 308	8 260	1,2	0,9	9 858	1998	25,5	19,4
47 Costa Rica	17,4	38,5	4 352	9 606	1,3	2,6	9 835	1999	14,1	9,4
48 Letonia	11,1	23,8	4 771	10 270	(.)	2,2	10 482	1989	19,0	2,9
49 San Kitts y Nevis	0,3	0,6	7 397	12 404	5,1	3,1	12 413	2002	3,2	2,2
50 Bahamas	5,3	5,4	16 571	17 159	1,3	0,3	18 260	1989	2,0	3,0
51 Seychelles	0,7	..	8 610	..	2,9	2,2	..	..	2,4	3,3
52 Cuba	..	..	..	..	..	3,5	..	..	..	..
53 México	626,1	937,8	6 121	9 166	0,9	1,4	9 442	2000	16,7	4,5



Clasificación según el IDH	PIB per cápita									
	PIB		PIB per cápita		Tasa de crecimiento anual		Valor más alto durante 1975-2003 (PPA en US\$)	Año del valor más alto	Cambio anual promedio del índice de precios de consumo (%)	
	US\$ miles de millones	PPA en miles de millones de US\$	US\$	PPA en US\$	1975-2003	1990-2003			1990-2003	2002-03
54 Tonga	0,2	0,7	1.603	6 992	1,8	2,0	6.992	2003	4,3	11,6
55 Bulgaria	19,9	60,5	2 539	7 731	0,3	0,6	7 968	1988	83,8	2,2
56 Panamá	12,9	20,5	4 319	6 854	1,0	2,4	6.654	2003	1,1	1,4
57 Trinidad y Tobago	10,5	14,1	8.007	10 766	(.)	3,2	10 766	2003	5,2	3,8
<b>DESARROLLO HUMANO MEDIO</b>										
58 Jamahiriya Árabe Libia									3,5	
59 Macedonia, ERY	4,7	13,9	2.277	6.794	..	-0,7	8 115	1990	7,1	1,1
60 Antigua y Barbuda	0,8	0,8	9 629	10 294	3,8	1,6	10 469	1999		
61 Malasia	103,7	235,7	4.187	9.512	3,9	3,4	9.512	2003	3,1	1,1
62 Rusia, Federación de	432,9	1 323,8	3 018	9 230	-2,1	-1,5	11 269	1989	66,6	13,7
63 Brasil	492,3	1.375,7	2.788	7.790	0,8	1,2	7.918	2002	114,0	14,7
64 Rumania	57,0	158,2	2.819	7 277	-0,8	0,6	7 277	2003	78,7	15,3
65 Mauricio	5,2	13,8	4.274	11.287	4,6	4,0	11.287	2003	6,5	3,9
66 Granada	0,4	0,8	4 199	7 959	3,2	2,4	7 977	2000	2,0	
67 Belarús	17,5	59,8	1.770	6.052	..	0,9	6.052	2003	185,8	28,4
68 Bosnia y Herzegovina	7,0	24,7	1 684	5.967	..	11,9	..	..	..	..
69 Colombia	78,7	298,8	1.764	6 702	1,4	0,4	6.852	1997	17,0	7,1
70 Dominica	0,3	0,4	3.639	5.448	3,2	1,2	6 278	2000	1,6	1,6
71 Omán	..	34,5	..	13 584	2,2	0,9	13.965	2001	0,2	-0,4
72 Albania	6,1	14,5	1 933	4 584	0,3	5,1	4 584	2003	19,2	0,5
73 Tailandia	143,0	471,0	2.305	7.595	5,1	2,8	7.595	2003	4,1	1,8
74 Samoa (Occidental)	0,3	1,0	1 505	5 654	0,8	2,4	5.978	1986	3,6	0,1
75 Venezuela	85,4	126,3	3.326	4 919	-1,1	-1,5	6.038	1977	41,1	31,1
76 Santa Lucía	0,7	0,9	4 314	5 709	3,6	0,3	5 996	1999	2,5	0,9
77 Arabia Saudita	214,7	298,0	9.532	13 226	-2,4	-0,6	24.461	1977	0,5	0,6
78 Ucrania	49,5	265,5	1 024	5 491	-5,7	-4,7	9.755	1989	85,8	5,2
79 Perú	60,6	142,8	2.231	5 260	-0,5	2,1	5.845	1981	16,5	2,3
80 Kazajistán	29,7	99,3	2.000	6 671	..	0,4	6 671	2003	38,8	6,4
81 Líbano	19,0	22,8	4.224	5.074	3,4	2,9	5.074	2003	..	..
82 Ecuador	27,2	47,4	2 091	3 641	0,1	0,1	3 763	1988	37,7	7,9
83 Armenia	2,8	11,2	916	3.671	..	2,8	3.671	2003	36,9	4,8
84 Filipinas	80,6	352,2	989	4.321	0,3	1,2	4 539	1982	7,3	3,0
85 China	1.417,0	6.445,9	1.100	5.003	8,2	8,5	5.003	2003	6,0	1,2
86 Suriname	1,2	..	2.635	..	-0,6	0,9	..	..	67,7	23,0
87 San Vicente y las Granadinas	0,4	0,7	3.403	6.123	3,4	1,8	6.123	2003	1,9	0,3
88 Paraguay	6,0	26,4	1 069	4 684	0,6	-0,6	5 380	1981	11,8	14,2
89 Túnez	25,0	70,9	2.530	7.161	2,1	3,1	7.161	2003	3,9	2,7
90 Jordania	9,9	22,9	1.858	4.320	0,3	0,9	5.195	1987	3,0	2,3
91 Belice	1,0	1,9	3.612	6.950	3,1	2,2	6.950	2003	1,7	2,6
92 Fiji	2,0	4,9	2 438	5 880	0,7	1,8	5 880	2003	3,1	4,2
93 Sri Lanka	18,2	72,7	948	3.778	3,4	3,3	3.778	2003	9,7	6,3
94 Turquía	240,4	478,9	3 399	6 772	1,8	1,3	6 772	2003	72,4	25,3
95 República Dominicana	16,5	59,6	1.893	6.823	2,0	4,0	6 823	2003	8,7	27,4
96 Maldivas	0,7	..	2 441	..	..	4,7	..	..	5,0	-2,9
97 Turkmenistán	6,2	28,9	1 275	5.938	-3,0	-1,3	6 589	1988	..	..
98 Jamaica	8,1	10,8	3.083	4 104	0,4	(.)	4 125	1991	18,3	10,3
99 Irán, Rep. Islámica del	137,1	464,4	2 068	6.995	-0,3	2,1	8 443	1976	22,8	16,5
100 Georgia	4,0	13,3	778	2 588	-4,9	-2,7	7 085	1985	17,7	..
101 Azerbaiyán	7,1	29,8	867	3.617	..	-2,6	3.617	2003	109,1	..
102 Territorios Palestinos Ocupados	3,5	..	1 026	..	..	-6,0	..	..	..	..
103 Argelia	66,5	194,4	2.090	6.107	-0,1	0,6	6.319	1985	12,7	2,6
104 El Salvador	14,9	31,2	2 277	4 781	0,2	2,1	5 456	1978	6,6	2,1
105 Cabo Verde	0,8	2,4	1.698	5 214	3,0	3,3	5 214	2003	4,6	..
106 República Árabe Siria	21,5	62,2	1.237	3 576	0,9	1,4	3.696	1998	4,9	..

Indicadores del desarrollo humano





## Desempeño económico

Clasificación según el IDH	PIB		PIB per cápita		Tasa de crecimiento anual		Valor más alto durante 1975-2003 (PPA en US\$)	Año del valor más alto	Cambio anual promedio del índice de precios de consumo (%)	
	US\$ miles de millones	PPA en miles de millones de US\$	PIB per cápita		Tasa de crecimiento anual (%)				1990-2003	2002-03
			US\$	PPA en US\$	1975-2003	1990-2003				
107 Guyana	0,7	3,3 <sup>a</sup>	965	4.230 <sup>a</sup>	0,7	3,6	4.482	1997	5,8	.
108 Viet Nam	39,2	202,5	482	2.490	5,0 <sup>a</sup>	5,9	2.490	2003	2,8	3,1
109 Kirguistán	1,9	8,8	378	1.751	-3,1 <sup>a</sup>	-2,4	2.586	1990	16,5	3,5
110 Indonesia	208,3	721,5	970	3.361	4,1	2,0	3.493	1997	13,9	6,6
111 Uzbekistán	9,9	44,6	389	1.744	-1,2 <sup>a</sup>	-0,5	1.744 <sup>a</sup>	2003	.	.
112 Nicaragua	4,1	17,9 <sup>a</sup>	745	3.262	-2,8	0,9	7.602 <sup>a</sup>	1977	22,3	5,1
113 Bolivia	7,9	22,8	892	2.587	-0,3	1,3	2.690	1977	7,0	3,3
114 Mongolia	1,3	4,6	514	1.850	-2,0	-2,5	2.888	1988	29,5	5,1
115 Moldova, Rep. de	2,0	6,4	463	1.510	-5,1 <sup>b</sup>	-5,7	3.974	1990	17,8	11,7
116 Honduras	7,0	18,6	1.001	2.665 <sup>a</sup>	0,1	0,2	2.876 <sup>a</sup>	1979	16,4	7,7
117 Guatemala	24,7	51,0 <sup>a</sup>	2.009	4.148 <sup>a</sup>	0,2	1,1	4.255	1980	9,1	5,5
118 Vanuatu	0,3	0,6 <sup>a</sup>	1.348	2.944 <sup>a</sup>	0,2 <sup>a</sup>	-0,3	3.935 <sup>a</sup>	1984	2,7	3,0
119 Egipto	82,4	266,9	1.220	3.950	2,7	2,5	3.950	2003	7,0	4,5
120 África meridional	159,9	474,1 <sup>a</sup>	3.489	10.346 <sup>a</sup>	-0,6	0,1	12.663	1961	8,0	5,9
121 Guinea Ecuatorial	2,9	9,3	5.900	19.780 <sup>a</sup>	11,2 <sup>a</sup>	16,8	19.780 <sup>a</sup>	2001	.	.
122 Tayikistán	1,6	7,0	246	1.106	-8,1	-6,5	2.790	1988	.	.
123 Gabón	6,1	8,6	4.505	6.397	-1,5	-0,4	11.767	1976	4,6	.
124 Marruecos	43,7	120,6	1.452	4.004	1,3	1,0	4.004	2003	3,1	1,2
125 Namibia	4,3	12,4 <sup>a</sup>	2.120	6.180 <sup>a</sup>	-0,1 <sup>a</sup>	0,9	8.462 <sup>a</sup>	1980	9,4	7,2
126 Santo Tomé y Príncipe	0,1	.	378	.	-0,5 <sup>a</sup>	-0,2	.	.	.	.
127 India	600,6	3.078,2 <sup>a</sup>	564	2.892 <sup>a</sup>	3,3	4,0	2.892 <sup>a</sup>	2003	7,9	3,8
128 Islas Salomón	0,3	0,8 <sup>a</sup>	553	1.753 <sup>a</sup>	1,4	-2,5	2.713	1996	9,9	10,0
129 Myanmar	.	.	.	.	1,8 <sup>a</sup>	5,7	.	.	25,9	36,6
130 Camboya	4,2	27,9 <sup>a</sup>	315	2.078 <sup>a</sup>	.	4,0	2.078 <sup>a</sup>	2003	4,3	1,2
131 Botswana	7,5	15,0	4.372	8.714	5,1	2,7	9.182	2002	9,6	9,2
132 Comoras	0,3	1,0 <sup>a</sup>	538	1.714	-1,0 <sup>a</sup>	-1,3	2.177 <sup>a</sup>	1985	.	.
133 Rep. Dem. Popular Lao	2,1	10,0	375	1.759	3,3 <sup>a</sup>	3,7	1.759	2003	29,7	15,5
134 Bhután	0,7	.	797	.	4,0	3,6	.	.	7,7	1,6
135 Pakistán	82,3	311,3	555	2.097	2,5	1,1	2.097	2003	8,1	2,9
136 Nepal	5,9	35,0	237	1.420	2,1	2,2	1.444	2001	7,4	5,7
137 Papua Nueva Guinea	3,2	14,4 <sup>a</sup>	578	2.619 <sup>a</sup>	0,4	0,2	2.900	1994	10,3	14,7
138 Ghana	7,6	46,3	369	2.238	0,4	1,8	2.238	2003	27,0	26,7
139 Bangladesh	51,9	244,4	376	1.770	1,9	3,1	1.770	2003	5,0	5,7
140 Timor-Leste	0,3	.	389	.	.	.	.	.	.	.
141 Sudán	17,8	64,1 <sup>a</sup>	530	1.910 <sup>a</sup>	1,1	3,3	1.910 <sup>a</sup>	2003	63,6	.
142 Congo	3,6	3,6	949	965	-0,1 <sup>a</sup>	-1,4	1.318	1996	7,3	-0,8
143 Togo	1,8	8,2 <sup>a</sup>	362	1.698 <sup>a</sup>	-0,8	0,4	2.227 <sup>a</sup>	1980	6,6	-1,0
144 Uganda	6,3	36,8 <sup>a</sup>	249	1.457	2,6	3,9	1.457	2003	7,9	7,8
145 Zimbabwe	.	31,4 <sup>a</sup>	.	2.443	(.) <sup>a</sup>	-0,8 <sup>a</sup>	3.112 <sup>a</sup>	1998	36,1	.
<b>DESARROLLO HUMANO BAJO</b>										
146 Madagascar	5,5	13,7	324	809	-1,8	-0,9	1.274	1975	15,8	-1,2
147 Swazilandia	1,8	5,2	1.669	4.726	1,8	0,2	4.777	1998	9,2	7,3
148 Camerún	12,5	34,1	776	2.118	-0,5	0,2	2.865	1986	5,5	.
149 Lesoto	1,1	4,6 <sup>a</sup>	635	2.561 <sup>a</sup>	3,1	2,3	2.561 <sup>a</sup>	2003	9,0	6,7
150 Djibouti	0,6	1,5 <sup>a</sup>	886	2.086 <sup>a</sup>	-4,2 <sup>a</sup>	-3,3	.	.	.	.
151 Yemen	10,8	17,0	565	889	.	2,4	889	2003	20,8	10,8
152 Mauritania	1,1	5,0 <sup>a</sup>	384	1.766 <sup>a</sup>	0,4	1,6	1.827 <sup>a</sup>	1976	5,6	5,2
153 Haití	2,9	14,7 <sup>a</sup>	346	1.742	-2,3	-2,8	3.309	1980	19,7	39,3
154 Kenia	14,4	33,1	450	1.037	0,2	-0,6	1.204	1990	12,6	9,8
155 Gambia	0,4	2,6 <sup>a</sup>	278	1.859 <sup>a</sup>	-0,2	-0,1	2.108	1986	4,0	.
156 Guinea	3,6	16,6	459	2.097	1,4	1,6	2.122 <sup>a</sup>	2002	.	.
157 Senegal	6,5	16,9	634	1.648	(.)	1,3	1.669	1976	4,3	(.)
158 Nigeria	58,4	143,3	428	1.050	-0,5	(.)	1.086	1977	26,0	14,0
159 Rwanda	1,6	10,6 <sup>a</sup>	195	1.268	-0,5	0,7	1.446	1983	12,3	6,9



Clasificación según el IDH	PIB		PIB per cápita		Tasa de crecimiento anual		Valor más alto durante 1975-2003 (PPA en US\$)	Año del valor más alto	Cambio anual promedio del índice de precios de consumo (%)	
	US\$ miles de millones	PPA en miles de millones de US\$	US\$	PPA en US\$	Tasa de crecimiento anual (%)				1990-2003	2002-03
	2003	2003	2003	2003	1975-2003	1990-2003	1975-2003	1990-2003	2002-03	
160 Angola	13,2	31,7 <sup>a</sup>	975	2.344	-1,1	0,4	2.910	1992	500,8	98,2
161 Eritrea	0,8	3,7 <sup>a</sup>	171	849		1,0	999	1998		
162 Benin	3,5	7,5	517	1.115	0,7	2,2	1.115	2003	6,5	1,5
163 Côte d'Ivoire	13,7	24,8	816	1.476	-1,9	-0,4	2.726	1978	6,0	3,3
164 Tanzania, Rep. Unida de	10,3	22,3	287	621	0,8 <sup>b</sup>	1,0	621	2003	16,2	3,5
165 Malawi	1,7	6,6	156	605	0,2	0,9	653	1979	31,0	9,6
166 Zambia	4,3	9,1	417	877	-1,9	-0,9	1.496	1976	46,4	
167 Congo, Rep. Dem. del	5,7		107		-4,9	-6,3	2.452	1975	0,0	
168 Mozambique	4,3	21,0 <sup>a</sup>	230	1.117 <sup>b</sup>	2,3	4,6	1.117 <sup>c</sup>	2003	24,8	13,4
169 Burundi	0,6	4,7	83	648	-0,9	-3,5	952 <sup>d</sup>	1991	14,6	16,0
170 Etiopía	6,7	48,8 <sup>a</sup>	97	711 <sup>e</sup>	0,1 <sup>f</sup>	2,0	752 <sup>g</sup>	2002	4,0	17,8
171 República Centroafricana	1,2	4,2 <sup>h</sup>	309	1.089 <sup>i</sup>	-1,5	-0,4	1.707	1977	4,4	3,1
172 Guinea-Bissau	0,2	1,1 <sup>h</sup>	160	711 <sup>h</sup>	-0,4	-2,4	1.091 <sup>i</sup>	1997	24,6	-3,5
173 Chad	2,6	10,4 <sup>h</sup>	304	1.210	0,1	( )	1.210	2003	7,2	-1,9
174 Mali	4,3	11,8	371	994	( )	2,4	995	2002	4,3	-1,3
175 Burkina Faso	4,2	14,2 <sup>h</sup>	345	1.174	1,2	1,7	1.174	2003	4,6	2,0
176 Sierra Leona	0,8	2,9	149	548	-3,3	-5,3	1.139	1982	22,4	7,6
177 Níger	2,7	9,8 <sup>h</sup>	232	835 <sup>h</sup>	-1,8	-0,6	1.383 <sup>h</sup>	1979	5,0	-1,6
<b>Países en desarrollo</b>	<b>6.981,9 T</b>	<b>21.626,4 T</b>	<b>1.414</b>	<b>4.369</b>	<b>2,3</b>	<b>2,9</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>
Países menos adelantados	221,4 T	895,1 T	329	1.328	0,7	2,0	..	..	..	..
Estados Árabes	773,4 T	1.683,6 T	2.811	5.685	0,2	1,0	..	..	..	..
Asia Oriental y el Pacífico	2.893,6 T	9.762,2 T	1.512	5.100	6,0	5,6	..	..	..	..
América Latina y El Caribe	1.745,9 T	3.947,0 T	3.275	7.404	0,6	1,1	..	..	..	..
Asia Meridional	902,2 T	4.235,9 T	617	2.697	2,6	3,5	..	..	..	..
África Subsahariana	418,5 T	1.227,4 T	633	1.856	-0,7	0,1	..	..	..	..
Europa Central y Oriental y la CEI	1.189,9 T	3.203,5 T	2.949	7.939	..	0,3	..	..	..	..
OCDE	29.650,5 T	29.840,6 T	25.750	25.915	2,0	1,8	..	..	..	..
Países de la OCDE de ingresos altos	28.369,5 T	27.601,9 T	31.020	30.181	2,2	1,9	..	..	..	..
Desarrollo humano alto	30.341,0 T	30.941,3 T	25.167	25.865	2,2	1,8	..	..	..	..
Desarrollo humano medio	5.414,8 T	19.581,1 T	1.237	4.474	1,7	2,4	..	..	..	..
Desarrollo humano bajo	202,2 T	580,4 T	358	1.046	2,0 <sup>h</sup>	2,8 <sup>h</sup>	..	..	..	..
Ingresos altos	29.052,4 T	28.398,0 T	30.589	29.898	2,0	1,8	..	..	..	..
Ingresos medios	6.021,9 T	18.244,6 T	2.015	6.104	2,0	2,5	..	..	..	..
Ingresos bajos	1.103,0 T	4.946,9 T	483	2.168	-0,8 <sup>h</sup>	0,1 <sup>h</sup>	..	..	..	..
<b>Total mundial</b>	<b>36.058,3 T</b>	<b>51.150,6 T</b>	<b>5.801</b>	<b>6.229</b>	<b>1,4</b>	<b>1,4</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>	<b>..</b>

**NOTAS**

- a En teoría, en los Estados Unidos el valor del PIB en paridad del poder adquisitivo (PPA) en dólares de EE.UU. debería ser igual al valor en dólares de FF.UU., sin embargo, esto no es así debido a problemas prácticos que surgieron en el cálculo del PIB en PPA en dólares de EE.UU.
- b Los datos se refieren a un periodo más corto que el especificado.
- c Los datos se refieren al año 2001
- d Los datos se refieren al año 2002
- e Los cálculos se basan en una regresión.
- f Los cálculos se basan en una comparación bilateral entre China y los Estados Unidos (Huoen y Ka) 1995).
- g Las tasas de crecimiento de la India explican gran parte de la diferencia en las tasas de crecimiento anual promedio de los países de bajos ingresos y bajo desarrollo humano.

**FUENTES**

Columnas 1 y 2: Banco Mundial 2005c; cifras totales calculadas por el Banco Mundial para la Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano.  
 Columnas 3 y 4: cálculos basados en los datos del PIB y de población del Banco Mundial 2005c; cifras totales calculadas por el Banco Mundial para la Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano.  
 Columnas 5 y 6: Banco Mundial 2005a; cifras totales calculadas por el Banco Mundial para la Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano utilizando el método de mínimas cuadradas.  
 Columnas 7 y 8: basadas en series cronológicas del PIB per cápita en PPA en US\$ del Banco Mundial 2005c.  
 Columnas 9 y 10: cálculos basados en los datos del índice de precios al consumo del Banco Mundial 2005c.

## Desigualdad de ingresos o consumo



Clasificación según el IDH	Año de la encuesta	ODM Participación en los Ingresos o consumo (%)				Índice de desigualdad		Coeficiente de Gini <sup>2</sup>
		10% más pobre	20% más pobre	20% más rico	10% más rico	10% más rico respecto del	20% más rico respecto del	
						10% más pobre <sup>1</sup>	20% más pobre <sup>1</sup>	
<b>DESARROLLO HUMANO ALTO</b>								
1 Noruega	2000	3,9	9,6	37,2	23,4	6,1	3,9	25,8
2 Islandia	..	..	..	..	..	..	..	..
3 Australia	1994	2,0	5,9	41,3	25,4	12,5	7,0	35,2
4 Luxemburgo	..	..	..	..	..	..	..	..
5 Canadá	1998	2,5	7,0	40,4	25,0	10,1	5,8	33,1
6 Suecia	2000	3,8	9,1	36,6	22,2	6,2	4,0	25,0
7 Suiza	1992	2,6	6,9	40,3	25,2	9,9	5,8	33,1
8 Irlanda	1996	2,8	7,1	43,3	27,6	9,7	6,1	35,9
9 Bélgica	1996	2,9	8,3	37,3	22,8	7,8	4,5	25,0
10 Estados Unidos	2000	1,9	5,4	45,8	29,9	15,9	8,4	40,8
11 Japón	1993	4,8	10,6	35,7	21,7	4,5	3,4	24,9
12 Países Bajos	1999	2,5	7,6	38,7	22,9	9,2	5,1	30,9
13 Finlandia	2000	4,0	9,6	36,7	22,6	5,6	3,8	26,9
14 Dinamarca	1997	2,6	8,3	35,6	21,3	8,1	4,3	24,7
15 Reino Unido	1999	2,1	6,1	44,0	28,5	13,8	7,2	36,0
16 Francia	1995	2,8	7,2	40,2	25,1	9,1	5,6	32,7
17 Austria	1997	3,1	8,1	38,5	23,5	7,6	4,7	30,0
18 Italia	2000	2,3	6,5	42,0	26,8	11,6	6,5	36,0
19 Nueva Zelanda	1997	2,2	6,4	43,8	27,8	12,5	6,8	36,2
20 Alemania	2000	3,2	8,5	36,9	22,1	6,9	4,3	28,3
21 España	1990	2,8	7,5	40,3	25,2	9,0	5,4	32,5
22 Hong Kong, China (RAE)	1996	2,0	5,3	50,7	34,9	17,8	9,7	43,4
23 Israel	1997	2,4	6,9	44,3	26,2	11,7	6,4	35,5
24 Grecia	1998	2,9	7,1	43,6	28,5	10,0	6,2	35,4
25 Singapur	1998	1,9	5,0	49,0	32,8	17,7	9,7	42,5
26 Eslovenia	1998	3,6	9,1	35,7	21,4	5,9	3,9	28,4
27 Portugal	1997	2,0	5,8	45,9	29,8	15,0	8,0	38,5
28 Corea, República de	1998	2,9	7,9	37,5	22,5	7,8	4,7	31,6
29 Chipre	..	..	..	..	..	..	..	..
30 Barbados	..	..	..	..	..	..	..	..
31 República Checa	1996	4,3	10,3	35,9	22,4	5,2	3,5	25,4
32 Malta	..	..	..	..	..	..	..	..
33 Brunei Darussalam	..	..	..	..	..	..	..	..
34 Argentina <sup>1</sup>	2001	1,0	3,1	56,4	38,9	39,1	18,1	52,2
35 Hungría	2002	4,0	9,5	36,5	22,2	5,5	3,8	26,9
36 Polonia	2002	3,1	7,6	41,9	26,7	8,6	5,5	34,1
37 Chile	2000	1,2	3,3	62,2	47,0	40,6	18,7	57,1
38 Estonia	2000	1,9	6,1	44,0	28,5	14,9	7,2	37,2
39 Lituania	2000	3,2	7,9	40,0	24,9	7,9	5,1	31,9
40 Qatar	..	..	..	..	..	..	..	..
41 Emiratos Árabes Unidos	..	..	..	..	..	..	..	..
42 Eslovaquia	1996	3,1	8,8	34,8	20,9	6,7	4,0	25,8
43 Bahrein	..	..	..	..	..	..	..	..
44 Kuwait	..	..	..	..	..	..	..	..
45 Croacia	2001	3,4	8,3	39,6	24,5	7,3	4,8	29,0
46 Uruguay <sup>1</sup>	2000	1,8	4,8	50,1	33,5	18,9	10,4	44,6
47 Costa Rica	2000	1,4	4,2	51,5	34,8	25,1	12,3	46,5
48 Letonia	1998	2,8	7,3	41,1	26,1	9,2	5,6	33,6
49 Santa Kitts y Nevis	..	..	..	..	..	..	..	..
50 Bahamas	..	..	..	..	..	..	..	..
51 Seychelles	..	..	..	..	..	..	..	..
52 Cuba	..	..	..	..	..	..	..	..
53 México	2000	1,0	3,1	59,1	43,1	45,0	19,3	54,6



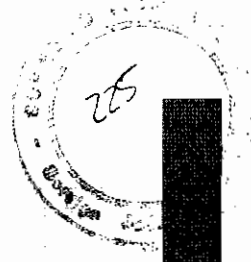
Clasificación según el IDH	Año de la encuesta	ODM Participación en los ingresos o consumo (%)				Índice de desigualdad		Coeficiente de Gini
		10% más pobre	20% más pobre	20% más rico	10% más rico	10% más rico respecto del 10% más pobre	20% más rico respecto del 20% más pobre	
		54 Tonga	..	..	..	..	..	
55 Bulgaria	2001	2,4	6,7	38,9	23,7	9,9	5,8	31,9
56 Panamá	2000	0,7	2,4	60,3	43,3	62,3	24,7	56,4
57 Trinidad y Tobago	1992	2,1	5,5	45,9	29,9	14,4	6,3	40,3
<b>DESARROLLO HUMANO MEDIO</b>								
58 Jamahiriya Árabe Libia	..	..	..	..	..	..	..	..
59 Macedonia, ERY	1998	3,3	8,4	36,7	22,1	6,8	4,4	28,2
60 Antigua y Barbuda	..	..	..	..	..	..	..	..
61 Malasia	1997	1,7	4,4	54,3	38,4	22,1	12,4	49,2
62 Rusia, Federación de	2002	3,3	8,2	39,3	23,8	7,1	4,8	31,0
63 Brasil	2001	0,7	2,4	63,2	46,9	68,0	26,4	59,3
64 Rumania	2002	3,2	7,9	41,0	26,1	8,1	5,2	30,3
65 Mauricio	..	..	..	..	..	..	..	..
66 Granada	..	..	..	..	..	..	..	..
67 Belarús	2000	3,5	8,4	39,1	24,1	6,9	4,6	30,4
68 Bosnia y Herzegovina	2001	3,9	9,5	35,8	21,4	5,4	3,8	26,2
69 Colombia	1999	0,8	2,7	61,8	48,5	57,6	22,9	57,6
70 Dominica	..	..	..	..	..	..	..	..
71 Omán	..	..	..	..	..	..	..	..
72 Albania	2002	3,8	9,1	37,4	22,4	5,9	4,1	26,2
73 Tailandia	2000	2,5	6,1	50,0	33,8	13,4	8,3	43,2
74 Samoa (Occidental)	..	..	..	..	..	..	..	..
75 Venezuela	1998	0,6	3,0	53,4	36,3	62,9	17,9	49,1
76 Santa Lucía	..	..	..	..	..	..	..	..
77 Arabia Saudita	..	..	..	..	..	..	..	..
78 Ucrania	1999	3,7	8,8	37,8	23,2	6,4	4,3	29,0
79 Perú	2000	0,7	2,9	53,2	37,2	49,9	18,4	49,8
80 Kazajstán	2003	3,2	7,8	40,0	24,4	7,5	5,1	32,3
81 Líbano	..	..	..	..	..	..	..	..
82 Ecuador	1998	0,9	3,3	58,0	41,6	44,9	17,3	43,7
83 Armenia	1998	2,6	6,7	45,1	29,7	11,5	6,8	37,9
84 Filipinas	2000	2,2	5,4	52,3	36,3	16,5	9,7	46,1
85 China	2001	1,8	4,7	50,0	33,1	18,4	10,7	44,7
86 Suriname	..	..	..	..	..	..	..	..
87 San Vicente y las Granadinas	..	..	..	..	..	..	..	..
88 Paraguay	2002	0,6	2,2	61,3	45,4	73,4	27,8	57,8
89 Túnez	2000	2,3	6,0	47,3	31,5	13,4	7,9	39,8
90 Jordania	1997	3,3	7,6	44,4	29,6	9,1	5,9	36,4
91 Belice	..	..	..	..	..	..	..	..
92 Fiji	..	..	..	..	..	..	..	..
93 Sri Lanka	1999	3,4	8,3	42,2	27,8	8,1	5,1	33,2
94 Turquía	2000	2,3	6,1	46,7	30,7	13,3	7,7	40,0
95 República Dominicana	1998	2,1	5,1	53,3	37,9	17,7	10,5	47,4
96 Maldivas	..	..	..	..	..	..	..	..
97 Turkmenistán	1998	2,6	6,1	47,5	31,7	12,3	7,7	40,8
98 Jamaica	2000	2,7	6,7	46,0	30,3	11,4	6,9	37,9
99 Irán, Rep. Islámica del	1998	2,0	5,1	49,9	33,7	17,2	9,7	43,0
100 Georgia	2001	2,3	6,4	43,6	27,9	12,0	6,8	36,9
101 Azerbaiyán	2001	3,1	7,4	44,5	29,5	9,7	6,0	36,5
102 Territorios Palestinos Ocupados	..	..	..	..	..	..	..	..
103 Argelia	1995	2,8	7,0	42,6	26,8	9,6	6,1	35,3
104 El Salvador	2000	0,9	2,9	57,1	40,6	47,4	19,8	53,2
105 Cabo Verde	..	..	..	..	..	..	..	..
106 República Árabe Siria	..	..	..	..	..	..	..	..

Indicadores del desarrollo humano



## Desigualdad de ingresos o consumo

Clasificación según el IDH	Año de la encuesta	ODM Participación en los ingresos o consumo (%)				Índice de desigualdad		Coeficiente de Gini <sup>1)</sup>
		10% más pobre	20% más pobre	20% más rico	10% más rico	10% más rico respecto del 10% más pobre <sup>2)</sup>	20% más rico respecto del 20% más pobre <sup>3)</sup>	
107 Guyana	...	...	...	...	...	...	...	
108 Viet Nam	2002	3,2	7,5	45,4	29,9	9,4	6,0	37,0
109 Kirguistán	2002 <sup>4)</sup>	3,2	7,7	43,0	27,9	8,6	5,5	34,8
110 Indonesia	2002	3,6	8,4	43,3	28,5	7,8	5,2	34,3
111 Uzbekistán	2000 <sup>5)</sup>	3,6	9,2	36,3	22,0	6,1	4,0	26,8
112 Nicaragua	2001 <sup>6)</sup>	2,2	5,6	49,3	33,8	15,5	8,8	43,1
113 Bolivia	1999 <sup>7)</sup>	1,3	4,0	49,1	32,0	24,6	12,3	44,7
114 Mongolia	1998	2,1	5,6	51,2	37,0	17,8	9,1	30,3
115 Moldova, Rep. de	2002	2,7	6,8	44,1	28,4	10,3	6,5	36,9
116 Honduras	1999	0,9	2,7	58,9	42,2	49,1	21,5	55,0
117 Guatemala	2000	0,9	2,6	64,1	48,3	55,1	24,4	59,9
118 Vanuatu	...	...	...	...	...	...	...	...
119 Egipto	1999 <sup>8)</sup>	3,7	8,6	43,6	29,5	8,0	5,1	34,4
120 África del Sur	2000 <sup>9)</sup>	1,4	3,5	62,2	44,7	33,1	17,9	57,8
121 Guinea Ecuatorial	...	...	...	...	...	...	...	...
122 Tayikistán	2003 <sup>10)</sup>	3,3	7,9	40,8	25,6	7,8	5,2	32,6
123 Gabón	...	...	...	...	...	...	...	...
124 Marruecos	1998	2,6	6,5	46,6	30,9	11,7	7,2	39,5
125 Namibia	1993	0,5	1,4	78,7	64,5	128,8	56,1	70,7
126 Santo Tomé y Príncipe	...	...	...	...	...	...	...	...
127 India	1999	3,9	8,9	43,3	28,5	7,3	4,9	32,5
128 Islas Salomón	...	...	...	...	...	...	...	...
129 Myanmar	...	...	...	...	...	...	...	...
130 Camboya	1997 <sup>11)</sup>	2,9	6,9	47,6	33,8	11,6	6,9	40,4
131 Botswana	1993 <sup>12)</sup>	0,7	2,2	70,3	56,6	77,6	31,5	63,0
132 Comoras	...	...	...	...	...	...	...	...
133 Rep. Dem. Popular Lao	1997 <sup>13)</sup>	3,2	7,6	45,0	30,6	9,7	6,0	37,0
134 Bhután	...	...	...	...	...	...	...	...
135 Pakistán	1998	3,7	8,8	42,3	28,3	7,6	4,8	33,0
136 Nepal	1995	3,2	7,6	44,8	29,8	9,3	5,9	36,7
137 Papua Nueva Guinea	1996 <sup>14)</sup>	1,7	4,5	56,5	40,5	23,8	12,6	50,9
138 Ghana	1998	2,1	5,6	46,6	30,0	14,1	8,4	40,8
139 Bangladesh	2000 <sup>15)</sup>	3,9	9,0	41,3	26,7	6,8	4,6	31,8
140 Timor-Leste	...	...	...	...	...	...	...	...
141 Sudán	...	...	...	...	...	...	...	...
142 Congo	...	...	...	...	...	...	...	...
143 Togo	...	...	...	...	...	...	...	...
144 Uganda	1999 <sup>16)</sup>	2,3	5,9	49,7	34,9	14,9	8,4	43,0
145 Zimbabwe	1995 <sup>17)</sup>	1,8	4,6	55,7	40,3	22,0	12,0	56,8
<b>DESARROLLO HUMANO BAJO</b>								
146 Madagascar	2001 <sup>18)</sup>	1,9	4,9	53,5	36,6	19,2	11,0	47,5
147 Swazilandia	1994	1,0	2,7	64,4	50,2	49,7	23,8	60,9
148 Camerún	2001 <sup>19)</sup>	2,3	5,6	50,9	35,4	15,7	9,1	44,6
149 Lesotho	1995 <sup>20)</sup>	0,5	1,5	66,5	48,3	105,0	44,2	63,2
150 Djibouti	...	...	...	...	...	...	...	...
151 Yemen	1998	3,0	7,4	41,2	25,9	8,6	5,6	33,4
152 Mauritania	2000	2,5	6,2	45,7	29,5	12,0	7,4	39,0
153 Haití	...	...	...	...	...	...	...	...
154 Kenia	1997 <sup>21)</sup>	2,5	6,0	49,1	33,9	13,6	8,2	42,5
155 Gambia	1998	1,8	4,8	53,4	37,0	20,2	11,2	47,5
156 Guinea	1994 <sup>22)</sup>	2,6	6,4	47,2	32,0	12,3	7,3	40,3
157 Senegal	1995	2,6	6,4	48,2	33,5	12,8	7,5	41,3
158 Nigeria	1996 <sup>23)</sup>	1,6	4,4	55,7	40,8	24,9	12,8	50,6
159 Rwanda	1983 <sup>24)</sup>	4,2	9,7	39,1	24,2	5,8	4,0	28,9



Clasificación según el IDH	Año de la encuesta	ODM Participación en los ingresos o consumo (%)				Índice de desigualdad		Coeficiente de Gini <sup>1)</sup>	
		10% más pobre	20% más pobre	20% más rico	10% más rico	10% más rico respecto del 10% más pobre <sup>2)</sup>	20% más rico respecto del 20% más pobre <sup>3)</sup>		
		160	Angola	..	..	..	..		..
161	Eritrea	..	..	..	..	..	..		
162	Benin	..	..	..	..	..	..		
163	Côte d'Ivoire	2002 <sup>c)</sup>	2,0	5,2	50,7	34,0	16,6	9,7	44,6
164	Tanzania, Rep. Unida de	1993 <sup>d)</sup>	2,8	6,8	45,5	30,1	10,8	6,7	38,2
165	Malawi	1997 <sup>e)</sup>	1,9	4,9	56,1	42,2	22,7	11,6	50,3
166	Zambia	1998 <sup>e)</sup>	1,0	3,3	56,6	41,0	41,8	17,2	52,6
167	Congo, Rep. Dem. del	..	..	..	..	..	..	..	..
168	Mozambique	1996 <sup>e)</sup>	2,5	6,5	46,5	31,7	12,5	7,2	39,6
169	Burundi	1998 <sup>e)</sup>	1,7	5,1	48,0	32,8	19,3	9,5	33,3
170	Etiopia	1999 <sup>e)</sup>	3,9	9,1	39,4	25,5	6,6	4,3	30,0
171	República Centroafricana	1993 <sup>e)</sup>	0,7	2,0	65,0	47,7	69,2	32,7	61,3
172	Guinea-Bissau	1993 <sup>e)</sup>	2,1	5,2	53,4	39,3	19,0	10,3	47,0
173	Chad	..	..	..	..	..	..	..	..
174	Malí	1994 <sup>f)</sup>	1,8	4,6	56,2	40,4	23,1	12,2	50,5
175	Burkina Faso	1998 <sup>e)</sup>	1,8	4,5	60,7	46,3	26,2	13,6	48,2
176	Sierra Leona	1989 <sup>e)</sup>	0,5	1,1	63,4	43,6	87,2	57,6	62,9
177	Níger	1995	0,8	2,6	53,3	35,4	46,0	20,7	50,5

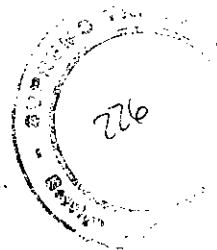
**NOTAS**

Dado que las encuestas subyacentes sobre los hogares difieren tanto en la metodología como en el tipo de datos recogidos, los datos de distribución en rigor no son comparables entre los distintos países.

- 1) Los datos muestran la relación entre la participación en los ingresos o consumo del grupo más rico y la del grupo más pobre. Debido al redondeo de las cifras, los resultados pueden diferir de las relaciones calculadas utilizando la participación en los ingresos o el consumo de las columnas 2 y 5.
- 2) Un valor de 0 representa la igualdad perfecta y un valor de 100, la desigualdad perfecta.
- 3) Encuesta basada en los ingresos.
- 4) Los datos se refieren sólo a áreas urbanas.
- 5) Encuesta basada en el consumo.

**FUENTES**

Columnas 1 a 5 y 8. Banco Mundial 2005b.  
Columna 6: cálculos basados en los datos de las columnas 2 y 5.  
Columna 7: cálculos basados en los datos de las columnas 3 y 4.

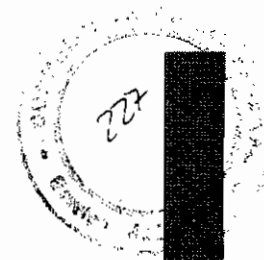


# CUADRO 16

...para acceder a los recursos necesarios que permitan disfrutar de un nivel de vida digno...

## La estructura del comercio

Clasificación según el IDH	Importación de bienes y servicios (% del PIB)		Exportación de bienes y servicios (% del PIB)		Exportación de productos primarios (% de exportación de mercancías)		Exportación de productos manufacturados (% de exportación de mercancías)		Exportación de productos de alta tecnología (% de exportación de productos manufacturados)		Relación de Intercambio (1980=100)
	1990	2003	1990	2003	1990	2003	1990	2003	1990	2003	
<b>DESARROLLO HUMANO ALTO</b>											
1 Noruega	34	28	40	41	67	74	33	21	12	19	71
2 Islandia	33	39	34	35	91	85	8	15	10	6	
3 Australia	17	22	17	20	73	61	24	30	8	14	87
4 Luxemburgo	100	123	104	140		13		84		12	
5 Canadá	26	37	26	42	36	33	59	61	14	14	88
6 Suecia	29	37	30	44	16	13	83	81	13	15	110
7 Suiza	34	37	36	44	6	7	94	93	12	22	
8 Irlanda	52	75	57	94	26	9	70	86	41	34	99
9 Bélgica	69	80	71	82		17		80		8	105
10 Estados Unidos	11	14	10	10	22	16	74	80	33	31	119
11 Japón	9	10	10	12	3	3	96	93	24	24	145
12 Países Bajos	51	58	54	63	37	29	59	71	16	31	103
13 Finlandia	24	30	23	37	17	15	83	84	8	24	117
14 Dinamarca	31	37	36	43	35	30	60	66	15	20	110
15 Reino Unido	27	28	24	25	19	16	79	78	24	26	99
16 Francia	22	25	21	26	23	17	77	81	16	19	
17 Austria	38	50	40	52	12	13	88	78	8	13	
18 Italia	20	25	20	25	11	11	88	87	8	8	126
19 Nueva Zelanda	27	31	27	32	75	67	23	29	4	10	111
20 Alemania	25	32	25	36	10	9	89	84	11	16	117
21 España	20	30	16	28	24	21	75	77	6	7	132
22 Hong Kong, China (RAE)	124	181	132	170	4	6	95	93		13	100
23 Israel	45	44	35	37	13	7	87	93	10	18	112
24 Grecia	28	28	18	20	46	40	54	58	2	12	71
25 Singapur					27	12	72	85	40	59	77
26 Eslovenia		60		60		10		90		6	
27 Portugal	39	38	33	30	19	14	80	86	4	9	
28 Corea, República de	29	36	28	38	6	7	94	93	18	32	116
29 Chipre	57		52		45	51	55	49	6	5	
30 Barbados	52	55	49	52	55	46	43	52		14	
31 República Checa	43	65	45	63		10		90		13	
32 Malta	99	89	85	88	4	4	96	96	45	62	
33 Brunei Darussalam					100	94	(.)	6		(.)	
34 Argentina	5	14	10	25	71	72	29	27		9	74
35 Hungría	29	68	31	65	35	11	63	87		26	89
36 Polonia	22	26	29	21	36	17	59	81		3	317
37 Chile	31	33	35	36	87	81	11	16	5	3	52
38 Estonia		83		75		26		74		13	
39 Lituania	61	80	52	54		37		63		5	
40 Qatar					84	89	16	10		(.)	
41 Emiratos Árabes Unidos	40		65		54	96	46	4		2	
42 Eslovaquia	36	80	27	78		12		88		4	
43 Bahrein	95	65	116	81	91	91	9	9		(.)	
44 Kuwait	58	40	45	48	94	93	6	7	3	1	
45 Croacia		57		47		28		72		12	
46 Uruguay	18	23	24	26	61	66	39	34		2	118
47 Costa Rica	41	49	35	47	66	34	27	66		45	124
48 Letonia	49	57	48	47		40		60		4	
49 Saint Kitts Y Nevis	83	56	52	37		27		73		(.)	
50 Bahamas								37		1	
51 Seychelles	67	77	62	77			(.)	5			
52 Cuba						90		10		29	
53 México	20	30	19	28	56	18	43	81	8	21	30



Clasificación según el IDH	Importación de bienes y servicios (% del PIB)		Exportación de bienes y servicios (% del PIB)		Exportación de productos primarios (% de exportación de mercancías)		Exportación de productos manufacturados (% de exportación de mercancías)		Exportación de productos de alta tecnología (% de exportación de productos manufacturados)		Relación de Intercambio (1980=100)
	1990	2003	1990	2003	1990	2003	1990	2003	1990	2003	2002
54 Tonga	65	58 <sup>a</sup>	34	13	..	..	21	..	..	..	..
55 Bulgaria	37	63	33	53	..	29	..	66	..	4	..
56 Panamá	79	58	87	59	76	89	21	11	..	1	85
57 Trinidad y Tobago	29	41	45	50	73	67 <sup>b</sup>	27	33 <sup>b</sup>	..	2	..
<b>DESARROLLO HUMANO MEDIO</b>											
58 Jamahiriya Árabe Libia	31	36 <sup>b</sup>	40	48 <sup>b</sup>	95	..	5	..	..	..	..
59 Macedonia, RY	36	53	26	35	..	28	..	72	..	1	..
60 Antigua y Barbuda	87	68	89	60	..	..	..	..	..	..	..
61 Malasia	72	93	75	114	46	22	54	77	38	58	..
62 Rusia, Federación de	18	21	18	32	..	65	..	21	..	19	..
63 Brasil	7	13	8	17	47	47	52	52	7	12	145
64 Rumania	26	39	17	33	26	17	73	83	2	4	..
65 Mauricio	71	57	64	60	34	26	66	74	1	5	94
66 Granada	63	57 <sup>c</sup>	42	47	..	82	20	18	..	1	..
67 Belarús	44	70	46	66	..	35	..	62	..	4	..
68 Bosnia y Herzegovina	..	59	..	25	..	..	..	..	..	..	..
69 Colombia	15	22	21	21	74	64	25	36	..	7	71
70 Dominica	81	62	55	54	..	..	32	60	..	7	..
71 Omán	31	35 <sup>c</sup>	53	57 <sup>b</sup>	94	85	5	14	2	2	..
72 Albania	23	42	15	19	..	16	..	84	..	1	..
73 Tailandia	42	59	34	68	38	22	63	75	21	30	69
74 Samoa (Occidental)	..	..	..	..	..	19	4	81	..	( )	..
75 Venezuela	20	15	39	31	90	87	10	13	4	4	37
76 Santa Lucía	84	69	73	56	..	76 <sup>c</sup>	28	26	..	8	..
77 Arabia Saudita	32	24	41	47	93	90 <sup>b</sup>	7	10	..	( )	..
78 Ucrania	29	48	28	53	..	32 <sup>c</sup>	..	67	..	5	..
79 Perú	14	18	18	18	82	78	18	22	..	2	50
80 Kazajstán	..	44	..	50	..	82	..	18	..	9	..
81 Líbano	100	39	16	13	..	31	..	68	..	2	..
82 Ecuador	32	29	33	24	98	88	2	12	( )	6	36
83 Armenia	46	50	35	32	..	38	..	62	..	1	..
84 Filipinas	33	51	28	48	31	10	38	90	..	74	85
85 China	14	32	18	34	27	9	72	91	..	27	..
86 Suriname	44	45 <sup>c</sup>	42	21	26	..	74	7	..	( )	..
87 San Vicente y las Granadinas	77	65	68	47	..	91	..	10	..	( )	..
88 Paraguay	39	47	33	32	..	86	10	14	( )	6	175
89 Túnez	51	47	44	43	31	19	69	81	2	4	85
90 Jordania	93	70	62	45	..	31	51	69	1	2	129
91 Belice	60	67	62	54	..	..	15	1	..	( )	..
92 Fiji	67	66 <sup>c</sup>	62	73 <sup>c</sup>	63	55	36	44	12	1	..
93 Sri Lanka	38	42	29	38	42	25 <sup>b</sup>	54	74 <sup>c</sup>	1	1	..
94 Turquía	18	31	13	28	32	15	68	84	1	2	94
95 República Dominicana	44	54	34	52	..	60 <sup>c</sup>	..	34 <sup>b</sup>	..	1	57
96 Maldivas	84	66	24	85	..	..	..	32	..	..	..
97 Turkmenistán	..	42 <sup>c</sup>	..	41	..	..	..	..	..	..	..
98 Jamaica	52	59	48	41	31	36	69	64	..	( )	..
99 Irán, Rep. Islámica del	24	23	22	25	..	92	..	8	..	2	..
100 Georgia	46	46	40	32	..	69	..	31	..	24	..
101 Azerbaiyán	39	67	44	43	..	93	..	8	..	5	..
102 Territorios Palestinos Ocupados	..	49	..	10	..	..	..	..	..	..	..
103 Argelia	25	24	23	39	97	98	3	2	..	2	31
104 El Salvador	31	43	19	27	62	43	38	57	..	5	123
105 Cabo Verde	44	68	13	32	..	..	..	96 <sup>c</sup>	..	1	100
106 República Árabe Siria	28	33	28	40	64	89	36	11	..	1	..

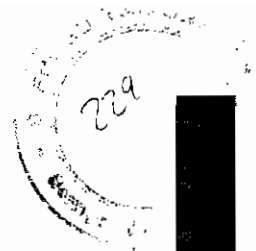
Indicadores del desarrollo humano



## La estructura del comercio



Clasificación según el IDH	Importación de bienes y servicios (% del PIB)		Exportación de bienes y servicios (% del PIB)		Exportación de productos primarios (% de exportación de mercancías)		Exportación de productos manufacturados (% de exportación de mercancías)		Exportación de productos de alta tecnología (% de exportación de productos manufacturados)		Relación de Intercambio (1960=100) *
	1990	2003	1990	2003	1990	2003	1990	2003	1990	2003	
	2002										
107 Guyana	80	106	63	93	..	75	..	24	..	1	..
108 Viet Nam	46	68	36	60	..	49	..	50	..	2	..
109 Kirguistán	50	42	29	38	..	60	..	39	..	2	..
110 Indonesia	24	26	25	31	65	48	35	52	1	14	..
111 Uzbekistán	48	30	29	37	..	..	..	..	..	..	..
112 Nicaragua	46	51	25	24	92	67	8	13	..	4	71
113 Bolivia	24	25	23	24	95	83	5	17	..	8	47
114 Mongolia	53	80	24	68	..	62	..	38	..	(.)	..
115 Moldova, Rep. de	51	88	49	54	..	68	..	32	..	3	..
116 Honduras	40	54	36	36	91	79	9	21	..	(.)	81
117 Guatemala	25	28	21	16	76	60	24	40	..	7	86
118 Vanuatu	77	..	49	..	..	..	13	..	20	..	..
119 Egipto	33	24	20	22	57	63	42	31	..	(.)	53
120 Sudáfrica	19	26	24	28	..	42	..	58	..	5	86
121 Guinea Ecuatorial	70	..	32	..	..	..	..	..	..	..	..
122 Tayikistán	35	79	28	60	..	..	..	..	..	..	..
123 Gabón	31	41	46	62	..	..	..	..	..	..	58
124 Marruecos	32	36	26	32	48	31	52	69	..	11	106
125 Namibia	67	47	52	39	..	58	..	41	..	3	..
126 Santo Tomé y Príncipe	72	83	14	38	..	..	..	..	..	..	..
127 India	9	16	7	14	28	22	71	77	2	5	131
128 Islas Salomón	73	33	47	31	..	..	..	..	..	..	..
129 Myanmar	5	..	3	..	..	..	..	..	..	..	..
130 Camboya	13	71	6	62	..	99	..	1	..	..	..
131 Botswana	50	34	55	44	..	9	..	91	..	(.)	106
132 Comoras	35	25	14	13	..	..	..	..	..	..	109
133 Rep. Dem. Popular Lao	25	25	11	25	..	..	..	..	..	..	..
134 Bhután	32	43	28	22	..	..	..	..	..	..	..
135 Pakistán	23	20	16	20	21	15	79	85	(.)	1	88
136 Nepal	22	29	11	17	..	..	83	..	..	..	..
137 Papua Nueva Guinea	49	..	41	..	89	94	10	6	..	39	..
138 Ghana	26	52	17	40	..	84	..	16	..	3	58
139 Bangladesh	14	20	6	14	..	10	77	89	(.)	(.)	..
140 Timor-Leste	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
141 Sudán	..	12	..	16	..	97	..	3	..	7	91
142 Congo	46	53	54	78	..	..	..	..	..	..	51
143 Togo	45	47	33	34	89	42	9	58	..	1	87
144 Uganda	19	26	7	12	..	91	..	9	..	8	..
145 Zimbabue	23	22	23	24	68	62	31	38	2	3	115
<b>DESARROLLO HUMANO BAJO</b>											
146 Madagascar	28	32	17	21	85	61	14	36	8	(.)	108
147 Swazilandia	76	94	77	64	..	23	..	76	..	1	100
148 Camerún	17	25	20	26	91	93	9	7	3	2	108
149 Lesotho	122	95	17	41	..	..	..	..	..	..	76
150 Djibouti	..	..	..	..	44	..	8	..	..	..	..
151 Yemen	20	36	14	31	..	..	..	..	..	..	..
152 Mauritania	61	75	46	34	..	79	..	21	..	..	124
153 Haití	20	37	18	13	15	..	85	..	14	..	50
154 Kenya	31	29	26	25	71	76	29	24	4	4	101
155 Gambia	72	45	60	41	..	..	..	..	..	..	55
156 Guinea	31	25	31	22	..	75	..	25	..	(.)	..
157 Senegal	30	40	25	28	77	64	23	34	..	9	96
158 Nigeria	29	41	43	50	..	..	..	..	..	..	28
159 Rwanda	14	28	6	9	..	90	..	10	..	25	133



Clasificación según el IDH	Importación de bienes y servicios (% del PIB)		Exportación de bienes y servicios (% del PIB)		Exportación de productos primarios (% de exportación de mercancías)		Exportación de productos manufacturados (% de exportación de mercancías)		Exportación de productos de alta tecnología (% de exportación de productos manufacturados)		Relación de Intercambio (1980=100)
	1990	2003	1990	2003	1990	2003	1990	2003	1990	2003	2002
160 Angola	21	67	39	71	100	..	( )	..	..	..	..
161 Eritrea	..	99	..	14	..	..	..	..	..	..	..
162 Benin	26	27	14	14	..	92 <sup>c</sup>	..	8	..	2	126
163 Côte d'Ivoire	27	34	32	47	..	78	..	20	..	8	103
164 Tanzania, Rep. Unida de	37	27	13	18	..	82	..	18	..	2	..
165 Malawi	33	41	24	27	95	88	5	12	( )	1	64
166 Zambia	37	28	36	21	..	86 <sup>b</sup>	..	14	..	2	79
167 Congo, Rep. Dem. del	29	22	30	19	..	..	..	10	..	..	104
168 Mozambique	36	39	8	23	..	91	..	8	..	3	..
169 Burundi	28	18	8	7	..	..	..	2	..	22	58
170 Etiopía	12	37	8	17	..	89	..	11	..	( )	..
171 República Centroafricana	28	31	15	24	..	51	..	37	..	( )	78
172 Guinea-Bissau	37	44	10	30	..	..	..	..	..	..	86
173 Chad	28	53	13	21	..	..	..	..	..	..	141
174 Malí	34	31	17	28	..	59 <sup>c</sup>	2	40 <sup>c</sup>	..	8	95
175 Burkina Faso	24	23	11	9	..	82	..	17	..	2	220
176 Sierra Leona	24	49	22	22	..	..	..	7	..	31	225
177 Níger	22	25	15	16	..	91	..	8	..	3	..
Países en desarrollo	24	33	25	35	..	29	58	73	..	21	..
Países menos adelantados	22	30	13	22	..	..	..	..	..	..	..
Estados Árabes	38	30 <sup>b</sup>	38	36 <sup>c</sup>	81	86 <sup>b</sup>	16	20 <sup>c</sup>	..	2	..
Asia Oriental y el Pacífico	32	48	33	52	..	13	75	86	..	29	..
América Latina y El Caribe	15	21	17	24	65	44	36	55	7	14	..
Asia Meridional	13	18	11	17	..	43	71	61	..	3	..
África Subsahariana	28	33	27	33	..	..	..	..	..	..	..
Europa Central y Oriental y la CEI	26	37	27	37	..	36	..	58	..	13	..
OCDE	18	22 <sup>c</sup>	17	21 <sup>b</sup>	20	16	76	79	18	18	..
Países de la OCDE de ingresos altos	18	21 <sup>b</sup>	17	21 <sup>b</sup>	19	16	78	79	18	18	..
Desarrollo humano alto	19	23 <sup>c</sup>	18	22 <sup>c</sup>	21	18	76	79	18	17	..
Desarrollo humano medio	20	28	20	31	..	36	51	63	..	21	..
Desarrollo humano bajo	29	37	27	34	..	..	..	..	..	..	..
Ingresos altos	19	22 <sup>b</sup>	18	22 <sup>b</sup>	20	17	78	80	18	18	..
Ingresos medios	21	30	22	33	..	34	48	65	..	21	..
Ingresos bajos	17	24	13	21	..	40 <sup>b</sup>	..	60 <sup>c</sup>	..	4	..
Total mundial	19	24 <sup>b</sup>	19	24 <sup>c</sup>	..	22	72	77	18	18	..

**NOTA:**

- a. La relación entre el índice de los precios de exportación y el índice de los precios de importación se ha calculado con respecto al año base 1980. Un valor superior a 100 significa que el precio de las exportaciones ha aumentado con respecto al precio de las importaciones.
- b. Los datos se refieren al año 2002.
- c. Los datos se refieren al año 2001.

**FUENTES**

Columnas 1-10: Banco Mundial 2005c, basado en datos de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo.  
 Columna 11: cálculos basados en los datos relativos a la relación de intercambio del Banco Mundial 2005c.



## Nota sobre las estadísticas del Informe sobre Desarrollo Humano

El *Informe sobre Desarrollo Humano* normalmente presenta dos tipos de información estadística: las estadísticas de los cuadros de indicadores del desarrollo humano, que proporcionan una evaluación global de los logros alcanzados por los países en distintas áreas del desarrollo humano, y las pruebas estadísticas incluidas en el análisis temático de los capítulos. Esta nota describe los principios que orientan la selección, la utilización y la presentación de estas estadísticas, además de los esfuerzos que hace la Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano para lograr altos estándares de rigurosidad estadística en el Informe, además de propiciar formas innovadoras de usarlas y la formulación de mejores estadísticas relacionadas con el desarrollo humano.

### La Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano como usuaria de estadísticas

La Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano es en primer término usuaria, y no productora, de estadísticas. Por ello, utiliza la información que le facilitan organismos estadísticos internacionales y nacionales que disponen de los recursos y los conocimientos necesarios para recopilar y procesar datos sobre indicadores estadísticos específicos.

### Los cuadros de indicadores del desarrollo humano y el índice de desarrollo humano

Para realizar comparaciones a lo largo del tiempo y entre diferentes países, la Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano utiliza, en la medida de lo posible, series de datos internacionales recopilados por importantes organismos internacionales u otras instituciones especializadas (Recuadro 1).

Sin embargo y pese al considerable progreso de

los últimos años, todavía subsisten numerosas lagunas en los datos, incluso en ámbitos básicos relacionados con el desarrollo humano. En ese sentido y al tiempo que aboga por el perfeccionamiento de los datos sobre desarrollo humano, la Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano, por principio y por motivos prácticos, no recopila la información directamente de los países ni hace estimaciones para llenar dichas lagunas.

La única excepción es el índice de desarrollo humano (IDH), en el cual se intenta incluir el mayor número posible de países miembros de las Naciones Unidas. Idealmente, para incluir un país en dicho índice, los organismos internacionales pertinentes deberían disponer de datos para los cuatro componentes del IDH (*ver la Nota del Cuadro 1: Acerca del índice de desarrollo humano de este año*). No obstante, un número importante de países carece de información sobre uno o más de estos componentes. En estos casos y respondiendo al deseo de los países de ser incluidos en el IDH, la Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano hace todo lo posible por identificar otros cálculos razonables para lo cual trabaja con organismos internacionales de estadística, Comisiones Regionales de las Naciones Unidas, oficinas de estadística de los países y oficinas locales del PNUD. En algunos pocos casos, la Oficina ha realizado sus propios cálculos de los componentes faltantes en consulta con las oficinas regionales y nacionales de estadística u otros expertos.

### Los indicadores de los Objetivos de Desarrollo del Milenio

La División de Estadística de las Naciones Unidas mantiene la Base de Datos de los Indicadores del Milenio para el mundo (<http://millenniumindicators.un.org>), que fue constituida a partir de series de datos internacionales facilitadas por los organismos internacionales encargados. Esta base de datos es el fundamento estadístico del informe anual del



El Informe sobre Desarrollo Humano ha podido publicar las valiosas estadísticas sobre desarrollo humano que figuran en los cuadros de indicadores gracias a la generosa entrega de información por parte de los siguientes organismos:

**Banco Mundial.** El Banco Mundial produce y recopila datos sobre las tendencias económicas, así como una serie muy amplia de otros indicadores. Su publicación *Indicadores del Desarrollo Mundial* es la principal fuente de numerosos indicadores que se presentan en el Informe.

**Centro de Análisis e Información sobre el Dióxido de Carbono (CDIAC).** El CDIAC es un centro de datos y análisis del Departamento de Energía de los Estados Unidos que estudia el efecto invernadero y el cambio climático mundial. Es la fuente de datos sobre emisiones de dióxido de carbono.

**Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo (UNCTAD).** La UNCTAD proporciona estadísticas sobre comercio y economía por medio de varias publicaciones, entre otras el *World Investment Report*. Es la fuente original de los datos sobre corrientes de inversión que recibe la Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano de otros organismos.

**División de Estadística de Naciones Unidas (UNSD)** La UNSD proporciona una amplia gama de datos y servicios estadísticos. Gran parte de los datos sobre cuentas nacionales facilitados a la Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano por otros organismos procede de esta División. El Informe de este año también presenta información sobre comercio y energía proveniente de la UNSD y se nutre de su Base de Datos de los Indicadores del Milenio, la fuente de información para los cuadros de indicadores de los Objetivos de Desarrollo del Milenio.

**División de Población de Naciones Unidas (UNPOP).** Esta oficina especializada de las Naciones Unidas genera datos internacionales sobre tendencias demográficas. La Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano extrae proyecciones y estimaciones demográficas de dos de sus principales publicaciones, *World Population Prospects* y *World Urbanization Prospects*, al igual que de otras publicaciones y bases de datos.

**Estudio de los ingresos de Luxemburgo (LIS).** El LIS es un proyecto de investigación conjunto en el que participan 25 países y que centra su interés en las temáticas relacionadas con la pobreza y la

política. Se trata de la fuente de cálculos sobre pobreza de ingresos de muchos países miembros de la OCDE.

**Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF).** UNICEF vela por el bienestar de todos los niños y niñas del mundo y facilita un amplio abanico de datos. Su publicación, *Estado Mundial de la Infancia*, es una importante fuente de datos para el Informe.

**Fondo Monetario Internacional (FMI).** El FMI dirige un extenso programa de elaboración y recopilación de información estadística sobre transacciones financieras internacionales y balanza de pagos. Buena parte de los datos económicos que ha recibido la Oficina encargada del informe sobre Desarrollo Humano a través de otros organismos procede del FMI.

**Instituto Internacional de Estocolmo para la Investigación de la Paz (SIPRI).** El SIPRI realiza investigaciones sobre la paz y la seguridad internacional. Su publicación, *SIPRI Yearbook: Armaments, Disarmament and International Security*, es la fuente de información sobre gasto militar y transferencias de armas.

**Instituto Internacional de Estudios Estratégicos (IISS).** El Instituto es un centro independiente de investigación, información y debate sobre los problemas que implican los conflictos y mantiene una amplia base de datos militares. La información sobre las fuerzas armadas proviene de su publicación, *The Military Balance*.

**Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR).** Esta organización de las Naciones Unidas proporciona datos sobre refugiados a través de su publicación *Statistical Yearbook* u otros informes sobre estadísticas que publica en línea.

**Oficina de la Naciones Unidas contra las Drogas y el Delito (ONUDD)** Esta organización de las Naciones Unidas lleva a cabo estudios comparativos internacionales para respaldar la lucha contra las drogas ilícitas y la delincuencia internacional y entrega información sobre víctimas de delitos provenientes de las Encuestas Internacionales a Víctimas de Delitos.

**Organización de Cooperación y Desarrollo Económicos (OCDE)** La OCDE publica datos sobre diversas tendencias sociales y económicas de sus países miembros, así como sobre los flujos de ayuda financiera. En el Informe de este año figuran datos de la OCDE sobre ayuda, energía, empleo y educación.

(continúa)

**Recuadro 1****Principales fuentes de datos utilizadas en el Informe sobre Desarrollo Humano (continuación)**

**Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO).** La FAO recopila, analiza y divulga información y datos sobre agricultura y alimentación. Es la fuente de información para los indicadores sobre inseguridad alimentaria.

**Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO).** El Instituto de Estadística de este organismo especializado de las Naciones Unidas es la fuente de los datos sobre educación. La Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano utiliza datos de las publicaciones estadísticas de la UNESCO, así como datos que recibe directamente de su Instituto de Estadística.

**Organización Internacional del Trabajo (OIT).** La OIT cuenta con un amplio programa de publicaciones estadísticas. Entre ellas, el *Anuario de Estadísticas Laborales* y los *Indicadores Clave sobre el Mercado del Trabajo* son las series más completas de datos sobre el mercado laboral. La OIT es la fuente de información sobre salarios, empleo y ocupaciones, así como de la situación en la que se encuentra la ratificación de los convenios sobre derechos laborales.

**Organización Mundial de la Propiedad Intelectual (OMPI).** Como organismo especializado de Naciones Unidas, la OMPI promueve la protección de los derechos de propiedad intelectual en todo el mundo mediante diferentes tipos de gestiones coordinadas. Se trata de la fuente de datos sobre patentes.

**Organización Mundial de la Salud (OMS).** Este organismo especializado mantiene una amplia serie de datos sobre aspectos relacionados con la salud y constituye la fuente de los indicadores relativos a la salud que se presentan en el Informe.

**Programa Conjunto de las Naciones Unidas sobre el VIH/SIDA (ONUSIDA).** Este programa conjunto de las Naciones Unidas vigila

la propagación del VIH/SIDA y facilita actualizaciones periódicas. El informe *Report on the HIV/AIDS Epidemic*, publicación conjunta de ONUSIDA y la Organización Mundial de la Salud, es la principal fuente de datos sobre esta enfermedad.

**Proyecto Mundial sobre Desplazados Internos (IDP)** El Proyecto Mundial sobre Desplazados Internos del Consejo Noruego para los Refugiados mantiene una base de datos en línea con información y análisis sobre desplazamientos internos como resultado de conflictos en todo el mundo. Las Naciones Unidas ha designado esta base de datos como la fuente autorizada de información sobre desplazados internos y se presenta por primera vez en el Informe de este año.

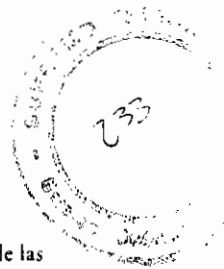
**Tratados Multilaterales de las Naciones Unidas Depositados en Poder del Secretario General (Sección de Tratados de las Naciones Unidas).** La Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano recopila información relativa a la situación de los principales instrumentos internacionales sobre derechos humanos y tratados ambientales a partir de la base de datos de esta oficina de Naciones Unidas.

**Unión Internacional de Telecomunicaciones (UIT).** Este organismo especializado de las Naciones Unidas mantiene una amplia serie de estadísticas sobre información y comunicaciones. Los datos sobre las tendencias en las telecomunicaciones provienen de su base de datos *World Telecommunications Indicators*.

**Unión Interparlamentaria (UIP).** Esta organización facilita datos sobre las tendencias en la participación política y las estructuras democráticas. La Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano se vale de la UIP para obtener datos relacionados con las elecciones e información sobre la representación política de la mujer.

Secretario General de las Naciones Unidas ante la Asamblea General sobre los avances mundiales y regionales hacia la consecución de los Objetivos de Desarrollo del Milenio (ODM) y sus metas. Asimismo, es la fuente principal de otros informes internacionales que presentan datos sobre los ODM en los distintos países, como el presente informe y los Indicadores del Desarrollo Mundial publicados anualmente por el Banco Mundial. El informe de este año incorpora muchos de los

indicadores de los ODM en los cuadros de indicadores del desarrollo humano (ver el *Índice de indicadores de los Objetivos de Desarrollo del Milenio en los cuadros de indicadores*). Los datos correspondientes a estos indicadores proveen la base estadística para evaluar el progreso y las perspectivas de cada país en cuanto a la consecución de los ODM y sus metas, así como los potenciales beneficios que se obtendrían con el cumplimiento de los objetivos en 2015 (ver el Capítulo 1).



### Datos para el análisis temático

Aunque las pruebas estadísticas utilizadas en el análisis temático del Informe con frecuencia proceden de los cuadros de indicadores, también se recurre a una amplia variedad de fuentes adicionales, como informes por encargo, documentos oficiales, informes nacionales sobre desarrollo humano e informes de organizaciones no gubernamentales, además de artículos periodísticos y otras publicaciones académicas. Normalmente se da prioridad a las estadísticas oficiales, pero debido a la naturaleza vanguardista de los temas abordados es posible que no existan estadísticas oficiales pertinentes, por lo que es necesario utilizar fuentes de información no oficiales. Sin embargo, la Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano ha asumido el compromiso de emplear datos recopilados a través de investigación académica y científica y de garantizar la imparcialidad de las fuentes de información y el uso de las mismas en el análisis.

El informe de este año se funda en múltiples fuentes de datos internacionales y nacionales para abordar el tema de la desigualdad de ingresos y las dimensiones del desarrollo humano no relacionadas con los ingresos, la ayuda, el comercio y los conflictos, y su relación tanto con las metas más amplias del desarrollo humano como con los objetivos específicos de los ODM.

Cuando en los recuadros o cuadros de texto se utiliza información procedente de fuentes distintas a las de los cuadros de indicadores del Informe, se especifica la fuente y se presenta la cita completa en la bibliografía. Además, una nota resumida para cada capítulo indica las principales fuentes de dicho capítulo y las notas finales especifican las fuentes de información estadística que no proceden de los cuadros de indicadores.

### Lograr altos niveles de calidad estadística

Si bien la Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano cumple una función limitada en la producción de datos internacionales, reconoce plenamente su clara responsabilidad en la difusión de las estadísticas internacionales producidas por otras entidades a través de este Informe. Particularmente, está consciente que debido al alto perfil del Informe, debe estar bien informada y ser res-

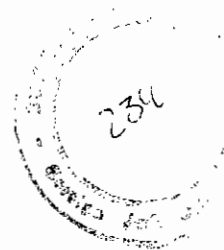
ponsable en la selección, uso y presentación de las estadísticas.

Para lograr el más alto nivel de rigurosidad y profesionalismo en el trabajo estadístico del Informe, la Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano ha procurado establecer y fortalecer una gran variedad de procedimientos de garantía de calidad durante los últimos años. Además de crear una poderosa capacidad estadística interna y construir un moderno sistema de producción, los procedimientos incluyen un Panel de asesoría estadística, un proceso de evaluación estadística por parte de expertos en el tema y la constante y estrecha colaboración e interacción con otros organismos estadísticos regionales e internacionales.

Desde 2000, un Panel de asesoría estadística (conformado por prominentes estadísticos y economistas del desarrollo de todo el mundo) proporciona asesoría y orientación intelectual y técnica de gran utilidad al Informe. El panel suele reunirse dos veces al año, al inicio y al término del proceso de producción del Informe, para discutir temas relacionados con los principios rectores del trabajo estadístico del Informe y con asuntos técnicos específicos sobre las fuentes de los datos, los métodos de análisis o la presentación de la información relativa al contenido temático del Informe. Ocasionalmente, se constituye un pequeño grupo de trabajo para abordar temas específicos y asesorar al equipo productor del Informe. Los miembros del Panel habitualmente ocupan el cargo durante dos años.

La producción anual del Informe contempla una evaluación estadística por los colegas que se realiza con aportes de los funcionarios de los principales departamentos estadísticos internacionales, regionales y nacionales. Estos colegas expertos en el tema son responsables de examinar la pertinencia, la coherencia y la correcta interpretación de los datos estadísticos en un borrador anticipado del Informe. La revisión estadística tiene lugar en forma separada —pero simultánea— con la revisión del contenido general del Informe y ha contribuido de manera considerable al sostenido mejoramiento de la calidad estadística del Informe en el transcurso de los años. Sin embargo, el equipo a cargo del *Informe sobre Desarrollo Humano* es el responsable del contenido final del Informe.

Gracias a la estrecha colaboración con organismos estadísticos especializados de nivel regional e



internacional y a la activa participación en foros estadísticos regionales e internacionales, entre otros la Comisión de Estadística de las Naciones Unidas, el Comité de Coordinación de Actividades Estadísticas y otras conferencias regionales sobre estadística y grupos de trabajo de mediciones interorganismos, el equipo a cargo del *Informe sobre Desarrollo Humano* busca mantenerse siempre informado y asumir su responsabilidad en la selección y uso de la información estadística del Informe.

También se ha recurrido a otros mecanismos para orientar y supervisar el trabajo estadístico del Informe. Por ejemplo, la Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano consulta regularmente a los estados miembros a través de sesiones informales con el Directorio Ejecutivo del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo/Fondo de Población de las Naciones Unidas. Tales consultas se centran en las prácticas y principios estadísticas del Informe, así como en las estrategias propuestas para abordar problemas estadísticos específicos (como las incoherencias entre los datos nacionales y los internacionales), y tienen grandes repercusiones tanto en la credibilidad del Informe como en sus efectos en las políticas públicas. Otro medio importante para garantizar la calidad ha sido la retroalimentación constante proveniente de los gobiernos nacionales y demás usuarios del Informe.

### **Promover el uso innovador de las estadísticas**

Desde la primera publicación, el Informe ha sido pionero en propiciar el desarrollo y uso innovador de las estadísticas sobre desarrollo humano como medio para evaluar los logros en todos los países y facilitar el diálogo sobre políticas en torno a temas críticos del desarrollo humano. Una de sus más importantes contribuciones es el índice de desarrollo humano (IDH) y otros índices compuestos de este tema. Desde la primera vez que fue publicado, el IDH obtuvo amplio reconocimiento como herramienta poderosa para propiciar y supervisar el desarrollo humano. Ha sido analizado y ampliado, tanto en el propio Informe como en otros informes sobre desarrollo humano de nivel nacional y regional. Este año, el Informe investiga dos nuevas formas distintivas de usar el IDH: examinar las contribuciones relativas al progreso de los diferentes

componentes del IDH e incorporar la desigualdad concentrando su accionar en la diferencia entre los más pobres de un determinado país y la población general (Recuadro 2).

Sin embargo, para ser innovadores y eficaces a la hora de usar las estadísticas en la evaluación del progreso y mejorar los debates sobre políticas, tanto el equipo del *Informe sobre Desarrollo Humano* como sus lectores necesitan interpretar y entender correctamente las estadísticas.

A menos que se reconozca claramente la utilidad y las limitaciones de las medidas y estadísticas seleccionadas, los mensajes asociados con las estadísticas presentadas en el Informe podrían ser mal interpretados.

Por ejemplo, las medidas relativas de pobreza, como la proporción de personas con ingresos disponibles inferiores al 50% del ingreso disponible nacional ajustado (un componente del índice de pobreza humana para una selección de países de ingresos altos), suelen usarse para evaluar la pobreza en países de ingresos altos. Estas medidas constituyen el enfoque más revelador para comparar estos países en un momento determinado del tiempo. Pero cuando las naciones experimentan un crecimiento económico acelerado, como ocurrió en Irlanda a fines de los años noventa, las medidas relativas de la pobreza por sí solas pueden ser engañosas (Recuadro 3).

Al tiempo que propicia el uso innovador de las estadísticas, la Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano permanentemente se esfuerza por mejorar la comprensión del público y estimular la correcta interpretación de las estadísticas presentadas en el Informe. Además de otras actividades de divulgación, la Oficina organiza debates sobre un amplio abanico de temas de medición y provee numerosos enlaces a la información técnica de las bases de datos de los principales organismos internacionales de información estadística a través de su sitio web (<http://hdr.undp.org/statistics/understanding/resources.cfm>).

Mediante debates sobre políticas en torno a temas críticos y contingentes del desarrollo humano, el Informe a menudo revela y propicia la necesidad de aplicar mediciones innovadoras y recopilar nuevos datos en ámbitos específicos. Puesto que este año es el Año Internacional de la Microfinanciación 2005, el Informe destaca la importancia



**Recuadro 2 Nuevas aplicaciones del índice de desarrollo humano**

El índice de desarrollo humano (IDH) es una medida sinóptica de tres dimensiones del desarrollo humano: vida larga y saludable, medida según la esperanza de vida al nacer; educación, medida según el nivel de alfabetización y la matriculación escolar; y nivel de vida digno, medido según el PIB per cápita (PPA en US\$). Este año, el Informe analiza dos nuevas maneras de usar el IDH. La primera de ellas se refiere a las contribuciones relativas que entregan los distintos componentes del IDH al progreso del mismo. La segunda intenta incorporar la desigualdad concentrándose en la diferencia entre los más pobres y la población en general en los puntajes del IDH.

**Salud, educación e ingresos – no siempre van a la par.** Si bien el IDH proporciona una imagen sinóptica, el análisis de sus componentes nos permite detectar diferencias asombrosas entre los países. Veamos por ejemplo el caso de Bangladesh, China y Uganda, tres países que han mejorado considerablemente su desarrollo humano desde 1990, pero con puntos de partida diferentes. Los tres han aumentado el puntaje de su IDH en alrededor de 20% desde 1990. Las mejoras de las variables tras el IDH muestran los diferentes caminos emprendidos por estos países para llegar donde están.

El Cuadro 1 muestra las mejoras en esperanza de vida, alfabetización, matriculación e ingreso en los tres países, expresados en relación con los niveles de 1990. El ingreso de China ha aumentado en casi 200% durante todo el período, mucho más que en Bangladesh y Uganda. Bangladesh mejoró su esperanza de vida en alrededor de 10%, mientras Uganda no registró cambio alguno y China mejoró menos de 10%. Las tasas de matriculación escolar y alfabetismo mejoraron sustancialmente en Bangladesh y Uganda, situación que ayudó en gran medida al ascenso de estos países en la clasificación del IDH, mientras que el aumento registrado por China en este campo fue más moderado.

Si bien estas comparaciones apuntan de alguna manera a la magnitud de las diferentes fuerzas que impulsan el progreso en el IDH en los distintos países, no muestran una imagen completa. De-

bido a los diferentes puntos de partida en los componentes del IDH, el progreso que registren en tales componentes tendrá efectos dispares en los distintos países. Además, la mayoría de los indicadores del IDH sólo pueden llegar a un determinado límite superior, por ejemplo, la tasa de alfabetización no puede superar el 100%. Por tal motivo, los países con bajos niveles de desarrollo humano son más propensos a mostrar grandes avances porcentuales.

**La desigualdad y el IDH.** Debido a su diseño, el IDH analiza logros promedios, de manera que por sí sólo no dice nada acerca de la distribución del desarrollo humano al interior de un país. Debido a la complejidad de los asuntos metodológicos y la falta de datos, resulta difícil incorporar al IDH un elemento que refleje la distribución, particularmente en lo que se refiere a los indicadores de salud y educación.

Una aproximación más simple, analizada en el informe de este año, consiste en considerar la situación de las personas ubicadas en la parte inferior de la escala de la distribución. Las encuestas de ingreso y consumo por hogares muestran disparidades sorprendentes entre el 20% más pobre de los habitantes y el promedio. Ni siquiera ajustando el IDH exclusivamente en función del ingreso y descontando las desigualdades en esperanza de vida y educación es posible capturar la magnitud total de la desigualdad. Aún así, los resultados son asombrosos.

En Brasil, por ejemplo, país que ocupa el lugar 63 en la clasificación global del IDH, el 20% más pobre de la población (aún bajo el supuesto sumamente optimista de que sus logros en salud y educación reflejan el promedio general) se ubicaría entre 115 y 52 lugares más abajo que el promedio del país (Cuadro 2). Ciertamente, la situación del 20% más pobre de Brasil es comparable a la de países como Guatemala, Honduras y Mongolia. Otros países

**Cuadro 1 Mejoras en los componentes del IDH en Bangladesh, China y Uganda, de 1990 a 2003**

Índice (1990 = 100)

País	Año	Esperanza de vida	Alfabetización adultos	Matriculación combinada en escuelas primaria, secundaria y terciaria	PIB per cápita (PPA en US\$)
Bangladesh	2003	115	120	153	143
China	2003	106	116	129	296
Uganda	2003	102	123	193	167

**Cuadro 2 Diferencias de clasificación en el IDH entre el 20% más pobre y el promedio nacional de una selección de países**

País	Clasificación en el IDH		
	Toda la población	20% más pobre	Diferencia
México	53	108	55
Brasil	63	115	52
Chile	36	85	49
Argentina	34	78	44
Tailandia	72	108	36
Federación de Rusia	62	95	33
Belarús	66	98	32
China	85	115	30
Estados Unidos	10	31	21
Suecia	6	25	19

(continúa)



236  
 Devise

**Recuadro 2 Nuevas epifonías del índice de desarrollo humano (continuación)**

que registran las diferencias más grandes en la clasificación del IDH para los pobres son México, Chile y Argentina –países enormemente desiguales. Pero la diferencia es grande incluso en países altamente

desarrollados y más cercanos a la casi igualdad, como el caso de Suecia, donde el 20% más pobre se situaría en la posición 25, a diferencia del puesto número 6 que ocupa la población promedio.

Fuente: HDRO 2005.

**Recuadro 3 Dos historias sobre pobreza en Irlanda**

Para garantizar la posibilidad de comparar los datos entre países de ingresos altos, la mayoría de las bases de datos, como el Estudio de los ingresos de Luxemburgo ([www.lisproject.org](http://www.lisproject.org)), mide la pobreza relativa. En lugar de adoptar un umbral de pobreza absoluto (por ejemplo, el umbral internacional de un dólar al día que se aplica a los países en desarrollo), las mediciones de la pobreza relativa miden el índice de pobreza como la proporción de personas con ingreso disponible inferior al 50% ó 60% del ingreso nacional promedio disponible ajustado. Este enfoque es el más ilustrativo para realizar comparaciones en un momento determinado del tiempo entre los países. Pero cuando las naciones experimentan crecimiento económico rápido, como en el caso de Irlanda a fines de los años noventa, las mediciones de la pobreza relativa por sí solas pueden a veces inducir a errores.

Basándose en las mediciones del 50% y 60% de la media del ingreso, el cuadro muestra dos series cronológicas de cálculos de pobreza diferentes para Irlanda –relativo y anclado– para el período 1994–2000. El umbral de pobreza relativo se desplaza todos los años de acuerdo con la media anual del ingreso de un país. El umbral de pobreza anclado mantiene el umbral de pobreza del primer año y se ajusta luego todos los años según los cambios en los precios al consumidor.

De acuerdo con el umbral de pobreza relativo de 60% de la media anual del ingreso, la medida predilecta de la Unión Europea, la pobreza en Irlanda aumentó 11,3% entre 1994 y 2000 (ver el Cuadro). Pero si fijamos el umbral de pobreza en 60% de la media del ingreso de 1994 y ajustamos el umbral sólo según los cambios en los precios al consumidor de los años siguientes –el sistema del umbral de pobreza anclado– la pobreza en Irlanda disminuye en 55,9% durante el mismo período. Patrones similares emergen si se usa el umbral de la media del ingreso del 50% –una medida utilizada por la mayoría de los analistas internacionales de la pobreza y también por el índice de pobreza humana de este informe. Según el cuadro, el ín-

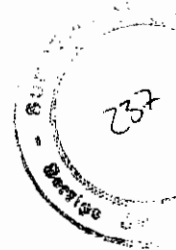
dice de pobreza de 11,9% en 1994 aumenta a 16,5% en 2000 sobre una base relativa, mientras cae en más de tres cuartas partes a solo 3,5% si se usa el enfoque anclado. Los dos conjuntos diferentes de umbrales de la pobreza –relativo y anclado– presentan dos historias distintas sobre la tendencia de la pobreza en Irlanda.

Es evidente que cuando las condiciones económicas cambian con rapidez, las tendencias de la pobreza relativa no siempre muestran un panorama completo de como los cambios económicos afectan la vida de las personas. Estas tendencias relativas indican que no todos los ingresos crecieron al mismo ritmo en Irlanda y que los ingresos más bajos aumentaron más lento que los más altos (de lo contrario, la pobreza relativa también habría disminuido). Pero incluso así, los ingresos más bajos aumentaron lo suficiente como para reducir la pobreza anclada casi en un 50%. En particular, las transferencias sociales aumentaron en forma considerable en términos reales, de modo que los jubilados, por ejemplo, mejoraron marcadamente su nivel de vida pese a que todavía quedaron a la zaga respecto del rápido aumento de los ingresos generado por el empleo y las utilidades. Si esto representa o no “crecimiento económico a favor de los pobres” sigue siendo materia de discusión, pero es necesario reconocer ambos lados de la historia.

**Diferencias entre umbrales de pobreza relativos y anclados en Irlanda**

Año	50% de la mediana del ingreso		60% de la mediana del ingreso	
	Umbral de pobreza relativo	Umbral de pobreza anclado	Umbral de pobreza relativo	Umbral de pobreza anclado
1994	11,9	11,9	20,4	20,4
1995	12,9	11,1	20,8	19,2
1996	12,3	8,5	21,8	16,6
2000	16,5	3,5	22,7	9,0
Cambio porcentual 1994-2000	38,7	-70,6	11,3	-55,9

Fuente: Nolan, Munzi y Smeeding 2005.



de que los pobres tengan acceso a fuentes adecuadas de servicios financieros para que puedan ayudar a sus familias y comunidades a escapar de la pobreza. Asimismo, llama la atención sobre la urgencia de recopilar más información para evaluar tanto las necesidades como los efectos de la microfinanciación (Recuadro 4).

### La necesidad de contar con mejores estadísticas sobre el desarrollo humano

Pese a que el Informe de este año presenta los mejores datos disponibles para medir el desarrollo humano, siguen existiendo muchas lagunas y problemas.

#### Lagunas en los datos

Las lagunas que existen en todos los cuadros de indicadores son una clara demostración de la acuciante necesidad de mejorar la disponibilidad de estadísticas sobre el desarrollo que sean pertinentes, fiables

y oportunas. Un ejemplo patente de dichas lagunas en los datos es el gran número de países excluidos del IDH. Aunque la idea es incluir a todos los países miembros de las Naciones Unidas, además de Hong Kong, China (RAE) y los Territorios Palestinos Ocupados, debido a la falta de datos fiables 16 países miembros quedaron fuera del IDH y por consiguiente, también de los principales cuadros de indicadores (los indicadores básicos disponibles para estos países se presentan en el Cuadro 33). Asimismo, el índice de pobreza humana incluye únicamente a 103 países en desarrollo y 18 países de ingresos altos de la OCDE, el índice de desarrollo relativo al género, a 140 países, y el índice de potenciación del género, a 80. En un número significativo de países, la información sobre los componentes de dichos índices no es fiable ni está actualizada y en algunos casos debió ser calculada (para más información sobre la definición y la metodología de los índices, ver la *Nota técnica 1*).

Otro aspecto revelador son las lagunas en la Base de Datos de los Indicadores del Milenio (<http://millenniumindicators.un.org>), la cual se basa en estadísticas nacionales compiladas o calculadas por organismos de estadística internacionales. Pese al considerable progreso logrado en los últimos años, hay muchos países que aún carecen de datos para la mayoría de los indicadores de los ODM en el período comprendido entre 1990 y 2003 y muy pocos registran datos de tendencias durante ese mismo período (Cuadro 1). La información para algunos indicadores, como las tasas de mortalidad materna (Recuadro 5), es particularmente difícil de obtener.

#### Discrepancias entre los cálculos nacionales e internacionales

El Informe a menudo ha revelado discrepancias entre los datos nacionales e internacionales, los cuales se hacen particularmente visibles en el IDH. Algunas veces se impugna una laguna en una serie de datos internacionales y se alega la disponibilidad de un cálculo nacional, pero es más frecuente que se cuestione la precisión del cálculo internacional y se proponga una estimación nacional diferente. Tales incoherencias suelen cuestionar la precisión y fiabilidad de los datos que se presentan en el Informe y ponen en duda su credibilidad estadística y sus repercusiones en materia de políticas públicas.

**Cuadro 1** Persisten grandes lagunas de datos incluso en indicadores básicos del desarrollo humano: países sin datos 1990-2003

Indicador	Países sin datos de tendencias	Países sin ningún tipo de datos
Peso insuficiente para la edad	115	35
Tasa neta de matriculación en primaria	40	9
Niños que llegan a 5º año escolar	114	53
Alfabetización de jóvenes	57	29
Partos atendidos por personal sanitario especializado	162	9
Proporción de mujeres en empleo asalariado no agrícola	68	15
Incidencia del VIH entre mujeres embarazadas de 15 a 24 años en principales zonas urbanas	162	139
Población con acceso sostenible a fuente de agua mejorada, rural	59	15
Población que vive con menos de un dólar al día	93	67

*Nota:* Los datos se refieren a países en desarrollo y a países de Europa Central y Oriental y de la Comunidad de Estados Independientes. Se considera que un país tiene datos de tendencias si existen datos de por lo menos dos momentos en el tiempo, uno en 1990-1996 y otro en 1997-2003 y ambos momentos están separados por al menos tres años.

*Fuente:* Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano, sobre la base de ONU 2005f.



Algunas de las diferencias entre los datos nacionales e internacionales son inevitables, pues surgen del proceso de armonización internacional que se utiliza para ajustar los datos nacionales debido a que no coinciden con los estándares y definiciones internacionales, son de mala calidad o por otros motivos. Cuando faltan datos de un país, los organismos internacionales pueden generar un cálculo aproximado en caso de que exista otra información pertinente. En algunos casos se produce un indi-

#### Recuadro 4 Medir el acceso a financiación

Las investigaciones económicas respaldan la visión general según la cual el acceso a servicios financieros activos y eficientes contribuye enormemente al crecimiento económico. Los pobres pueden salir beneficiados particularmente de servicios tales como préstamos, depósitos de ahorro, sistemas de seguro y pagos. Los casos de los que se tiene conocimiento parecen indicar que los servicios financieros están llegando a más personas pobres y que, como resultado de ello, no solo aumenta la riqueza de los receptores, sino que de la comunidad en su conjunto. Sin embargo, siguen faltando datos concluyentes sobre quién recibe qué tipo de servicios, qué tan eficientes son tales servicios y sus fuentes de financiación, y la información disponible incluso puede no servir de mucho: los cálculos sobre los clientes de la microfinanciación en el mundo oscilan entre 70 millones y 750 millones. Por ello, necesitamos contar con mejores datos para comprender de qué manera la microfinanciación puede desplegar su pleno potencial y contribuir de manera eficiente al desarrollo humano.

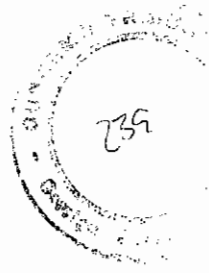
Esa información es útil para que los proveedores privados de microfinanciación puedan canalizar sus inversiones, pero además, los encargados de la formulación de las políticas públicas y los fiscalizadores, tanto en el ámbito nacional como en los organismos donantes bilaterales y multilaterales, necesitan saber si los pobres tienen acceso a servicios financieros y en qué medida, a fin de medir la eficacia de sus propias actividades y decidir cuáles son las reformas reglamentarias o estructurales requeridas.

Dada la necesidad de hacer converger la información entre los intereses públicos y privados, varias instituciones se han visto motivadas a considerar cuál es la mejor manera de avanzar. Por ejemplo, el Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional (FMI) prestan ahora más atención a la microfinanciación en sus procesos de Evaluación del sector financiero. Otro ejemplo es el Departamento de Desarrollo Internacional (DFID) del Reino Unido, el cual ha avanzado en la recopilación de datos sobre acceso a financiación en Sudáfrica. En este sentido, en octubre de 2004, el Fondo de las Naciones Unidas para el Desarrollo de la Capitalización (FNUDC), el Banco Mundial y el FMI, convocaron a los principales economistas y estadísticos para determinar la manera de obtener mejores datos.

África Occidental constituye un ejemplo de lo que se puede lograr con este enfoque. Desde 1993, el Banco Central de África Occidental recopila estadísticas detalladas sobre instituciones que ofrecen microfinanciación en siete países de la región y gracias a la información recopilada, se enteró que la cantidad de instituciones que ofrecieron este servicio entre 1994 y 2004 aumentó seis veces y que los puntos de atención se incrementaron de 1.000 a 3.000 locales. Más aún, el Banco sabe que estos servicios llegan a más de 12% de la población activa de la región y que el valor de los depósitos se multiplicó por trece desde 1994. También hay algunas pruebas de un crecimiento económico particularmente intenso en las zonas donde se incrementó la microfinanciación y aunque se trata de una señal alentadora, el efecto de estos servicios necesita ser analizado con mayor profundidad.

El presente año internacional de la microfinanciación 2005 emerge como una oportunidad única para comprender y abordar la falta de información crítica sobre el acceso de las personas pobres y de bajo ingreso a servicios financieros integrales y para determinar de qué manera se puede mejorar la eficacia de estos servicios en el futuro.

Fuente: Fischer, Banny y Barrineau 2005



cador internacional (por ejemplo el PIB per cápita en términos de la paridad del poder adquisitivo en US\$), principalmente para realizar comparaciones internacionales, indicador que no puede compararse directamente con otras estadísticas nacionales relacionadas.

Sin embargo, en otros casos las discrepancias en los datos pueden surgir como resultado de la falta de coordinación, ya sea entre los organismos nacionales e internacionales de estadística o entre distintas entidades gubernamentales al interior del sistema nacional de estadística, discrepancias que se pueden evitar. Algunas veces, las estadísticas nacionales más recientes no se ponen a disposición de la entidad internacional correspondiente a tiempo, no obstante los serios esfuerzos realizados por ésta para recopilar la información. Otras veces, cuando en un país existen múltiples fuentes para un determinado indicador, los datos aportados por un organismo gubernamental no han sido coordinados a través de la oficina nacional de estadística y pueden ser cuestionados por el gobierno una vez que se publican en la serie internacional. Ocasionalmente, se deslizan errores en la propia compilación de las series de datos internacionales.

Aunque los principales responsables de estas discrepancias son los productores de datos internacionales y sus contrapartes nacionales y regionales, todos los usuarios de los datos deben apoyar sus gestiones. La Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano cumple una función especialmente importante debido al alto perfil del Informe. En este sentido, en los últimos años ha asumido una actitud más activa en identificar anticipadamente los posibles problemas, solucionar los potenciales conflictos interviniendo oportunamente con los gobiernos y los organismos internacionales y participar en debates públicos más notorios en torno a los problemas y sus soluciones.

En particular, la Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano reconoce la función singular que desempeña el Informe en cuanto a:

- Propiciar mejoras en las mediciones y los datos del desarrollo humano a través del Informe, lo que incluye la necesidad de que los países adopten estándares y definiciones internacionales en ámbitos básicos de la estadística y que las metodologías y procesos que aplican los organismos

internacionales sean más accesibles y transparentes.

- Identificar posibles problemas y coordinar a los organismos nacionales e internacionales para solucionar las diferencias.
- Mejorar la divulgación estadística a fin de aumentar la comprensión pública de los principios y procesos estadísticos y mejorar la conciencia respecto de la responsabilidad que le cabe a cada gobierno.

Por otra parte, reconoce explícitamente el papel de las oficinas de países del PNUD como socios ranro en la difusión del Informe como en la coordinación con los gobiernos. Con su ayuda es posible mejorar la capacidad nacional de manejar información estadística, particularmente a través de la mejor comunicación y coordinación entre los organismos nacionales e internacionales con el fin último de reducir las discrepancias entre los datos.

Desde el año pasado, la Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano ha tomado importantes medidas destinadas a formular mejores herramientas de lanzamiento, crear un nuevo sitio estadístico en la Web y capacitar a los expertos nacionales y al personal destacado en las oficinas de países del PNUD. Si bien continúa trabajando en estrecha colaboración con los organismos internacionales relacionados con el tema, la Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano ahora mantiene un contacto más directo con las oficinas nacionales de estadística y otros organismos gubernamentales. Mientras tanto, muchos gobiernos reconocen cada vez más las consecuencias de las discrepancias en los datos para los debates y las discusiones sobre políticas nacionales y reconocen el papel que deben desempeñar en reducirlas. Más y más gobiernos, tal como el de Qatar (Recuadro 6), trabajan en pos de mejorar la coordinación con los organismos internacionales de estadística y entre entidades gubernamentales al interior del sistema nacional de estadística.

**Hacia una mayor capacidad estadística**  
Para poner fin a las enormes lagunas y deficiencias en la información estadística, es indispensable que los países desarrollen una buena capacidad estadística, lo que implica asumir un compromiso financiero y político tanto en el nivel nacional como internacio-



## Recuadro 5

### Seguimiento de la mortalidad materna

La mortalidad materna cobra alrededor de medio millón de vidas al año y otros tantos millones de mujeres se ven afectadas por enfermedades como resultado de complicaciones durante el embarazo. Aunque sabemos que el mundo no cumplirá el Objetivo de Desarrollo del Milenio de reducir en dos terceras partes la mortalidad materna, es complejo predecir exactamente qué tanto se alejará de la meta, porque la medición precisa de las tasas de mortalidad materna reviste enormes dificultades.

Los datos nacionales sobre muertes maternas suelen adolecer de problemas como información incompleta y clasificación errónea. Sólo una tercera parte de la población mundial vive en países que mantienen estadísticas integrales sobre los nacimientos y las defunciones de su población (registro demográfico), la forma más eficiente de medir la mortalidad de adultos (entre otras la materna). Incluso en países con buenos registros demográficos cuesta identificar con precisión las muertes maternas, entre las que se cuentan aquellas debido a causas obstétricas directas y las enfermedades agravadas por el embarazo y el parto, y con frecuencia se registran en forma incompleta. Mas aún, muchas de las muertes maternas que ocurren en los países en desarrollo, y especialmente en aquellos que tienen altas tasas de mortalidad materna, suceden fuera de los establecimientos de salud y no son contempladas en absoluto en los registros.

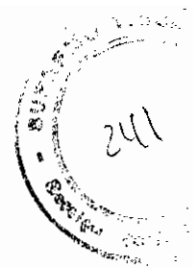
Cuando no existen buenos sistemas de registro demográfico para medir la mortalidad materna debido a que no es muy frecuente, se necesitan onerosas encuestas por hogares de gran alcance o bien censos aplicados en forma regular. Incluso cuando se aplican técnicas de cálculo indirecto (por ejemplo, el método de hermandad femenina) en las encuestas —como las Encuestas Demográficas y Sanitarias— los cálculos sobre las tasas de mortalidad materna resultantes inevitablemente están asociados con grandes errores estándares, suelen referirse a un período anterior y no sirven para evaluar el impacto a corto plazo de las políticas.

En un esfuerzo destinado a abordar las lagunas y la falta de comparabilidad de los datos nacionales, la Organización Mundial de la Salud (OMS), el Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF) y el Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA) han desarrollado cálculos internacionales aproximados con la ayuda de una metodología que ajusta los datos informados por cada país para tener en cuenta la información incompleta y las clasificaciones erróneas, al tiempo que crea cálculos basados en modelos para países sin datos recientes de calidad aceptable. Estos cálculos modelados, los cuales se usan en este informe y en otros importantes informes de seguimiento mundial, se fundan en datos de disponibilidad más general sobre fecundidad y cobertura de asistentes calificados durante el parto para predecir la mortalidad materna.

Hasta la fecha, se han generado tres series de cálculos internacionales separados para 1990, 1995 y 2000. Debido al alto nivel de incertidumbre y la falta de comparabilidad debido a cambios en la metodología, estos cálculos aproximados sólo se pueden usar para indicar el alcance del problema, pero sirven poco para establecer tendencias en el tiempo.

La mayoría de las muertes maternas (aproximadamente tres de cada cuatro) se debe a complicaciones obstétricas que la tecnología actual puede tratar. Por consiguiente, los indicadores de procesos, tales como la proporción de partos atendidos por personal sanitario calificado y la cobertura de atención obstétrica de emergencia, se usan cada vez más como variables sustitutas para evaluar las tendencias de la mortalidad materna y para adoptar políticas y programas de salud pública destinados a mejorar la salud de las madres.

**Fuentes:** Abou Zahr 2005; Proyecto del Milenio de las Naciones Unidas 2005; UNICEF, OMS y UNFPA 1997; OMS 2005.



nal. El impulso creado por el proceso de los Objetivos de Desarrollo del Milenio ha movilizadado a toda la comunidad estadística internacional y hoy hay numerosas iniciativas en marcha, incluida la formulación de estrategias nacionales para el desarrollo de estadísticas recomendadas en el Plan de Acción de Marrakech para el Trabajo Estadístico (<http://unsstats.un.org/unsd/statcom/doc04/marrakech.pdf>) y apoyadas por la Alianza de Estadísticas para el Desarrollo en el Siglo XXI (Recuadro 7).

Es necesario que los organismos internacionales de estadística sigan participando activamente en el desarrollo de mejores estadísticas y que a este fin impulsen, promuevan y apliquen normas, métodos y marcos acordados en el ámbito internacional para las actividades estadísticas, al tiempo que fortalecen su propia capacidad estadística con el fin de satisfacer la creciente demanda por mejores estadísticas nacionales para supervisar el desarrollo humano.

**Recuadro 6** Enfrentar situaciones de incoherencia en los datos – la experiencia de Qatar

El Gobierno de Qatar advirtió que algunos datos presentados en los últimos *Informes sobre Desarrollo Humano* no coincidían con la información oficial publicada por el país, situación que generaba disparidades en una serie de índices. Algunas de las estadísticas utilizadas en los *Informes sobre Desarrollo Humano* estaban obsoletas y otras que figuraban como no disponibles de hecho sí existían. En algunos casos, los cuadros sobre desarrollo humano elaborados por el Consejo de Planificación no concordaban con los que aparecían en el Informe.

El Consejo de Planificación de Qatar solicitó asesoría a la Oficina encargada del Informe sobre Desarrollo Humano y desde entonces mantiene una relación fluida de comunicación y cooperación, lo que incluyó la asesoría de un experto de la HDRO quien visitó Qatar en diciembre de 2004.

Debido a que el Informe sobre Desarrollo Humano depende de las series estadísticas publicadas por otros organismos internacionales productores de datos, el Consejo de Planificación se contactó directamente con 22 entidades internacionales a fin de asegurar que la información estadística correspondiente a Qatar fuera precisa e integral. A su vez, la iniciativa redundó en una cooperación más activa entre la organización de estadística de Qatar y las principales entidades pertinentes de las Naciones Unidas.

Qatar inició un activo proceso de cooperación entre los usuarios y los productores de estadísticas destinado a normalizar y hacer más preciso el flujo de información. En mayo de 2004 organizó un simposio que contó con la participación de representantes de las organizaciones de estadística de varios organismos de la ONU, donde se formuló una estrategia de cooperación más activa entre los usuarios y los productores, así como mecanismos de información más oportunos y precisos. Desde entonces, esta estrategia se ha aplicado con rigurosidad y se han conseguido mejoras sustanciales. En mayo de 2005 se realizó un simposio complementario para hacer un seguimiento de la iniciativa.

**Fuente:** Aboona 2005.

242

Recuadro 7

Estrategias nacionales para la elaboración de información estadística

Usar estadísticas de buena calidad permite mejorar las decisiones normativas y los resultados en materia de desarrollo. Es posible realizar la transición hacia la formulación de políticas fundadas en pruebas adoptando estrategias de formación de capacidades totalmente integradas a los procesos normativos nacionales, tales como las estrategias de reducción de la pobreza y el seguimiento del progreso hacia los Objetivos de Desarrollo del Milenio. Disponer de una Estrategia nacional de desarrollo estadístico es un factor que ayuda a cumplir este objetivo, pues este tipo de iniciativas convierten las prioridades estadísticas en un programa de trabajo detallado y flexible que se basa en el sistema de estadística disponible y en procesos de mejoramiento sostenidos, como por ejemplo el Sistema General de Divulgación de Datos del Fondo Monetario Internacional y los Principios Fundamentales de la ONU para las Estadísticas Oficiales.

Una buena estrategia que cuente con el respaldo del compromiso político y la financiación adecuada puede incrementar la contribución de un sistema nacional de estadística, puesto que ayuda a los países a escapar del ciclo vicioso de falta de financiación y desempeño deficiente. Sin embargo, es crucial contar con apoyo de la comunidad internacional para el desarrollo, puesto que los países que más necesitan contar con mejores estadísticas son los que menos pueden afrontar sus costos. En este sentido, el Fondo Fiduciario para la Formación de Capacidades Estadísticas del Banco Mundial es una fuente importante de financiación en forma de donaciones destinada a ayudar a los países en la formulación de una estrategia nacional para el diseño de su sistema de estadística. El Banco Mundial también ha lanzado un nuevo programa, denominado STATCAP, para permitir que los países accedan a préstamos y créditos que ayuden en la ejecución de la estrategia mencionada.

El Plan de acción de Marrakech 2004 sobre trabajo estadístico (MAPS, por sus siglas en inglés) recomienda que todos los países de ingreso bajo preparen una estrategia nacional de desarrollo estadístico de aquí a 2006 y comiencen a aplicarla el año siguiente para contar con datos de buena calidad y producidos en el propio país para la siguiente revisión general de los Objetivos de Desarrollo del Milenio que se llevará a cabo en 2010. Aunque ambiciosa, la meta se puede lograr. En este sentido, la Colaboración en materia de estadística para el desarrollo en el siglo XXI (PARIS21) realiza labores de promoción, formula documentos y directrices metodológicas y facilita programas regionales con organizaciones asociadas. Asimismo, como objetivo principal de su programa de trabajo 2004-2006, plantea ayudar a los países a conseguir la meta. Las directrices para una estrategia nacional de desarrollo estadístico y el plan de trabajo de PARIS21 pueden conocerse en el sitio web de PARIS21: [www.paris21.org](http://www.paris21.org).

Fuente: William 2005.

243

**NOTA TÉCNICA 1**

**Cálculo de los índices de desarrollo humano**

Los siguientes diagramas resumen cómo se confeccionaron los cinco índices de desarrollo humano utilizados en el *Informe sobre Desarrollo Humano*, destacando sus similitudes y sus diferencias. En el texto de las páginas siguientes se entrega una explicación detallada.

IDH	COMPONENTE	Vida larga y saludable		Educación		Nivel de vida digno
	INDICADOR	Esperanza de vida al nacer	Tasa de alfabetización de adultos	Tasa bruta de matriculación (TBM)	Índice de alfabetización de adultos	Índice de la TBM
ÍNDICE DEL COMPONENTE	Índice de esperanza de vida	Índice de educación		Índice del PIB		

**Índice de desarrollo humano (IDH)**

IPH-1	COMPONENTE	Vida larga y saludable	Educación	Nivel de vida digno	
	INDICADOR	Probabilidad al nacer de no vivir hasta los 40 años	Tasa de analfabetismo de adultos	Porcentaje de la población sin acceso sostenible a fuente de agua mejorada	Porcentaje de niños con peso insuficiente para su edad
ÍNDICE DEL COMPONENTE	Índice de pobreza humana para países en desarrollo (IPH-1)	Privación de nivel de vida digno			

IPH-2	COMPONENTE	Vida larga y saludable	Educación	Nivel de vida digno	Exclusión social
	INDICADOR	Probabilidad al nacer de no vivir hasta los 60 años	Porcentaje de adultos que carecen de aptitudes de alfabetización funcional	Porcentaje de personas que viven por debajo del umbral de pobreza	Tasa de desempleo a largo plazo
ÍNDICE DEL COMPONENTE	Índice de pobreza humana para una selección de países de la OCDE (IPH-2)				

IDG	COMPONENTE	Vida larga y saludable		Educación			Nivel de vida digno	
	INDICADOR	Esperanza de vida al nacer, mujeres	Esperanza de vida al nacer, hombres	Tasa de alfabetización de mujeres adultas	TBM mujeres	Tasa de alfabetización de hombres adultos	TBM hombres	Estimación de ingresos percibidos por mujeres
ÍNDICE DEL COMPONENTE	Índice de esperanza de vida, mujeres	Índice de esperanza de vida, hombres	Índice de educación de mujeres	Índice de educación de hombres		Índice de ingresos de mujeres	Índice de ingresos de hombres	
ÍNDICE IGUALMENTE DISTRIBUIDO	Índice de esperanza de vida igualmente distribuido	Índice de educación igualmente distribuido		Índice de ingresos igualmente distribuido				

**Índice de desarrollo relativo al género (IDG)**

IPG	COMPONENTE	Participación política y poder de decisión	Participación económica y poder de decisión		Control de los recursos económicos
	INDICADOR	Proporción de mujeres y hombres con escaños parlamentarios	Participación de mujeres y hombres en puestos de legisladores altos funcionarios o directivos	Participación de mujeres y hombres en puestos profesionales y técnicos	EDEP de la participación económica
PORCENTAJE EQUIVALENTE IGUALMENTE DISTRIBUIDO (EDEP)	EDEP de la representación parlamentaria	EDEP de la participación económica		EDEP de los ingresos	

**Índice de potenciación de género (IPG)**



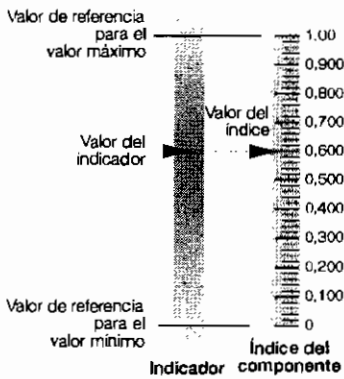
244

## El índice de desarrollo humano (IDH)

El IDH es una medida sinóptica del desarrollo humano. Mide el progreso medio de un país en tres aspectos básicos del desarrollo humano:

- Disfrutar de una vida larga y saludable, medida a través de la esperanza de vida al nacer.
- Disponer de educación, medida a través de la tasa de alfabetización de adultos (con una ponderación de dos tercios) y la tasa bruta combinada de matriculación en primaria, secundaria y terciaria (con una ponderación de un tercio).
- Tener un nivel de vida digno, medido a través del PIB per cápita (PPA en US\$).

Antes de calcular el IDH, es necesario crear un índice para cada uno de estos componentes (los índices de esperanza de vida, educación y PIB), para lo cual se escogen valores mínimos y máximos (valores de referencia) para cada uno de los tres indicadores.



El desempeño de cada componente se expresa como valor entre 0 y 1, para cuyo efecto se aplica la siguiente fórmula general:

$$\text{Índice del componente} = \frac{\text{valor real} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$$

Seguidamente, se calcula el IDH como simple promedio de los índices de los componentes. El recuadro a la derecha ilustra el cálculo del IDH para un país ilustrativo.

### Valores de referencia para el cálculo del IDH

Indicador	Valor máximo	Valor mínimo
Esperanza de vida al nacer (años)	85	25
Tasa de alfabetización de adultos (%)	100	0
Tasa bruta combinada de matriculación (%)	100	0
PIB per cápita (PPA en US\$)	40.000	100

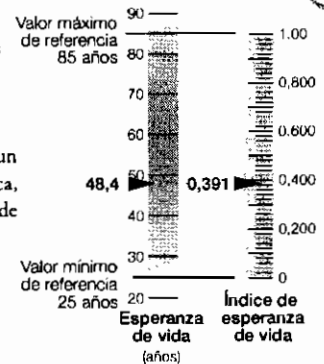
### Cómo se calcula el IDH

En este ejemplo de cómo se calcula el IDH se utilizan datos de Sudáfrica.

#### 1. Cálculo del índice de esperanza de vida

El índice de esperanza de vida mide los logros relativos de un país en cuanto a esperanza de vida al nacer. Para Sudáfrica, cuya esperanza de vida era de 48,4 años en 2003, el índice de esperanza de vida es de 0,391.

$$\text{Índice de esperanza de vida} = \frac{48,4 - 25}{85 - 25} = 0,391$$



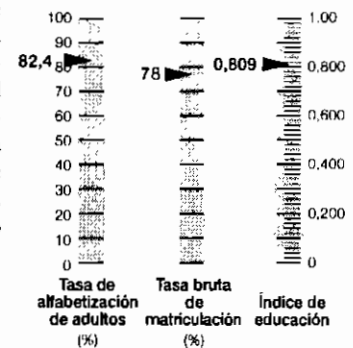
#### 2. Cálculo del índice de educación

El índice de educación mide el progreso relativo de un país en materia de alfabetización de adultos y matriculación bruta combinada en educación primaria, secundaria y terciaria. En primer lugar, se calcula el índice de alfabetización de adultos y el índice de la tasa bruta combinada de matriculación. Seguidamente, se combinan ambos índices para crear el índice de educación, en el que se otorga una ponderación de dos tercios a la alfabetización de adultos y de un tercio a la tasa bruta combinada de matriculación. Para Sudáfrica, donde la tasa de alfabetización de adultos en 2003 era de 82,4% y la tasa bruta combinada de matriculación era de 78% en el año escolar 2002/2003, el índice de educación es de 0,809.

$$\text{Índice de alfabetización de adultos} = \frac{82,4 - 0}{100 - 0} = 0,824$$

$$\text{Índice bruto de matriculación} = \frac{78 - 0}{100} = 0,780$$

$$\text{Índice de educación} = \frac{2}{3} (\text{índice de alfabetización de adultos}) + \frac{1}{3} (\text{índice de matriculación bruta}) = \frac{2}{3} (0,824) + \frac{1}{3} (0,780) = 0,809$$



#### 3. Cálculo del índice del PIB

El índice del PIB se calcula utilizando el PIB per cápita ajustado (PPA en US\$). En el IDH, los ingresos actúan como sustitutos de todos los demás componentes del desarrollo humano que no se reflejan en una vida larga y saludable ni en la educación adquirida. Los ingresos se ajustan, puesto que lograr un nivel respetable de desarrollo humano no requiere ingresos ilimitados. En consecuencia, se utiliza el logaritmo de los ingresos. Para Sudáfrica, cuyo PIB per cápita fue de US\$ 10.346 (PPA en US\$) en 2003, el índice del PIB es de 0,774.

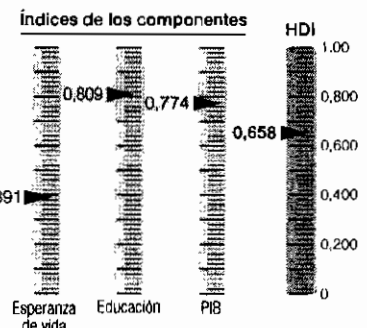
$$\text{Índice del PIB} = \frac{\log(10.346) - \log(100)}{\log(40.000) - \log(100)} = 0,774$$



#### 4. Cálculo del IDH

Una vez que se han calculado los índices de cada componente, la determinación del IDH es sencilla. Es un simple promedio de los índices de los tres componentes.

$$\text{IDH} = \frac{1}{3} (\text{índice esperanza de vida}) + \frac{1}{3} (\text{índice educación}) + \frac{1}{3} (\text{índice del PIB}) = \frac{1}{3} (0,391) + \frac{1}{3} (0,809) + \frac{1}{3} (0,774) = 0,658$$



245

## El índice de pobreza humana para países en desarrollo (IPH-1)

Así como el IDH mide el progreso medio, el IPH-1 mide las *privaciones* en los tres aspectos básicos del desarrollo humano que refleja el IDH.

- Vida larga y saludable: la vulnerabilidad de morir a una edad relativamente temprana, medida según la probabilidad al nacer de no vivir hasta los 40 años.
- Educación: exclusión del mundo de la lectura y las comunicaciones, medida según la tasa de analfabetismo de adultos.
- Nivel de vida digno: falta de acceso a activos económicos generales, medido según el promedio ponderado de dos indicadores: el porcentaje de la población sin acceso sostenible a fuente de agua mejorada y el porcentaje de niños con peso insuficiente para su edad.

El cálculo de IPH-1 es más directo que el del IDH. Los indicadores utilizados para medir las privaciones ya están normalizados en 0 y 100 (porque están expresados en porcentajes), de modo que no es necesario crear índices para los componentes, como ocurre con el IDH.

Inicialmente, la medida de la privación de un nivel de vida digno también incluía un indicador de acceso a los servicios de salud. Sin embargo, debido a la falta de datos fiables de años recientes sobre acceso a estos servicios, la privación del nivel de vida digno en el Informe de este año se mide con dos indicadores en lugar de tres: el porcentaje de la población sin acceso sostenible a una fuente de agua mejorada y el porcentaje de niños con peso insuficiente para su edad.

## El índice de pobreza humana para países de la OCDE seleccionados (IPH-2)

El IPH-2 mide las privaciones en los mismos aspectos que el IPH-1, pero además evalúa la exclusión social. Por consiguiente, refleja privaciones en cuatro aspectos

- Vida larga y saludable: la vulnerabilidad de morir a una edad relativamente temprana, medida según la probabilidad al nacer de no vivir hasta los 60 años.
- Educación: exclusión del mundo de la lectura y las comunicaciones, medida según el porcentaje de adultos (entre 16 y 65 años) que carecen de aptitudes de alfabetización funcional.
- Nivel de vida digno: medido según el porcentaje de personas que viven por debajo del umbral de pobreza de ingresos (50% de la mediana de los ingresos familiares disponibles ajustados).
- Exclusión social: medida según la tasa de desempleo de larga duración (12 meses o más).

### Cálculo del IPH-1

#### 1. Medición de la privación de un nivel de vida digno

Para medir la privación de un nivel de vida digno, se utiliza un promedio no ponderado de dos indicadores.

$$\text{Promedio no ponderado} = 1/2 (\text{población sin acceso sostenible a fuente de agua mejorada}) + 1/2 (\text{niños con peso insuficiente para su edad})$$

Ejemplo de cálculo: Angola

Población sin acceso sostenible a fuente de agua mejorada = 50%

Niños con peso insuficiente para su edad = 31%

$$\text{Promedio no ponderado} = 1/2 (50) + 1/2 (31) = 40,5\%$$

#### 2. Cálculo del IPH-1

La fórmula para calcular el IPH-1 es la siguiente:

$$\text{IPH-1} = [1/3 (P_1^\alpha + P_2^\alpha + P_3^\alpha)]^{1/\alpha}$$

Donde:

$P_1$  = Probabilidad al nacer de no sobrevivir hasta los 40 años (multiplicada por 100)

$P_2$  = Tasa de analfabetismo de adultos

$P_3$  = Promedio no ponderado de la población sin acceso sostenible a fuente de agua mejorada y de niños con peso insuficiente para su edad

$\alpha = 3$

Ejemplo de cálculo: Angola

$P_1 = 48,1\%$

$P_2 = 33,2\%$

$P_3 = 40,5\%$

$$\text{IPH-1} = [1/3 (48,1^3 + 33,2^3 + 40,5^3)]^{1/3} = 41,5$$

### Cálculo del IPH-2

La fórmula para calcular el IPH-2 es la siguiente:

$$\text{IPH-2} = [1/4 (P_1^\alpha + P_2^\alpha + P_3^\alpha + P_4^\alpha)]^{1/\alpha}$$

Donde:

$P_1$  = Probabilidad al nacer de no sobrevivir hasta los 60 años (multiplicada por 100)

$P_2$  = Adultos que carecen de aptitudes de alfabetización funcional

$P_3$  = Población por debajo del umbral de pobreza de ingresos (50% de la mediana de los ingresos familiares disponibles ajustados)

$P_4$  = Tasa de desempleo de larga duración (12 meses o más)

$\alpha = 3$

Ejemplo de cálculo: Estados Unidos de América

$P_1 = 11,8\%$

$P_2 = 20,0\%$

$P_3 = 17,0\%$

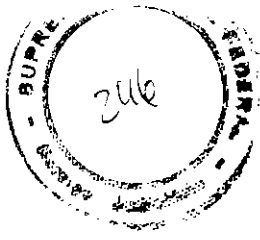
$P_4 = 0,7\%$

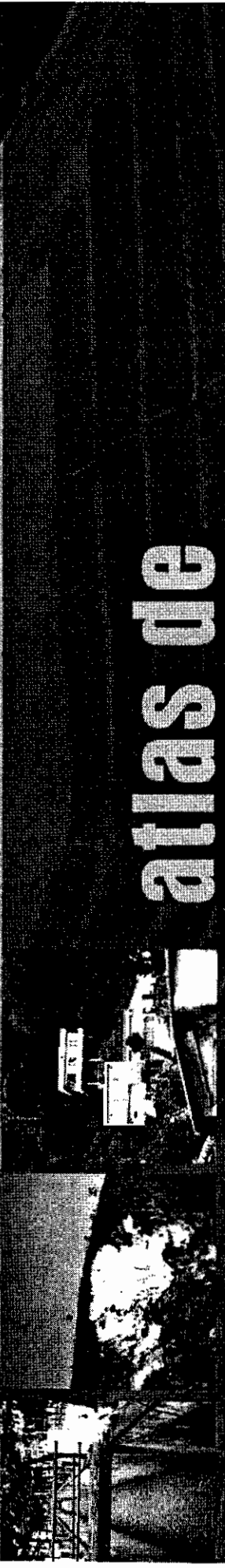
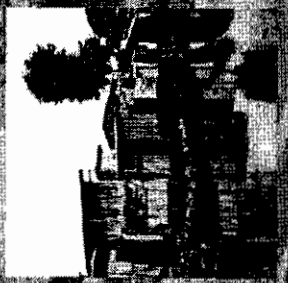
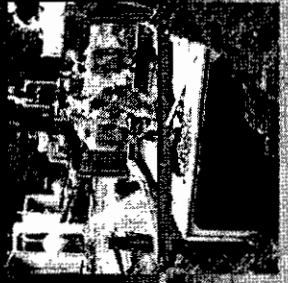
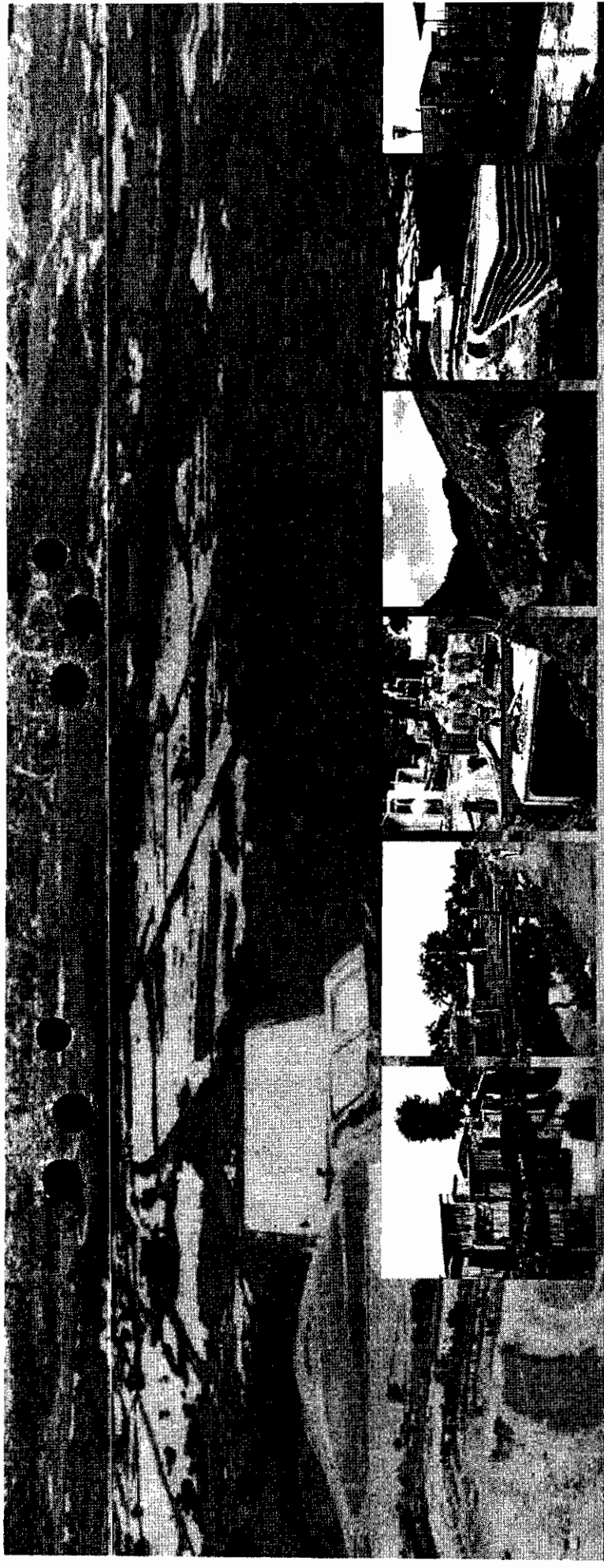
$$\text{IPH-2} = [1/4 (11,8^3 + 20,0^3 + 17,0^3 + 0,7^3)]^{1/3} = 15,4$$

### ¿Por qué se utiliza $\alpha = 3$ en el cálculo del IPH-1 y del IPH-2?

El valor  $\alpha$  tiene efectos importantes en el valor del IPH. Cuando  $\alpha = 1$ , el IPH es el promedio de sus componentes. A medida que  $\alpha$  aumenta, se otorga mayor ponderación al componente en el cual la privación es mayor. En consecuencia, a medida que  $\alpha$  va aumentando hacia el infinito, el IPH tenderá a asumir el valor del componente en el cual la privación es mayor. En el caso de Angola, el ejemplo utilizado para calcular el IPH-1, se llegaría a 48,0 %, igual a la probabilidad al nacer de no sobrevivir hasta los 40 años.

En este Informe se utiliza el valor 3 para dar una ponderación adicional, aunque no excesiva, a los ámbitos en los que la privación es más aguda. Para un análisis más detallado de la fórmula matemática que se utiliza para calcular el IPH, ver Sudhir Anand y Amartya Sen, "Concepts of Human Development and Poverty. A Multidimensional Perspective", y la Nota técnica del Informe sobre Desarrollo Humano 1997 (ver la lista de referencias bibliográficas seleccionadas al final de esta Nota técnica).





# atlas de saneamiento

Presidente da República  
**Luz Inácio Lula da Silva**

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão  
**Guido Mantega**

**INSTITUTO BRASILEIRO  
DE GEOGRAFIA E  
ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidente  
**Eduardo Pereira Nunes**

Diretor Executivo  
**José Sant'Anna Bevilacqua**

**ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES**

Diretoria de Pesquisas  
**Maria Martha Malard Mayer**

Diretoria de Geociências  
**Guido Gelli**

Diretoria de Informática  
**Luz Fernando Pinto Mariano**

Centro de Documentação e Disseminação de Informações  
**David Wu Tai**

Escola Nacional de Ciências Estatísticas  
**Pedro Luis do Nascimento Silva**

**UNIDADE RESPONSÁVEL**

Diretoria de Geociências  
Coordenação de Geografia  
**Maria Luísa Gomes Castello Branco**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**  
Diretoria de Geociências  
Coordenação de Geografia

# Atlas de saneamento



Rio de Janeiro  
2004



## 1.1 Apresentação

## 1.2 Introdução

## 1.3 Notas técnicas

Mapa político .....13

## 1.4 Distribuição espacial e nível de abrangência das redes de saneamento

População atendida - 2000.....	17
Domicílios com abastecimento de água por rede geral - 2000.....	18
Domicílios com abastecimento de água por poço ou nascente e outra forma - 2000.....	19
Tipo de esgotamento sanitário no domicílio - 2000.....	20
Domicílios atendidos por coleta de lixo - 2000.....	21
Destino do lixo não coletado - 2000.....	22
Distribuição espacial dos municípios com serviço de saneamento básico - 2000.....	23
Municípios com todos os serviços de saneamento básico - 2000.....	24
Abraçgência da rede de abastecimento de água segundo estrato populacional e Unidades da Federação - 2000.....	25
Volume de água distribuída - 2000.....	26
Abastecimento de água - municípios de maior volume de água distribuída - 2000.....	28
Soluções alternativas para o abastecimento de água - 2000.....	29
Extensão da rede distribuidora de água segundo estrato populacional - 2000.....	30
Água per capita - 2000.....	31
Água distribuída - 2000.....	32
Abraçgência da rede de esgotamento sanitário - 2000.....	33
Acesso à rede de esgotamento sanitário - 2000.....	34
Solução alternativa para o esgotamento sanitário - 2000.....	35
Volume de esgoto coletado segundo estrato populacional - 2000.....	36
Extensão da rede de esgotamento sanitário segundo estrato populacional - 2000.....	37
Abraçgência do serviço de coleta de lixo domiciliar - 2000.....	38
Quantidade diária de lixo coletado - 2000.....	39
Extensão da rede de drenagem urbana segundo estrato populacional 2000.....	40
Micro e macrodrenagem - 2000.....	41

## 1.5 Qualidade e eficiência das redes de saneamento

Tratamento de água - 2000.....	45
Tratamento de água segundo estrato populacional - 2000.....	46
Água tratada - 2000.....	47

Análise da água na captação superficial - 2000.....	48
Racionamento de água - 2000.....	49
Censos de racionamento - 2000.....	50
Perdas faturadas de água segundo estrato populacional - 2000.....	51
Tratamento de esgoto sanitário - 2000.....	52
Tratamento de esgoto sanitário - 2000.....	53
Tratamento de esgoto sanitário - 2000.....	54
Tratamento de esgoto sanitário - 2000.....	55
Melhoria na rede de esgotamento sanitário - 2000.....	56
Frequência de coleta de lixo - 2000.....	57
Coleta seletiva de lixo - 2000.....	58
Aterro sanitário - 2000.....	59
Coleta do lixo séptico - 2000.....	60
Tratamento do lixo séptico - 2000.....	61
Manutenção do sistema de drenagem urbana segundo estrato populacional - 2000.....	62
Disponibilidade e uso de informações pluviométricas/meteorológicas - 2000.....	63

## 1.6 Saneamento e meio ambiente

Tipo de captação de água - 2000.....	67
Principais sistemas de abastecimento de água - Eixo Rio de Janeiro - São Paulo e Sul de Minas Gerais - 2000.....	68
Locais para disposição final do lixo - 2000.....	69
Lixão segundo estrato populacional - 2000.....	70
Destinação do lixo séptico - 2000.....	71
Pontos de lançamento da rede de drenagem - 2000.....	72
Drenagem urbana e grau de urbanização - 2000.....	73
Inundações ou enchentes - 1998/2000.....	74
Fatores agravantes de inundações ou enchentes - 2000.....	75
Inundação e pavimentação - 1998/2000.....	76
Canúchos e trajetórias das águas - 2000.....	77
Inundação e assoreamento da rede de drenagem - 2000.....	78
Erosão urbana e densidade demográfica - 2000.....	79
Erosão urbana e relevo - 2000.....	80
Fatores agravantes da erosão urbana - 2000.....	81
Erosão e urbanização - 1998/2000.....	82
Tipos de erosão no perímetro urbano - 1998/2000.....	83
Áreas de risco - 2000.....	84
Doenças de veiculação hídrica - 2000.....	85
Morte por diarreia - 2000.....	86
Leptotipirose - 2000.....	87

## 1.7 Gestão dos serviços de saneamento

Escala de competência administrativa - 2000.....	91
Terciarização da mão-de-obra - 2000.....	92
Relação entre a entidade e a comunidade - Abastecimento de água - 2000.....	93



Relação entre a entidade e a comunidade - Esgoto sanitário - 2000	94
Relação entre a entidade e a comunidade - Limpeza urbana e coleta de lixo - 2000	95
Legislação municipal - na drenagem urbana - 2000	96

## 17 Saneamento básico segundo bacia hidrográfica

Bacia hidrográfica - 2000	99
População total, segundo bacia hidrográfica	100
Densidade demográfica - 2000	101
População segundo bacia hidrográfica - 2000	102
População das sedes municipais segundo bacia hidrográfica - 2000	103
Distribuição dos serviços de saneamento básico segundo bacia hidrográfica - 2000	104
Água distribuída segundo bacia hidrográfica - 2000	105
Captação superficial de água segundo bacia hidrográfica - 2000	106
Tratamento da água segundo bacia hidrográfica - 2000	107
Volume de água e esgoto segundo bacia hidrográfica - 2000	108
Esgoto sanitário segundo bacia hidrográfica - 2000	109
Áreas com potencial impacto poluidor - 2000	110
Uso múltiplo da água - 2000	111
Esgoto sanitário segundo bacia hidrográfica - 2000	112
Uso múltiplo da água - Paraíba do Sul - 2000	113
Uso múltiplo da água - Paraíba do Sul - 2000	114
Uso múltiplo da água - Paraíba do Sul - 2000	115

## 18 Acesso às redes de água e esgoto no espaço intraurbano - São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Salvador, Belém, Porto Alegre

Rede geral de abastecimento de água - São Paulo - 2000	121
Rede geral de esgoto - São Paulo - 2000	122
Rede geral de abastecimento de água - Rio de Janeiro - 2000	123
Rede geral de esgoto - Rio de Janeiro - 2000	124
Rede geral de abastecimento de água - Brasília - 2000	125
Rede geral de esgoto - Brasília - 2000	126
Rede geral de abastecimento de água - Salvador - 2000	127
Rede geral de esgoto - Salvador - 2000	128
Rede geral de abastecimento de água - Belém - 2000	129
Rede geral de esgoto - Belém - 2000	130
Rede geral de abastecimento de água - Porto Alegre - 2000	131
Rede geral de esgoto - Porto Alegre - 2000	132

## 19 Anexo

## 20 Glossário

## 21 Equipe técnica





# Atos e Sentenças

A abordagem pelo IBGE do Atlas de saneamento constitui uma oportunidade única de revelar, de forma direta, as profundas desigualdades regionais existentes nesse setor e que, ainda hoje, impedem a universalização e a melhoria dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e coleta de lixo e drenagem urbana um objetivo a ser alcançado pelo Estado e compartilhado pela sociedade brasileira.

Nesse sentido, o Atlas irá possibilitar uma leitura privilegiada do caráter transdisciplinar inerente à questão do saneamento que, em sua definição clássica, constitui o conjunto de ações visando à sanificação das condições ambientais com a finalidade de prevenir a difusão de vetores patogênicos e de promover a saúde pública e o bem-estar da população.

A saúde ganha, assim, uma definição internacional que a considera como o completo bem-estar físico, mental e social e não somente a ausência de doença. A necessidade de abordar os problemas de ambiente, saúde e saneamento de forma interligada e o reconhecimento da importância da salubridade do meio natural alertado pelo homem são aspectos que devem ser resgatados em uma abordagem ampla da questão do saneamento. Disto resulta a necessidade de contemplar outros fatores, tais como o aumento e densidade da população urbana, a expansão industrial e agrícola, que trouxeram em seu bojo a carência e a poluição dos recursos hídricos, assim como os aspectos naturais da hidrografia e topografia do terreno, clima e vegetação, dentre outros.

A questão do saneamento não pode ser vista, assim, de forma homogênea e muito menos linear em todo o território nacional. Ao contrário, ela requer uma abordagem coerente com a diversidade ambiental e social que interfere, dinamicamente, na própria compreensão dessa questão como resposta ajustada às inúmeras realidades

demográficas, sociais, políticas e ambientais presentes no imenso território brasileiro.

A trajetória da pesquisa do saneamento no IBGE, saindo de uma abordagem inicialmente restrita ao campo econômico, passando pelas estatísticas sociais e chegando aos temas ambientais, acompanha, de certo modo, a evolução de seu entendimento enquanto uma questão complexa que requer uma compreensão integrada das relações sociedade-natureza que interferem no cotidiano da população brasileira, notadamente daquela que habita os grandes centros urbanos do País.

A amplitude dos temas pesquisados acabou por diversificar as fontes de informação consultadas, as incluídas não só pesquisas do próprio IBGE, mas também o Censo Demográfico 2000, como informações provenientes de outros órgãos e entidades que muito contribuíram para o enriquecimento do trabalho proposto. Nesse sentido, contam-se com informações provenientes da Agência Nacional de Águas - ANA, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, do Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e do Laboratório de Hidrologia e Estudos do Meio Ambiente da COPPE/UFRRJ, além daquelas obtidas junto aos diversos Comitês de Bacia.

Além desse órgão, cabe registrar que o convênio firmado com a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, a Fundação Nacional de Saúde e a Caixa Econômica Federal possibilitou a elaboração da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000.

Finalmente, a abrangência que adquiriu a questão do saneamento revela-se na própria seqüência de temas abordados ao longo do Atlas e que foi construída com o objetivo de abordar os vários ângulos de análise que comportam, na atualidade, a discussão do saneamento básico no Brasil.

Eduardo Pereira Nunes  
Presidente do IBGE

252

## Oferta dos serviços de saneamento básico no Brasil

As políticas governamentais para o setor de saneamento básico, principalmente até a década de 1960, foram caracterizadas por medidas esporádicas e localizadas, muitas vezes em detrimento das demandas por bens e serviços provocadas pelo crescimento da população urbana. Com a precariedade de atendimento por parte dos municípios, os efeitos da falta de investimentos se fizeram sentir nas altas taxas de mortalidade infantil e no agravamento da deterioração sanitária.

No período entre 1964 e 1985, a centralização do Estado brasileiro esvaziou a atuação dos governos locais que se tornaram simples gestores da política central. Os recursos do setor de saneamento básico passaram a ser gerenciados pelo Banco Nacional de Habitação - BNH que, através do Plano Nacional de Saneamento - PLANASA, incentivou a criação de companhias estaduais, sob a forma de economia mista, e a concessão dos serviços pelos municípios aos estados. O objetivo do Plano Nacional de Saneamento era encaminhar uma solução permanente e realista para eliminar o déficit do abastecimento de água e do esgotamento sanitário. Em 1981, as metas a serem atingidas, durante a década, passaram a ser o atendimento da população urbana em 90% com serviço de abastecimento de água de boa qualidade e 65% com serviço de esgotamento sanitário.

A combinação entre o acirramento da crise econômica, no início dos anos 1980, e a adoção de um modelo de poder centralizado no BNH, resultou em uma política seletiva que privilegiava as grandes empresas estaduais em detrimento das prefeituras e interesses locais. Os Governos Estaduais tornaram-se os responsáveis pelas negociações com os municípios e, ao mesmo tempo, se beneficiaram com recursos do PLANASA na medida da adesão dos municípios ao plano. Em contrapartida, os estados passaram a lidar com a resistência de municípios que se opuseram ao que consideravam como uma ingerência na vida das populações locais<sup>1</sup>.

O Governo Central encontrou dificuldades em cumprir as metas por ele estipuladas, mesmo agregando os resultados da construção dos serviços municipais de abastecimento de água e de esgotamento sanitário prestados pelos municípios que não aderiram ao PLANASA. A política centralizada de saneamento básico não incluiu metas para o serviço de coleta de lixo, a despeito de suas implicações para o meio ambiente e para a saúde da população.

Pace às tendências de redefinição do papel do Estado, a partir da Constituição Federal de 1988, a ênfase na descentralização e privatização traz de volta a responsabilidade de políticas públicas ao poder

local. No que se refere aos serviços de saneamento básico, o processo de municipalização encontra vários desafios dentre os quais ressaltase a capacidade desigual dos municípios em atender às demandas na implantação e/ou no aprimoramento dos serviços prestados.

Considerando-se as desigualdades existentes no desenvolvimento socioeconômico entre as regiões e municípios do país, o estudo visa a avaliar a eficiência dos serviços de saneamento básico prestados pelas diferentes esferas governamentais, segundo a abrangência e qualidade do abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e coleta de lixo. Para tanto, foram analisadas a cobertura e qualidade dos serviços prestados de acordo com a estratificação dos municípios segundo o tamanho da população<sup>2</sup>.

Por se tratar de um levantamento pautado na área institucional, com uma metodologia específica às pesquisas por estabelecimento, as informações diferem daquelas coletadas pelas pesquisas domiciliares. Na Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - PNSB, o quantitativo das economias abastecidas/esgotadas pode diferir daquele apurado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD) e no Censo Demográfico porque nela são excluídos os domicílios com ligações clandestinas e informais. As ligações informais, por exemplo, são improvisações onde as Prefeituras pagam ramais a partir das bicas colocadas em locais públicos para atender aos domicílios. Neste sentido, domicílios com este tipo de ligação ficam fora do âmbito da PNSB, mas nas PNADs e nos Censos Demográficos são computados como sendo ligados à rede.

Em relação ao esgotamento sanitário, os domicílios com fossa séptica, não assistidos pelas empresas, ficam fora do universo da pesquisa. Nas pesquisas domiciliares, por sua vez, nem sempre o entrevistado informa adequadamente sobre as condições de saneamento. São comuns casos de domicílios com algum tipo de encanamento, de água ou esgoto, ser confundido pelo entrevistado como sendo ligação à rede geral de esgoto ou de água. Dependendo do objetivo do estudo que esteja sendo realizado, tal informação poderá ser interpretada como condição adequada, uma vez que o esgoto fica longe do domicílio ou por este domicílio desfrutar das conveniências de possuir água corrente.

No entanto, do ponto de vista das condições de saneamento mais abrangentes, a inexistência de rede geral de esgoto compromete o meio ambiente e, conseqüentemente, a saúde da população que utiliza rios, lagoas e solo contaminados por esgoto lançado in situ. Em síntese, a PNSB informa sobre a abrangência de economias abastecidas/esgotadas e a qualidade do atendimento das empresas, assim como permite analisar o resultado de investimentos realizados nesta esfera típica de atuação do Estado.

<sup>1</sup> Em 1985, os municípios que não aderiram ao PLANASA fundaram a Associação dos Servidores Municipais de Água e Esgoto - ASSERMAE, composta, principalmente, de municípios de porte médio do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Ver Fábiani e Pereira (1987).

<sup>2</sup> A estratificação dos municípios levou em consideração-se normas de potabilidade de água, conforme Decreto nº 71.167, de 1 de março de 1972, que recomenda um controle de qualidade diferenciado de acordo com o tamanho da população do município.

# Distribuição espacial e nível de abrangência das redes de saneamento

O tema **Distribuição espacial e nível de abrangência das redes de saneamento** revela a acentuada diferença existente na difusão espacial das redes de saneamento no território brasileiro, chamando a atenção para a presença da rede de água e dos serviços de coleta de lixo e limpeza urbana na maioria dos municípios brasileiros vis-à-vis a concentração espacial da rede de esgotamento sanitário, cuja presença continua restrita à Região Sudeste e às áreas mais urbanizadas das demais regiões do País.

Este tema aprofunda a questão em torno da desigualdade espacial verificada na distribuição dos serviços de saneamento, apontando na direção do acesso diferenciado às redes por parte da população uma vez que a existência da rede nem sempre significa um amplo atendimento da população, dada sua pequena extensão face ao número de economias residenciais atendidas.

Nesse contexto, o abastecimento de água constitui uma questão fundamental a ser resolvida pelos riscos que sua ausência ou seu fornecimento inadequado podem causar à saúde pública. A universalização deste serviço é a grande meta para os países em desenvolvimento. Os números evidenciados pela pesquisa mostram que, no Brasil, a cobertura de abastecimento de água já atingiu um significativo contingente populacional.

Uma comparação dos dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - PNSB de 1989 com os de 2000 permite sintetizar as dimensões da evolução da cobertura do serviço. Em 1989, o Brasil tinha seu território dividido em 4 425 municípios, 95,9% dos quais contava com serviço de abastecimento de água por rede geral, prestado por alguma empresa pública ou privada. Em 2000, o número de municípios foi aumentado para 5 507 e a rede de abastecimento ampliada, tendo o atendimento por empresas prestadoras deste serviço alcançado uma proporção de 97,9% dos municípios do País.

Na pesquisa realizada pelo IBGE, o fato de um município possuir uma rede de serviços de abastecimento de água instalada o incluiu no total de municípios com rede de distribuição, independentemente da cobertura, eficiência e número de ligações domiciliares a esta rede. Os dados levantados pela PNSB 2000 e apresentados na Tabela 1 se prestam a informar somente sobre a existência ou não dos serviços de abastecimento de água nos municípios brasileiros.

Em 2000, a PNSB encontrou somente 116 municípios brasileiros sem serviço de abastecimento de água por rede geral, o que corresponde a 2% do total de municípios. A maior parte deles está situada nas Regiões Norte e Nordeste. Apesar de ter havido uma redução,

Tabela 1 - Municípios, total e com serviço de abastecimento de água, segundo as Grandes Regiões - 1989/2000

Grandes Regiões	Municípios			
	1989		2000	
	Total	Com serviço de abastecimento de água	Total	Com serviço de abastecimento de água
	Atividade	Relativo (%)	Atividade	Relativo (%)
Brasil	4 425	4 265	5 507	5 331
Norte	236	230	445	427
Nordeste	1 461	1 371	1 797	1 722
Sudeste	1 430	1 429	1 666	1 666
Sul	667	654	1 159	1 147
Centro-Oeste	379	382	446	479

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 1989/2000.

nestas regiões, do número de municípios sem abastecimento, houve, na década, um aumento de seu peso proporcional: passaram de 50% para 56% no Nordeste e de 21,7% para 23,3% na Região Norte, indicando que o investimento aí realizado na expansão da rede geral de abastecimento de água não ocorreu na mesma proporção que nas demais regiões (Tabela 2).

Tabela 2 - Municípios sem serviço de abastecimento de água, segundo as Grandes Regiões - 1989/2000

Grandes Regiões	Municípios sem serviço de abastecimento de água			
	1989		2000	
	Atividade	Relativo (%)	Atividade	Relativo (%)
Brasil	160	100,0	116	100,0
Norte	39	21,7	27	23,3
Nordeste	90	60,0	85	64,0
Sudeste	1	0,6	-	0,0
Sul	23	14,4	17	14,7
Centro-Oeste	7	4,4	7	6,0

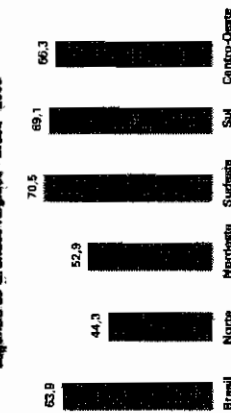
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 1989/2000.

Nos 116 municípios que não contam com qualquer rede distribuidora de água, foram encontradas como principais alternativas para o abastecimento das populações a utilização de chafarizes e fontes, poços particulares e abastecimento por caminhões pipas, bem como utilização direta de cursos de água.

254

Não obstante ser o mais abrangente dentre os serviços de saneamento básico do País, a rede de distribuição de água atinge, segundo a PNAB, 63,9% do número total de domicílios recensados pelo Censo Demográfico 2000<sup>1</sup>. Tais serviços caracterizam-se, também, por um desequilíbrio regional, visto que, enquanto que na Região Sudeste e de 70,5% a proporção de domicílios atendidos, nas Regiões Norte e Nordeste o serviço alcança, respectivamente, apenas 44,3% e 52,9% dos domicílios (Gráfico 1). Estes resultados naturalmente evidenciam um certo grau de diferença em relação aos obtidos nas pesquisas domiciliares, inclusive, no Censo 2000. Tais diferenças se devem ao entendimento do morador sobre a natureza dos serviços disponíveis em seu próprio domicílio e, em grande medida, pelo fato das características domiciliares serem investigadas apenas nos domicílios particulares permanentes ocupados, o que significa dizer que 9 milhões de domicílios classificados como fechados, vagos ou de uso ocasional e onde não são encontrados moradores, não respondem ao questionário. Neste sentido, as informações do Censo 2000 referentes aos domicílios particulares permanentes ocupados revelam que em 77,8% dos mesmos, os moradores informaram dispor do serviço de abastecimento de água por rede geral.

Gráfico 1 - Domicílios abastecidos, por rede geral, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 2000



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000.

A abrangência do abastecimento de água também varia com o tamanho populacional dos municípios. Nesse sentido, os menores municípios apresentam maior deficiência nos serviços e apenas 46% dos domicílios situados em municípios com até 20 000 habitantes contam com abastecimento de água por rede geral. Em contrapartida, nos municípios de maior porte populacional é superada a marca de 75% de economias residenciais abastecidas.

Em todas as regiões, o mesmo comportamento em relação ao porte populacional pode ser verificado: as proporções de domicílios abastecidos aumentam quanto mais populosos forem os municípios. Os municípios de maior porte populacional são aqueles situados nas regiões com maior desenvolvimento socioeconômico onde as demandas da população são mais frequentes e, conseqüentemente, com maiores investimentos públicos e privados no setor.

No que se refere à abrangência dos serviços de saneamento básico, o esgotamento sanitário é o que tem menor presença nos municípios brasileiros. Dos 4 425 Municípios existentes no Brasil, em 1989, menos

da metade (47,3%), tinha algum tipo de serviço de esgotamento sanitário e, onze anos mais tarde, os avanços não foram muito significativos: dos 5 507 municípios, 52,2% eram servidos<sup>2</sup>. Se no período 1989-2000 houve um aumento de, aproximadamente, 24% no número de municípios, o serviço de esgotamento sanitário não acompanhou este crescimento, o aumento foi de apenas 10%.

No Brasil, apenas 33,5% dos domicílios são atendidos por rede geral de esgoto, além de apresentar um quadro marcado de desigualdades regionais. O atendimento chega ao seu nível mais baixo na Região Norte, onde apenas 2,4% dos domicílios são atendidos, seguidos da Região Nordeste (14,7%), Centro-Oeste (28,1%) e Sul (28,1%). A Região Sudeste apresenta o melhor atendimento, mesmo assim, sobre pouco mais da metade dos domicílios da região (53,0%).

A desigualdade dos serviços prestados entre as diferentes áreas do País se reproduz entre os municípios das regiões, revelando a diferença na proporção de domicílios ligados à rede geral de esgoto de acordo com o tamanho da população dos municípios. Em geral, quanto maior a população do município maior a proporção de domicílios com serviço de esgoto. Entre as regiões, no entanto, embora permaneça a tendência geral do País, a desigualdade da prestação do serviço de rede geral é bem diferenciada dependendo do tamanho da população do município. Na Região Sudeste as diferenças de domicílios servidos não apresentam grandes disparidades: 16,6 pontos percentuais separam a proporção de domicílios com rede geral de esgoto dos municípios de grande porte em relação aos pequenos (58,7% em municípios com mais de 300 000 habitantes e 42,1% para aqueles com até 20 000 habitantes). No Nordeste, os maiores municípios têm 3,4 vezes mais domicílios com rede geral do que os municípios com 20 000 habitantes. A maior disparidade de domicílios servidos em municípios de grande e pequeno porte encontra-se na Região Centro-Oeste. Nesta região, os municípios mais populosos têm, aproximadamente, 20 vezes mais domicílios com rede geral de esgoto do que os municípios com 20 000 habitantes (56,7% e 2,6%, respectivamente).

Se a desigualdade de serviço domiciliar de rede geral de esgoto está relacionada ao tamanho da população dos municípios, os distintos estágios de desenvolvimento do País explicam as diferenças inter-regionais encontradas. Os municípios do Sudeste com população até 20 000 habitantes têm 44% a mais de domicílios com rede geral de esgoto do que os maiores municípios do Nordeste e quase a mesma proporção dos domicílios da Região Sul. Comparando-se municípios de mesmo porte, os domicílios em municípios com até 20 000 habitantes do Sudeste têm 5 vezes mais ligações de rede geral do que os do Nordeste e pouco mais de 15 vezes do que os do Centro-Oeste.

Então, a meta definida pelo PLANASA para a década de 1980 de atender a 65% da população com serviço de esgotamento sanitário, quase 20 anos mais tarde, não se tornou realidade. Os avanços ocorridos entre 1989 e 2000 foram localizados em municípios de maior porte, principalmente naqueles das regiões mais desenvolvidas.

Em contrário dos sistemas de água e esgoto, onde as instalações físicas, como barragens, adutoras, redes coletoras e estações de tratamento, dão permanência física ao sistema, e a continuidade operacional é mais fácil de ser mantida, os sistemas de limpeza urbana são constituídos essencialmente de serviços, os quais necessitam, para sua operação, do pleno engajamento da administração municipal, garantindo um fluxo de

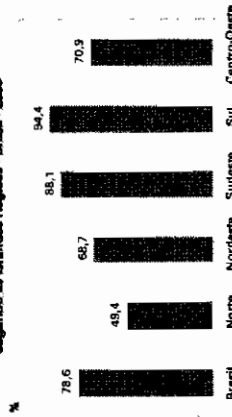
recursos permanente para sua realização. Isto get a uma certa fragilidade do setor, especialmente em épocas de mudanças de administração e renovações contratuais.

A PNAB informa que, na época que foi realizada, eram coletadas 125 281 toneladas de lixo domiciliar, diariamente, em todos os municípios brasileiros. Trata-se de uma quantidade expressiva de resíduos, para os quais deve ser dado um destino final adequado, sem prejuízo à saúde da população e sem danos ao meio ambiente.

Finalmente, quanto à abrangência da rede de drenagem, independentemente do tamanho do cruzado da rede e de sua eficiência, 78,6% dos municípios brasileiros tinham serviços de drenagem urbana, à época da pesquisa. A análise deste dado, pelo porte populacional dos municípios, revela que a existência dos serviços de drenagem varia segundo o tamanho da população. Nos municípios com até 20 000 habitantes, em 74,8% existe rede de drenagem. Na medida em que o porte populacional cresce, a proporção do serviço aumenta, chegando a 100% nos municípios com mais de 300 000 habitantes. As diferenças entre os municípios de pequeno e grande porte, no que se refere aos serviços de drenagem urbana, têm explicações. Uma delas, e talvez a principal, é a falta de investimentos diante de pequenos orçamentos. Uma segunda explicação pode estar nas características climáticas, geográficas, geológicas ou topográficas de determinadas regiões que podem demandar menores investimentos neste serviço, como é o caso de algumas áreas do Nordeste do Brasil. Uma outra é a própria demanda de populações mais organizadas e de municípios mais populosos que, com melhores níveis educacionais e socioeconômicos, criam canais de reivindicação formais e outras formas de pressão popular por melhores serviços.

Conforme observado anteriormente, a distribuição de rede de drenagem é mais favorável às áreas mais desenvolvidas (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Proporção dos municípios com rede de drenagem urbana, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 2000



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000.

Nesse contexto, a Região Sul aparece com 94,4% dos municípios com rede de drenagem urbana, enquanto no Sudeste, onde se concentra mais da metade da população do País, é possível encontrar rede de drenagem em 88,1% dos municípios. A Região Norte é aquela com menor proporção de municípios com rede de drenagem, 49,4%.



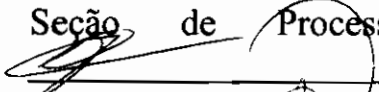
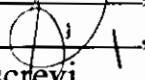
<sup>1</sup> A pesquisa considerou "município servido" aquele que apresenta algum tipo de serviço de esgotamento sanitário, independentemente da extensão da rede coletora, do número de ligações ou de economias servidas.

256



**ADI N° 3824**

**TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME**

Ao 1º dia do mês de fevereiro de 2007, fica encerrado o 1º volume dos presentes autos, à folha nº 257, com o presente termo. O 2º volume se inicia à folha nº 258 com o Termo de Abertura de Volume. Seção de Processos do Controle Concentrado. Eu, , Analista Judiciário, lavrei este termo. E eu, , Coordenadora de Processamento do Plenário, o subscrevi.



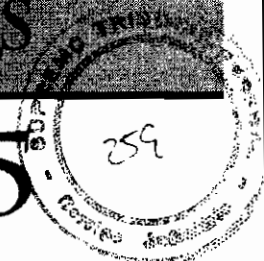
**ADI Nº 3824**

**TERMO DE ABERTURA**

Ao 1º dia do mês de fevereiro de 2007, fica formado o 2º volume dos presentes autos, que se inicia à folha nº 258, com o presente termo. Seção de Processos do Controle Concentrado. Eu, \_\_\_\_\_, Analista Judiciário, lavrei este termo. E eu, \_\_\_\_\_, Coordenadora de Processamento do Plenário, o subscrevi.

# PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

2 0 0 5



volume 26  
**BRASIL**





Presidente da República  
**Luiz Inácio Lula da Silva**

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão  
**Paulo Bernardo Silva**



## **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidente  
**Eduardo Pereira Nunes**

Diretor Executivo  
**Sérgio da Costa Côrtes**

### **ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES**

Diretoria de Pesquisas  
**Wasmália Socorro Barata Bivar**

Diretoria de Geociências  
**Guido Gelli**

Diretoria de Informática  
**Luiz Fernando Pinto Mariano**

Centro de Documentação e Disseminação de Informações  
**David Wu Tai**

Escola Nacional de Ciências Estatísticas  
**Pedro Luis do Nascimento Silva**

### **UNIDADE RESPONSÁVEL**

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Trabalho e Rendimento  
**Marcia Maria Melo Quintslr**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE



# **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**

volume 26 2005

Brasil

ISSN 0101-6822

Pesq. Nac. Amost. Domic., Rio de Janeiro, v. 26, p.1-125, 2005



**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 85-240-3902-7 (CD-ROM)

ISSN 0101-6822 (meio impresso)

© IBGE. 2006

**Elaboração do arquivo PDF**

Roberto Cavararo

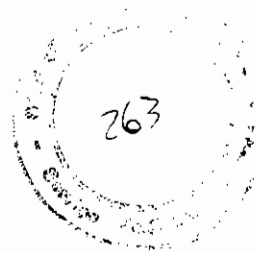
**Produção da multimídia**

Marisa Sigolo Mendonça

Márcia do Rosário Brauns

**Capa**

Marcos Balster Fiore e Renato Aguiar - Coordenação de  
*Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de  
Informações - CDDI



---

## Sumário

### **Apresentação**

### **Notas técnicas**

Introdução

Conceituação das características

    Data e períodos de referência

    Domicílio

    Unidade domiciliar

    População residente

    Situação do domicílio

    Espécie do domicílio

Características dos domicílios particulares permanentes

    Tipo do domicílio

    Material das paredes

    Material da cobertura

    Cômodo

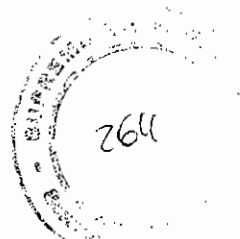
    Dormitório

    Condição de ocupação do domicílio

    Abastecimento de água

    Banheiro ou sanitário

    Esgotamento sanitário



Destino do lixo

Iluminação elétrica

Telefone

Fogão

Filtro de água

Rádio

Televisão

Geladeira

*Freezer*

Máquina de lavar roupa

Microcomputador

Acesso à Internet

Características das famílias

Família

Condição na família

Características gerais e de migração

Idade

Cor ou raça

Naturalidade em relação ao município e à Unidade da Federação

Lugar de nascimento

Características de instrução

Alfabetização

Estudante

Freqüência a escola ou creche

Rede de ensino

Anos de estudo

Características de trabalho e rendimento

Trabalho

Procura de trabalho

Condição de ocupação

Pessoas ocupadas

Pessoas desocupadas

Pessoas que procuraram trabalho

Condição de atividade



Pessoas economicamente ativas  
Pessoas não-economicamente ativas  
Empreendimento  
Número de trabalho  
Trabalho principal da semana de referência  
Trabalho secundário da semana de referência  
Trabalho principal do período de referência de 365 dias  
Ocupação  
Classificação de ocupações  
Atividade  
Classificação de atividades  
Posição na ocupação  
Categoria do emprego  
Setor do emprego  
Número de pessoas ocupadas no trabalho  
Horas habitualmente trabalhadas por semana  
Tempo de permanência no trabalho  
Local de estabelecimento do trabalho  
Contribuição para instituto de previdência  
Associação a sindicato  
Tipo de sindicato  
Contribuição para previdência privada  
Aposentado  
Pensionista  
Salário mínimo  
Rendimento mensal de trabalho  
Rendimento mensal de outras fontes  
Rendimento mensal  
Rendimento mensal familiar  
Rendimento mensal domiciliar  
Características de fecundidade  
Filho nascido vivo  
Filho nascido morto  
Plano de amostragem



Processo de seleção da amostra  
Cadastro de unidades domiciliares  
Processo de expansão da amostra  
Precisão das estimativas  
Função ajustante dos erros amostrais  
Coeficientes de regressão e coeficientes de  
variação ajustados

#### **Tabelas de resultados**

##### **1 Dados gerais**

1.1 - População residente, por situação do domicílio e sexo,  
segundo os grupos de idade - Brasil - 2005

1.2 - População residente, por cor ou raça, segundo a  
situação do domicílio e o sexo - Brasil - 2005

##### **2 Migração**

2.1 - População residente, por lugar de nascimento,  
segundo a Unidade da Federação de residência –  
Brasil - 2005

2.2 - População residente, por naturalidade em relação  
ao município e à Unidade da Federação, segundo o sexo  
e os grupos de idade - Brasil - 2005

2.3 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por  
naturalidade em relação ao município e à Unidade  
da Federação, segundo a condição de atividade na semana  
de referência e os grupos de idade - Brasil - 2005

##### **3 Instrução**

3.1 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por situação  
do domicílio e sexo, segundo a alfabetização e os  
grupos de idade - Brasil - 2005

3.2 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por  
situação do domicílio e sexo, segundo os anos  
de estudo - Brasil - 2005

3.3 - Estudantes de 5 anos ou mais de idade, por  
situação do domicílio e sexo, segundo o grau e  
a série que freqüentavam - Brasil - 2005

3.4 - Pessoas que freqüentavam creche ou escola,  
por grau e a série que freqüentavam, segundo a  
rede de ensino que freqüentavam, o sexo e os  
grupos de idade - Brasil - 2005



#### 4 Trabalho

4.1 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade e valor do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo, segundo a situação do domicílio e as classes de rendimento mensal - Brasil - 2005

4.2 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade na semana de referência e sexo, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade - Brasil - 2005

4.3 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade na semana de referência e sexo, segundo a situação do domicílio e os grupos de anos de estudo - Brasil - 2005

4.4 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade e valor do rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo a situação do domicílio, o sexo e a condição de atividade na semana de referência - Brasil - 2005

4.5 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, aposentadas e/ou pensionistas na semana de referência, segundo o sexo e a condição de atividade na semana de referência - Brasil - 2005

4.6 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas na semana de referência, e valor do rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas na semana de referência, por sexo, segundo a situação do domicílio e as classes de rendimento mensal - Brasil - 2005

4.7 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade que procuraram trabalho na semana de referência, por condição de ocupação na semana de referência, segundo o sexo e os grupos de idade - Brasil - 2005

4.8 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e que procuraram trabalho na semana de referência, por sexo, segundo algumas características - Brasil - 2005

4.9 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por situação do domicílio e sexo, segundo algumas características - Brasil - 2005

4.10 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de anos de estudo, segundo o sexo e as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos - Brasil - 2005





4.11 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos, segundo o sexo e as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos - Brasil - 2005

4.12 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e valor do rendimento médio mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos - Brasil - 2005

4.13 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por número de trabalhos e sexo, segundo algumas características - Brasil - 2005

4.14 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e valor do rendimento médio mensal de trabalho das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo o sexo e o número de trabalhos - Brasil - 2005

4.15 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com mais de um trabalho, por posição na ocupação no trabalho principal, segundo a posição na ocupação no trabalho secundário - Brasil - 2005

4.16 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por contribuição para instituto de previdência, no trabalho principal e em qualquer trabalho, segundo o sexo e os grupos de idade - Brasil - 2005

4.17 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho, segundo o sexo e as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos - Brasil - 2005

4.18 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por contribuição para instituto de previdência no trabalho principal, segundo o sexo e os grupamentos de atividade do trabalho principal - Brasil - 2005

4.19 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal, segundo o sexo e os grupos de idade - Brasil - 2005



4.20 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (exclusive trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso), por posição na ocupação no trabalho principal, segundo o sexo e o local de estabelecimento do trabalho principal - Brasil - 2005

4.21 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por tempo de permanência no trabalho principal, segundo o sexo e a posição na ocupação no trabalho principal - Brasil - 2005

4.22 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e com rendimento no trabalho principal, e valor do rendimento médio mensal do trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e com rendimento no trabalho principal, por sexo, segundo a posição na ocupação no trabalho principal e as classes de rendimento mensal do trabalho principal em salários mínimos - Brasil - 2005

4.23 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal, segundo o sexo e os grupamentos de atividade do trabalho principal - Brasil - 2005

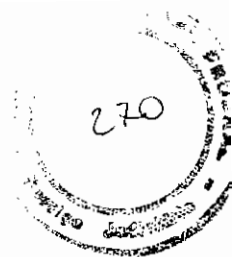
4.24 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal, segundo a atividade e a posição na ocupação no trabalho principal - Brasil - 2005

4.25 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal, segundo o sexo e os grupamentos de atividade do trabalho principal - Brasil - 2005

4.26 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal, segundo o sexo e os grupamentos ocupacionais do trabalho principal - Brasil - 2005

4.27 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal, segundo o sexo e as classes de rendimento mensal do trabalho principal - Brasil - 2005

4.28 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por classes de rendimento mensal do trabalho principal, segundo o sexo e os grupamentos de atividade do trabalho principal - Brasil - 2005



4.29 - Empregados de 10 anos ou mais de idade, no trabalho principal da semana de referência, por categoria do emprego, segundo o sexo e os grupos de idade - Brasil - 2005

4.30 - Empregados de 10 anos ou mais de idade, no trabalho principal da semana de referência e valor do rendimento médio mensal do trabalho principal da semana de referência dos empregados de 10 anos ou mais de idade, por sexo, segundo a categoria do emprego e as classes de rendimento mensal do trabalho principal - Brasil - 2005

4.31 - Empregados de 10 anos ou mais de idade, no trabalho principal da semana de referência (exclusive militares e funcionários públicos estatutários), por categoria do emprego e sexo, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal - Brasil - 2005

4.32 - Empregados de 10 anos ou mais de idade, em atividade não-agrícola, no setor privado, o trabalho principal da semana de referência, por número de pessoas ocupadas no trabalho principal, segundo o sexo e o local de estabelecimento do trabalho principal - Brasil - 2005

4.33 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade no período de referência de 365 dias e sexo, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade - Brasil - 2005

4.34 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas no período de referência de 365 dias, por condição de atividade e de ocupação na semana de referência e atividade no trabalho principal da semana de referência, segundo o sexo e os grupamentos de atividade do trabalho principal do período de referência de 365 dias - Brasil - 2005

4.35 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, ocupadas, por período de referência e atividade no trabalho principal do período, segundo o sexo e os grupos de idade - Brasil - 2005

4.36 - Pessoas de 18 anos ou mais de idade, ocupadas no período de referência de 365 dias e associadas a sindicato, por tipo de sindicato e sexo, segundo algumas características - Brasil - 2005

## 5 Fecundidade

5.1 - Mulheres de 15 anos ou mais de idade, total e que tiveram filhos, e filhos tidos, nascidos vivos, nascidos mortos e que estavam vivos, por sexo, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade das mulheres - Brasil - 2005



5.2 - Mulheres de 15 anos ou mais de idade, total e que tiveram filhos nascidos vivos, por número de filhos tidos nascidos vivos, segundo a condição de atividade na semana de referência e os grupos de idade - Brasil - 2005

## 6 Famílias

6.1 - Famílias residentes em domicílios particulares e valor do rendimento médio mensal das famílias residentes em domicílios particulares, por situação do domicílio, segundo as classes de rendimento mensal familiar - Brasil - 2005

6.2 - Famílias e pessoas residentes em domicílios particulares, por condição na família, segundo algumas características da pessoa de referência da família - Brasil - 2005

## 7 Domicílios

7.1 - Domicílios particulares e valor do rendimento médio mensal domiciliar, por situação do domicílio, segundo as classes de rendimento mensal domiciliar - Brasil - 2005

7.2 - Domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento mensal domiciliar, segundo a situação do domicílio e alguns bens duráveis existentes no domicílio - Brasil - 2005

7.3 - Moradores em domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento mensal domiciliar, segundo a situação do domicílio e alguns bens duráveis existentes no domicílio - Brasil - 2005

7.4 - Domicílios particulares permanentes e moradores em domicílios particulares permanentes, por tipo de domicílio, segundo a condição de ocupação e o material das paredes e da cobertura - Brasil - 2005

7.5 - Domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento mensal domiciliar, segundo a situação do domicílio e algumas características do domicílio - Brasil - 2005

7.6 - Moradores em domicílios particulares permanentes, por classe de rendimento mensal domiciliar, segundo a situação do domicílio e algumas características do domicílio - Brasil - 2005

7.7 - Domicílios particulares permanentes e moradores em domicílios particulares permanentes, por classe de rendimento mensal domiciliar, segundo a existência de microcomputador, o acesso à Internet e o tipo de telefone - Brasil - 2005



**Referências**

**Anexos**

- 1 Grupamentos e subgrupos principais ocupacionais
- 2 Grupamentos e divisões de atividade

**Convenções**

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.



---

## Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com a presente publicação, divulga os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2005.

Este volume impresso apresenta, inicialmente, uma breve visão da pesquisa, conceitos e definições das características pesquisadas, necessárias para o entendimento dos resultados publicados, e o plano de amostragem. Em seguida, apresenta as tabelas com os resultados da pesquisa em nível Brasil.

Simultaneamente, complementa essa divulgação da PNAD, o lançamento do volume *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2005*, que apresenta destaques e comentários associados aos resultados básicos da pesquisa, nos níveis geográficos Brasil e Grandes Regiões, e alguns indicadores selecionados para as Unidades da Federação, além de antecipar alguns resultados da investigação suplementar que integrou a PNAD 2005 - o acesso à Internet e a posse de telefone celular, ambos sob o enfoque da utilização pessoal. Os resultados completos dessa pesquisa suplementar serão divulgados em um volume específico.

**Wasmália Bivar**  
Diretora de Pesquisas



---

## **Tabelas de resultados**

**1 Dados gerais**

**2 Migração**

**3 Instrução**

**4 Trabalho**

**5 Fecundidade**

**6 Famílias**

**7 Domicílios**



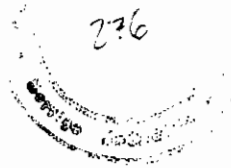
### 7 Domicílios

**Tabela 7.5 - Domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento mensal domiciliar, segundo a situação do domicílio e algumas características do domicílio - Brasil - 2005**

(continua)

Situação do domicílio e características do domicílio	Domicílios particulares permanentes									
	Total	Classes de rendimento mensal domiciliar (salário mínimo) (1)								
		Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	Sem rendimento (2)	Sem declaração
<b>Total</b>	<b>53 052 621</b>	<b>8 915 427</b>	<b>11 434 089</b>	<b>8 624 637</b>	<b>10 385 074</b>	<b>8 743 945</b>	<b>3 732 393</b>	<b>1 752 732</b>	<b>530 794</b>	<b>933 530</b>
<b>Abastecimento d'água</b>										
Com canalização interna	47 778 877	4 958 123	9 597 757	7 807 207	9 978 716	8 644 662	3 726 031	1 752 218	449 080	865 083
Rede geral	42 348 562	4 209 991	8 127 145	6 777 886	8 894 972	7 977 625	3 513 808	1 651 942	412 945	782 248
Outro	5 429 733	748 132	1 470 030	1 029 321	1 083 744	667 037	212 223	100 276	36 135	82 835
Sem declaração	582	-	582	-	-	-	-	-	-	-
Sem canalização interna	5 273 744	1 957 304	1 836 332	817 430	406 358	99 283	6 362	514	81 714	68 447
Rede geral	1 326 082	501 236	468 587	202 032	96 965	17 840	1 892	-	23 123	14 407
Outro	3 947 662	1 456 068	1 367 745	615 398	309 393	81 443	4 470	514	58 591	54 040
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Esgotamento sanitário</b>										
Tinham	50 248 644	5 657 414	10 516 780	8 263 733	10 228 259	8 720 234	3 732 393	1 752 732	477 856	899 243
Rede coletora	25 590 718	1 932 545	4 110 736	3 766 319	5 518 484	5 495 934	2 617 772	1 343 387	237 321	568 220
Fossa séptica	11 365 682	1 112 253	2 312 480	1 940 564	2 486 844	2 098 786	810 741	319 301	90 908	193 805
Outro	13 292 244	2 612 616	4 093 564	2 556 850	2 222 931	1 125 514	303 880	90 044	149 627	137 218
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não tinham	2 803 977	1 258 013	917 309	360 904	158 815	23 711	-	-	52 938	34 287
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Banheiro ou sanitário</b>										
Tinham	50 248 644	5 657 414	10 516 780	8 263 733	10 228 259	8 720 234	3 732 393	1 752 732	477 856	899 243
Da uso exclusivo	49 669 178	5 487 240	10 318 943	8 158 069	10 161 453	8 701 822	3 727 381	1 752 732	466 175	895 363
Comum a mais de um	577 988	170 174	197 837	105 664	65 910	18 412	4 430	-	11 681	3 880
Sem declaração	1 478	-	-	-	896	-	582	-	-	-
Não tinham	2 803 977	1 258 013	917 309	360 904	158 815	23 711	-	-	52 938	34 287
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Destino do lixo</b>										
Coletado diretamente	41 787 758	4 142 837	7 972 509	6 709 688	8 832 524	7 915 430	3 444 019	1 808 417	403 585	758 749
Coletado indiretamente	3 711 195	584 365	939 142	625 536	651 726	466 275	209 099	115 377	53 392	66 283
Outro	7 553 668	2 188 225	2 522 438	1 289 413	900 824	362 240	79 275	28 938	73 817	108 498
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Iluminação elétrica</b>										
Tinham	51 559 283	6 303 829	10 951 092	8 420 563	10 269 847	8 716 381	3 731 586	1 752 439	503 614	909 932
Não tinham	1 492 952	611 598	482 997	203 688	115 227	27 564	807	293	27 180	23 598
Sem declaração	386	-	-	386	-	-	-	-	-	-
<b>Telefone</b>										
Tinham	37 973 938	2 246 984	6 038 066	6 002 273	8 841 708	8 354 141	3 698 013	1 746 597	265 355	780 801
Não tinham	15 078 103	4 668 443	5 396 023	2 621 784	1 543 366	389 804	34 380	6 135	265 439	152 729
Sem declaração	580	-	-	580	-	-	-	-	-	-





**7 Domicílios**

**Tabela 7.5 - Domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento mensal domiciliar, segundo a situação do domicílio e algumas características do domicílio - Brasil - 2005**

(continuação)

Situação do domicílio e características do domicílio	Domicílios particulares permanentes									
	Total	Classes de rendimento mensal domiciliar (salário mínimo) (1)								
		Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	Sem ren- di- mento (2)	Sem decla- ração
<b>Urbana</b>	<b>44 860 739</b>	<b>4 835 847</b>	<b>8 855 061</b>	<b>7 153 424</b>	<b>9 225 155</b>	<b>8 203 237</b>	<b>3 620 178</b>	<b>1 701 661</b>	<b>454 346</b>	<b>811 830</b>
<b>Abastecimento d'água</b>										
Com canalização interna	42 914 356	4 119 684	8 164 392	8 859 647	9 081 463	8 159 923	3 617 383	1 701 440	410 837	799 587
Rede geral	40 581 518	3 882 964	7 805 207	8 439 346	8 584 772	7 809 649	3 485 748	1 642 632	390 629	760 551
Outro	2 332 256	256 700	558 603	420 301	496 691	350 274	131 635	58 808	20 208	39 036
Sem declaração	582	-	582	-	-	-	-	-	-	-
Sem canalização interna	1 946 383	716 183	690 669	293 777	143 692	43 314	2 795	221	43 509	12 243
Rede geral	891 495	328 512	316 451	141 812	63 873	14 715	1 210	-	19 616	5 306
Outro	1 054 888	387 651	374 218	151 965	79 819	28 599	1 585	221	23 893	6 937
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Esgotamento sanitário</b>										
Tinham	44 084 895	4 463 414	8 808 330	7 063 196	9 192 486	8 198 124	3 620 178	1 701 661	430 045	809 261
Rede coletora	25 245 117	1 897 121	4 034 755	3 711 244	5 435 757	5 425 956	2 606 310	1 341 090	229 648	563 236
Fossa séptica	10 092 128	951 979	1 969 442	1 693 258	2 209 119	1 933 868	775 399	302 490	84 828	171 745
Outro	8 747 450	1 614 314	2 602 133	1 658 694	1 547 610	838 300	238 469	58 081	115 569	74 280
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não tinham	778 044	372 433	248 731	90 228	32 669	5 113	-	-	24 301	2 569
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Banheiro ou sanitário</b>										
Tinham	44 084 695	4 463 414	8 806 330	7 063 196	9 192 486	8 198 124	3 620 178	1 701 661	430 045	809 261
De uso exclusivo	43 571 354	4 311 721	8 433 286	6 971 103	9 131 608	8 181 184	3 615 497	1 701 661	419 444	805 850
Comum a mais de um	511 863	151 693	173 044	92 093	59 982	16 940	4 099	-	10 601	3 411
Sem declaração	1 478	-	-	-	896	-	582	-	-	-
Não tinham	776 044	372 433	248 731	90 228	32 669	5 113	-	-	24 301	2 569
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Destino do lixo</b>										
Coletado diretamente	40 273 833	3 900 041	7 572 110	6 413 170	8 536 807	7 727 290	3 404 683	1 593 308	388 081	738 143
Coletado indiretamente	3 280 581	523 336	805 869	529 361	562 400	422 726	199 788	105 735	49 379	61 967
Outro	1 326 525	412 470	477 082	210 893	125 948	53 221	15 707	2 618	16 886	11 700
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Iluminação elétrica</b>										
Tinham	44 695 813	4 748 612	8 814 480	7 137 037	9 216 192	8 202 250	3 619 857	1 701 661	445 201	810 523
Não tinham	164 540	87 235	40 581	16 001	8 963	987	321	-	9 145	1 307
Sem declaração	386	-	-	386	-	-	-	-	-	-
<b>Telefone</b>										
Tinham	35 308 605	1 990 629	5 401 371	5 466 750	8 213 813	7 950 833	3 598 548	1 698 073	248 899	739 689
Não tinham	9 551 554	2 845 218	3 453 690	1 686 094	1 011 342	252 404	21 630	3 588	205 447	72 141
Sem declaração	580	-	-	580	-	-	-	-	-	-



### 7 Domicílios

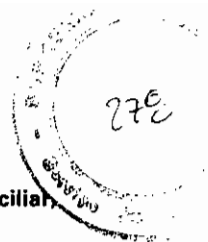
**Tabela 7.5 - Domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento mensal domiciliar, segundo a situação do domicílio e algumas características do domicílio - Brasil - 2005**

(conclusão)

Situação do domicílio e características do domicílio	Domicílios particulares permanentes									
	Total	Classes de rendimento mensal domiciliar (salário mínimo) (1)								
		Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	Sem rendimento (2)	Sem declaração
<b>Rural</b>	<b>8 191 882</b>	<b>2 079 580</b>	<b>2 579 028</b>	<b>1 471 213</b>	<b>1 159 919</b>	<b>540 708</b>	<b>112 215</b>	<b>51 071</b>	<b>76 448</b>	<b>121 700</b>
<b>Abastecimento d'água</b>										
Com canalização interna	4 864 521	838 439	1 433 365	947 560	897 253	484 739	108 648	50 778	38 243	65 496
Rede geral	1 767 044	347 007	521 938	338 540	310 200	167 976	28 060	9 310	22 316	21 697
Outro	3 097 477	491 432	911 427	609 020	587 053	316 763	80 588	41 468	15 927	43 799
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem canalização interna	3 327 361	1 241 141	1 145 663	523 653	262 666	55 969	3 567	293	38 205	56 204
Rede geral	434 587	172 724	152 136	60 220	33 092	3 125	682	-	3 507	9 101
Outro	2 892 774	1 068 417	993 527	463 433	229 574	52 844	2 885	293	34 698	47 103
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Esgotamento sanitário</b>										
Tinham	6 163 949	1 194 000	1 910 450	1 200 537	1 035 773	522 110	112 215	51 071	47 811	89 982
Rede coletora	345 601	35 424	75 981	55 075	82 727	69 978	11 462	2 297	7 673	4 984
Fossa séptica	1 273 554	160 274	343 038	247 306	277 725	164 918	35 342	16 811	6 080	22 060
Outro	4 544 794	998 302	1 491 431	898 156	675 321	287 214	65 411	31 963	34 058	62 938
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não tinham	2 027 933	885 580	668 578	270 676	124 146	18 598	-	-	28 637	31 718
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Banheiro ou sanitário</b>										
Tinham	6 163 949	1 194 000	1 910 450	1 200 537	1 035 773	522 110	112 215	51 071	47 811	89 982
De uso exclusivo	6 097 824	1 175 519	1 885 657	1 186 966	1 029 845	520 638	111 884	51 071	46 731	89 513
Comum a mais de um	66 125	18 481	24 793	13 571	5 928	1 472	331	-	1 080	469
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não tinham	2 027 933	885 580	668 578	270 676	124 146	18 598	-	-	28 637	31 718
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Destino do lixo</b>										
Coletado diretamente	1 514 125	242 796	400 399	298 518	295 717	188 140	39 336	15 109	15 504	20 606
Coletado indiretamente	450 614	61 029	133 273	96 175	89 326	43 549	9 311	9 642	4 013	4 296
Outro	6 227 143	1 775 755	2 045 356	1 078 520	774 876	309 019	63 568	26 320	56 931	96 798
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Iluminação elétrica</b>										
Tinham	6 863 470	1 555 217	2 136 612	1 283 526	1 053 655	514 131	111 729	50 778	58 413	99 409
Não tinham	1 328 412	524 363	442 416	187 687	106 264	26 577	486	293	18 035	22 291
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Telefone</b>										
Tinham	2 665 333	256 355	636 695	535 523	627 895	403 308	99 465	48 524	16 456	41 112
Não tinham	5 526 549	1 823 225	1 942 333	935 690	532 024	137 400	12 750	2 547	59 992	80 588
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

(1) Exclui os rendimentos dos moradores de menos de 10 anos de idade e dos moradores cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico e parente do empregado doméstico. (2) Inclusive os domicílios cujos moradores receberam somente em benefícios.

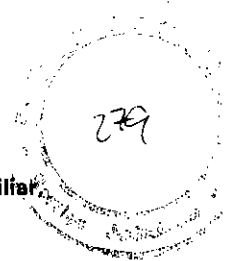


**7 Domicílios**

**Tabela 7.6 - Moradores em domicílios particulares permanentes, por classe de rendimento mensal domiciliar, segundo a situação do domicílio e algumas características do domicílio - Brasil - 2005**

(continua)

Situação do domicílio e características do domicílio	Moradores em domicílios particulares permanentes (1)									
	Total	Classes de rendimento mensal domiciliar (salário mínimo) (2)								
		Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	Sem rendimento (3)	Sem declaração
<b>Total</b>	<b>183 606 472</b>	<b>20 200 816</b>	<b>38 243 356</b>	<b>30 703 804</b>	<b>37 949 319</b>	<b>32 388 845</b>	<b>13 368 588</b>	<b>6 045 865</b>	<b>1 453 670</b>	<b>3 252 209</b>
<b>Abastecimento d'água</b>										
Com canalização interna	162 434 054	13 489 004	30 789 050	28 919 767	35 852 813	31 815 673	13 323 105	6 043 296	1 237 894	2 963 452
Rede geral	143 117 553	11 226 366	25 847 068	23 225 756	31 688 150	29 178 117	12 480 192	5 687 463	1 131 784	2 656 657
Outro	19 313 591	2 262 638	4 939 072	3 694 011	4 166 663	2 639 556	842 913	355 833	106 110	306 795
Sem declaração	2 910	-	2 910	-	-	-	-	-	-	-
Sem canalização interna	21 172 418	6 711 812	7 454 306	3 784 037	2 096 506	573 172	45 483	2 569	215 776	268 757
Rede geral	5 141 494	1 592 380	1 903 521	925 487	480 980	105 762	14 118	-	56 393	62 853
Outro	16 030 924	5 119 432	5 550 785	2 858 550	1 615 526	467 410	31 365	2 569	159 383	225 904
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Esgotamento sanitário</b>										
Tinham	172 472 983	15 792 044	34 481 331	29 000 761	37 111 287	32 252 818	13 368 588	6 045 865	1 309 302	3 110 987
Rede coletora	83 792 647	4 630 534	12 231 082	12 222 816	18 968 752	19 551 239	9 154 059	4 568 745	608 565	1 856 855
Fossa séptica	39 422 368	3 056 179	7 477 174	6 837 360	8 963 007	7 973 719	3 014 743	1 136 186	263 478	700 520
Outro	49 257 970	8 105 331	14 773 075	9 940 585	9 179 528	4 727 860	1 199 786	340 934	437 259	553 612
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não tinham	11 133 489	4 408 772	3 762 025	1 703 043	838 032	136 027	-	-	144 368	141 222
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Banheiro ou sanitário</b>										
Tinham	172 472 983	15 792 044	34 481 331	29 000 761	37 111 287	32 252 818	13 368 588	6 045 865	1 309 302	3 110 987
De uso exclusivo	170 676 064	15 355 135	33 884 090	28 626 355	36 871 420	32 172 929	13 339 780	6 045 865	1 284 342	3 096 148
Comum a mais de um	1 792 218	436 909	597 241	374 406	238 076	79 889	25 898	-	24 960	14 839
Sem declaração	4 701	-	-	-	1 791	-	2 910	-	-	-
Não tinham	11 133 489	4 408 772	3 762 025	1 703 043	838 032	136 027	-	-	144 368	141 222
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Destino do lixo</b>										
Coletado diretamente	141 032 243	10 833 241	25 166 307	22 975 821	31 454 015	29 058 408	12 318 261	5 558 965	1 092 651	2 574 574
Coletado indiretamente	12 996 350	1 725 239	3 273 988	2 335 388	2 484 877	1 693 500	724 708	388 281	145 498	224 871
Outro	29 577 879	7 642 336	9 803 061	5 392 595	4 010 427	1 636 937	325 619	98 619	215 521	452 764
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Iluminação elétrica</b>										
Tinham	177 534 458	18 037 827	36 247 991	29 724 859	37 356 862	32 223 609	13 366 341	6 044 400	1 385 974	3 146 595
Não tinham	6 071 242	2 162 989	1 995 365	978 173	592 457	185 236	2 247	1 465	67 696	105 614
Sem declaração	772	-	-	772	-	-	-	-	-	-
<b>Telefone</b>										
Tinham	130 508 121	6 204 922	19 211 694	20 403 211	31 419 866	30 586 343	13 227 008	6 023 495	748 692	2 682 690
Não tinham	53 097 771	13 995 894	19 031 662	10 300 013	6 529 453	1 802 502	141 580	22 370	704 778	569 519
Sem declaração	580	-	-	580	-	-	-	-	-	-



**7 Domicílios**

**Tabela 7.6 - Moradores em domicílios particulares permanentes, por classe de rendimento mensal domiciliar segundo a situação do domicílio e algumas características do domicílio - Brasil - 2005**

(continuação)

Situação do domicílio e características do domicílio	Moradores em domicílios particulares permanentes (1)									
	Total	Classes de rendimento mensal domiciliar (salário mínimo) (2)								
		Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	Sem rendimento (3)	Sem declaração
<b>Urbana</b>	<b>152 013 993</b>	<b>13 006 249</b>	<b>28 431 964</b>	<b>24 744 805</b>	<b>33 027 396</b>	<b>30 053 760</b>	<b>12 904 311</b>	<b>5 859 541</b>	<b>1 224 280</b>	<b>2 761 687</b>
<b>Abastecimento d'água</b>										
Com canalização interna	144 742 037	10 833 463	25 754 830	23 441 475	32 321 998	29 817 770	12 881 534	5 858 437	1 118 864	2 713 666
Rede geral	136 464 711	10 080 371	23 933 902	21 929 695	30 425 777	28 451 036	12 361 054	5 650 324	1 063 887	2 568 665
Outro	8 274 416	753 092	1 818 018	1 511 780	1 896 221	1 366 734	520 480	206 113	54 977	145 001
Sem declaração	2 910	-	2 910	-	-	-	-	-	-	-
Sem canalização interna	7 271 956	2 172 766	2 677 134	1 303 330	705 398	235 990	22 777	1 104	105 416	48 021
Rede geral	3 342 837	995 817	1 251 843	633 931	305 204	73 830	10 366	-	47 495	24 551
Outro	3 929 119	1 178 989	1 425 491	669 399	400 194	162 160	12 411	1 104	57 921	23 470
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Esgotamento sanitário</b>										
Tinham	149 218 665	11 858 652	27 448 354	24 334 869	32 864 739	30 028 073	12 904 311	5 859 541	1 164 775	2 755 351
Rede coletora	82 502 786	4 526 379	11 979 120	12 034 552	18 628 191	19 251 317	9 099 756	4 556 364	586 907	1 640 200
Fossa séptica	34 890 259	2 566 324	6 306 325	5 942 812	7 928 700	7 323 223	2 872 882	1 082 309	242 769	624 915
Outro	31 825 620	4 765 949	9 162 909	6 357 505	6 307 848	3 453 533	931 673	220 868	335 099	290 236
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não tinham	2 795 328	1 147 597	983 610	409 936	162 657	25 687	-	-	59 505	6 336
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Banheiro ou sanitário</b>										
Tinham	149 218 665	11 858 652	27 448 354	24 334 869	32 864 739	30 028 073	12 904 311	5 859 541	1 164 775	2 755 351
De uso exclusivo	147 642 979	11 468 479	26 932 876	24 022 621	32 646 589	29 954 170	12 876 827	5 859 541	1 140 895	2 740 981
Comum a mais de um	1 570 965	390 173	515 478	312 248	216 359	73 903	24 574	-	23 880	14 370
Sem declaração	4 701	-	-	-	1 791	-	2 910	-	-	-
Não tinham	2 795 328	1 147 597	983 610	409 936	162 657	25 687	-	-	59 505	6 336
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Destino do lixo</b>										
Coletado diretamente	135 492 150	10 117 462	23 764 695	21 831 383	30 308 315	28 271 774	12 156 337	5 496 070	1 041 248	2 504 866
Coletado indiretamente	11 390 681	1 541 045	2 816 890	1 984 893	2 136 593	1 522 829	687 707	355 614	134 807	210 503
Outro	5 131 162	1 347 742	1 850 379	928 529	582 488	259 357	60 267	7 857	48 225	46 318
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Iluminação elétrica</b>										
Tinham	151 460 019	12 768 095	28 280 258	24 689 503	32 977 362	30 044 592	12 903 669	5 859 541	1 202 664	2 754 335
Não tinham	553 202	238 154	151 706	74 530	50 034	9 168	642	-	21 616	7 352
Sem declaração	772	-	-	772	-	-	-	-	-	-
<b>Telefone</b>										
Tinham	120 469 259	5 356 236	16 917 284	18 420 276	28 934 294	28 956 088	12 822 586	5 845 980	698 870	2 517 665
Não tinham	31 544 154	7 650 013	11 514 680	6 323 949	4 093 102	1 097 672	81 745	13 561	525 410	244 022
Sem declaração	580	-	-	580	-	-	-	-	-	-

## 7 Domicílios

Tabela 7.6 - Moradores em domicílios particulares permanentes, por classe de rendimento mensal domiciliar, segundo a situação do domicílio e algumas características do domicílio - Brasil - 2005

(conclusão)

Situação do domicílio e características do domicílio	Moradores em domicílios particulares permanentes (1)									
	Total	Classes de rendimento mensal domiciliar (salário mínimo) (2)								
		Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	Sem rendimento (3)	Sem declaração
<b>Rural</b>	<b>31 592 479</b>	<b>7 194 567</b>	<b>9 611 392</b>	<b>5 958 999</b>	<b>4 921 923</b>	<b>2 335 085</b>	<b>464 277</b>	<b>186 324</b>	<b>229 390</b>	<b>490 522</b>
<b>Abastecimento d'água</b>										
Com canalização interna	17 692 017	2 655 541	5 034 220	3 478 292	3 530 815	1 997 903	441 571	184 859	119 030	249 786
Rede geral	6 652 842	1 145 995	1 913 168	1 296 061	1 260 373	725 081	119 138	37 139	67 897	87 992
Outro	11 039 175	1 509 546	3 121 054	2 182 231	2 270 442	1 272 822	322 433	147 720	51 133	161 794
Sem canalização interna	13 900 462	4 539 026	4 777 172	2 480 707	1 391 108	337 182	22 706	1 465	110 360	240 736
Rede geral	1 798 657	596 563	651 878	291 556	175 776	31 932	3 752	-	6 898	38 302
Outro	12 101 805	3 942 463	4 125 294	2 189 151	1 215 332	305 250	18 954	1 465	101 462	202 434
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Esgotamento sanitário</b>										
Tinham	23 254 318	3 933 392	7 032 977	4 665 892	4 246 548	2 224 745	464 277	186 324	144 527	355 636
Rede coletora	1 289 881	104 155	251 962	188 264	340 561	299 922	54 303	12 381	21 658	16 655
Fossa séptica	4 532 107	489 855	1 170 849	894 548	1 034 307	650 496	141 861	53 877	20 709	75 605
Outro	17 432 350	3 339 382	5 610 166	3 583 080	2 871 680	1 274 327	268 113	120 066	102 160	263 376
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não tinham	8 338 161	3 261 175	2 778 415	1 293 107	675 375	110 340	-	-	84 863	134 886
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Banheiro ou sanitário</b>										
Tinham	23 254 318	3 933 392	7 032 977	4 665 892	4 246 548	2 224 745	464 277	186 324	144 527	355 636
De uso exclusivo	23 033 085	3 886 656	6 951 214	4 603 734	4 224 831	2 218 759	462 953	186 324	143 447	355 167
Comum a mais de um	221 233	46 738	81 763	62 158	21 717	5 986	1 324	-	1 080	469
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não tinham	8 338 161	3 261 175	2 778 415	1 293 107	675 375	110 340	-	-	84 863	134 886
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Destino do lixo</b>										
Coletado diretamente	5 540 093	715 779	1 401 612	1 144 438	1 145 700	786 634	161 924	62 895	51 403	69 708
Coletado indiretamente	1 605 869	184 194	457 098	350 495	348 284	170 871	37 001	32 667	10 691	14 368
Outro	24 446 717	6 294 594	7 952 682	4 464 066	3 427 939	1 377 580	265 352	90 762	167 296	406 446
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Iluminação elétrica</b>										
Tinham	26 074 439	5 269 732	7 967 733	5 055 356	4 379 500	2 179 017	462 672	184 859	183 310	392 260
Não tinham	5 518 040	1 924 835	1 843 659	903 843	542 423	156 068	1 605	1 465	46 080	98 262
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Telefone</b>										
Tinham	10 038 882	848 688	2 294 410	1 982 935	2 485 572	1 630 255	404 442	177 515	50 022	165 025
Não tinham	21 553 617	6 345 881	7 516 982	3 976 064	2 436 351	704 830	59 835	8 809	179 368	325 497
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

(1) Exclui os rendimentos dos moradores de menos de 10 anos de idade e dos moradores cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico e parente do empregado doméstico. (2) Exclui os rendimentos dos moradores cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (3) Inclusive os domicílios cujos moradores receberam somente em benefícios.

## 7 Domicílios

**Tabela 7.7 - Domicílios particulares permanentes e moradores em domicílios particulares permanentes, por classe de rendimento mensal domiciliar, segundo a existência de microcomputador, o acesso à Internet e o tipo de telefone - Brasil - 2004**

285

Existência de microcomputador, acesso à Internet e tipo de telefone	Domicílios particulares permanentes				Moradores em domicílios particulares permanentes (1)			
	Total (2)	Classes de rendimento mensal domiciliar (salário mínimo) (3)			Total (4)	Classes de rendimento mensal domiciliar (salário mínimo) (5)		
		Até 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20		Até 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20
<b>Total</b>	<b>51 752 528</b>	<b>44 050 414</b>	<b>3 990 680</b>	<b>1 899 519</b>	<b>181 270 380</b>	<b>154 306 219</b>	<b>14 267 897</b>	<b>6 669 825</b>
<b>Microcomputador</b>								
Tinham	8 458 311	4 104 760	2 386 875	1 501 088	29 316 255	13 792 959	8 486 982	5 416 680
Com acesso à Internet	6 324 420	2 615 365	1 977 511	1 367 070	21 604 523	8 535 351	6 898 834	4 915 138
Não tinham	43 293 356	39 944 793	1 603 805	398 431	151 951 129	140 510 264	5 780 915	1 253 145
Sem declaração	861	861	-	-	2 996	2 996	-	-
<b>Telefone</b>								
Tinham	33 827 183	26 791 033	3 905 225	1 880 826	116 516 437	91 814 972	13 907 902	6 606 128
Somente celular	8 522 313	7 922 940	287 994	63 870	30 156 990	28 044 253	1 051 257	222 711
Somente fixo convencion.	9 095 734	8 292 281	438 217	95 520	28 753 648	26 255 990	1 407 844	281 395
Celular e fixo convencion.	16 205 468	10 572 723	3 179 014	1 720 857	57 591 759	37 503 583	11 448 801	6 099 138
Sem declaração	3 668	3 089	-	579	14 040	11 146	-	2 894
Não tinham	17 923 667	17 257 703	85 455	18 693	64 745 250	62 482 554	359 995	63 697
Sem declaração	1 678	1 678	-	-	8 693	8 693	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Exclui os moradores cuja a condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (2) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento, sem rendimento ou que receberam somente em benefícios. (3) Exclui os rendimentos dos moradores de menos de 10 anos de idade e dos moradores cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (4) Inclusive os moradores em domicílios sem declaração de rendimento, sem rendimento ou que receberam somente em benefícios. (5) Exclui os rendimentos dos moradores de menos de 10 anos de idade.

202

**NACIONES  
UNIDAS**



**Consejo Económico  
y Social**

Distr.  
GENERAL

E/CN.4/2005/48/Add.3  
18 de febrero de 2004

ESPAÑOL  
Original: INGLÉS

---

COMISIÓN DE DERECHOS HUMANOS  
61º período de sesiones  
Tema 10 del programa provisional

**LOS DERECHOS ECONÓMICOS, SOCIALES Y CULTURALES**

**Informe del Relator Especial sobre una vivienda adecuada, como parte  
del derecho a un nivel de vida adecuado, Sr. Miloon Kothari**

**Adición**

**MISIÓN AL BRASIL \* \*\***

---

\* El resumen de este informe se distribuye en todos los idiomas oficiales. El informe de la misión, que figura en el anexo, se distribuye únicamente en el idioma en que se presentó.

\*\* Este informe se ha presentado con retraso para incluir en él la información más reciente.





## Resumen

El presente informe se somete de conformidad con la resolución 2004/21 de la Comisión de Derechos Humanos.

La finalidad de la misión del Relator Especial sobre una vivienda adecuada, como parte del derecho a un nivel de vida adecuado, fue examinar la situación a ese respecto, prestando particular atención a los aspectos de la igualdad entre los sexos y la no discriminación, y presentar el correspondiente informe. El Relator Especial trató también de entablar un diálogo con el Gobierno, organismos de las Naciones Unidas e internacionales y la sociedad civil, para hallar soluciones efectivas y determinar las mejores prácticas para la realización de los derechos relacionados con su mandato.

El Relator Especial expresa la buena impresión que le ha causado la voluntad política demostrada por el nuevo Gobierno y el apoyo sin precedentes que ha recibido de grupos de la sociedad civil. Los desafíos son enormes: de resultados de la discriminación histórica contra la comunidad afrobrasileña y las poblaciones indígenas y de la marginación de los pobres, en el país predominan el número de personas sin vivienda y sin tierras, el déficit de viviendas y las condiciones inadecuadas de las viviendas. El Relator Especial intenta en su informe destacar las esferas que suscitan particular preocupación, como el enfoque fragmentado de la elaboración de políticas y la planificación de programas, la pobreza extrema y la desigualdad, y las repercusiones negativas de la privatización en los servicios básicos para los muy pobres. Subraya asimismo la necesidad de que se progrese a un ritmo más rápido en lo que se refiere a la realización de los derechos a la tierra y las reformas agrarias; se preste mayor atención a las vinculaciones existentes entre la tierra, la pobreza rural y urbana y la realización del derecho a una vivienda adecuada; y se adopten medidas de acción afirmativa respecto de grupos tales como las poblaciones indígenas y las comunidades afrobrasileñas. En particular, el Relator Especial señala a la atención la feminización de la pobreza y la necesidad de que se insista mucho más en la igualdad de derechos de las mujeres a la vivienda y a la tierra; la generalización tan marcada de las viviendas y condiciones de vida inadecuadas e inseguras en numerosas zonas urbanas y rurales; y la falta de una participación efectiva en los procesos de planificación y desarrollo.

A lo largo de su informe, el Relator Especial trata de poner de manifiesto los progresos realizados y las posibilidades de acción futura, y formula una serie de recomendaciones, a saber: la elaboración de una nueva política nacional de la vivienda basada en las obligaciones contraídas en materia de derechos humanos; la conciliación de los objetivos macroeconómicos y los sociales; la reorientación de los programas actuales de financiación de la vivienda para satisfacer las necesidades de los muy pobres; la promulgación de legislación para armonizar y simplificar la emisión de títulos de propiedad; y el aumento de la cooperación interministerial en esferas tales como los derechos humanos de las poblaciones indígenas.



**Annex**

**REPORT OF THE SPECIAL RAPPORTEUR ON ADEQUATE  
HOUSING AS A COMPONENT OF THE RIGHT TO AN ADEQUATE  
STANDARD OF LIVING, MILOON KOTHARI, ON HIS MISSION  
TO BRAZIL (29 MAY-13 JUNE 2004)**

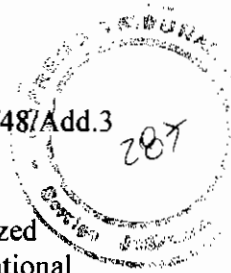
**CONTENTS**

	<i>Paragraphs</i>	<i>Page</i>
Introduction .....	1 - 10	4
I. HISTORICAL AND SOCIO-ECONOMIC CONTEXT .....	11 - 17	6
II. A FRAGMENTED AS OPPOSED TO A HOLISTIC APPROACH .....	18 - 24	7
III. EXTREME POVERTY AND INEQUALITY .....	25 - 29	9
IV. PRIVATIZATION OF BASIC SERVICES .....	30 - 36	10
V. LAND REFORMS AND LAND OCCUPATION .....	37 - 48	11
A. Occupation of rural land .....	39 - 42	11
B. Occupation of urban land .....	43 - 48	12
VI. URBAN HOUSING AND HOMELESSNESS .....	49 - 51	13
VII. JUDICIAL SYSTEM .....	52 - 61	14
VIII. THE RIGHT TO PARTICIPATION IN PLANNING AND DEVELOPMENT .....	62 - 67	16
IX. FORCED EVICTIONS .....	68 - 72	17
X. SPECIAL GROUPS .....	73 - 78	18
A. Indigenous peoples .....	73 - 74	18
B. Quilomboia communities .....	75 - 78	19
XI. CONCLUSIONS AND RECOMMENDATIONS .....	79 - 80	20



## Introduction

1. At the invitation of the Government of Brazil, the Special Rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living undertook a mission to Brazil from 29 May to 13 June 2004. The purpose of the mission was to examine and report on the status of realization of the right to adequate housing and other related rights in the country, with particular attention to aspects of gender equality and non-discrimination, with a view to promoting the incorporation of a human rights perspective at all levels of governance, policy-making and implementation. He also sought to engage in a dialogue with the Government, the United Nations and international agencies, and civil society, and to identify practical solutions and best practices in the realization of rights related to his mandate.
2. Based on the provisions of legal instruments, the Special Rapporteur has adopted a working definition of the right to adequate housing as “the right of every woman, man, youth and child to gain and sustain a secure home and community in which to live in peace and dignity” (E/CN.4/2001/51, para. 8). Based on the notion that all human rights are interrelated and indivisible, he has adopted a holistic approach to his mandate, and has sought to explore linkages with other related rights such as the rights to food, water, health, access to sanitation, work, property, the right to security of the person and security of home, and protection against inhuman and degrading treatment in all of his activities, including country missions, with a special focus on minorities and vulnerable or marginalized groups.
3. The Special Rapporteur also focused particularly on women, pursuant to his mandate under Commission resolutions 2002/49 and 2003/22 on women’s equal ownership of, access to, and control over land, and the equal rights to own property and to adequate housing. He used the questionnaire he developed in response to the resolutions to solicit information from all Member States and civil society, as a basis for the discussion with the Government and civil society in Brazil.
4. The Special Rapporteur met with a wide range of senior officials, including of the Ministry of Cities; the Ministry of Planning, Budget and Management; the Ministry of Land Development; the Ministry of the Environment; the Ministry of Justice; the Ministry for Foreign Affairs; and the Special Secretariats of Human Rights, of Policies for Women, and of Policies for the Promotion of Racial Equality. The Special Rapporteur also had the opportunity to interact with the Parliamentary Commissions on Urban Development and on Human Rights, and the Coordination of the Nation Cities Council and the National Cities Conference. At the level of state and municipal authorities, the Special Rapporteur met with the São Paulo Company for Housing and Urban Development (CDHU), the Municipal Secretary of Housing of the City of São Paulo, the Mayor of Santo André, the Municipal Secretary of Social Inclusion and Housing of Santo André, the Director of Labour and Revenue Generation of the Municipal Secretariat of Economic and Regional Development of Santo André, and with city officials from Rio de Janeiro, Fortaleza, Salvador, Recife and Bertioga.
5. The Special Rapporteur’s meetings with United Nations and international agencies included meetings with the United Nations Resident Coordinator of the United Nations Development Programme (UNDP) in Brasilia as well as representatives of the United Nations Human Settlements Programme (UN-Habitat) in Rio de Janeiro.



6. The programme for the Special Rapporteur's mission was coordinated and organized jointly by the Ministry of Cities and the Ministry for Foreign Affairs, UNDP and the National Rapporteur on the right to adequate housing, together with prominent civil society movements. The Special Rapporteur was impressed by the dedication, preparedness and mobilization they demonstrated. He would like to extend his warm thanks in particular to the Ministry for Foreign Affairs and the Ministry of Cities for their clear demonstration of political will and hard work, and to UNDP for providing valuable and highly competent assistance in organizing a complex mission. Finally, the Special Rapporteur would like to extend his sincere appreciation to the National Rapporteur and civil society groups for the unprecedented support he received during the mission. The Special Rapporteur cannot but applaud the strength and determination of social movements in Brazil.

7. During his visit, the Special Rapporteur was able to visit urban and rural areas in and around São Paulo, Brasília, Formosa, Alcântara, Rio de Janeiro, Fortaleza, Salvador, Recife, and indigenous communities in Bertioga. Seven civic forums were organized by the National Rapporteur and civil society movements, including the Brazilian Urban Reform Forum, gathering an impressive number of grass-roots representatives and testimonies.

8. There are many positive aspects to highlight, most notably the dedication of an exceptionally strong civil society and the political will of the new Government. This political will has shown itself at the federal level through the creation of, for example, the Ministry of Cities, the Special Secretariat for Policies for the Promotion of Racial Equality, the Special Secretariat for Policies for Women and the Special Secretariat for Human Rights. The establishment of an inter-ministerial working group to address the long-pending issue of the human rights of the Quilombola population in Brazil should also be highlighted.

9. New laws have been enacted, and a range of policies are in development. During his visit to Brazil the Special Rapporteur was pleased to have been able to witness the adoption of the long-awaited National Housing Fund Act by the House of Representatives. Similarly, the enactment in 2001 of Federal Law No. 10.257, the so-called Statute of the City, is welcome. The Special Rapporteur was also pleased to have been able to take part in the launching of the Brazilian Programme for Accessibility. According to the Government, the greatest challenge has been to harmonize the concept of property in the Civil Code with new needs of society, as reflected in the constitutional principle of the social function of urban real estate. The Constitution provides municipalities with tools to subordinate the exercise of property rights to the fulfilment of a social function.

10. The Special Rapporteur would like to emphasize his satisfaction with the robust commitment of the Federal Government to human rights. The Government has ratified all six core human rights treaties, including the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights; the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women; and the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination. According to the 1988 Constitution, ratified international human rights treaties have precedence over national law. The right to adequate housing was recognized through a constitutional amendment in 1996.



## I. HISTORICAL AND SOCIO-ECONOMIC CONTEXT

11. With a population of over 184 million spread over a surface of 8,514,876,599 km<sup>2</sup>, Brazil is a country of enormous proportions and great contrasts. Some of these contrasts have a direct bearing on the realization of the right to adequate housing.

12. The Portuguese colonized Brazil in the sixteenth century. It is estimated that 5-6 million indigenous persons lived on the territory at that time, although estimates vary. With the European settlement, many indigenous tribes became extinct, and many absorbed into the new population. Today there are approximately 200 indigenous groups of between 350,000 and 500,000 people, not more than 0.2-0.3 per cent of the total population.<sup>1</sup> African slaves provided slave labour from the middle of the sixteenth century. Runaway slaves created traditional village communities called Quilombos, still in existence today.

13. It is estimated that from 1960 to 1996 a total of 46 million people moved from rural areas to medium-size or large cities.<sup>2</sup> Today, about 82 per cent of the country's population lives in urban areas. The urban areas were not prepared for such rapid expansion, which brought with it a number of problems including growth of informal settlements and increasing demands on the existing infrastructure as new urban populations sought access to basic services.

14. Homelessness, landlessness, housing deficit and housing inadequacy prevail in the country as a result of historic discrimination against Afro-Brazilian and indigenous communities, and marginalization of the poor. The Federal Government has committed itself to addressing these issues, but emphasis needs to be shifted from policy-making and legislative reform to practical action. Wealth and land redistribution is of primordial importance in this respect. The country is proud - and with reason - of its Zero Hunger programme, but equal attention must be given to ensuring respect for the right to adequate housing in its widest sense, starting with families who are homeless, landless, and living in extremely precarious conditions. Given the scale of the problem, this is a matter of urgency. Also, there is a need for a progressive annual increase in budget allocations for housing. Although this could be augmented by non-budgetary resources, such resources should not be seen as a substitute for regular budget allocations.

15. The housing deficit is estimated at 7 million housing units, 80 per cent of which is in urban areas and 40 per cent geographically concentrated in the north-east. Data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) reveals that 6.6 million Brazilian families do not have anywhere to live, while one third of homes are not linked to the sewage network. According to the Demographic Census of 2000, 1.6 million housing units are located in precarious settlements, including slums or favelas, where 6.6 million people live. In addition to favelas, attention should also be given to irregular and clandestine subdivisions, slum tenement houses, or *cortiços*, and degraded housing estates. Only half of all municipalities in Brazil have developed some form of housing policy. Even fewer have made serious attempts, at a practical level, to promote the right to adequate housing.

16. The external debt of Brazil, conditionality attached to loans from the World Bank, the International Monetary Fund and the Inter-American Development Bank, and the country's own self-imposed conservative financial policies have affected the country's capacity to address the housing and living conditions of the poor, the Afro-Brazilian population, indigenous peoples,

women, and other vulnerable or marginalized groups. Whereas sufficient resources exist in the country to address such problems, macro-economic limitations create obstacles to using such funds for the benefit of those most in need.

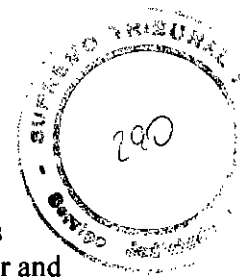
17. In this context the Special Rapporteur supports the position taken by the Government that a new paradigm is needed that excludes investments in housing and sanitation for the poor from the calculation of that fiscal deficit in developing countries. He also supports the decision of the Ministry of Cities not to accept loans from international financial institutions that do not allow for subsidies and other measures aimed at benefiting low- or no-income families. Brazil also plans to promote an international debate on the exclusion of investments related to meeting the Millennium Development Goals from the equation used to calculate developing countries' debt payments - a position also presented and supported by the Special Rapporteur during the second World Urban Forum held in Barcelona, Spain, in September 2004. In addition, the Special Rapporteur is of the view that the international credibility that President Lula and his Government currently enjoy should make it possible to reduce the budget surplus target of 4.5 per cent to 3.25 per cent, thereby releasing funds to ensure the progressive realization of economic, social and cultural rights, including housing, while still respecting the surplus conditions imposed by international financial institutions. Such funds could be utilized to augment the work programme of government entities that contribute to improving housing and living conditions of the poor, such as the Ministry of Cities, the Special Secretariats and other bodies.

## II. A FRAGMENTED AS OPPOSED TO A HOLISTIC APPROACH

18. In 1995, the previous administration adopted a National Housing Policy. Four main goals were identified: universal access to housing; construction of new houses and improvement of existing homes; regularization of irregular settlements; and modernization of the housing sector. However, the policy did not provide the comprehensive tools necessary to move towards the full realization of the right to adequate housing. The historical legacy of decades of racial discrimination and neglect of the poor is a gigantic challenge. Addressing it requires a holistic and comprehensive approach.

19. According to the Government, the overlapping jurisdiction between federal, state and municipal actors with regard to urban and rural housing creates difficulties and has had a detrimental impact on the effectiveness of housing policies since the mid-1980s. There is an urgent need to strengthen governance and cooperation on policy formulation and programme implementation.

20. While many of the existing projects and initiatives that the Special Rapporteur has come across are individually positive, creative and innovative, he perceives a lack of coordination and cross-linkages. As a result, positive, and even excellent initiatives become ad hoc interventions. One positive example that could be followed is the *Viva o Morro* programme in Recife, aimed at stabilizing the situation of people living in high-risk hill areas and ensuring the provision of civic services, all done in consultation with the communities involved. Through testimonies and on-site visits, the Special Rapporteur witnessed the negative implications of fragmented approaches and the use of temporary solutions. In São Paulo he visited makeshift houses in the Heliópolis favela where lodgings were built under power lines by authorities 10 years ago - an example of a temporary solution becoming permanent. In the



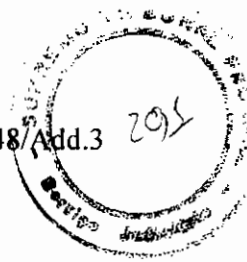
Valley of Esperanza, outside Formosa in Goiás, he visited rural resettlement programmes where six years after resettlement, the population is still in need of proper transport, water and health care.

21. With progressive laws and policies in place, such as the Statute of the Cities, the focus must now be shifted to implementation, with attention to the very poor and marginalized. The Statute is a progressive and visionary piece of legislation defining the policies that different levels of Government are to use to address problems of inequalities with respect to housing in urban areas. Among its promising features are guidelines for infrastructure development in areas occupied by low-income populations; regularization of land titles; neighbourhood impact studies; and the creation of “special zones of social interest”. The Statute constitutes a legally binding tool for the participatory design of development plans and the allocation of resources.

22. Worth noting is the role given to the National Cities Council. In accordance with provisional measure No. 2,220/2001 and decree No. 5,031/2004, the Council must propose guidelines for the formulation and implementation of national urban development policies, and provide guidelines and recommendations for the application of the Statute. It is the responsibility of the Council to evaluate proposals and implement regional plans elaborated by the Ministry of National Integration as well as plans for economic and social development. Although there are no regional jurisdictions, the development of regional plans is necessary in order to reduce social and economic disparities. In addition, the establishment of city councils in states and metropolitan areas, with the effective participation of diverse segments of society, ensures that issues related to gender, race and ethnicity are addressed and incorporated into urban and housing policies. The implementation of the National System of Cities would address the fragmentation between the federal, state and municipal levels of Government.

23. During his mission the Special Rapporteur had the opportunity to witness a historic moment, the adoption of the National Social Housing System Act by the Chamber of Deputies (bill No. 2710/92), originating from an initiative of national housing movements in the beginning of the 1990s. While the bill is a welcome step, in order to meet the needs of the most vulnerable, it should ideally be connected with the Workers Guarantee Fund (FGTS) and complementary funds from other sources. The bill is now awaiting Senate approval. The objective of the bill is to promote access to rural and urban housing for low-income populations by implementing a system of subsidies. Recognizing the enormous proportions of the low-income housing problem, the bill seeks to generate adequate resources via a National Popular Housing Fund. The original draft version established that money for this Fund would come from the federal budget and the FGTS. However, in the Chamber of Deputies, the use of the FGTS for this purpose was vetoed. As the National Popular Housing Fund is designed to generate funds for works of social interest for the very poor, it is of the utmost importance that sufficient resources be allocated.

24. According to the Ministry of Cities, lack of coordination is one of the main issues being discussed during the current elaboration of a new National Housing Policy, expected to be ready in 2005/06. It is hoped that the new policy will enhance cooperation between the federal level, states and municipalities, thus avoiding resource dispersion and programme fragmentation. The intention is also to integrate housing policies with policies on land and basic services, such as sanitation, under the coordination of the Ministry of Cities. A first step is to revise all federal programmes, ensuring dedicated resources for lower-income groups and improved access to loans.



### III. EXTREME POVERTY AND INEQUALITY

25. Brazil shows significant levels of inequality in the socio-economic sphere. According to the United Nations Development Framework 2002-2006, the country is among the 10 major economies in the world with a per capita gross domestic product (GDP) of approximately US\$ 4,000. According to the Institute of Applied Economic Research, 14.5 per cent of the population lived in extreme poverty in 2003, and 34.1 per cent of the population is poor. Discrepancies between urban and rural areas are marked. For instance, as of 1996, while 92 per cent of urban homes had access to water, only 15.7 per cent of rural housing had such access.<sup>3</sup> In 1997, the Inter-American Commission on Human Rights found similar disparities with respect to poverty between urban and rural areas, noting that 66 per cent of Brazil's rural population lived below the poverty line, compared to 38 per cent of persons living in urban areas.<sup>4</sup>

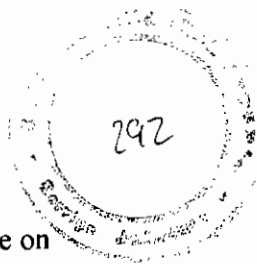
26. Socio-economic inequalities and exclusion also have a direct impact on housing and land. Statistics show that the housing deficit affects 83.2 per cent of low-income families earning three times the monthly minimum wage or less; only 2 per cent of families earning more than 10 minimum wages or more are affected. The high housing deficit is also a reflection of the high number of low-income households in informal settlements and familial cohabitation, where extended family members live together in the same quarters in improvised domiciles. Rates of growth for favela domiciles were significantly higher than the overall rates of domicile increase from 1991 to 2000.

27. In addition to the quantitative deficit, approximately 10 million housing units are considered qualitatively inadequate, due to lack of access to safe water, inadequate infrastructure, insufficient sewage and drainage systems, and overcrowding. With regard to sanitation, an estimated 12.1 million urban private homes, primarily inhabited by low-income families, lack basic services.

28. Statistics and social indicators related to education, income, health and housing reveal that poverty levels are intimately linked to race and gender.<sup>5</sup> Afro-Brazilians constitute 45 per cent of the population, and are highly overrepresented among the poorest of the poor. Women are under-represented in decision-making and public life, including in the executive and legislative branches of all three levels of Government. They are still paid less on average than men for the same type of work and are disproportionately found in the informal employment sector or undertaking menial or hazardous labour. The number of female-headed households is increasing, but testimonies and statistics indicate that women are less likely to be accepted for loans, credit and mortgage schemes, limiting their access to formal housing.

29. There has been some progress recently. The Solidarity Credit Programme was created to assist families with a monthly income of up to three times the minimum wage to acquire construction materials and rehabilitate housing units. The Family Aid Programme (*Programa Bolsa Família*) is an income-transfer programme that aims to benefit 11 million families by the end of 2006. An interesting initiative is the Programme of Subsidies Social-Interest Housing (*Programa de Subsídio Habitação de Interesse Social*), which is the first programme offering financing for the construction of rural houses, albeit on a limited scale. Despite these initiatives, as is the case in many countries with significant levels of inequality and extreme poverty, the Special Rapporteur does not consider that Brazil has succeeded in addressing long-term needs





and ensuring the rights of the 20-25 per cent of the poorest of the poor. The Committee on Economic, Social and Cultural Rights, when examining Brazil's implementation of the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights in May 2003, expressed concern about the failure to provide access to, and adequate provision of, housing credit and subsidies to low-income families, especially to disadvantaged and marginalized groups, a concern shared by the Special Rapporteur (see E/C.12/1/Add.87).

#### IV. PRIVATIZATION OF BASIC SERVICES

30. Both civil society movements and ministries emphasized that a comprehensive approach to the right to adequate housing must be applied, ensuring livelihood, the right to water and other rights, realized in part through the provision of services such as health care, education, electricity and sanitation. That understanding has often not been translated into practical action that addresses the barriers the poor face in accessing necessary services. Testimonies often highlighted how the poor paid comparatively high prices for water and electricity, which often amounted to impossible financial burdens.

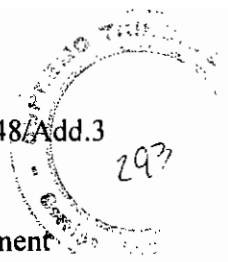
31. In 2000/02, financial investments dropped drastically and certain restrictions were imposed on the public sector, which operated 95 per cent of the sanitation services. Restrictions on credit for the public sector pose an obstacle to the implementation of urbanization programmes for the very poor.

32. While human rights law does not prevent the provision of services - including water, education, electricity and sanitation - through private companies, States have the responsibility to ensure that such privatization does not infringe on the human rights of the population.<sup>6</sup> Examples from Brazil, however, demonstrate that the financial burden on the poor - for example, as a result of privatization and the absence of differentiated tariffs for electricity - has in fact grown excessively.

33. Increasing economic integration as part of the globalization process has promoted privatization and deregulation as instruments to increase efficiency in basic service provision, traditionally in the domain of State-owned enterprises. From a human rights perspective, equality and universal access should be a priority for essential services. However, during the late 1990s, the privatization of electricity in Brazil led to a rate increase of 65 per cent for residential consumers, far higher than the rate of inflation.

34. The National Programme of Privatization (PND), in operation since 1990, aimed to improve efficiency and reduce government expenditure. By privatizing State companies the State would no longer be responsible for investment (or losses) and would be able both to reallocate those resources to other areas, such as health and education, and increase its budget surplus.<sup>7</sup> However, privatization has also meant a decline in the quality of State-provided basic services, or their complete dismantling. Testimonies from civil society, gathered during the mission, pointed out that as a result of privatization citizens have had to spend more to maintain access to the same quality and quantity of services.

35. Some housing programmes visited during the mission showed that although a comprehensive approach to adequate housing was adopted, addressing the necessary spectrum of conditions and services, affordability was not adequately considered. The programme



*Viva o Morro* in Recife is an example of a partnership between federal and state government institutions to improve the environment, control floods, develop water and sanitation infrastructure, and facilitate the resettlement of local inhabitants of the area. Education and participation are core components of the programme. Although low-income populations were involved, no differential tariffs for basic services, such as water and electricity, were applied. The best agreement authorities were able to make with the private service providers was for the refinancing of programmes for indebted families to prevent them from being disconnected.

36. Privatization also has a particular impact on women and children, especially in the case of Brazil where in 34.1 per cent of urban and 24.1 per cent<sup>8</sup> of rural households women are the main income providers, as well as the head of household. In some communities, women have had to double or triple the number of hours they work in order to be able to carry out their domestic responsibilities and to afford the rising costs of water and electricity, to the detriment of their health and quality of life.

## V. LAND REFORMS AND LAND OCCUPATION

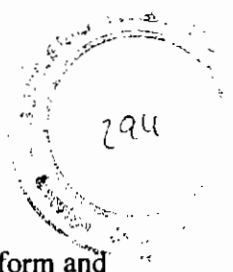
37. The inequalities in land distribution in Brazil are to a large extent a heritage of the colonial period. Throughout the nineteenth and twentieth centuries, different movements emerged in response to land inequalities. Following the military coup in 1964, however, members of peasant movements for land reform were persecuted and killed and their movements virtually disbanded. The military regime initiated land reform in 1964 hoping to calm radical movements.

38. However, the adoption of the 1964 *Estatuto de Terra* (Land Statute) did not sufficiently address issues of idle land and large estates, instead encouraging resettlement on unused land in the Amazon. The situation was further aggravated by soy cultivation on large estates in the south,<sup>9</sup> a problem that still exists and is causing extensive deforestation, illegal land appropriation and conflict in the region. Agrarian reform was understood as a collection of measures that aim to promote a better distribution of land by modifying the traditional regime of possession and use in order to better respect the principles of social justice and increase land productivity. Prevailing land conflicts in rural areas illustrate a serious lack of implementation of the Land Statute and the agrarian reform chapter of the Brazilian Constitution.

### A. Occupation of rural land

39. Movements such as the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) or the Rural Landless Workers' Movement emerged in response to extreme concentration of land in huge estates (*latifúndios*), the practice of land-grabbing (*grilagem*), and the process of modernization and liberalization of agriculture that forces peasants off their land. About 1 per cent of landholders own 45 per cent of all land. An estimated 5 million families do not have access to land while another 5 million rural properties are extremely small. Concurrently, according to INCRA (Institute for Rural Settlement and Agrarian Reform), there are nearly 100 million hectares of uncultivated land in the country. Another 55,000 rural properties are classified as unproductive, accounting for 120 million hectares.

40. Peasants who lost their lands, homes and means of livelihood started the "landless movement" in 1979 as a means of defending their rights. The movement spread all over the country and, often with the support of the Catholic Church, initiated occupations to reclaim land.



The movement grew and in 1984, MST was formally created to advocate for agrarian reform and broad-based structural change, including improved social welfare, employment, health care and education, and the promotion of cooperative means of production.

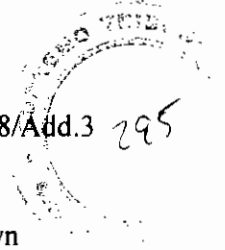
41. While there have been significant advances towards a land and housing policy that would allow for the reversal of social and territorial inequality, in practise progress has been slow and the strategy of occupying idle and underused land has become an important means of political pressure for land reform and regularization of settlements. The struggle has cost thousands of lives as land occupations are often met with violent opposition from landlords, but over the years MST, in collaboration with other social movements, has been responsible for allocating land to approximately 350,000 families. The settlements (*assentamentos*) provide housing along with opportunities for collective farming, education and livelihoods. According to testimonies received, the new Government, contrary to expectations and promises, has not succeeded in settling landless families and expediting agrarian reform. The Special Rapporteur visited a large MST settlement near São Paulo and would like to draw attention to the dismal housing and living conditions he witnessed and which exist, according to the information he received, in most occupied sites. Although land occupation has proved effective, the process of negotiation with the authorities is long and painful, and in the meantime families often live in grossly inadequate housing and living conditions and are subjected to violence inflicted by landholders, armed militia and the police. The lack of provisions for adequate housing and basic facilities like water and sanitation is glaring, and needs to be urgently addressed.

42. The Constitution devotes a complete chapter to agrarian reform, and article 184 stipulates that "(i)t is within the power of the Union to expropriate on account of social interest, for purposes of agrarian reform, rural property which is not performing its social function". It has been left to the judiciary to determine the social function of rural property to resolve disputes over whether a particular property is "productive" or not. Agrarian reform processes are challenged in court on the grounds that the criteria used by the Federal Government to define whether the property in question is failing to fulfil its "social function" by being "unproductive" are illegal or unconstitutional, or, in some cases, just plain wrong. The problem is reportedly often further complicated by the lack of expertise in dealing with agrarian reform at the municipal level. The advent of, and gradual improvements in municipal master plans should address the problem through regulation of the use of rural property.

#### **B. Occupation of urban land**

43. The concentration of property in the hands of a few individuals and the low productivity of land have also been some of the main reasons for large-scale migration from rural areas to cities. Around 166 million hectares belong to large, unproductive estates that occupy 60 per cent of the total rural area. Brazil has still not achieved the objectives of ensuring adequate housing and livelihoods for the rural population. This has put additional strain on urban areas.

44. Given the high level of poverty, homelessness and landlessness in the country, it is clear that land occupation will continue, and increasingly so also in urban areas where movements such as Movimento dos Trabalhadores Sem Tetos (MTST) or Movement of Homeless Workers, União Nacional de Moradia Popular (National Union for Popular Housing) and the Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) or National Movement for the Struggle for Housing are well established. The Special Rapporteur had the opportunity to visit several MTST occupations



during his mission. Once idle or abandoned rural land or urban plots, such as closed-down hospitals or marketplaces, have been identified, the organization mobilizes its landless and homeless members and occupies the site, often overnight.

45. At the MTST-occupied Água Fria site in Recife, 160 families have been occupying land formerly used for an open market belonging to the Recife City Council. For nearly two years the families have been living in the remains of abandoned market shacks and in homes constructed of waste material, without access to water, sewage or drainage. Families of four to seven people are living on an average area of 20 m<sup>2</sup>. The inhabitants earn, on average, less than one minimum wage per month and are excluded from federal funding programmes. Negotiations are currently under way between MTST, the Recife City Council and the Participatory Budget Council to see whether the provision of adequate housing and living conditions for occupants can be consolidated with the demands for the construction of health facilities on the occupied land.

46. While organized occupations by MST, MTST and others often play an important role, the unequal distribution of land and the lack of adequate housing of the very poor have also led to spontaneous occupations. In Recife, in Campo do Vila II or the so-called Vila Imperial, where 154 families have occupied a largely privately owned piece of land, the Special Rapporteur witnessed subhuman conditions that were among the worst he has seen in his work. The occupants lived among rats and serpents, and mattresses and other belongings were submerged by the rising level of water and sewage at night. Negotiations have been ongoing for the last two years between occupants and municipal authorities to find a sustainable solution to the problem.

47. The Constitution in article 183 stipulates that “[a]n individual who possesses an urban area of up to [250 m<sup>2</sup>], for five years, without interruption or opposition, using it as his or as his family’s home, shall acquire domain of it, provided that he does not own any other urban or rural property”. It allows for the recognition of legal tenure of the occupants of a private urban area. The requirements for acquisition include that the plot occupied must not exceed 250 m<sup>2</sup> and that the area must have been occupied for the purpose of housing for five years without opposition from the owner. Adverse possession is also addressed in articles 9 and 14 of the recently adopted “Statute of the City” (see paragraph 63 below), allowing for collective adverse possession in irregular settlements such as slums.

48. Notwithstanding positive legal provisions, land occupations are likely to continue in the absence of effective comprehensive measures taken by authorities to address the rights and needs of the most vulnerable, including the homeless and landless.

## VI. URBAN HOUSING AND HOMELESSNESS

49. The lack of available land forces thousands into urban areas where many live in cardboard or tin shacks (*barracos*) in the favelas. Many other low-income Brazilians live in collective multifamily buildings (*cortiços*), often in unsanitary conditions. Each family lives in one room (*comodo*), which usually measures a maximum of 8 m<sup>2</sup>. The dwellings lack basic infrastructure and are often crumbling and unstable.

50. Homelessness is growing. An estimated 10,000 people sleep in the streets of the São Paulo metropolitan area, while 2,500 are homeless in the city of Rio de Janeiro. These homeless are



mostly migrants from the impoverished inland and the north-eastern region. The Special Rapporteur received numerous testimonies from homeless people who had been victims of police abuse and extreme social exclusion. The absence of proper documentation often does not permit those living in the streets to use public health and social services.

51. The attention of the Special Rapporteur was drawn to *Operação Cata-Tralha* or Operation Trash Search taking place in Rio de Janeiro. According to information received,<sup>10</sup> the garbage collection agency of Rio de Janeiro, the *Companhia de Limpeza Urbana* (Comlurb), together with the Municipal Guard and the military police, carries out regular “trash collection” exercises, which involve seizing belongings of the homeless around the city, including boxes, blankets, clothing, brooms, papers, identity cards and other official documentation, food and medication. Testimonies from the homeless indicate that violence on the part of the Municipal Guard is common. According to information received, *Operação Cata-Tralha* has been going on for several years, but the practice was stepped up in the middle of 2003 in connection with the implementation of the state government’s *Zona Sul Legal* project. The project aimed at removing homeless people living in the wealthy southern zone (“Zona Sul”) of Rio de Janeiro, which includes well-known areas such as Copacabana and Ipanema, by taking them to public shelters. The conditions in the shelters, however, proved to be unsafe and without satisfactory health and social services, and most of the inhabitants escaped and returned to the streets. With their return to the streets, *Operação Cata-Tralha* was reportedly intensified.

## VII. THE JUDICIAL SYSTEM

52. The Constitution of Brazil allows for the creation of special courts. However, no special courts have been established to resolve the increasing number of conflicts relating to urban and rural land, property and housing. Depending on the nature of the conflict, it is dealt with either by civil or state courts. However, according to the information received, including from the Ministry of Cities, a proposal was presented by the President to the Supreme Court in February 2004 according to which a special Agrarian Court should be established to handle rural conflicts. It was anticipated that the Federal Justice Council would review a bill to this effect by the end of 2004, which would then be presented to the National Congress. Special agricultural tribunals already exist in Minas Gerais, Santa Catarina and Paraíba. According to testimonies, the extent to which the human rights of marginalized and vulnerable groups are respected depends largely on individual judges.

53. The state judicial system is competent to act in matters concerning the rights of possession of private and public land belonging to states and municipalities, and to settle family disputes about possession or ownership of land, buildings and residences or those arising from marriage, inheritance or domestic violence situations. Cases concerning the issuance of title and the registry of public and private lands are the domain of specialized judges, who are organized into public registry districts.

54. According to testimonies received, the structure and operation of the judiciary have not been adequate in treating matters related to the right to adequate housing, inheritance rights involving gender considerations and urban land, the right of possession and ownership of formal and irregular settlements, as well as in handling cases of collective occupation of land organized by social movements. Complex matters involving rights of possession and housing for socially vulnerable groups are also often settled unsatisfactorily or not at all, particularly where people’s

rights conflict with large-scale development projects, such as the construction of hydroelectric power stations, the extension of airports or the revitalization of run-down historic centres.

55. One of the principal reasons for these failures relates to the capacity of individual members of the judiciary. Many judges, while learned in procedural aspects of the law, do not have substantive training enabling them effectively to address social and economic aspects of their work, such as gender discrimination or poverty, when making judgements involving inheritance rights, property rights and housing for socially vulnerable groups. Poor performance in these areas is compounded by the barriers low-income populations face in accessing justice due to the prohibitive cost of legal assistance or the inadequacy of legal aid. The institution of the Public Defender provides free legal services and assistance to low-income populations, pursuant to article 134 of the Constitution. The provision applies to every level of the justice system and is thus a key element for the provision of equal justice for all citizens. Given reported inadequacies, however, the Special Rapporteur recommends that the Office of the Public Defender be strengthened so that it can better attend to demands from the vulnerable for protection of their rights. The Special Rapporteur also notes that according to the law the institution of the Public Defender should be established in all states, and he urges the three remaining states that have not complied with this provision to do so.

56. In Brazil, many groups of legal professionals are active in the field of human rights, for example the Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP) or National Network of Peoples' Lawyers and the Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU) or Brazilian Institute for Urban Rights. Most of them argue that conflicts over housing rights, possession and ownership of land should go through new institutional/alternative methods of negotiation, mediation and resolution, such as committees or councils of justice and neighbourhood and district courts. They also recommend the establishment of circuit courts where such cases can be tried in the area where the problem has arisen and where more effective and simpler solutions can be found.

57. In matters of land management at the state level, the role of the Inspector General of Internal Affairs of Justice is of cardinal importance, as it involves inspection and supervision of the administrative criteria and procedures used by the registries. Although all state courts have jurisdiction, they operate through special regulations called "*Provimentos*" approved by the General Inspector. With a view to integrating these inspectorates with government departments responsible for land ownership regularization, the Ministry of Cities has organized a series of seminars throughout the country to improve channels of communication between them and judges, prosecutors and lawyers who handle land registry cases on a daily basis.

58. Although not belonging to the judicial branch, the Federal Public Prosecutor (*Ministerio Publico Federal*) has the task to defend the legal order, the democratic regime, and inalienable social and individual rights and interests. Among its main functions is the initiation of public criminal actions, civil law suits and public civil actions to protect social and public property, the environment and other collective interests, and to defend the rights and interests of indigenous populations before the courts. Individuals who claim that their rights have been violated may resort directly to the *Ministerio Publico* at the State or federal level. However, there is still a shortage of resources and a relatively small number of public prosecutors, both at federal and state level, and an even smaller number working on economic, social and cultural rights.

298

59. Indigenous rights are judicially defended by the *Ministerio Público Federal*. Complaints brought by indigenous individuals can also be referred to the General Board for the Defence of the Rights and Interests of Indigenous Populations, within the *Ministerio Público*, created to receive, investigate, evaluate and refer accusations of violations of the rights of indigenous persons and their communities to competent authorities.

60. The Council for the Defence of the Rights of the Human Person (CDDPH) has the task of carrying out inquiries, investigations and studies on the effectiveness of rules that regulate rights provided for in the Federal Constitution, in the American Declaration of the Rights and Duties of Man, and in the Universal Declaration of Human Rights, and cooperating with the United Nations in all matters relating to initiatives aimed at ensuring respect for human rights.

61. In light of the testimonies received, the Special Rapporteur is concerned about indications that the judiciary and other protective systems are not sufficiently sensitive to the rights of the poor. At the same time, the Special Rapporteur is encouraged by the important role of the Public Prosecutor in defending public interests and collective goods, which has proved essential in the struggle for the realization of housing rights for the poor.

#### VIII. THE RIGHT TO PARTICIPATION IN PLANNING AND DEVELOPMENT

62. The social struggle for the right to housing and the emerging culture of dialogue between actors in Brazil has brought with it a number of tools for enhancing participation in decision-making and planning. At the federal level, the recently created Ministry of Cities has an important constituency of social movements focused on the implementation of the right to adequate housing in general, and the "Statute of the City" in particular. The National Cities Council is another recently created body with a mandate to make recommendations to the Government related to the implementation of housing and city policies. The Council delegates are elected from the National Cities Conference with over 3,000 representatives, on a popular and participatory basis.

63. The importance given to participation in planning and decision-making is particularly evident in the "Statute of the City" (Federal Act No. 10.527/01). One of the main innovative features of the Statute is the provision of tools for the participatory design of development plans and allocation of resources at the local level, stipulating the creation of urban policy councils, city conferences, participatory budget processes, public hearings, popular initiation of bills and neighbourhood impact studies.

64. During his visit the Special Rapporteur witnessed a contradiction with respect to participatory processes. Whereas democracy and civil society movements are strong and whereas the Federal Government tries to ensure participation in decision-making through, inter alia, the holding of national conferences, there is a lack of real participation in planning and development at the local and grass-roots level. Some positive examples of participation

should nevertheless be mentioned, such as the self-construction project on the *Fazenda da Juta* (Juta Farm) in São Paulo funded by the Federal Government where 25,000 families enjoy considerably better living conditions through collective self-management. Such examples could be reproduced or adapted for use elsewhere in the country.

65. Also in São Paulo, the Municipal Housing Council was created by municipal law No. 13,425/02 as a result of a proposal approved at the First Municipal Housing Conference held in 2001 with the participation of more than 2,000 organizations and popular movements. The Council is composed of representatives of popular housing entities and other sectors of civil society - universities, NGOs, the private sector - and public authorities at all levels. The Council has both deliberative and monitoring powers and can contribute to the elaboration and supervision of municipal housing policies. The representatives of the popular housing entities were elected by direct vote of more than 31,000 people.

66. Other examples, however, point to the contrary. According to testimonies received, in cities such as Fortaleza and Salvador, civil society movements have been denied access to participation in development planning. In Fortaleza, the traditional Goiabeiras fishing community has been displaced to remote coastal regions to create space for a tourist centre. Proposals to consider the area a special interest zone have been ignored. At the time of the Special Rapporteur's visit, civil society organizations in Fortaleza were bringing a lawsuit against the municipality, via the Public Prosecutor, regarding the failure to respect the right to participation. In Salvador, inhabitants of the Pelourinho neighbourhood, a declared historic site, demand that the planning process with respect to the heritage restoration policy and the promotion of tourism in the area should also include the people living in the neighbourhood, and that no further displacement take place. The demand for full participation in the development of the city's master plan has not been fulfilled despite, in the case of Salvador, a court order to the contrary.

67. During the visit it became evident that the communities most in need of special attention because of their vulnerability (such as indigenous and Afro-Brazilian communities, and particularly women within these groups) are those not being consulted. As a result, they do not see their interests reflected or protected in the plans being developed. These groups require effective empowerment processes to be able to participate actively in decision-making.

## IX. FORCED EVICTIONS

68. During the Special Rapporteur's visit to Heliópolis - the largest favela in São Paulo - the long-term effects of forced eviction became evident. The first settlements took place in 1970/71, when 200 people were transferred to the area by the municipality from another slum, supposedly on a temporary basis. Fifteen years later the population had grown to 45,000 families. In 1993, police entered a section of Heliópolis in order to evict inhabitants. Though the municipality owned the land, most of the inhabitants had lived there for five years or more. The forced eviction attempt resulted in resistance by the inhabitants, clashes with armed police, arrests of community leaders, injuries and deaths. After an hour of fighting, a court ordered the eviction attempt suspended. Ten years later, the inhabitants still speak about the threat of eviction, although the section affected is no longer at risk. Today, Heliópolis is a mixture of slum dwellings - some in risk zones under power lines and close to river banks - and neighbourhoods that have been developed through joint voluntary community efforts (*mutirão*).



300

69. Heliópolis is divided into two parts, only one of which is covered by the municipality's urban development master plan for favelas. In the Ampara neighbourhood, which is not covered by the plan, the municipality has announced plans to construct a subway by 2006. Such construction would affect approximately 700 families, but no individual notice or eviction orders have been issued. Individual eviction orders are on the whole rare in favelas. According to testimonies, families are aware that they will be evicted but the municipality has not proposed any alternative housing. According to information received, the community proposal to resettle families nearby was ignored.

70. With respect to forced evictions more generally - including those affecting landless peasants and Quilombo communities living on ancestral lands, and evictions motivated by development for tourist resorts - there is an urgent need for the Government to adopt measures and national legislation to ensure protection against forced evictions and to ensure that any evictions are carried out in strict conformity with existing international obligations.

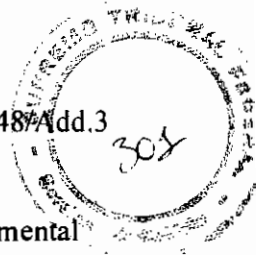
71. According to the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights, to which Brazil is a party, legislation is an essential basis upon which to build a system of effective protection. According to general comments Nos. 4 and 7 of the Committee on Economic, Social and Cultural Rights, legislation against forced evictions should include measures that provide the greatest possible security of tenure to occupiers of houses and land, and should be designed to strictly control the circumstances under which evictions may be carried out. Legislation must also apply to all agents acting under the authority of the State or those accountable to it. Moreover, in view of declining government responsibility for housing in some States, States parties to the Covenant must ensure that legislative and other measures are adequate to prevent and, if appropriate, punish forced evictions carried out without appropriate safeguards by private persons or bodies.

72. The establishment of procedural protections is essential, including the following: genuine consultation with those affected; adequate and reasonable eviction notice for all affected persons; information on the proposed evictions, and, where applicable, on the alternative purpose for which the land or housing is to be used, available in reasonable time to all those affected; presence of government officials or their representatives during an eviction, especially where groups of people are involved; proper identification of all persons carrying out the eviction; evictions not to take place in particularly bad weather or at night unless the affected persons consent otherwise; provision of legal remedies; and provision, where possible, of legal aid to persons who are in need of it to seek redress from the courts.

## **X. SPECIAL GROUPS**

### **A. Indigenous peoples**

73. Today there are approximately 218 indigenous peoples in the country, located mainly in the northern and western border regions and in the upper Amazon Basin. Information is not available on all the indigenous peoples as some still live isolated in remote areas of the Amazon. Likewise, information is scarce about indigenous peoples living assimilated in major urban areas. The Brazilian Constitution has a special chapter on indigenous peoples. In accordance with article 231, indigenous lands are considered the property of the Federal Union, but "are intended for their permanent possession and they shall be entitled to exclusive use of the riches



of the soil, rivers and lakes". Deforestation of the Amazon is not only a serious environmental concern, but also severely disrupts the lives and livelihoods of indigenous peoples.

74. The Special Rapporteur visited indigenous communities in Bertioga, and was able to study the situation through meetings with relevant ministries and testimonies from indigenous groups. Together with the Ministry of Health, the National Health Foundation and the National Indian Foundation (FUNAI), the Ministry of Cities has started to provide housing for indigenous communities through the Solidarity Credit Programme and the Programme of Subsidies for Social-Interest Housing, targeting 200 indigenous families from the Kaiowá, Guarani and Terena tribes in the Dourados reserve in Mato Grosso do Sul. However, the slow process of demarcation of indigenous land still remains an important obstacle to the realization of housing rights for indigenous peoples, and there are indications that the process is stalling. In the 1½ years of its mandate, the current Minister of Justice only demarcated 93,800 hectares of indigenous land, whereas the previous Minister of Justice demarcated more than 11 million hectares during a similar time period. Brazil ratified Convention No. 169 of the International Labour Organization concerning Indigenous and Tribal Peoples in Independent Countries on 25 July 2002, and is therefore bound by its provisions to protect the human rights of all its indigenous peoples.

#### **B. Quilombola communities**

75. Article 68 of the Temporary Provisions of the 1988 Constitution marked a symbolic departure from historical discrimination against slave descendants. The article guarantees the right of Quilombo communities to title to their traditional lands.

76. The Ministry of Cities and the Special Secretariat of Policies for the Promotion of Racial Equality spoke with enthusiasm about the so-called Kalunga Project, aiming to improve housing conditions for the predominantly Kalunga Quilombola communities concentrated in rural areas and the outskirts of large cities. This pilot initiative entails the provision of water and sanitation infrastructure, targeting 1,200 families during 2004 and 2005. Building on this pilot, it is envisaged that a larger-scale housing programme will be designed for other excluded ethnic and racial groups.

77. The Special Rapporteur visited Alcântara and the traditional Quilombola village of Mamuna and the resettled Marudá community. The establishment of the Alcântara Satellite Launch Centre led to the relocation of several traditional villages in the 1980s from areas expropriated by the air force. So-called Agrovilas - alternative relocation sites - were established. However, judging from the testimonies received, the Agrovilas constitute a flagrant example of short-term solutions becoming a long-term problem. The inhabitants of the Agrovilas, previously self-sufficient in their traditional villages with sufficient access to fish and fertile land, have now become dependent. Relocation, regardless of the means, is never an ideal solution. In the rare cases where such relocation can be justified, it must be done with full consultation and participation of the concerned population, in compliance with international human rights law. Only in this manner can one ensure that relocation, if unavoidable, results in an improved living situation of those affected, as opposed to a regression and loss of livelihood.

78. The Special Rapporteur is encouraged by the fact that following his mission, by a presidential decree dated 27 August 2004, an interministerial working group has been



established for the sustainable development of the Municipality of Alcântara, coordinated by the Civil Office of the Presidency of the Republic but with wide ministerial participation, including the Ministry of Science and Technology and the Ministry of Defence. The interministerial working group has been divided into subgroups, one of which is specifically focusing on the environment, housing and land issues. The Special Rapporteur would like to be kept informed about the progress of the interministerial body and strongly recommends that its work be based on existing human rights obligations and that it respect the entitlements of the Quilombola communities under decree No. 4887/2003 to avoid further forced evictions and dislocation. **The Special Rapporteur would like to further recommend that the Government, in addressing the housing and living conditions of all Quilombola communities in Brazil, follow the human rights provisions of the Constitution and international human rights law, as well as the guidance offered by general recommendation XXIX on descent of the Committee on the Elimination of Racial Discrimination.**

## XI. CONCLUSIONS AND RECOMMENDATIONS

79. **The challenges facing Brazil in the housing and, where applicable, land sectors are overwhelming, with widespread poverty, inequalities, an enormous housing deficit, and historical discrimination against indigenous peoples and Afro-Brazilians driving a debilitating crisis related to the failure to realize the land rights of the poor. Addressing these issues from a human rights perspective, based on the principles of indivisibility and interrelatedness of human rights, will help the Government to ensure that emphasis is given to the poorest segments of society. A holistic approach to meeting international human rights obligations should inform the Government's policies and actions at all levels, including budgetary allocations and decisions regarding housing, land, water, sanitation, electricity and protection from evictions, as well as services for women and vulnerable communities on a priority basis.**

80. **The Special Rapporteur welcomes the commitment of the Government of Brazil to human rights, and in particular, the demonstrated political will of the Ministry of Cities to address his concerns. He hopes that this report will serve as the beginning of a fruitful collaboration with the Government. In the spirit of constructive dialogue, and in addition to the recommendations contained throughout the report, the Special Rapporteur respectfully submits the following recommendations for the consideration of the Government of Brazil and other concerned parties:**

(a) **In order to ensure a holistic implementation of the right to adequate housing, there is an urgent need for a comprehensive national housing policy encompassing both urban and rural considerations, and equally comprehensive national housing legislation binding together existing laws and programmes. The Special Rapporteur encourages the development of the new National Housing Policy but reminds the Government that such an overarching instrument needs to incorporate relevant international human rights law and reflect relevant general comments and general recommendations issued by human rights treaty monitoring bodies. In this regard, the Government should consider elaborating a housing allowance scheme to provide for housing improvements for the poorest segments of society. The Special Rapporteur supports the use of the Workers Guarantee Fund to provide resources to the National Popular Housing Fund, and also recommends that the**

Ministry of Cities and the National Cities Council have the competence to determine the use of resources from the Fund;

(b) The process of land and agrarian reform needs to be enhanced, including through the allocation of adequate resources for the Urbanization, Regularization and Integration of Precarious Settlements Programme created to help municipalities carry out their land regularization programmes. Legislation that deals with different forms of tenure and land title must be revised in a way that will harmonize and simplify the issuance of title deeds, including in informal urban and rural settlements, indigenous lands and Quilombola communities. The Special Rapporteur supports recommendations previously made by other actors, including the Special Rapporteur on the right to food (see E/CN.4/2004/Add.1), indicating that there is an urgent need to speed up agrarian reform and related processes for expropriation and the granting of land titles. The Special Rapporteur recommends that an interministerial task force be established specifically to address the issues of redistribution of land and appropriation of large land holdings in accordance with constitutional provisions that guarantee the social function of land;

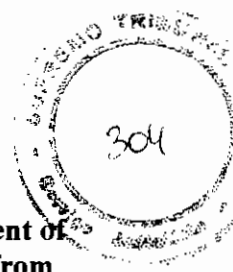
(c) Housing policies and programmes, including housing finance schemes, should strengthen their focus on the poor and vulnerable segments of the population. A reduction of the budgetary surplus target would release funds to ensure the progressive realization of economic, social and cultural rights, including housing, for the very poor, while still respecting surplus conditions imposed by international financial institutions;

(d) Urgent attention must be given to those living in distressed housing and living conditions, including the homeless, slum dwellers, and families living in temporary rural camps (*acampamentos*) without basic amenities pending the allocation of land. The Government, in addition to programmes such as the National Programme to Support Sustainable Land Regularization and the Rural Housing Programme, may wish to elaborate a national policy on the regularization of land occupations;

(e) The Government should proceed with utmost caution regarding privatization of housing and essential services related to the enjoyment of the right to adequate housing, such as water, electricity and sanitation. Protective measures and guarantees must be established to ensure that the National Programme of Privatization does not compromise human rights, in particular those of minorities, women and the poor;

(f) There is a need to strengthen interministerial cooperation to ensure that attention is focused on the human rights of indigenous peoples in Brazil. The Special Rapporteur would like to urge the Government to consider creating a special secretariat to allow for a comprehensive approach in matters relating to the human rights of indigenous peoples, including housing and land rights;

(g) The Programme of Subsidies for Social-Interest Housing should be expanded to include more families;



**(h) The international community should support the efforts of the Government of Brazil to de-link initiatives relevant to meeting the Millennium Development Goals from those aimed at debt repayment;**

**(i) The Public Prosecutor should be given an explicit mandate to protect economic, social and cultural rights, including the right to adequate housing. Extensive training and awareness-building for the judiciary with respect to the right to adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living is imperative. In addition to agrarian courts, the Government is encouraged to create special courts to deal with land-related issues including adverse possession, land demarcation and regularization conflicts, disputes over judicial records of urban and rural land conflicts, and forced evictions and displacement;**

**(j) There is need for education and training for civil servants and local government officials to ensure effective implementation of the Statute of the City. Master plans must reflect the territorial, economic and cultural realities of local communities.**

**Notes**

<sup>1</sup> World Guide 2005-2006.

<sup>2</sup> United Nations Development Framework, 2002-2006, Brazil, 13 February 2002, p. 6.

<sup>3</sup> Initial periodic report of Brazil to the Committee on Economic, Social and Cultural Rights (CESCR) (E/1990/5/Add.53), para. 502 (21 November 2001).

<sup>4</sup> Inter-American Commission on Human Rights, Special Report on the Situation of Human Rights in Brazil, OAS Doc. OEA/Ser.L/V/II.97, rev.1, 29 September 1997.

<sup>5</sup> United Nations Development Framework, 2002-2006, Brazil, 13 February 2002, p. 4.

<sup>6</sup> For detailed guidance on State obligations with respect to water and sanitation, see CESCR, general comment No. 15 on the right to water.

<sup>7</sup> "Brazil: The implicit agenda of a conservative patrimonial reform" in *Social Watch 2003 - The Poor and the Market*, Third World Institute.

<sup>8</sup> Economic Commission for Latin America and the Caribbean on-line database, 2001 (<http://www.cepal.org/>).

<sup>9</sup> Peasant Mobilization for Land Reform: Historical Case Studies and Theoretical Considerations - Discussion Paper, United Nations Research Institute for Social Development, June 1999, pp. 27-29.

<sup>10</sup> Global Justice Centre, Official Correspondence JG/RJ 226/04.



306



INTERNATIONAL ENERGY AGENCY

# KEY WORLD ENERGY STATISTICS

2004



## The International Energy Agency

---

The IEA, which was established in November 1974, has over the years gained recognition as one of the world's most authoritative sources for energy statistics. Its massive annual studies of oil, natural gas, coal and electricity are indispensable tools for energy policy makers, companies involved in the energy field and scholars.

In 1997 the IEA produced a handy, pocket-sized summary of key energy data. This new edition responds to the enormously positive reaction to the books over the last seven years. **Key World Energy Statistics from the IEA** contains timely, clearly-presented data on the supply, transformation and consumption of all major energy sources. The interested businessman, journalist or student will have at his fingertips the annual American production of coal, the electricity consumption in Thailand, the price of diesel oil in South Africa and thousands of other useful energy facts.

Gathering and analysing statistics is one of the IEA's important functions. But the Agency – an autonomous body within the Organisation for Economic Co-operation and Development – also:

- administers a plan to guard Member countries against the risk of a major disruption of oil supplies;
- coordinates national efforts to conserve energy and develop alternative energy sources, as well as to limit pollution and energy-related climate change;
- disseminates information on the world energy market and seeks to promote stable international trade in energy.





●  
●  
●  
●

# TABLE OF CONTENTS



SUPPLY	1
TRANSFORMATION	2
CONSUMPTION	3
ENERGY BALANCES	
PRICES	5
EMISSIONS	6
OUTLOOK	7
ENERGY INDICATORS	8
CONVERSION FACTORS	9
GLOSSARY	10

310

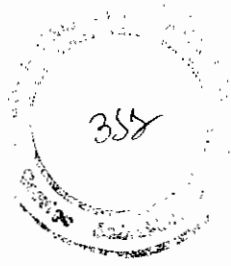
ENERGY INDICATORS

Selected Energy Indicators for 2002

Region/ Country	Popu- lation (million)	GDP (billion 95 US\$)	GDP (PPP) (billion 95 US\$)	Energy Prod. (Mtoe)	Net Imports (Mtoe)	TPES (Mtoe)	Elec. Cons.* (TWh)	CO <sub>2</sub> Emissions** (Mt of CO <sub>2</sub> )
World	6195.66	35317.65	43413.48	10305.74	-	10230.67	14701.24	24101.83
OECD	1145.06	28435.02	25374.85	3847.06	1563.62	5345.72	9212.82	12554.03
Middle East	172.76	630.06	1025.83	1250.81	-807.94	431.30	459.42	1092.84
Former USSR	286.76	630.57	1552.10	1349.21	-412.38	930.53	1117.33	2232.17
Non-OECD Europe	57.82	147.25	358.26	62.55	39.82	99.68	157.64	252.84
China	1287.19	1381.62	5359.02	1220.86	38.65	1244.95	1554.37	3307.42
Asia	1988.11	1857.30	5507.94	1040.41	164.67	1183.91	1119.01	2257.41
Latin America	425.54	1593.05	2566.74	628.18	-161.20	454.75	652.74	844.61
Africa	832.43	642.78	1668.75	906.65	-360.26	539.85	427.93	743.12
Albania	3.15	4.03	13.46	0.77	1.17	1.94	4.49	3.88
Algeria	31.32	52.14	161.27	150.29	-118.89	30.85	23.28	73.29
Angola	13.12	8.18	28.17	51.55	-42.81	8.81	1.52	6.31
Argentina	36.48	249.60	347.34	81.69	-24.63	56.30	75.96	115.02
Armenia	3.07	2.33	8.76	0.74	1.20	1.94	3.75	2.79
Australia	19.75	480.85	492.30	255.19	-138.59	112.71	207.43	342.85
Austria	8.05	274.58	211.77	9.83	20.64	30.44	60.02	66.14
Azerbaijan	8.17	5.22	21.81	19.75	-8.17	11.73	17.18	25.54
Bahrain	0.70	1.60	10.07	15.27	-8.96	6.87	8.74	15.60
Bangladesh	135.68	53.76	205.96	16.75	4.31	21.00	14.64	31.53
Belarus	9.93	28.80	48.21	3.59	21.28	24.77	29.80	56.02
Belgium	10.33	320.84	254.33	13.25	49.61	56.89	85.89	112.55
Benin	8.65	2.90	6.28	1.55	0.71	2.23	0.50	1.87
Bolivia	8.81	8.28	19.24	8.15	-3.92	4.31	3.65	8.64
Bosnia and Herzegovina	4.11	8.89	22.38	3.32	1.18	4.32	7.86	15.22
Brazil	174.49	809.93	1165.62	161.74	31.08	190.66	321.55	309.31

\* Gross production + imports - exports - transmission/distribution losses.

\*\* CO<sub>2</sub> emissions from fuel combustion only. Emissions are calculated using IEA's energy balances and the Revised 1996 IPCC Guidelines.



TPES/ Pop (toe/capita)	TPES/ GDP (toe/1000 95 US\$)	TPES/ GDP (PPP) (toe/1000 95 US\$ PPP)	Elec. Cons./Pop (kWh/ capita)	CO <sub>2</sub> / TPES (t CO <sub>2</sub> / toe)	CO <sub>2</sub> / Pop (t CO <sub>2</sub> / capita)	CO <sub>2</sub> / GDP (kg CO <sub>2</sub> / 95 US\$)	CO <sub>2</sub> / GDP (PPP) (kg CO <sub>2</sub> / 95 US\$ PPP)	Region/ Country
1.65	0.29	0.24	2373	2.32***	3.89	0.68	0.56	World
4.67	0.19	0.21	8046	2.35	10.96	0.44	0.49	OECD
2.50	0.68	0.42	2659	2.53	6.33	1.73	1.07	Middle East
3.24	1.48	0.60	3896	2.40	7.78	3.64	1.44	Former USSR
1.72	0.68	0.28	2727	2.54	4.37	1.72	0.71	Non-OECD Europe
0.97	0.90	0.23	1208	2.66	2.57	2.39	0.62	China
0.60	0.64	0.21	563	1.91	1.14	1.22	0.41	Asia
1.07	0.29	0.18	1534	1.86	1.98	0.53	0.33	Latin America
0.65	0.84	0.32	514	1.38	0.89	1.16	0.45	Africa
0.62	0.48	0.14	1427	2.00	1.23	0.96	0.29	Albania
0.98	0.59	0.19	743	2.38	2.34	1.41	0.45	Algeria
0.67	1.08	0.30	116	0.72	0.48	0.77	0.22	Angola
1.54	0.23	0.16	2082	2.04	3.15	0.46	0.33	Argentina
0.63	0.83	0.22	1223	1.44	0.91	1.20	0.32	Armenia
5.71	0.23	0.23	10502	3.04	17.36	0.71	0.70	Australia
3.78	0.11	0.14	2453	2.17	8.21	0.24	0.31	Austria
1.44	2.25	0.54	2102	2.18	3.13	4.90	1.17	Azerbaijan
9.84	3.90	0.68	9849	2.23	22.35	2.05	1.65	Bahrain
0.15	0.39	0.10	108	1.50	0.23	0.59	0.15	Bangladesh
2.60	1.19	0.51	2583	2.26	5.64	2.69	1.16	Belarus
5.51	0.18	0.22	8314	1.98	10.90	0.35	0.44	Belgium
0.34	0.77	0.36	76	0.84	0.29	0.65	0.30	Benin
0.49	0.52	0.22	415	2.00	0.98	1.04	0.45	Bolivia
1.06	0.63	0.19	1912	3.52	3.70	2.21	0.68	Bosnia and Herzegovina
1.09	0.24	0.16	1843	1.62	1.77	0.38	0.27	Brazil

\*\*\* TPES for World includes international marine bunkers.

312

ENERGY INDICATORS

Region/ Country	Popul- ation (millions)	GDP (billion 95 US\$)	GDP (PPP) (billion 95 US\$)	Energy Prod. (Mtoe)	Net Imports (Mtoe)	TPES (Mtoe)	Elec. Cons.* (TWh)	CO <sub>2</sub> Emissions** (Mt of CO <sub>2</sub> )
Brunei	0.35	6.22	3.90	20.12	-17.99	2.16	2.57	5.38
Bulgaria	7.97	13.70	51.06	10.54	9.02	19.02	30.20	41.84
Cameroon	15.77	11.04	28.46	12.00	-5.48	6.57	2.54	2.89
Canada	31.41	751.04	843.13	385.41	-139.49	250.03	532.11	531.86
Chile	15.59	84.69	135.25	8.78	16.67	24.71	42.79	46.61
People's Rep. of China	1280.40	1208.85	5197.41	1220.81	17.42	1228.57	1516.28	3270.55
Chinese Taipei	22.45	347.97	408.61	11.62	84.20	93.58	198.52	231.42
Colombia	43.73	99.78	241.34	72.27	-41.26	27.40	35.89	55.26
Congo	3.66	2.56	3.96	13.20	-12.28	0.92	0.49	0.64
Dem. Rep. of Congo	51.58	4.65	33.17	16.13	-0.73	15.40	4.46	2.14
Costa Rica	3.94	15.52	30.36	1.76	1.90	3.56	6.35	5.10
Cote d'Ivoire	16.51	12.81	23.20	6.53	0.12	6.56	3.28	5.34
Croatia	4.47	24.29	39.45	3.71	4.92	8.22	13.73	19.65
Cuba	11.26	28.82	73.95	6.48	7.96	14.20	13.29	35.94
Cyprus	0.77	11.32	12.39	0.04	2.62	2.47	3.62	6.36
Czech Republic	10.21	89.11	138.62	30.07	11.07	41.72	60.10	114.96
Denmark	5.38	213.14	139.01	28.75	-8.81	19.75	34.97	51.17
Dominican Republic	8.61	19.42	50.32	1.31	6.66	8.17	7.76	18.45
Ecuador	12.82	23.02	39.63	22.21	-12.26	9.05	9.06	19.42
Egypt	66.17	82.98	222.59	59.77	-6.64	52.39	74.34	126.81
El Salvador	6.42	11.47	27.41	2.37	1.95	4.30	3.95	5.37
Eritrea	4.30	0.69	3.25	0.55	0.23	0.77	0.22	0.65
Estonia	1.36	5.86	13.93	3.16	1.50	4.51	6.58	14.31
Ethiopia	67.22	8.33	46.51	18.45	1.24	19.93	1.84	4.15
Finland	5.20	168.96	126.67	16.09	19.12	35.62	83.88	63.50
France	61.23	1831.52	1452.81	134.65	135.87	265.88	451.05	377.07
Gabon	1.32	5.69	7.50	12.69	-11.12	1.59	1.16	1.29
Georgia	5.18	3.95	10.86	1.33	1.19	2.56	6.51	2.69
Germany	82.48	2715.40	1938.16	134.77	210.67	346.35	556.09	837.53
Ghana	20.27	8.69	37.99	5.97	2.36	8.34	6.08	6.57

\* Gross production + imports - exports - transmission/distribution losses.



TPES/ Pop (toe/capita)	TPES/ GDP (toe/1000 US\$)	TPES/ GDP PPP (toe/1000 US\$ PPP)	Elec. Cons./Pop (kWh/ capita)	CO <sub>2</sub> / TPES (t CO <sub>2</sub> / toe)	CO <sub>2</sub> / Pop (t CO <sub>2</sub> / capita)	CO <sub>2</sub> / GDP (kg CO <sub>2</sub> / 1000 US\$)	CO <sub>2</sub> / GDP PPP (kg CO <sub>2</sub> / 1000 US\$ PPP)	Region/ Country
6.14	0.35	0.55	7316	2.49	15.32	0.86	1.38	Brunei
2.39	1.39	0.37	3792	2.20	5.25	3.05	0.82	Bulgaria
0.42	0.60	0.23	161	0.44	0.18	0.26	0.10	Cameroon
7.96	0.33	0.30	16939	2.13	16.93	0.71	0.63	Canada
1.58	0.29	0.18	2745	1.89	2.99	0.55	0.34	Chile
0.96	1.02	0.24	1184	2.66	2.55	2.71	0.63	People's Rep. of China
4.17	0.27	0.23	8841	2.47	10.31	0.67	0.57	Chinese Taipei
0.63	0.27	0.11	821	2.02	1.26	0.55	0.23	Colombia
0.25	0.36	0.23	133	0.70	0.18	0.25	0.16	Congo
0.30	3.31	0.46	88	0.14	0.04	0.46	0.06	Dem. Rep. of Congo
0.90	0.23	0.12	1611	1.43	1.29	0.33	0.17	Costa Rica
0.40	0.51	0.28	198	0.81	0.32	0.42	0.23	Cote d'Ivoire
1.84	0.34	0.21	3075	2.39	4.40	0.81	0.50	Croatia
1.26	0.49	0.19	1180	2.53	3.19	1.25	0.49	Cuba
3.22	0.22	0.20	4729	2.58	8.31	0.56	0.51	Cyprus
4.09	0.72	0.30	5890	2.70	11.27	1.08	0.83	Czech Republic
3.67	0.09	0.14	6506	2.59	9.52	0.24	0.37	Denmark
0.95	0.42	0.16	801	2.28	2.14	0.95	0.36	Dominican Republic
0.71	0.39	0.23	707	2.15	1.52	0.84	0.49	Ecuador
0.79	0.63	0.24	1120	2.42	1.91	1.53	0.57	Egypt
0.67	0.37	0.16	616	1.25	0.84	0.47	0.20	El Salvador
0.18	1.12	0.24	50	0.85	0.15	0.95	0.20	Eritrea
3.32	0.77	0.32	4845	3.17	10.54	2.44	1.03	Estonia
0.30	2.39	0.43	27	0.21	0.06	0.50	0.09	Ethiopia
6.85	0.21	0.28	16128	1.78	12.21	0.38	0.50	Finland
4.34	0.15	0.18	7366	1.42	6.16	0.21	0.26	France
1.21	0.28	0.21	881	0.81	0.98	0.23	0.17	Gabon
0.49	0.65	0.24	1258	1.05	0.52	0.68	0.25	Georgia
4.20	0.13	0.18	6742	2.42	10.15	0.31	0.43	Germany
0.41	0.96	0.22	300	0.79	0.32	0.76	0.17	Ghana

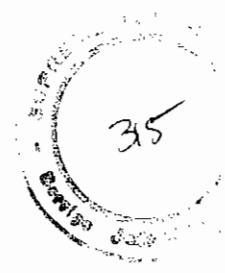
\*\* CO<sub>2</sub> emissions from fuel combustion only. Emissions are calculated using IEA's energy balances and the Revised 1996 IPCC Guidelines.



**E  
N  
E  
R  
G  
Y  
I  
N  
D  
I  
C  
A  
T  
O  
R  
S**

Region/ Country	Popul- ation (millions)	GDP (billion 95 US\$)	GDP (PPP (billion 95 US\$)	Energy Prod. (Mtoe)	Net Imports (Mtoe)	TPES (Mtoe)	Elec. Cons. <sup>a</sup> (TWh)	CO <sub>2</sub> Emissions <sup>a</sup> (Mt of CO <sub>2</sub> )
Gibraltar	0.03	0.55	0.50	0.00	1.20	0.17	0.11	0.51
Greece	10.95	150.33	178.55	10.23	23.00	29.02	53.49	90.46
Guatemala	11.99	18.61	43.15	5.41	2.10	7.38	4.43	9.94
Haiti	8.29	2.80	11.85	1.52	0.57	2.08	0.37	1.59
Honduras	6.80	4.84	16.29	1.62	2.05	3.43	3.67	5.40
Hong Kong (China)	6.79	172.77	161.62	0.05	21.22	16.38	38.09	36.87
Hungary	10.16	58.44	121.92	10.83	14.69	25.45	36.01	55.45
Iceland	0.29	8.94	7.70	2.46	0.98	3.40	8.00	2.22
India	1048.64	517.26	2479.01	440.97	95.95	538.31	441.52	1016.45
Indonesia	211.72	224.39	590.76	240.91	-84.63	156.09	90.72	303.17
Islamic Rep. of Iran	65.54	118.04	388.78	240.52	-105.99	133.96	118.05	345.16
Iraq	24.17	74.12	29.12	105.47	-76.42	29.00	29.33	80.87
Ireland	3.91	120.58	116.85	1.50	13.81	15.30	23.73	42.45
Israel	6.57	109.49	114.40	0.72	20.87	20.95	42.59	62.55
Italy	58.03	1234.31	1338.44	26.59	152.15	172.72	316.09	433.24
Jamaica	2.62	5.51	8.90	0.46	1.37	1.97	6.32	9.84
Japan	127.44	5715.29	3042.31	98.13	425.15	516.93	1047.56	1206.91
Jordan	5.17	8.58	10.97	0.26	5.20	5.38	7.46	15.03
Kazakhstan	14.88	28.71	74.54	95.78	-49.28	46.46	50.26	140.76
Kenya	31.35	10.10	29.05	12.88	2.53	15.32	3.80	8.49
Korea	47.64	680.29	718.00	36.21	171.65	203.50	309.40	451.55
DPR of Korea	22.49	8.06	28.36	18.36	1.28	19.54	16.65	67.59
Kuwait	2.33	27.00	30.85	105.99	-83.30	22.19	35.16	57.46
Kyrgyzstan	5.00	2.29	7.06	1.20	1.30	2.54	8.82	4.90
Latvia	2.34	7.08	18.89	1.87	2.45	4.27	5.33	7.09
Lebanon	4.44	12.74	17.25	0.19	5.18	5.37	8.66	15.32
Libya	5.45	33.39	26.26	69.52	-50.73	18.70	12.26	42.59
Lithuania	3.47	10.22	31.26	4.92	3.59	8.59	9.81	12.05
Luxembourg	0.45	26.10	19.02	0.06	4.00	4.04	6.92	9.28
FYR of Macedonia	2.04	4.95	11.85	1.51	1.20	2.54	5.65	8.02

<sup>a</sup> Gross production + imports - exports - transmission/distribution losses.



TPES/ Pop (toe/capita)	TPES/ GDP (toe/000 \$ US)	TPES/ GDP PPP (toe/000 \$ US PPP)	Elec. Cons./Pop (kWh/ capita)	CO <sub>2</sub> / TPES (t CO <sub>2</sub> / toe)	CO <sub>2</sub> / Pop (t CO <sub>2</sub> / capita)	CO <sub>2</sub> / GDP (kg CO <sub>2</sub> / \$ US)	CO <sub>2</sub> / GDP PPP (kg CO <sub>2</sub> / \$ US PPP)	Region/ Country
6.02	0.30	0.34	3964	3.00	18.08	0.92	1.01	Gibraltar
2.65	0.19	0.16	4885	3.12	8.26	0.60	0.51	Greece
0.62	0.40	0.17	370	1.35	0.83	0.53	0.23	Guatemala
0.25	0.74	0.18	37	0.77	0.19	0.57	0.13	Haiti
0.50	0.71	0.21	539	1.58	0.79	1.12	0.33	Honduras
2.41	0.09	0.10	5612	2.25	5.43	0.21	0.23	Hong Kong (China)
2.51	0.44	0.21	3545	2.18	5.46	0.95	0.45	Hungary
11.82	0.38	0.44	27764	0.65	7.71	0.25	0.29	Iceland
0.51	1.04	0.22	421	1.89	0.97	1.97	0.41	India
0.74	0.70	0.26	428	1.94	1.43	1.35	0.51	Indonesia
2.04	1.13	0.34	1801	2.58	5.27	2.92	0.89	Islamic Rep. of Iran
1.20	0.39	1.00	1213	2.79	3.35	1.09	2.78	Iraq
3.91	0.13	0.13	6071	2.77	10.86	0.35	0.36	Ireland
3.19	0.19	0.18	6486	2.98	9.53	0.57	0.55	Israel
2.98	0.14	0.13	5447	2.51	7.47	0.35	0.32	Italy
1.50	0.71	0.44	2413	2.51	3.78	1.79	1.11	Jamaica
4.06	0.09	0.17	8220	2.33	9.47	0.21	0.40	Japan
1.04	0.82	0.27	1443	2.80	2.94	1.75	0.76	Jordan
3.12	1.62	0.62	3379	3.03	9.46	4.90	1.89	Kazakhstan
0.49	1.52	0.53	121	0.55	0.27	0.84	0.29	Kenya
4.27	0.30	0.28	6495	2.22	9.48	0.66	0.63	Korea
0.87	2.42	0.69	740	3.48	3.07	8.39	2.38	DPR of Korea
9.53	0.82	0.72	15102	2.59	24.68	2.13	1.86	Kuwait
0.51	1.11	0.36	1382	1.93	0.98	2.14	0.69	Kyrgyzstan
1.82	0.60	0.23	2280	1.66	3.03	1.00	0.38	Latvia
1.21	0.42	0.31	1951	2.85	3.45	1.20	0.89	Lebanon
3.43	0.56	0.71	2250	2.28	7.82	1.28	1.62	Libya
2.48	0.84	0.27	2828	1.40	3.47	1.18	0.39	Lithuania
9.06	0.15	0.21	15507	2.30	20.80	0.36	0.49	Luxembourg
1.25	0.51	0.22	2770	3.15	3.94	1.62	0.69	FYR of Macedonia

\*\* CO<sub>2</sub> emissions from fuel combustion only. Emissions are calculated using IEA's energy balances and the Revised 1996 IPCC Guidelines.





ENERGY INDICATORS

Region/ Country	Popul- ation (million)	GDP (billion 95 US\$)	GDP (PPP) (billion 95 US\$)	Energy Prod. (Mtoe)	Net Imports (Mtoe)	TPES (Mtoe)	Elec. Cons.* (TWh)	CO <sub>2</sub> Emissions** (Mt of CO <sub>2</sub> )
Malaysia	24.31	116.82	191.23	80.24	-27.66	51.75	70.07	115.65
Malta	0.40	4.06	6.14	0.00	0.91	0.89	1.78	2.53
Mexico	100.44	375.33	819.76	229.89	-70.78	157.31	184.03	365.15
Republic of Moldova	4.26	1.76	6.12	0.07	2.91	2.99	4.22	6.55
Morocco	29.64	43.12	101.66	0.59	10.08	10.75	17.47	33.26
Mozambique	18.44	4.12	17.51	8.04	0.01	8.05	6.40	1.41
Myanmar	48.79	18.50	227.76	15.83	-3.52	12.58	5.38	7.40
Namibia	1.99	4.37	10.03	0.30	0.89	1.19	2.45	2.31
Nepal	24.13	5.81	29.17	7.62	0.90	8.51	1.67	2.64
Netherlands	16.15	505.60	407.85	59.92	31.59	77.92	108.14	177.88
Netherlands Antilles	0.21	2.75	2.64	0.00	3.14	1.48	0.94	3.36
New Zealand	3.98	74.63	77.41	14.88	3.71	18.01	36.14	34.00
Nicaragua	5.34	2.65	13.89	1.66	1.23	2.91	1.89	3.81
Nigeria	132.79	32.95	101.43	192.66	-96.46	95.68	9.52	49.81
Norway	4.54	181.71	127.72	232.22	-205.07	26.52	111.32	33.06
Oman	2.54	15.60	39.09	62.52	-52.87	70.83	8.54	26.12
Pakistan	144.90	75.12	248.48	49.68	15.99	65.81	55.66	100.48
Panama	2.94	10.05	16.47	0.74	2.13	3.02	4.10	5.29
Paraguay	5.51	9.37	22.06	6.29	-2.38	3.91	4.87	3.56
Peru	26.75	63.65	119.04	9.73	2.95	12.02	19.71	25.63
Philippines	79.94	96.65	305.34	21.94	20.06	42.01	40.55	69.65
Poland	38.22	174.08	372.22	80.17	10.32	89.19	122.94	282.90
Portugal	10.37	132.64	163.25	3.64	22.65	26.39	44.50	62.98
Qatar	0.61	14.74	19.44	56.03	-41.96	12.16	9.47	27.56
Romania	22.30	36.01	128.62	28.41	8.79	36.98	45.20	90.78
Russia	144.07	469.30	1038.78	1034.52	-410.43	617.84	770.77	1503.09
Saudi Arabia	21.89	165.51	239.74	462.81	-334.58	126.39	133.57	301.03
Senegal	10.01	6.19	14.04	1.81	1.46	3.19	1.42	3.71
Serbia and Montenegro	10.63	16.87	40.94	10.88	5.29	16.17	32.18	49.88
Singapore	4.16	113.49	84.94	0.06	44.74	25.31	32.39	41.68

\* Gross production + imports - exports - transmission/distribution losses.

317  
 Carbon

TPES/ Pop (toe/capita)	TPES/ GDP (toe/1000 95 US\$)	TPES/ GDP (PPP) (toe/1000 95 US\$ PPP)	Elec. Cons./Pop (kWh/ capita)	CO <sub>2</sub> / TPES (t CO <sub>2</sub> / toe)	CO <sub>2</sub> / Pop (t CO <sub>2</sub> / capita)	CO <sub>2</sub> / GDP (kg CO <sub>2</sub> / 95 US\$)	CO <sub>2</sub> / GDP (PPP) (kg CO <sub>2</sub> / 95 US\$ PPP)	Region/ Country
2.13	0.44	0.27	2883	2.23	4.76	0.99	0.60	Malaysia
2.25	0.22	0.15	4489	2.84	6.38	0.62	0.41	Malta
1.57	0.42	0.19	1832	2.32	3.64	0.97	0.45	Mexico
0.70	1.70	0.49	992	2.19	1.54	3.72	1.07	Republic of Moldova
0.36	0.25	0.11	589	3.09	1.12	0.77	0.33	Morocco
0.44	1.96	0.46	347	0.17	0.08	0.34	0.08	Mozambique
0.26	0.68	0.06	110	0.59	0.15	0.40	0.03	Myanmar
0.60	0.27	0.12	1236	1.95	1.17	0.53	0.23	Namibia
0.35	1.47	0.29	69	0.31	0.11	0.45	0.09	Nepal
4.83	0.15	0.19	6696	2.28	11.02	0.35	0.44	Netherlands
6.92	0.54	0.56	4374	2.27	15.72	1.22	1.27	Netherlands Antilles
4.53	0.24	0.23	9088	1.89	8.55	0.46	0.44	New Zealand
0.54	1.10	0.21	353	1.31	0.71	1.44	0.27	Nicaragua
0.72	2.90	0.94	72	0.52	0.38	1.51	0.49	Nigeria
5.84	0.15	0.21	24526	1.25	7.28	0.18	0.26	Norway
4.27	0.69	0.86	3363	2.41	10.29	1.67	0.87	Oman
0.45	0.88	0.26	384	1.53	0.69	1.34	0.40	Pakistan
1.03	0.30	0.18	1394	1.75	1.80	0.53	0.32	Panama
0.71	0.42	0.18	884	0.91	0.65	0.38	0.16	Paraguay
0.45	0.19	0.10	737	2.13	0.96	0.40	0.22	Peru
0.53	0.43	0.14	507	1.66	0.87	0.72	0.23	Philippines
2.33	0.51	0.24	3217	3.17	7.40	1.63	0.76	Poland
2.54	0.20	0.16	4290	2.39	6.07	0.47	0.39	Portugal
19.83	0.82	0.63	15525	2.27	45.18	1.87	1.42	Qatar
1.66	1.03	0.29	2027	2.46	4.07	2.52	0.71	Romania
4.29	1.32	0.59	5350	2.43	10.43	3.20	1.45	Russia
5.77	0.76	0.53	6103	2.38	13.75	1.82	1.26	Saudi Arabia
0.32	0.52	0.23	142	1.16	0.37	0.60	0.26	Senegal
1.52	0.96	0.39	3027	3.02	4.60	2.90	1.19	Serbia and Montenegro
6.08	0.22	0.30	7778	1.65	10.01	0.37	0.49	Singapore

\*\* CO<sub>2</sub> emissions from fuel combustion only. Emissions are calculated using IEA's energy balances and the Revised 1996 IPCC Guidelines.

8

318

ENERGY INDICATORS

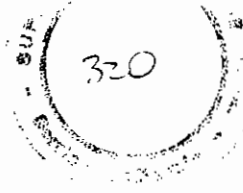
Region/ Country	Popul- ation (million)	GDP (billion 95 US\$)	GDP (PPP) (billion 95 US\$)	Energy Prod. (Mtoe)	Net Imports (Mtoe)	TPES (Mtoe)	Elec. Cons.* (TWh)	CO <sub>2</sub> Emissions* (Mt of CO <sub>2</sub> )
Slovak Republic	5.38	25.19	56.46	6.65	11.99	18.55	27.16	37.89
Slovenia	1.96	24.58	31.68	3.38	3.51	6.95	12.82	15.16
South Africa	45.35	182.28	400.02	146.51	-31.27	113.46	205.97	301.48
Spain	40.55	740.40	782.98	31.74	108.72	131.56	232.16	303.41
Sri Lanka	18.97	17.05	59.42	4.56	3.86	8.18	5.69	11.16
Sudan	32.79	10.81	57.61	25.01	-9.23	15.85	2.45	7.79
Sweden	8.93	299.51	226.77	32.40	18.85	51.03	139.81	50.12
Switzerland	7.29	340.00	199.93	11.94	15.24	27.14	58.25	42.83
Syria	16.99	14.13	51.14	36.71	-18.65	18.05	18.28	46.71
Tajikistan	6.27	1.48	5.44	1.33	1.92	3.25	14.18	5.21
United Rep. of Tanzania	35.18	7.29	18.32	13.29	1.08	14.34	2.29	3.18
Thailand	61.61	184.86	381.00	45.30	37.73	83.34	103.64	179.49
Togo	4.76	1.53	6.29	1.08	0.46	1.54	0.54	1.15
Trinidad and Tobago	1.30	7.20	11.34	21.32	-11.16	9.29	5.82	16.54
Tunisia	9.78	25.18	58.45	6.94	1.57	8.28	10.53	18.76
Turkey	69.67	204.82	408.73	24.43	51.26	75.42	106.62	193.05
Turkmenistan	4.79	4.19	20.14	53.65	-37.04	16.61	8.61	40.41
Ukraine	48.72	49.87	208.72	71.52	89.22	130.74	137.13	292.48
United Arab Emirates	3.22	56.38	59.91	142.15	-98.23	36.07	38.36	88.63
United Kingdom	59.21	1375.93	1397.76	257.81	-30.13	226.51	364.62	529.27
United States	287.46	9196.40	9196.40	1666.64	629.75	2290.41	3802.38	5652.30
Uruguay	3.36	18.47	23.24	1.24	1.37	2.51	6.27	4.18
Uzbekistan	25.27	17.51	36.57	55.79	-4.03	51.74	46.58	118.28
Venezuela	25.09	74.73	118.49	210.15	-155.54	54.01	65.31	123.37
Vietnam	80.42	33.20	165.35	53.44	-10.79	42.64	30.78	56.66
Yemen	18.60	6.13	15.19	22.23	-18.03	4.11	3.23	10.81
Former Yugoslavia	23.21	77.57	146.09	22.79	16.11	38.21	72.24	106.94
Zambia	10.24	4.33	7.81	6.23	0.37	6.55	6.19	1.87
Zimbabwe	13.00	6.77	26.50	8.47	1.18	9.76	10.75	11.43

\* Gross production + imports - exports - transmission/distribution losses.

\*\* CO<sub>2</sub> emissions from fuel combustion only. Emissions are calculated using IEA's energy balances and the Revised 1996 IPCC Guidelines.

TPES/ Pop (toe/capita)	TPES/ GDP (toe/000 \$5 US\$)	TPES/ GDP (PPP) (toe/000 \$5 US\$ PPP)	Elec. Cons./Pop (kWh/ capita)	CO <sub>2</sub> / TPES (t CO <sub>2</sub> / toe)	CO <sub>2</sub> / Pop (t CO <sub>2</sub> / capita)	CO <sub>2</sub> / GDP (kg CO <sub>2</sub> / \$5 US\$)	CO <sub>2</sub> / GDP (PPP) (kg CO <sub>2</sub> / \$5 US\$ PPP)	Region/ Country
3.45	0.74	0.33	5049	2.04	7.04	1.50	0.67	Slovak Republic
3.54	0.28	0.22	6526	2.18	7.72	0.62	0.48	Slovenia
2.50	0.62	0.28	4542	2.66	6.65	1.65	0.75	South Africa
3.24	0.18	0.17	5726	2.31	7.48	0.41	0.39	Spain
0.43	0.48	0.14	300	1.37	0.59	0.66	0.19	Sri Lanka
0.48	1.47	0.28	75	0.49	0.24	0.72	0.14	Sudan
5.72	0.17	0.23	15665	0.98	5.62	0.17	0.22	Sweden
3.72	0.08	0.14	7989	1.58	5.87	0.13	0.21	Switzerland
1.06	1.28	0.35	1076	2.59	2.75	3.31	0.91	Syria
0.52	2.19	0.60	2263	1.60	0.83	3.51	0.96	Tajikistan
0.41	1.97	0.78	65	0.22	0.09	0.44	0.17	United Rep. of Tanzania
1.35	0.45	0.22	1682	2.15	2.91	0.97	0.47	Thailand
0.32	1.01	0.24	114	0.75	0.24	0.75	0.18	Togo
7.12	1.29	0.82	4463	1.78	12.69	2.30	1.46	Trinidad and Tobago
0.85	0.33	0.14	1076	2.27	1.92	0.74	0.32	Tunisia
1.08	0.37	0.18	1539	2.56	2.77	0.94	0.47	Turkey
3.46	3.97	0.82	1797	2.43	8.43	9.65	2.01	Turkmenistan
2.68	2.82	0.82	2815	2.24	6.00	5.86	1.39	Ukraine
11.21	0.64	0.60	11920	2.46	27.54	1.57	1.48	United Arab Emirates
3.83	0.16	0.16	6158	2.34	8.94	0.38	0.38	United Kingdom
7.97	0.25	0.25	13228	2.47	19.66	0.61	0.61	United States
0.75	0.14	0.11	1866	1.87	1.24	0.23	0.18	Uruguay
2.05	2.95	1.41	1843	2.29	4.68	6.75	3.23	Uzbekistan
2.15	0.72	0.46	2603	2.28	4.92	1.65	1.04	Venezuela
0.53	1.28	0.26	383	1.33	0.70	1.71	0.34	Vietnam
0.22	0.67	0.27	174	2.63	0.58	1.76	0.71	Yemen
1.65	0.49	0.26	3112	2.80	4.61	1.38	0.73	Former Yugoslavia
0.64	1.51	0.84	604	0.29	0.18	0.43	0.24	Zambia
0.75	1.44	0.37	827	1.17	0.88	1.69	0.43	Zimbabwe

Sources: Energy data: IEA  
Population: OECD/World Bank  
GDP and GDP(PPP): OECD/World Bank/CERI (Paris)

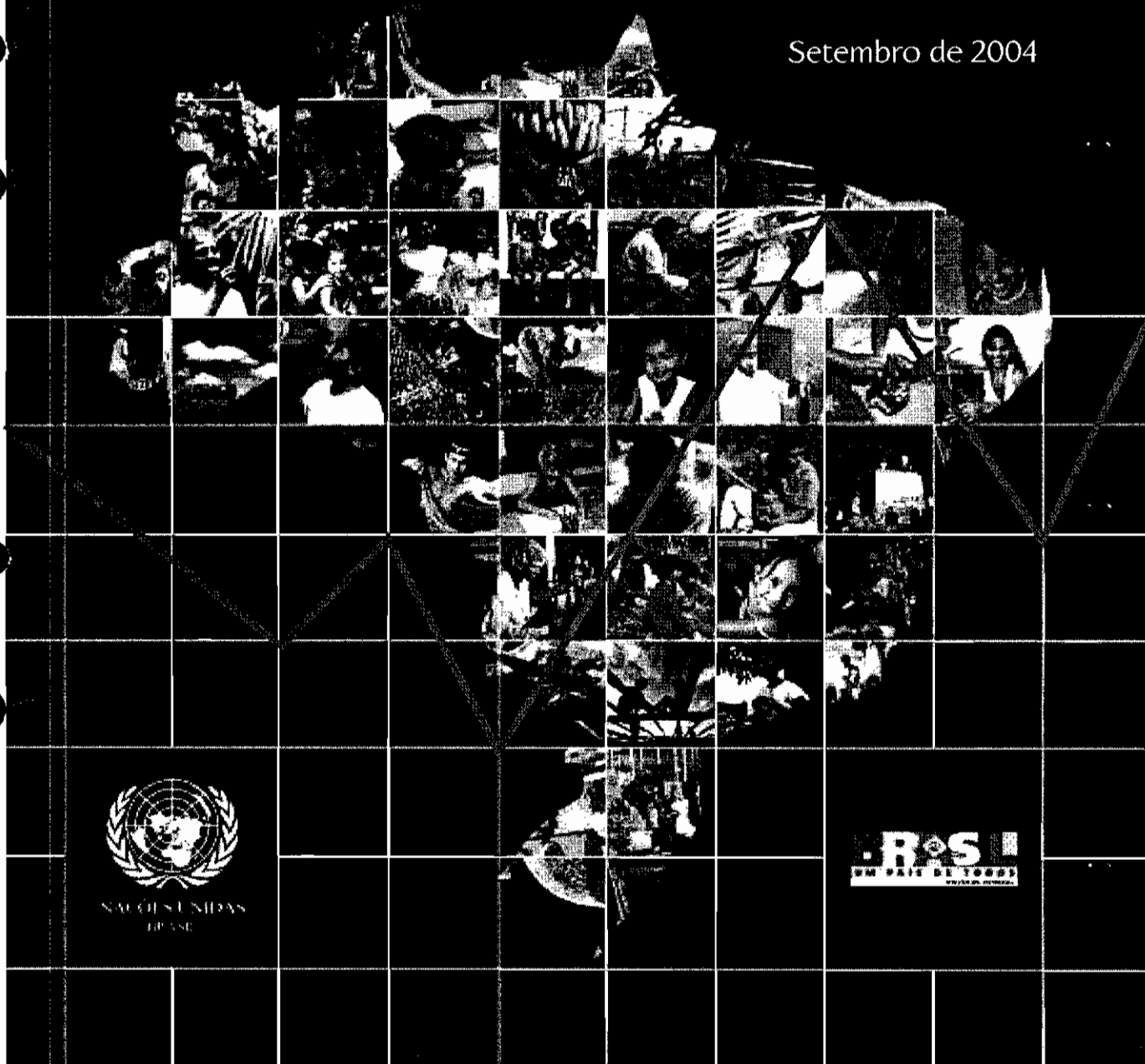


Presidência da República • Governo da República Federativa do Brasil

# OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

## RELATÓRIO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO

Setembro de 2004



NAÇÕES UNIDAS  
BRASIL





# ÍNDICE

- 6 \* Apresentação
- 9 \* Introdução
- 10 • Para entender o Relatório
- 12 \* OBJETIVO 1 • Erradicar a extrema pobreza e a fome
- 22 \* OBJETIVO 2 • Atingir o ensino básico universal
- 32 \* OBJETIVO 3 • Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres
- 44 \* OBJETIVO 4 • Reduzir a mortalidade na infância
- 50 \* OBJETIVO 5 • Melhorar a saúde materna
- 56 \* OBJETIVO 6 • Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças
- 66 \* OBJETIVO 7 • Garantir a sustentabilidade ambiental
- 82 \* OBJETIVO 8 • Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento



# APRESENTAÇÃO

Muito já foi feito – e mais ainda há por fazer – desde que 147 chefes de estado e de governo, representando 189 países, entre eles o Brasil, reuniram-se na Cúpula do Milênio da ONU, em 2000, e assumiram o compromisso de cumprir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio até 2015.

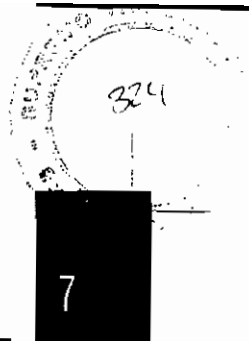
O Relatório de Desenvolvimento Humano 2004 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – divulgado em julho – revelou que a qualidade e a amplitude da educação, a expectativa de vida e a renda da população nos 177 países analisados já não crescem como na década de 80.

Segundo o PNUD, um grande número de países viu o seu desenvolvimento caminhar para trás na década de 90. Em 46 deles, as pessoas são mais pobres hoje do que eram há uma década. Em 25 países há mais pessoas com fome.

Se esse ritmo for mantido, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio simplesmente não serão alcançados em boa parte do mundo. No caso da África Subsaariana, por exemplo, a erradicação da fome e da miséria e o acesso ao saneamento básico são objetivos que só seriam atingidos depois de 2200.

Tenho dito que o estado sozinho não é capaz de resolver os problemas mais profundos do nosso País. A sociedade civil – sindicatos de trabalhadores, entidades empresariais, igrejas, organizações não-governamentais, movimentos sociais – tem um papel tão importante quanto o do governo para mudar de fato o Brasil.





A sociedade brasileira tem uma capacidade extraordinária de se mobilizar em torno de grandes causas. E tem força e energia fabulosas para ajudar o nosso País a superar problemas sociais que se acumularam ao longo dos séculos e, em muitos casos, se agravaram nos últimos anos.

Este Relatório trata dos oito Objetivos do Milênio. Nesta apresentação, vou abordar o primeiro, que visa erradicar a fome e a extrema pobreza.

Todos sabem que esse combate se constitui em um dos principais objetivos do nosso governo: o Fome Zero.

Creio que o primeiro grande resultado do Fome Zero foi colocar o tema da fome na agenda política do nosso País.

Além disso, ele propiciou a melhoria dos indicadores sociais nos 1.227 municípios em que foi implantado, viabilizou 110 mil pequenas propriedades e manteve essas famílias no campo, por meio da aquisição de leite e de produtos agrícolas de pequenos produtores rurais.

Mais de 17 mil cisternas para captação de água da chuva foram implantadas na região do Semi-Árido brasileiro e a qualidade da merenda em escolas, creches e entidades filantrópicas foi melhorada.

Aliás, elevamos em 40% o valor por aluno destinado à merenda escolar, que estava congelado desde 1993.

A meta do Fome Zero ganhou novo impulso, em outubro de 2003, quando lançamos o Programa Bolsa Família, que unificou os programas de transferência de renda então existentes – inclusive o Cartão Alimentação, voltado para a segurança alimentar e nutricional.

O Bolsa Família também ampliou significativamente o número de famílias atendidas e quase triplicou o valor médio do benefício por elas recebido, que passou de R\$ 28,00 para R\$ 75,00.

Em julho, o Bolsa Família beneficiou mais de 4,279 milhões de famílias – cerca de 17,118 milhões de pessoas – em 5.500 municípios brasileiros, devendo ampliar-se para 6,5 milhões de famílias, ou mais de 26,7 milhões de pessoas, até dezembro de 2004.

A concessão de benefícios às famílias exige que os filhos frequentem a escola e façam exames regulares nos serviços de saúde. Desse modo, o programa incentiva ações positivas para o rompimento do círculo da miséria e para a inclusão social.

A estratégia de expansão do programa prioriza as famílias

que residem em regiões metropolitanas, onde a situação de risco social é mais severa, devido aos problemas de concentração demográfica, violência e desagregação familiar.

Juntas, as ações de segurança alimentar e nutricional e de transferência de renda contam, em 2004, com recursos orçamentários da ordem de R\$ 6 bilhões.

E fizemos isso tendo que superar os enormes obstáculos criados pela política recessiva que herdamos: felizmente, a economia voltou a crescer e a agenda do Brasil hoje já é a do desenvolvimento sustentado com inclusão social.

Quero, portanto, afirmar que estamos procurando fazer a nossa parte, além de contribuir também para o desenvolvimento econômico e social em termos internacionais. Essa é, sem dúvida, uma tarefa que requer a realização de novas parcerias e muitos esforços comuns.

Nesse sentido, submeti à consideração da Assembléia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2003, a idéia de criarmos, no âmbito da própria ONU, um Comitê Mundial de Combate à Fome, integrado por chefes de estado e de governo de todos os continentes, com o fim de unificar propostas e torná-las mais operativas.

Com esse objetivo, convidamos chefes de estado e de governo de todo o mundo, diretores de organizações internacionais e representantes da sociedade civil para um encontro em Nova York, em setembro de 2004, antes da Assembléia Geral da ONU.

Estamos convencidos de que os recursos – materiais e humanos – para solucionar os principais problemas do mundo de hoje já existem. Faltam decisão e vontade política.

E parcerias vigorosas de governos e da sociedade civil são fundamentais para que possamos atingir nossos objetivos.

**Luiz Inácio Lula da Silva**

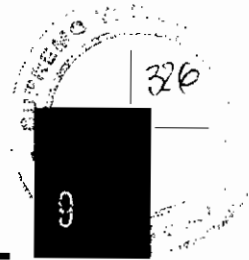
Presidente da República



8

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO • BRASIL





# INTRODUÇÃO

comprometeu-se a erradicar a fome no Brasil, compromisso reafirmado na 58ª Sessão da Assembleia Geral da ONU. Veio ainda do Brasil a iniciativa de reunir líderes mundiais, em setembro de 2004, a fim de discutir alternativas de financiamento para o desenvolvimento e combate à pobreza, bem como galvanizar apoio à consecução das metas globais.

O governo brasileiro foi capaz de direcionar seus diversos programas de renda para um único programa nacional coordenado, com a distribuição dos recursos concentrada em famílias extremamente pobres. O Bolsa Família permite articular uma gama de iniciativas fragmentadas para educação, saúde, combate à fome, desenvolvimento social, entre outros, num único programa com foco nos grupos sociais mais pobres do País.

O ativismo brasileiro na esfera governamental encontra igual ressonância na sociedade civil. Como uma das ações de campanha, a Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade angariou adesões aos ODM, por parte de diversos setores.

O Relatório Nacional é mais um exemplo do compromisso dos brasileiros nesse esforço coletivo. O processo de reportar nacionalmente a progressão dos ODM une tomadores de decisão, especialistas e pesquisadores de diversas instituições para avaliar como o progresso pode ser acelerado e sustentado.

O ano 2000 foi marcado pelos compromissos assumidos pela comunidade internacional na Cúpula do Milênio. Esperamos que, em breve, haja novo balizamento com a implementação desses compromissos em escala mundial. A evolução desse processo é importante para reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento sólido e sustentável.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) apontam para algumas das áreas prioritárias que precisam ser abordadas para eliminar a extrema pobreza. Esses objetivos não constituem uma visão compreensiva do desenvolvimento, mas são marcos referenciais, que oferecem indicações claras sobre o avanço do desenvolvimento inclusivo e equitativo nas sociedades.

No âmbito das Nações Unidas, também foi lançada uma campanha para aumentar a conscientização pública para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A mobilização de apoio para alcançar os ODM constitui o esforço mais expressivo da comunidade internacional nos últimos tempos.

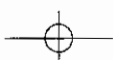
Embora a Cúpula do Milênio tenha origem nas Nações Unidas, seus objetivos aplicam-se às pessoas e só podem ser atingidos se os esforços forem controlados nacionalmente e conduzidos pelos países. As fortes parcerias entre os atores nos diferentes níveis, global, nacional e local são essenciais para realizar mudanças significativas e acabar com as piores formas de pobreza e privação humana.

Na esfera interna, temos no Brasil uma das principais lideranças mundiais no combate à fome e pobreza. Ao tomar posse, o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva

O Sistema das Nações Unidas no Brasil continua imbuído do espírito de colaboração com os esforços nacionais para a consecução dos ODM. Esperamos que, nos 11 anos que nos restam para cumprir as metas traçadas em 2000, essa mobilização continue em escala mundial e nos diversos níveis da sociedade.

**Carlos Lopes**

Coordenador-residente do Sistema das Nações Unidas no Brasil



# PARA ENTENDER O RELATÓRIO

**E**m setembro de 2000, os líderes de 189 países firmaram um pacto durante a Cúpula do Milênio promovida pela Organização das Nações Unidas, em Nova York. Desse acordo nasceu um documento, denominado Declaração do Milênio, que estabeleceu como prioridade eliminar a extrema pobreza e a fome do planeta até 2015. Para tanto, foram acordados oito objetivos, chamados de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que devem ser alcançados por meio de ações específicas de combate à fome e à pobreza, associadas à implementação de políticas de saúde, saneamento, educação, habitação, promoção da igualdade de gênero e meio ambiente. Definiu-se, também, o estabelecimento de uma parceria global para buscar construir o desenvolvimento sustentável. Para cada um dos oito objetivos foram estabelecidas metas, num total de 18, que podem ser acompanhadas por um conjunto de 48 indicadores propostos por um grupo de especialistas do Secretariado das Nações Unidas, do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O atual governo tem procurado reforçar essas iniciativas multilaterais em diversos momentos. Assim o fez no Fórum Econômico Mundial, em janeiro de 2003 em Davos (Suíça), e durante a Cúpula Ampliada do G-8, em junho do mesmo ano em Evian (França). Em ambos os eventos, o Brasil propôs a criação de um fundo internacional destinado exclusivamente ao combate à fome e à miséria. Já em setembro de 2003, na abertura dos trabalhos da 58ª Assembléia Geral das Nações Unidas, com a Índia e a África do Sul, o Brasil criou o Fundo Fiduciário de Alívio à Fome e à Pobreza, estabelecido

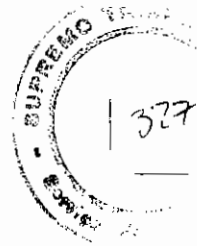
no âmbito do PNUD, com o objetivo de reproduzir em escala mundial projetos sociais bem-sucedidos.

Internamente, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, desde que assumiu o governo, em janeiro de 2003, tem reafirmado seu compromisso de enfrentar o desafio histórico de eliminar a fome do País. Propõe-se a promover um desenvolvimento sustentado acompanhado da desconcentração da renda. A sociedade tem sido convocada a participar do grande mutirão contra a fome. Também está sendo desencadeada uma série de medidas para mobilizar recursos e, assim, impulsionar a retomada do crescimento econômico com inclusão social. Nesse sentido, verifica-se uma estreita sintonia entre as prioridades estabelecidas pelo governo brasileiro e as acordadas no âmbito da Cúpula do Milênio.

O presente relatório é o primeiro de uma série que deverá acompanhar regularmente a evolução das condições de vida da população brasileira, bem como dos compromissos governamentais assumidos internacionalmente. Não é tarefa simples ou trivial. As dificuldades são várias, podendo-se ressaltar, por exemplo, a necessidade de reavaliar algumas das metas e dos indicadores propostos pela ONU - as características e especificidades da nação brasileira são tantas que, muitas vezes, não se vêem refletidas de maneira satisfatória nos instrumentos acordados. Em alguns casos, as metas estabelecidas já foram alcançadas pelo Brasil, não se apresentando mais como um problema a ser enfrentado nos próximos anos. Finalmente, o pacto federativo brasileiro implica que as políticas públicas visando o alcance dos ODM sejam assumidas e implementadas em suas três esferas: União, estados e municípios.

Corno pode ser constatado pela leitura do presente relatório, a década de 1990 apresentou uma série de melhorias nos indicadores selecionados. No entanto, o Brasil ainda está longe de atingir um patamar de bem-estar social compatível com seu nível de riqueza e desenvolvimento - apesar de o País já ter avançado em diversas políticas e programas na área social. O atual governo tem redobrado seus esforços, consciente, porém, de que a questão não será resolvida tão-somente com a implementação de boas políticas sociais, mas sim com adoção de um modelo de desenvolvimento incluyente e sustentável ao longo do tempo.

A elaboração deste documento, que se refere à evolução das condições de vida da população brasileira, partiu de uma análise dos indicadores sugeridos por um grupo internacional de especialistas. A escolha do recorte temporal deveu-se ao fato de o ano de 1990 ser a data-base proposta pelas Nações Unidas para o início do processo de acompanhamento e 2002, o ano com informações estatísticas mais recentes disponíveis. Cabe destacar que, quando pertinente, os indicadores foram desagregados por critérios de raça e cor, de



maneira a retratar um dos mais graves problemas sociais do Brasil – a desigualdade racial.

Em seguida, foram selecionadas as principais medidas de intervenção governamental de âmbito federal que repercutem diretamente no alcance do objetivo sob análise. A cada ODM corresponde um capítulo deste relatório: erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino primário universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade na infância; melhorar a saúde materna; combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Em cada um deles as informações estão apresentadas da seguinte forma: diagnóstico; programas e políticas implementados; e prioridades de ação a partir de 2003.

O relatório apresenta o resultado de uma parceria entre o governo brasileiro e as diversas agências que compõem o Sistema das Nações Unidas no Brasil. Foram criados seis grupos de trabalho, que se dedicaram aos temas de fome e pobreza; educação; gênero e desigualdades raciais; saúde; sustentabilidade ambiental e parceria mundial. Pelo governo brasileiro, participaram da iniciativa as seguintes instituições: Casa Civil da Presidência da República, coordenadora do processo de articulação governamental; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Fazenda; Ministério da Saúde; Ministério da Educação; Ministério do Meio Ambiente; Ministério das Cidades; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Coube ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vinculados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a responsabilidade de selecionar e analisar os indicadores utilizados, articular os grupos temáticos e, ainda, consolidar o texto final.

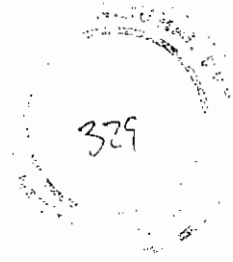
Já pela Organização das Nações Unidas, além do PNUD, responsável pela coordenação do processo de acompanhamento dos ODM no âmbito interagencial, participaram especialistas das seguintes instituições: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Banco Mundial (BIRD); Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO); Organização Internacional do Trabalho (OIT); Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde (OMS/OPAS); Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); União Internacional de Telecomunicações (UIT); Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS); Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA); Programa das Nações Unidas para Assentamentos

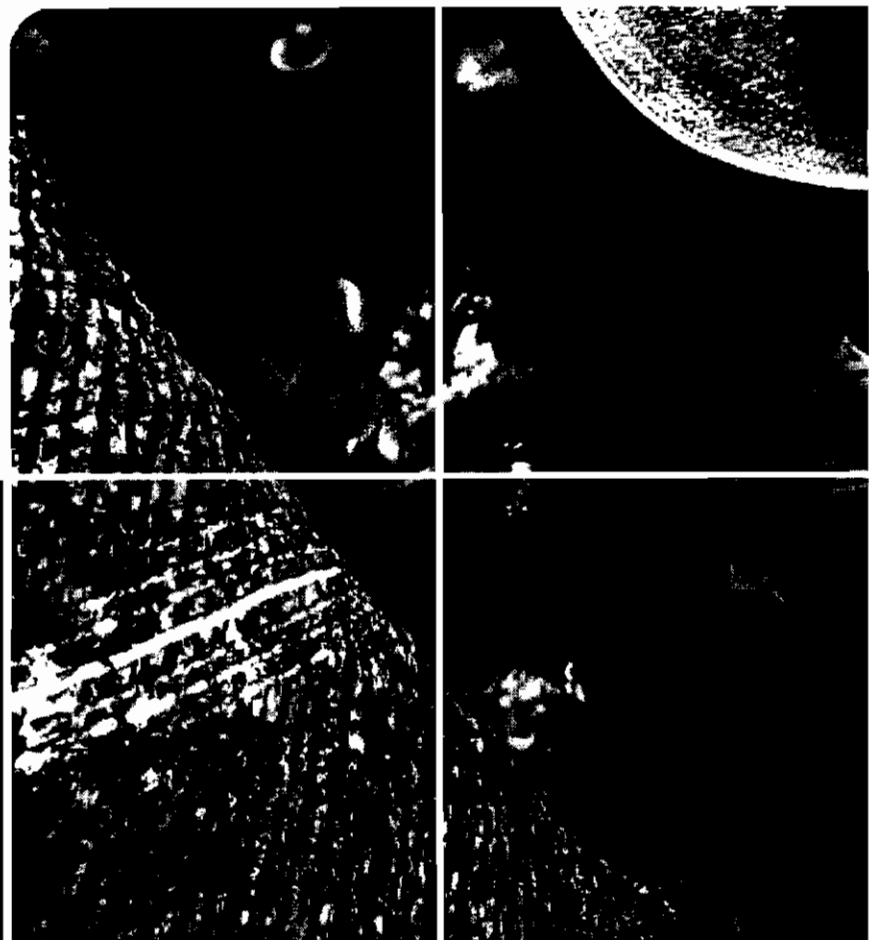
Humanos (UN-HABITAT); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM); e Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC).

Dessa forma, o atual documento consolida um esforço inicial do governo federal para estruturar um sistema de monitoramento sistemático dos principais indicadores e metas que integram os ODM. Com sua publicação, propõe-se iniciar um amplo debate nacional em torno da questão e, com isso, mobilizar a sociedade em prol do combate à exclusão social que ainda prevalece em nosso País. Trata-se de abrir um processo que, espera-se, permitirá a todos, governo – em suas três esferas – e sociedade civil, engajar-se no acompanhamento da evolução das condições de vida no Brasil e na construção de novos compromissos, visando estabelecer um modelo de desenvolvimento que transforme o Brasil em um País de todos os brasileiros.



**OBJETIVO  
GARANTIR A  
SUSTENTABILIDADE  
AMBIENTAL**





■ **META 9**  
INTEGRAR OS PRINCÍPIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS POLÍTICAS E PROGRAMAS NACIONAIS E REVERTER A PERDA DE RECURSOS AMBIENTAIS.

■ **META 10**  
REDUZIR PELA METADE, ATÉ 2015, A PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO SEM ACESSO PERMANENTE E SUSTENTÁVEL À ÁGUA POTÁVEL E ESGOTAMENTO SANITÁRIO.

■ **META 11**  
ATÉ 2020, TER ALCANÇADO UMA MELHORA SIGNIFICATIVA NA VIDA DE PLO MENOS 100 MILHÕES DE HABITANTES DE ASSENTAMENTOS PELOCIOS.

Tabela 2  
Brasil\* - Percentual de moradores em domicílios particulares com abastecimento de água em relação à população total, por tipo de abastecimento e situação de domicílio

Ano	Tipo de abastecimento de água		
	Rede geral	Poço ou nascente	Outros
<b>Urbana</b>			
1992	88,3	7,2	4,0
1993	89,0	7,4	3,5
1995	89,8	7,1	3,1
1996	90,6	7,3	2,1
1997	90,6	6,7	2,7
1998	91,4	6,3	2,3
1999	91,9	6,2	1,9
2001	91,0	6,9	2,1
2002	91,3	7,0	1,7
<b>Rural</b>			
1992	12,3	61,9	23,7
1993	14,2	61,6	24,2
1995	16,7	61,6	21,7
1996	19,9	61,3	18,8
1997	19,6	60,4	19,9
1998	22,2	59,2	22,6
1999	25,0	58,0	20,0
2001	20,9	58,4	20,6
2002	22,7	57,9	19,4

\*Exclusiva a população rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP. Não houve pesquisa em 2004 e 2000  
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992-2002

*Percentual da população urbana com acesso à água por rede geral de abastecimento passou de 88,3% em 1992 para 91,3% em 2002*

mercial e industrial, com destaque às áreas de ferro-gusa e aço, ferro-ligas e cimento. O consumo total de carvão vegetal, em 1992, foi de aproximadamente 7,6 milhões de toneladas, tendo se mantido praticamente constante até 2002, quando foi registrado um consumo de 7,2 milhões de toneladas.

No que se refere ao bagaço de cana, trata-se de um subproduto de usinas de açúcar e álcool que tem sido crescentemente aproveitado para aquecimento e geração de energia elétrica. Em 1992, o consumo total de bagaço de cana foi de aproximadamente 62 milhões de toneladas, evoluindo para 87,2 milhões de toneladas em 2002. O setor sucro-alcooleiro ainda apresenta capacidade de expansão e grande potencial para uso de co-geração dessa

fonte de energia.

De acordo com dados da PNAD 2002, no Brasil, o uso de combustíveis sólidos para a iluminação residencial e cocção é bastante pequeno, abrangendo 0,3% e 8,0% do total de domicílios particulares permanentes, respectivamente.

### Só um terço do esgoto coletado no Brasil recebe tratamento

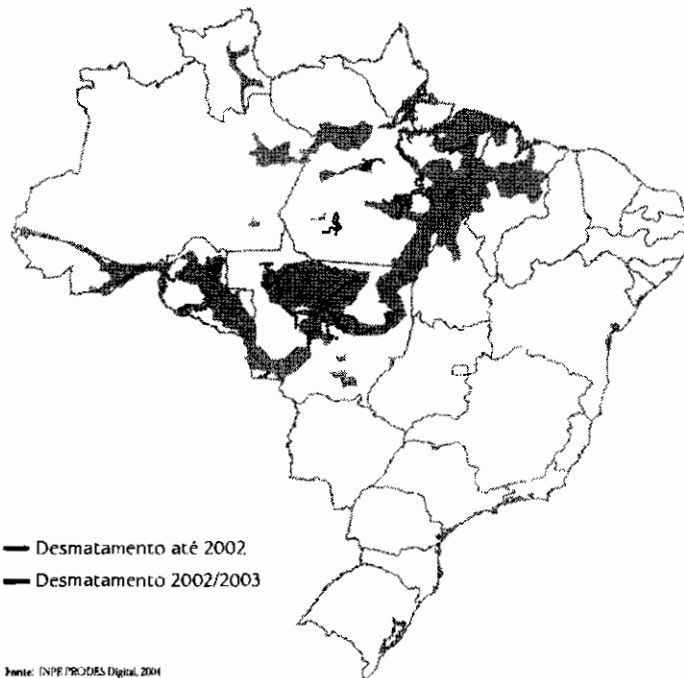
Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável e esgotamento sanitário é a segunda meta estipulada pelo sétimo ODM (Meta 10). O Brasil concentra 13,7% da água doce superficial no mundo e sua produção hídrica alcança 8.160 quilômetros cúbicos por ano - quase 20% do que é produzido em todos os países. No entanto, uma parcela da população ainda não tem acesso aos serviços de abastecimento de água. Alguns fatores, tais como a distribuição assimétrica dos recursos hídricos entre as diferentes regiões do País, os padrões de qualidade da água inadequados, além do seu uso irracional, dificultam o acesso à água adequada para consumo humano.

O primeiro indicador para essa meta é a proporção da população (urbana e rural) com acesso a uma fonte de água tratada. Conforme pode ser observado na Tabela 2, nas áreas urbanas o percentual da população com abastecimento de água por rede geral, passou de 88,3%, em 1992, para 91,3%, em 2002. Já nas áreas rurais a cobertura é bem menor: aumentando de 12,3%, em 1992, para 22,7%, em 2002. Acrescentando-se a esses níveis de cobertura o acesso à água proveniente de poço ou nascente - que nas zonas rurais constitui uma alternativa relativamente adequada -, a proporção da população atendida passou de 76,2%, em 1992, para 80,6%, em 2002.



# POLÍTICAS CONVERGEM PARA A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL; HABITAÇÃO POPULAR E ESGOTAMENTO SANITÁRIO AINDA REPRESENTAM GRANDES DESAFIOS

Mapa 1  
Arco do Desmatamento na Amazônia 2002-2003

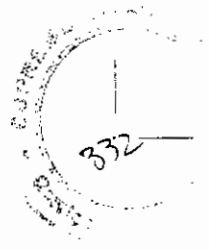


A primeira meta do sétimo Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (Meta 9) é integrar os princípios do desenvolvimento sustentável às políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais. O primeiro indicador relativo a essa meta é a proporção de áreas terrestres cobertas por florestas. No Brasil, as informações disponíveis referem-se apenas à Amazônia e à Mata Atlântica que, juntas, representam pouco mais da metade dos espaços florestais brasileiros.

A Amazônia já perdeu 570 mil quilômetros quadrados de florestas, o equivalente a 15% de sua área original (veja Mapa 1). Esse expressivo desmatamento deve-se, entre outros fatores, aos processos de assentamento e de colonização, bem como de expansão da fronteira agropecuária, particularmente a partir da década de 1970. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a média anual de desmatamento foi da ordem de 17,6 mil quilômetros quadrados de 1994 a 2001. A estimativa é que, mantida essa taxa, em pouco mais de 30 anos a área devastada terá sido dobrada.

A Mata Atlântica é a floresta mais ameaçada. Sua área original, de 1,36 milhão de quilômetros quadrados, foi reduzida para menos de 8%. Esse processo de destruição continua até hoje. Seus domínios abrigam atualmente cerca de 70% da população brasileira e concentram as maiores cidades e os grandes pólos industriais do País. De 1985 a 1995, cerca de 10 mil quilômetros quadrados foram desmatados, representando perda de 11% de seus remanescentes, com destaque para o desmatamento da floresta Atlântica do sul do Estado da Bahia.

A fração da área protegida para manter a diversidade biológica sobre a superfície total é o segundo indicador relacionado à meta em questão. O Brasil se destaca como um País de grande biodiversidade, abrigando cerca de 30% das áreas de florestas tropicais no mun-



do, nas quais se encontra mais da metade das espécies conhecidas da fauna e da flora. Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), existem catalogadas no Brasil 15% das espécies de microorganismos, 17% das espécies de plantas e 10% das espécies de animais conhecidas em todo o mundo. Estima-se que haja cerca de 850 unidades de conservação públicas e privadas no País, o que corresponde a 8,49% do território nacional. Note-se que essas unidades são irregularmente distribuídas, com grandes discrepâncias nos percentuais de proteção, quer entre os biomas, quer entre as diferentes regiões geográficas brasileiras. Apesar de a proporção de áreas protegidas ainda ser muito pequena, é necessário destacar que, nos últimos anos, houve um crescimento significativo na criação de unidades de conservação, tanto pelo número de unidades quanto pelo ta-

manho das áreas. Como pode ser observado no Gráfico 1, na página seguinte, esse aumento tem início na década de 1970, mas é acelerado entre 1990 e 2000, apresentando uma elevação de 22% no período. Muitas unidades de conservação, embora tenham sido criadas legalmente, ainda não foram implantadas e consolidadas em sua totalidade. É interessante ressaltar que as reservas indígenas constituem vastas áreas cujos ambientes naturais se encontram em bom estado de conservação, não obstante serem consideradas áreas de proteção da biodiversidade. As 441 áreas indígenas existentes hoje totalizam quase 100 milhões de hectares.

O uso de energia (equivalente a quilos de petróleo) por US\$ 1 do Produto Interno Bruto (PIB) é o terceiro indicador relativo à Meta 9. A oferta interna de energia do Brasil e o consumo final

*Mata Atlântica  
foi reduzida a  
menos de 8%  
da área original*

Tabela 1

Unidades de Conservação federais (UCs) no Brasil por bioma em hectares

Bioma	Área do Bioma*	% do total	Área sob uso sustentável**	% do bioma	Proteção Integral'	% do bioma
Amazônia	368.900.747,92	43,17	23.190.270,58	6,29	17.941.687,67	4,86
Campos Sulinos	17.338.461,41	2,01	319.867,77	1,87	62.512,62	0,36
Cosneiro	5.057.202,13	0,59	359.576,27	7,11	324.514,96	6,42
Ecotomos Cerrado- Amazônia	4.400.747,69	4,84	89.436,58	0,29	5.678,90	0,01
Mata Atlântica	110.628.585,32	12,95	1.953.272,89	1,77	1.042.282,60	0,94
Totais	853.240.427,46	99,85	30.041.585,32	-	23.760.926,74	-
Área não mapeada	1.310.194,36	-	-	-	-	-

\*Segundo o mapeamento elaborado pelo Ibama/WWF na escala 1:5.000.000, sendo considerada apenas a área continental

\*\*As sobreposições entre as UCs foram processadas incluindo-as na categoria de maior restrição

Nota: o termo "bioma" refere-se ao conjunto de seres que habitam uma determinada área, se adaptam às condições ecológicas de uma região, especialmente de vegetação, e vivem em constante processo de interação.

Fonte: Ibama, situação em 29/08/2003

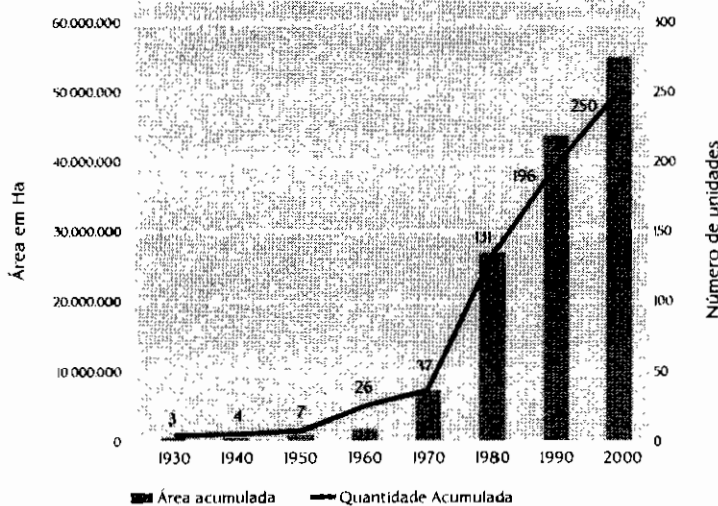


*Brasil  
abriga 30% das  
florestas tropicais  
no mundo*

total energético apresentam forte correlação com o crescimento do PIB. A relação entre consumo e PIB expressa a intensidade com a qual o País utiliza a energia, conforme representado no Gráfico 2. A intensidade energética em geral aumenta durante a fase de cres-

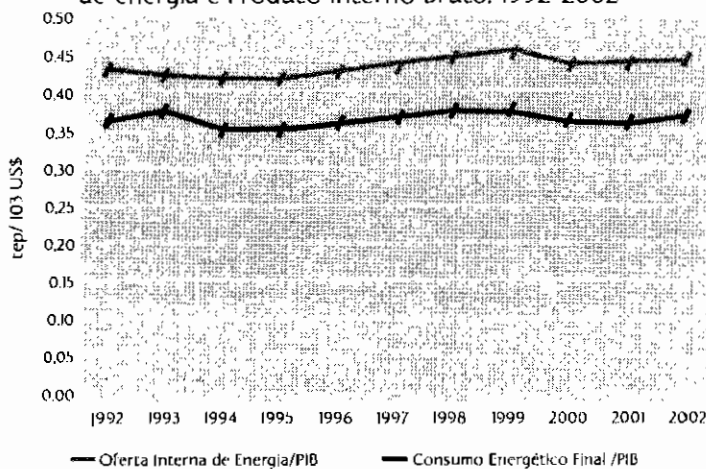
cimento industrial e diminui à medida que os países atingem um alto grau de desenvolvimento, pois passam a fazer uso de tecnologias mais eficientes e transferem as indústrias intensivas em consumo de energia para países em desenvolvimento. Esse comportamento em forma de "curva de sino" pode ser parcialmente evitado pelos países em desenvolvimento conforme antecipam o uso de tecnologias mais eficientes e diminuem desperdícios de energia.

**Gráfico 1**  
Brasil – Evolução da criação de Unidades de Conservação por década, 1930-2000



Fonte: Ilama 2004

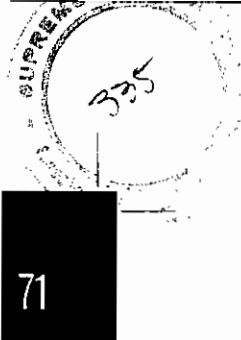
**Gráfico 2**  
Brasil – Relação entre oferta e consumo de energia e Produto Interno Bruto, 1992-2002



Nota: os valores do PIB estão corrigidos para o ano de 2002.  
Fonte: Balanço Energético Nacional de 2000, ano base 2000, Ministério de Minas e Energia.

O Brasil ainda apresenta um leve crescimento de sua intensidade energética, mas tem procurado desenvolver e importar tecnologias de conversão de energia mais eficientes, além de possuir programas de eficiência energética e de redução de desperdícios, como o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) e o Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e Gás Natural (Conpet). O País tem uma matriz energética relativamente limpa se comparada com os demais países (veja Gráfico 4). Segundo o Balanço Energético Nacional do Ministério de Minas e Energia, 41% da Oferta Interna de Energia (OIE) do País é de origem renovável, principalmente de origem hidráulica, enquanto a média mundial é de 14% e de 6% nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O quarto indicador da Meta 9 são as emissões per capita de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e o consumo de clorofluorcarbonos (CFCs), substâncias destruidoras de ozônio. Dois setores importantes do ponto de vista de emissão desses gases são os de energia e de cimento. No de energia foram emitidos 64,4 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>, em 1994, referentes à queima de combustíveis. Com base na população projetada pelo IBGE para aquele ano, verifica-se uma emissão de, aproximadamente, 411 quilos de CO<sub>2</sub> por habitante para esse setor. A quantidade emitida é, portanto, relativamente baixa, se comparada à de outros países, devido à



estrutura de sua matriz energética, na qual predominam as fontes de energia renováveis, como a hidroeletricidade e a biomassa, que juntas respondem por 41% do consumo energético do país.

Também por esse motivo, o Brasil apresenta um dos menores índices de emissão de CO<sub>2</sub> em relação ao PIB do mundo.

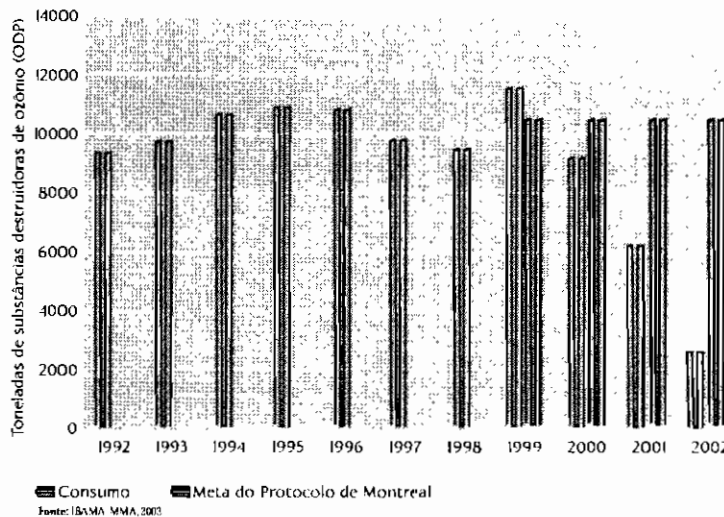
No setor de cimento a análise é um pouco mais complexa, pois existem vários tipos de cimento. O de tipo Portland consiste de uma mistura de clínquer e gesso. As emissões de CO<sub>2</sub> ocorrem principalmente na produção do clínquer. Em 1992 estima-se que foram emitidos cerca de 59 quilos de CO<sub>2</sub> por habitante em sua produção, permanecendo constante em 60 quilos de CO<sub>2</sub> por habitante em 1993 e 1994.

Cabe destacar que o Brasil é signatário do Protocolo de Kyoto e, por ser um País em desenvolvimento, não possui metas de redução de emissões de gases de efeito estufa para o primeiro período de compromissos (2008-2012). No entanto, o País apresenta um amplo potencial para desenvolver projetos de reflorestamento e de energias renováveis no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo para comercialização de créditos de carbono. No que se refere a gases destruidores de ozônio, tem atingido satisfatoriamente suas metas de redução de consumo de CFCs em relação aos padrões estabelecidos.

O último indicador da Meta 9 é a proporção da população que utiliza combustíveis sólidos. No Brasil, o consumo de combustíveis sólidos possui importante participação na matriz energética nacional (33,6%), onde a biomassa contribui com 27% e o carvão mineral responde por 6,6% do total de energia consumida no País, respectivamente.

No caso da biomassa, as principais fontes sólidas são lenha, bagaço de cana e carvão vegetal. O consumo de

**Gráfico 3**  
Consumo brasileiro de substâncias destruidoras de ozônio em relação às metas do Protocolo de Montreal, no período de 1992 a 2002

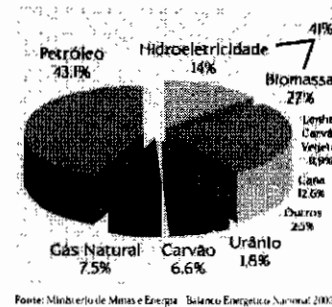


lenha ocorre principalmente nos setores residencial, industrial e agropecuário. Seu consumo também é verificado para produção de carvão vegetal ou geração elétrica, por meio de distintos processos de transformação.

No setor residencial o consumo tradicional de lenha é verificado em regiões onde há dificuldade de inserir o Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), em especial no Norte e no Nordeste. Apesar de ainda haver práticas de coleta diária de lenha para cozimento em regiões de extrema pobreza, como o Semi-Árido nordestino, cabe observar que o GLP já se encontra amplamente aceito e difundido no setor residencial brasileiro há décadas. Na indústria, os principais consumidores são as áreas de alimento e bebidas, papel e celulose e cerâmica.

O País tem procurado estimular o uso sustentável de biomassa em sua matriz por meio de reflorestamento e sistemas agroflorestais. O carvão vegetal consumido no País está voltado ao abastecimento dos setores residencial, co-

**Gráfico 4**  
Matriz Energética Brasileira 2002 (%)



*País apresenta um dos menores índices de emissão atmosférica de dióxido de carbono em relação ao PIB de todo o mundo*

A proporção da população com acesso a condições melhoradas de esgotamento sanitário é o segundo indicador relativo à Meta 10. Em relação a esse item, os dados revelam um quadro mais preocupante. Nas áreas urbanas, o percentual da população atendida por rede geral ou fossa séptica era de 65,9% em 1992, passando para 74,9% em 2002. Nas áreas rurais, a cobertura por essas modalidades subiu de 10,3% em 1992 para 16,0% em 2002 (veja Tabela 3). Os problemas decorrentes da baixa oferta de esgotamento sanitário são agravados pela ausência de tratamento adequado. Conforme a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2000,

do total do volume de esgoto coletado no País, apenas um terço recebe algum tipo de tratamento, o que contribui para a deterioração das condições ambientais dos assentamentos humanos brasileiros.

#### 41,5% das moradias urbanas são inadequadas

A terceira meta do sétimo ODM (Meta 11) é, até 2020, ter alcançado uma melhora significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de assentamentos precários. O indicador escolhido para essa meta é a proporção de domicílios com posse segura da

*Nas áreas rurais, a cobertura de esgotamento sanitário subiu de 10,3% em 1992 para 16,0% em 2002*

Tabela 3

Brasil - Percentual de moradores em domicílios particulares permanentes em relação a população total, por tipo de esgotamento sanitário e situação de domicílio - 1992/2002

	Com esgotamento sanitário, por tipo						Não tinham
	Rede coletora	fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala	Direto para rio, lago ou mar	Outro tipo	
<b>Urbana</b>							
1992	45,5	20,4	22,9	2,0	2,5	0,3	6,2
1993	45,4	22,3	21,9	2,2	2,4	0,5	5,2
1995	46,0	22,4	22,1	1,9	2,5	0,5	4,6
1996	46,9	25,4	19,4	1,5	2,5	0,1	4,1
1997	47,6	24,0	20,1	1,7	2,5	0,1	3,9
1998	49,3	23,9	19,4	1,6	2,2	0,1	3,2
1999	50,6	23,2	19,6	1,6	2,0	0,1	3,0
2001	50,8	23,1	18,7	1,6	2,2	0,2	3,3
2002	51,6	23,3	18,1	1,5	2,4	0,1	2,9
<b>Rural</b>							
1992	3,0	7,3	32,7	3,0	4,4	0,6	49,0
1993	3,1	8,1	34,1	3,4	4,1	1,0	46,3
1995	3,2	9,9	35,1	3,9	4,2	1,7	42,0
1996	3,5	15,8	35,5	3,9	3,7	0,4	39,1
1997	3,3	10,9	39,0	3,4	3,9	0,7	38,7
1998	4,5	10,3	39,9	4,0	4,6	0,5	36,3
1999	4,5	11,2	41,2	3,6	4,2	0,7	34,7
2001	3,1	10,6	40,5	4,7	4,1	0,8	36,2
2002	3,7	12,3	40,7	5,9	3,9	0,6	32,9

Notas: Exclusiva a população rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP. Não houve pesquisa em 1994 e 2000.  
Fonte: IBGE/PNAD, 1992-2002.

*Proporção de moradias urbanas com condições habitacionais adequadas passou de 50,5% em 1992 para 59,5% em 2002*

moradia. No entanto, observando a metodologia proposta pelo Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-Habitat) para seu monitoramento, nota-se que esse indicador diz respeito mais à moradia adequada do que à segurança da moradia. Por esse motivo, neste relatório o indicador será tratado como relativo ao número de domicílios com condições de moradia adequadas (veja na página seguinte o box referente às notas metodológicas).

No Brasil, verificou-se um aumento na proporção de moradias urbanas com condições habitacionais adequadas, passando de 50,5%, em 1992, para 59,5% em 2002 (veja Tabela 4). Apesar da melhoria nas condições de moradia dos brasileiros, uma parcela considerável do estoque de habitações urbanas (41,5%) ainda apresenta algum tipo de inadequação habitacional, seja em relação ao adensamento excessivo, seja por carência de serviços de água e esgoto, direitos de propriedade mal

definidos, não-conformidade com os padrões edilícios ou moradias construídas com materiais não-duráveis. Os menores índices de adequação das moradias em termos relativos encontram-se na Região Norte (26,5%). Se também for considerada apropriada a oferta de água proveniente de poço ou nascente canalizada para o domicílio ou para a propriedade, o nível de adequação dos domicílios urbanos sobe para 61,6% no conjunto do País e para 36,7% na Região Norte.

O governo federal focaliza as políticas nacionais para assentamentos precários nas áreas definidas pelo IBGE como setores especiais de aglomerados subnormais, que correspondem, grosso modo, às favelas e assemelhados. Segundo dados dos censos demográficos do IBGE, a população residente nesses aglomerados, que correspondia a 3,1% da população total em 1991, cresceu a uma taxa de 4,3% ao ano entre 1991 e 2000, período em que a média de crescimento da população brasileira foi de

## Notas metodológicas para o cálculo das moradias urbanas adequadas

A proporção de domicílios urbanos em condições de moradia adequadas foi calculada a partir de microdados das Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (PNADs) do IBGE, usando-se a metodologia proposta pelo Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-Habitat), devidamente adaptada ao contexto brasileiro e à disponibilidade de dados.

Subtraiu-se do total de domicílios particulares permanentes urbanos os domicílios que apresentavam pelo menos um dos se-

guintes tipos de inadequação habitacional: ausência de água de rede geral, canalizada para o domicílio ou para a propriedade; ausência de esgoto sanitário por rede geral ou fossa séptica; área insuficiente para morar, medida pelo adensamento excessivo. Isto é, domicílios com mais de três pessoas por cômodo servindo como dormitório; qualidade estrutural inadequada, devido ao uso de materiais não duráveis nas paredes e teto, ou à não conformidade com os padrões construtivos e urbanísticos (aglo-

meros subnormais); e insegurança da posse, como no caso dos domicílios edificados em terrenos de propriedade de terceiros e outras condições de moradia, como invasões.

Cabe assinalar que nenhum dos conceitos adotados, quer pelo UN-Habitat, quer pelo IBGE, representa claramente nem o número de assentamentos humanos precários no Brasil nem os domicílios com insegurança da posse da moradia, o que está sendo motivo de estudos por parte do governo brasileiro.

apenas 1,6% ao ano (veja Gráfico 5). O Censo Demográfico de 2000 registrou a existência de 1,7 milhão de domicílios localizados nesse tipo de assentamento, abrangando 6,6 milhões de pessoas, ou 3,9% da população brasileira. Desse total, 78,5% estão localizadas nas nove principais Regiões Metropolitanas do País – Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. As Regiões Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, juntas, respondem por 44,6% do total de residentes em favelas e assemelhados.

Os problemas sociais e ambientais decorrentes da precariedade das condições de moradia são particularmente graves nos grandes centros urbanos, onde os fenômenos da favelização e da informalidade habitacional são mais visíveis. A probabilidade de existência de assentamentos precários aumenta com a escala das cidades. De acordo com dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) do IBGE para o ano de 2001, todos os municípios brasileiros com mais de 500 mil habitantes acusavam a presença de favelas, 93,8% apresentavam loteamentos irregulares, 87,5% possuíam loteamentos clandestinos e 65,6% reportavam a existência de cortiços ou assemelhados, mostrando que o problema da escassez de terra urbana e de moradias adequadas é mais grave nas grandes cidades e nas Regiões Metropolitanas do País. Os grupos sociais mais afetados são os pobres e a população afro-descendente, que vivem em áreas com maiores níveis de inadequação habitacional e possuem menores condições de acesso ao crédito imobiliário.

## PROGRAMAS E POLÍTICAS

### Políticas visam a sustentabilidade ambiental

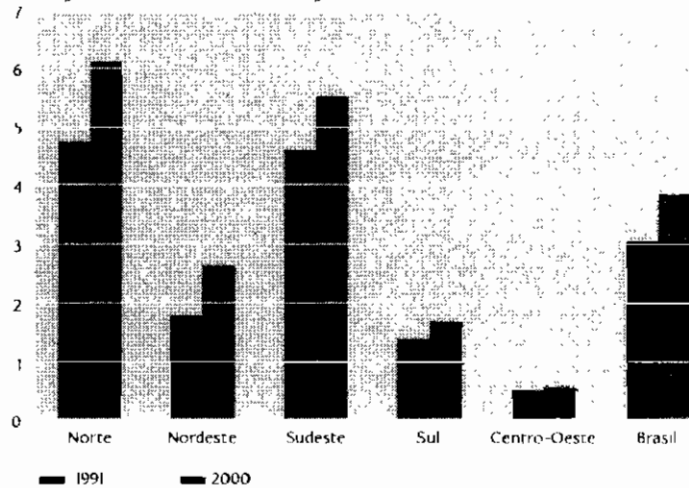
No que se refere a políticas de proteção de florestas, o governo brasileiro tem

**Tabela 4**  
Brasil - Domicílios particulares permanentes urbanos com condições de moradia adequadas segundo as Grandes Regiões - 1992 a 2002 (%)

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil urbano
1992	25,3	31,7	62,6	52,3	30,5	50,5
1993	23,2	33,7	64,3	54,4	34,4	52,3
1994	24,5	34,9	66,5	56,3	32,2	53,7
1995	26,2	38,6	67,3	59,6	35,8	55,7
1997	27,0	37,1	68,5	57,2	37,4	55,8
1998	26,9	38,6	70,2	59,4	39,2	57,4
1999	29,3	40,0	70,6	62,1	38,6	58,4
2001	25,5	42,2	70,6	62,1	38,5	58,1
2002	26,5	42,9	71,8	65,2	39,5	59,5

Fonte: IPEA/DIRUR a partir dos microdados da PNAD do IBGE

**Gráfico 5**  
Brasil - Pessoas em aglomerados subnormais segundo as Grandes Regiões (%)



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1991/2000

investido na capacitação do Ibama e dos órgãos ambientais estaduais e tem buscado promover o desenvolvimento econômico com base no uso sustentável de florestas, além de aumentar a fiscalização de áreas florestais para diminuir a exploração ilegal. Foram realizadas reformas na legislação e foi dado um maior incentivo ao manejo florestal. O futuro das florestas no Brasil dependerá da consolidação de instrumentos de políticas, tais como o Zoneamento Ecológico Econômico

*Seis milhões de brasileiros vivem em favelas ou em outras formas de assentamentos precários*



*Legislação já tem dispositivos para as áreas de biodiversidade, biossegurança e prevenção de crimes contra o meio ambiente*

(ZEE), o Zoneamento Ambiental e o controle ambiental das áreas de desenvolvimento econômico. Entre as principais medidas relativas ao tema das florestas destaca-se a criação, em 1998, do Programa de Prevenção e Controle às Queimadas e aos Incêndios Florestais no Arco do Desflorestamento (Proarco/Ibama). Sua função é identificar e monitorar as alterações na cobertura vegetal nativa no Arco do Desmatamento (área da floresta amazônica que abrange cinquenta municípios), por meio de imagens captadas por satélites e de sistemas de informação geográfica. Merece atenção, igualmente, a implementação, a partir de 2000, do Programa Nacional de Florestas (PNF) para promoção do desenvolvimento florestal sustentável.

Quanto ao arcabouço legal voltado para a proteção da biodiversidade no Brasil, deve-se mencionar:

- a Lei de Biossegurança, que estabelece diretrizes para o controle das atividades e produtos originados pela biotecnologia e cria a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), objetivando formular uma política nacional de biossegurança e estabelecimento de normas e regulamentos relativos a atividades que contemplem organismos geneticamente modificados;
- a Lei de Crimes Ambientais, introduzindo o ordenamento jurídico e consolidando as penas aos crimes ambientais;
- a Lei 9.985/00, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) para proteção florestal e conservação da biodiversidade. Com a criação do SNUC abriu-se a possibilidade de aumentar a fração da área protegida para manter a diversidade biológica do País. O SNUC deverá permitir a implementação de um sistema de unidades de conservação que integre, sob um só marco legal, as unidades de conser-

vação das três esferas de governo (federal, estadual e municipal);

- o Decreto 4.339/02, que cria o Projeto Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio) no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica. O objetivo é avaliar cada bioma brasileiro de modo a subsidiar a elaboração de ações voltadas à conservação da biodiversidade por meio do aumento significativo das áreas de proteção ambiental.

No que tange às diversas formas de intervenção do governo brasileiro na área energética, merece atenção o Programa Nacional do Alcool (Proálcool). Criado em 1975, esse programa possibilitou uma inserção maciça do álcool combustível como aditivo e substituto da gasolina no setor de transportes. Atualmente, o surgimento de motores bicombustível (flex fuel, que usam gasolina e álcool) promete ampliar ainda mais a participação do álcool na matriz energética nacional. Há, ainda, dois programas importantes para País: o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) e o Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (Conpet). Ambos foram instituídos em 1991 e estão sob a gerência do Ministério de Minas e Energia. Por fim, no que se refere à eliminação de emissão de gases tóxicos, em 2001, foi criado o Plano Nacional de Eliminação de CFC, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, que prevê a eliminação do uso dos CFCs nos setores produtivos e a capacitação de técnicos em refrigeração para usar adequadamente os CFCs existentes nos equipamentos ainda em uso.

**Investimento em saneamento básico cai a partir de 1999**

Os esforços do governo para reverter o quadro geral que caracteriza o sanea-



mento básico no Brasil foram dificultados pelas restrições econômicas e fiscais pelas quais o País passou na última década, o que resultou em oscilações na média anual dos investimentos do setor. Entre 1995 e 1998, o percentual da participação dos investimentos federais em saneamento no Produto Interno Bruto aumentou, progressivamente, de 0,04% para 0,19%. A partir de 1999, à exceção do ano de 2001, essa participação foi reduzida drasticamente em função da política de contenção de gastos adotada pelo governo a fim de reduzir o endividamento público e promover o ajuste fiscal. Isso causou um impacto negativo no desempenho dos principais programas de saneamento então implementados.

### **Recursos para habitação crescem, mas participação ainda é modesta**

No que diz respeito à evolução dos investimentos em habitação e urbanismo ao longo do tempo, verificou-se um aumento dos recursos federais no período 1995-2001, embora a participação dessas áreas no Produto Interno Bruto ainda seja bastante modesta, passando de 0,1%, em 1995, para 0,3%, em 2001, com um máximo de 0,5%, em 2000. Apesar do esforço realizado, a maior parte dos investimentos efetuados com recursos federais não acompanhou o perfil regional nem o social das necessidades habitacionais, destinando-se, preferencialmente, às regiões mais ricas do País, como o Sul e o Sudeste, e às classes de renda mais altas. Os recursos aplicados pelo governo federal em programas habitacionais destinados à população com renda familiar bruta de até três salários mínimos representaram menos de 20% dos investimentos totais, apesar das necessidades habitacionais estarem concentradas nessa faixa de renda.

Na última década, o governo brasileiro empreendeu diversas ações para promover o acesso à moradia adequada.

Do ponto de vista legal, os avanços mais significativos foram a inclusão do direito à moradia entre os direitos sociais mínimos da população brasileira através da Emenda Constitucional nº 26, de 2000, e a promulgação do Estatuto da Cidade e da Medida Provisória nº 2220, em 2001, que criaram e regulamentaram novos instrumentos jurídicos e urbanísticos para assegurar que a função social da propriedade, o direito à moradia e o direito à cidade possam ser devidamente materializados. A instituição de Zonas de Especial Interesse Social (Zeis) e de Áreas de Especial Interesse Social (Aeis) em vários municípios brasileiros permitiu a flexibilização dos parâmetros urbanísticos e das normas técnicas das prestadoras de serviços públicos de infra-estrutura em assentamentos populares, amparando legalmente as iniciativas locais de urbanização e regularização fundiária, facultando a melhoria das condições de habitabilidade, a inclusão social nesses assentamentos, a diminuição das ocupações em áreas de risco e a minimização das realocações das unidades habitacionais já existentes. Os programas municipais de regularização fundiária têm privilegiado, inclusive, a outorga do direito de propriedade às mulheres mães de família, por entenderem que elas asseguram a permanência do benefício no âmbito familiar. Em 2001, 11,6% do total de municípios e 84,4% dos municípios com mais de 500 mil habitantes possuíam Zeis.

O governo federal também realizou vários programas e ações voltados para a diversificação das formas de acesso à moradia, tais como: programas de apoio à produção de moradias populares; urbanização e regularização de assentamentos precários; empréstimos para ampliação e construção em terreno próprio; arrendamento com opção de compra; produção de lotes urbanizados; ações emergenciais e prevenção de ocupações em áreas de risco; construção de moradias para residentes em assentamentos de reforma agrária, comunidades indígenas e remanescentes

*Governo tem realizado programas para ampliação e diversificação das formas de acesso à moradia para a população*

*Áreas naturais  
definidas como  
prioritárias para a  
conservação são  
900 em todo o País,  
da Amazônia aos  
Campos Sulinos*

de quilombos, além do fornecimento de subsídios diretos à população mais carente. Juntam-se aos esforços do governo federal os programas e ações empreendidos pelos governos estaduais e locais. De acordo com dados do IBGE, em 2001, 78,1% dos municípios com mais de 500 mil habitantes possuíam programas habitacionais ou ações de construção de moradias; 56,3%, ações de oferta de lotes; 53,1%, urbanização de assentamentos; 68,8%, programas de regularização fundiária; 34,4%, oferta de materiais de construção; 18,8%, melhoria de cortiços; e 18,8%, outros programas habitacionais.

#### **PRIORIDADES A PARTIR DE 2003**

##### **Governo define 900 áreas para conservação e utilização sustentável**

Desde 2003, o governo federal tem dado prioridade às políticas que buscam assegurar a sustentabilidade ambiental. No caso da proteção da biodiversidade merece menção a assinatura de um decreto, em 21 de maio de 2004, definindo 900 áreas prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira. Essas áreas selecionadas somam 248 milhões de hectares da Amazônia, 37 milhões de hectares na Caatinga, 74 milhões de hectares no Cerrado e no Pantanal, 45 milhões de hectares na Mata Atlântica e nos Campos Sulinos e 109 milhões de hectares na Zona Costeira Marinha.

Em novembro de 2003, foram realizados, em Brasília, dois eventos em defesa do patrimônio natural brasileiro. A 1ª Conferência Nacional do Meio Ambiente mobilizou, em sua fase preparatória, mais de 60 mil pessoas na Conferência Nacional Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente. Entre abril e outubro, houve reuniões com representantes da sociedade civil e estudantes em todos os estados para aprovar o texto-base e eleger os delegados para o encontro na-

cional. Cerca de 2 mil delegados debateram e aprovaram as propostas nos três dias do encontro. Entre as propostas prioritárias da Conferência Nacional do Meio Ambiente está a consolidação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), que busca uma melhor relação entre os três níveis de governo, federal, estadual e municipal.

Outro compromisso no sentido de garantir a conservação da biodiversidade brasileira foi assumido durante a Sétima Conferência das Partes (COP 7) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), em fevereiro de 2004. Na ocasião, foi assinado um Protocolo de Intenções em que o governo brasileiro e as instituições da sociedade civil signatárias se comprometeram a estabelecer uma agenda comum, visando implementar os objetivos e as metas definidos pelo Programa de Trabalho para Áreas Protegidas da CDB. No intuito de garantir a efetivação do que foi acordado criou-se o Fórum Nacional de Áreas Protegidas e vem sendo elaborado o Plano Nacional de Áreas Protegidas. Ambos devem se constituir em instrumentos para que o País alcance a meta global de significativa redução da taxa de perda de biodiversidade até 2010, fixada pelos governos na Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, e a meta de proteção de pelo menos 10% de cada ecorregião até 2010, definida na Estratégia Global de Conservação de Plantas. Tais metas foram adotadas no plano estratégico da Convenção de Diversidade Biológica, que incorporou contribuições do V Congresso Mundial de Parques, em 2003 em Durban, na África do Sul.

A fim de enfrentar o desmatamento na região da Amazônia, diversas ações estão sendo implementadas, com destaque para o Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), que visa aumentar a proporção de áreas protegidas naquela região; o Programa Amazônia Sustentável (PAS), que contempla políticas para a gestão ambien-



tal, ordenamento territorial, produção sustentável, inclusão social, infraestrutura e um novo modelo de financiamento, viabilizando políticas integradas para o desenvolvimento sustentável. Ainda para enfrentar o desmatamento, foi editado o Decreto Presidencial de 3 de julho de 2003, que estabeleceu um grupo de trabalho interministerial com a finalidade de propor medidas e coordenar ações que visem à redução dos índices de desmatamento da Amazônia Legal.

O debate sobre a questão ambiental tem encorajado o Ministério do Meio Ambiente a formular políticas capazes de compatibilizar conservação ambiental com desenvolvimento econômico. Nesse sentido, foi proposto o Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da BR-163 (Rodovia Cuiabá-Santarém), cujo objetivo é implementar na região da rodovia um conjunto de políticas públicas estruturantes e indutoras de uma dinâmica de desenvolvimento sustentável que associe, ao processo de pavimentação da rodovia, a garantia da inclusão social e da conservação dos recursos naturais. O plano está sendo elaborado em parceria com os governos dos estados de Mato Grosso, Pará e Amazonas, prefeituras, entidades empresariais e de trabalhadores, além de organizações da sociedade civil.

Além disso, para o período de 2004-2007, diversos programas de políticas públicas ambientais têm sido priorizados, com destaque para a construção da Agenda 21 Brasileira; a promoção e ampliação da oferta de água potável e conservação de mananciais hídricos; a gestão integrada e o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais da Amazônia; a expansão e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas, visando a proteção da biodiversidade brasileira; e a redução do nível de crescimento das áreas desertificadas ou em processo de desertificação.

Esforços vêm sendo empreendidos para intensificar a produção de fontes alternativas de energia. O Ministério do Meio Ambiente está trabalhando com o Ministério de Minas e Energia na implementação de um novo modelo de gestão do setor elétrico, cuja inovação prevê a incorporação da dimensão ambiental desde o planejamento dos investimentos. Em 2004, foi criado o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), que prevê a contratação de 3.300 MW de energias renováveis, sendo 1.100 MW para cada fonte: eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa. O Brasil destaca-se também como um grande produtor de álcool combustível e planeja para os próximos anos a produção de biodiesel em larga escala, para consumo interno e para exportação.

Considerando o conteúdo programático do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) 2004-2007, destacam-se como os mais relevantes para o alcance da Meta 9:

- o Programa Nacional de Florestas, que contempla ações de promoção do manejo sustentável. A meta é promover um índice anual de plantio de 450 mil hectares, atingindo uma área de 700 mil hectares em 2007;
- o Programa Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros, que contribui com a implantação de corredores ecológicos;
- o Programa Áreas Protegidas do Brasil, que tem como meta a criação de 25 milhões de hectares de Unidades de Conservação;
- o Programa Conservação, Uso Sustentável e Recuperação de Biodiversidade, que tem como meta a conservação de 141 espécies da fauna ameaçada de extinção e a recuperação de 48 mil animais silvestres apreendidos em operações de fiscalização ou retirados de seu habitat natural;

*Programa de energia elétrica prevê 3.300 MW de fonte eólica, biomassa e de hidrelétricas de pequeno porte*

*Prioridades  
até 2007 prevêem  
ampliar oferta de  
água potável e  
conservação de  
mananciais e  
contenção da  
desertificação*

- o Programa Mudanças Climáticas e Meio Ambiente, que contempla as ações de fomento a projetos de utilização de biocombustíveis e fontes alternativas de energia renovável;
- a ação de apoio a projetos de aproveitamento energético das emissões de metano resultante de resíduos sólidos;
- o Programa de Desenvolvimento Socioambiental (Proambiente), voltado à produção familiar rural agrícola.

**Meta é dobrar investimento em saneamento básico**

A partir de 2003, o setor de saneamento básico e ambiental passou a apresentar perspectivas de recuperação e a receber atenção prioritária por parte do governo. O quadro institucional de referência da política de saneamento vem sendo reordenado e o governo tem procurado alocar, em seus instrumentos de planejamento e orçamento de médio prazo, recursos em níveis superiores aos historicamente gastos nos últimos anos. Nessa perspectiva, o Poder Executivo elaborou o Anteprojeto de Lei de

Saneamento que deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional para discussão, estabelecendo novas diretrizes e instituindo uma Política Nacional de Saneamento Ambiental. Esse Anteprojeto torna as relações entre os entes federativos nas áreas metropolitanas mais definidas, e estimula arranjos associativos não apenas entre os municípios, mas também entre esses e os estados no processo de planejamento e execução dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

No que se refere às perspectivas de investimentos, encontram-se contemplados no Projeto de Lei do PPA, para o período 2004-2007, diversos programas e ações direcionados ao provimento de água e esgotamento sanitário, com previsões orçamentárias que expressam a intenção do governo de, pelo menos, dobrar a média anual dos investimentos que vinham sendo realizados ao longo dos últimos nove anos. O Projeto de Lei do PPA 2004-2007 prevê aplicar em saneamento básico (água e esgoto) recursos da ordem de R\$ 16,2 bilhões. Entre o final de 2003 e meados de 2004 foram assinados contratos no valor total de R\$ 6,4 bilhões, considerando todos os órgãos do governo federal envolvidos com ações de saneamento ambiental.

Nas áreas urbanas, o processo de alocação de recursos deverá priorizar as Regiões Metropolitanas (RMs) e os pequenos municípios. O Brasil possui 27 áreas metropolitanas institucionalizadas e três Regiões Integradas de Desenvolvimento (Ride), que concentram mais de 40% da população brasileira. Dentro desse universo, são consideradas prioritárias as Regiões Metropolitanas de risco, que abarcam cerca de 30% da população brasileira e grande parte do déficit de saneamento e dos domicílios considerados inadequados no País. Essas regiões são compostas pelas RMs de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Manaus e a Ride de Brasília.

Nos pequenos municípios é priorizada a elevação da cobertura dos serviços de abastecimento de água, além da solução adequada de dejetos, incluindo rede coletora de esgoto e solução individual. Cerca de 40% da população brasileira vive em menos de 10% dos municípios brasileiros. Do total de municípios, 85% têm população inferior a 30 mil habitantes e apresentam índices de cobertura de serviços de saneamento inferiores à média nacional. Nas áreas rurais, a ampliação dos serviços de saneamento também constitui uma prioridade do governo para os próximos quatro anos, notadamente no que se refere ao atendimento das populações indígenas e das residentes em áreas de reservas extrativistas, comunidades remanescentes de quilombos e assentamentos de reforma agrária.

Além de ampliar o acesso ao abastecimento de água e esgotamento sanitário nas áreas urbanas e rurais do País, o governo está preocupado com a sustentabilidade desse acesso, principalmente no que se refere à qualidade da água utilizada pela população. Em razão disso, o Ministério da Saúde está estruturando o Sistema Nacional de Vigilância Ambiental em Saúde, que terá como um de seus principais componentes a vigilância da qualidade da água para consumo humano, reforçando a aplicação da legislação brasileira atualizada em 2000, que estabelece os procedimentos e responsabilidades quanto às ações de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano, bem como adotado novo padrão de potabilidade. Tal legislação se aplica inclusive às fontes alternativas de abastecimento de água.

**Governo prioriza habitação popular**

A urbanização e regularização das áreas urbanas informais, a prevenção do crescimento urbano desordenado, da ocupação de áreas de risco e ambientalmente frágeis e a garantia da segurança da posse constituem-se nos principais desafios a ser enfrentados



pele atual governo para facultar o acesso à moradia adequada para todos e garantir a sustentabilidade ambiental dos assentamentos humanos brasileiros. Do ponto de vista institucional, pode-se destacar a criação do Ministério das Cidades em janeiro de 2003, responsável pela construção de uma política nacional de desenvolvimento urbano e de políticas setoriais nas áreas de habitação, saneamento, transporte e mobilidade urbana, planejamento territorial e questão fundiária. Entre as iniciativas desse ministério destacam-se a implantação e o funcionamento do Conselho das Cidades, que conta com representantes de diversos segmentos da sociedade e foi fruto de um processo de realização de conferências, que envolveu 3.547 municípios; a proposta de criação do Sistema e da Política Nacional de Habitação; a nova legislação de parcelamento do solo urbano e a mobilização dos municípios para a implementação do Estatuto da Cidade, por meio dos Planos Diretores Participativos, que têm como eixo principal uma política fundiária para a população de baixa renda.

Outros fatos relevantes para o alcance da melhoria das condições habitacionais das famílias de menor poder aquisitivo foram o lançamento do Programa Crédito Solidário, em 2004, para desenvolver projetos em parceria com cooperativas e associações populares, e a ampliação dos recursos destinados ao Programa de Subsídio Habitacional. A aprovação, pela Câmara Federal em junho de 2004, do projeto de Lei nº 2710/92 – de iniciativa popular, que institui o Fundo Nacional de Habitação Popular, atualmente em tramitação no Senado –, também deverá contribuir de forma decisiva para a garantia do direito à moradia adequada. As iniciativas do governo federal para o período 2004-2007 priorizam o atendimento das necessidades habitacionais da população com renda familiar de até cinco salários mínimos, com destaque para as ações de habitação de interesse social, urbanização de favelas

e regularização fundiária em áreas metropolitanas, acompanhadas por ações de prevenção e eliminação da situação de risco da população.

Considerando o conteúdo programático do PPA 2004-2007, destacam-se como os mais relevantes para o alcance da Meta 11:

- o Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, que contempla ações integradas de urbanização, saneamento ambiental, prevenção de riscos, melhoria das condições de habitabilidade e regularização fundiária. As ações de "Melhoria das Condições de Habitabilidade, Urbanização" e "Saneamento Ambiental em Assentamentos Precários" têm por meta atender a 843 mil famílias no período, englobando investimentos da ordem de R\$ 4,23 bilhões; a ação de Apoio à Regularização Fundiária – "Papel Passado" tem como objetivo garantir a posse segura e o direito à cidade para 787 mil famílias entre 2004-2007, atuando em áreas já urbanizadas ou em processo de urbanização e prevê investimentos da ordem de cerca de 80 milhões de reais; a ação de "Prevenção e Erradicação de Riscos" deverá apoiar ações de defesa civil em 95 municípios brasileiros;
- o Programa de Habitação de Interesse Social, que pretende colaborar com R\$ 15 bilhões em investimentos (considerados o Orçamento Geral da União de 2004 e R\$ 540 milhões do Fundo de Desenvolvimento Social, acrescidos à ação de "Financiamento Habitacional para Cooperativas e Associações Populares - Crédito Solidário"), destinados ao atendimento habitacional de 1,54 milhão de famílias com renda inferior a cinco salários mínimos;
- a aplicação de R\$ 400 milhões do Orçamento Geral da União em obras de saneamento ambiental em

áreas metropolitanas, em projetos cujos critérios de elegibilidade privilegiam as áreas de assentamentos precários;

- as ações de apoio a obras preventivas de desastres, capacitação de agentes de Defesa Civil e Implantação do Centro Nacional de Gerenciamento de Desastres contidas no Programa de Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres, a cargo do Ministério de Integração Nacional.

Apesar dos esforços efetuados para melhorar as condições de vida das famílias residentes em assentamentos precários, o investimento no setor esbarra em barreiras impostas pelas restrições macroeconômicas, na escassez dos recursos subsidiados, nos elevados níveis de pobreza e na crescente favelização das grandes cidades do País. É necessário ampliar os recursos federais destinados a investimentos em favelas e ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, bem como alavancar recursos dos demais níveis de governo, a fim de alcançar uma melhora significativa na qualidade de vida da população residente em assentamentos precários.